



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE  
COMUNIDADES EICOS

---

UM OLHAR PSICOSSOCIAL PARA O FEMININO: IDENTIFICANDO  
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE HOMENS E MULHERES EM SITUAÇÃO DE  
VIOLÊNCIA CONJUGAL

Vanessa Ferreira Gomes da Silva

Rio de Janeiro  
2022

VANESSA FERREIRA GOMES DA SILVA

UM OLHAR PSICOSSOCIAL PARA O FEMININO: IDENTIFICANDO  
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE HOMENS E MULHERES EM SITUAÇÃO DE  
VIOLÊNCIA CONJUGAL

Tese submetida ao corpo docente do EICOS/IP-Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de doutor em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciene Alves Miguez Naiff

Rio de Janeiro  
Agosto 2022

## CIP - Catalogação na Publicação

F586 Ferreira Gomes da Silva, Vanessa  
Um olhar Psicossocial para o Feminino:  
Identificando Representações Sociais de Homens e  
Mulheres em Situação de Violência Conjugal. /  
Vanessa Ferreira Gomes da Silva. -- Rio de Janeiro,  
2022.  
239 f.

Orientadora: Liciene Naiff.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio  
de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós  
Graduação em Psicossociologia de Comunidades e  
Ecologia Social, 2022.

1. Psicossociologia. 2. Representações Sociais.  
3. Violência Doméstica. 4. Violência de Gênero. 5.  
Relações de Gênero. I. Naiff, Liciene, orient. II.  
Título.

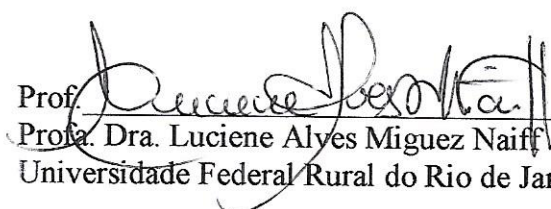
# FOLHA DE APROVAÇÃO

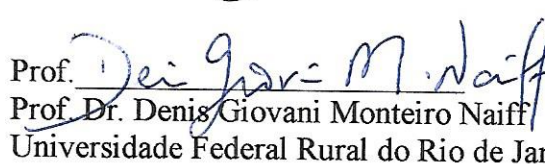
## UM OLHAR PSICOSSOCIAL PARA O FEMININO: IDENTIFICANDO REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE HOMENS E MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL

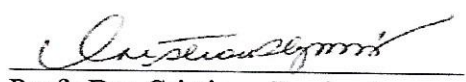
Vanessa Ferreira Gomes da Silva


Tese submetida ao Corpo Docente do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor.

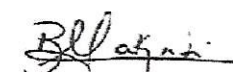
Aprovada por:

  
Prof. Luciene Alyes Miguez Naiff - Orientador  
Prof. Dra. Luciene Alyes Miguez Naiff  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

  
Prof. Denis Giovanni Monteiro Naiff  
Prof. Dr. Denis Giovanni Monteiro Naiff  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

  
Prof. Dra. Cristiany Rocha Azamor  
Centro Universitário Serra dos Órgãos - UNIFESO

  
Prof. Dra. Marta de Araujo Pinheiro  
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

  
Prof. Dra. Beatriz Akemi Takeiti  
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Rio de Janeiro  
2022





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Instituto de Psicologia

Programa EICOS – Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

### Ata de Defesa de Doutorado

Às 11:00 hs do dia 11/08/2022, a aluna VANESSA FERREIRA GOMES DA SILVA (registro nº. 118122930), se submeteu à banca examinadora composta pelos Professores Doutores - membros efetivos: Luciene Alves Miguez Naiff, CPF nº 004.656.847-69 (orientadora e presidente da banca), Marta de Araújo Pinheiro, CPF nº 628.752.727-72, Beatriz Akemi Takeiti, CPF nº 259.447.918-70, Lobelia da Silva Faceira, CPF nº. 034.417.527-83 e Cristiany Rocha Azamôr, CPF nº. 001.211.797-88; membros suplentes: Samira Lima da Costa, CPF nº 017.646.317-81 e Denis Giovanni Monteiro Naiff, CPF nº 395.476.632-91. O trabalho do(a) aluno(a), intitulado “UM OLHAR PSICOSSOCIAL PARA O FEMININO: IDENTIFICANDO REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE HOMENS E MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL” foi: (X) aprovado, devendo entregar a versão final encadernada no prazo de 60 dias; ( ) aprovado condicionalmente, devendo apresentar os ajustes exigidos pela banca, no prazo máximo de 90 dias\*; ( ) reprovado. **APROVADO(A)**, o(a) aluno(a) faz jus ao título de **Doutor em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social**. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata que é abaixo assinada pelos membros da banca e pelo(a) aluno(a).

Banca:

Orientador(a):  
LUCIENE ALVES MIGUEZ NAIFF

Aluno(a):  
Vanessa Ferreira Gomes da Silva

Observações: A professora Lobelia da Silva Faceira não pode comparecer, mas enviou suas considerações. O suplente externo Prof. Denis Giovanni H.N. compareceu no momento da defesa.

Atestado de cumprimento das exigências\*

O(A) aluno(a) cumpriu as exigências e a partir desta data e tem 60 dias para entregar a versão final encadernada.

Assinatura do Orientador

Data: 11/09/2022

*À Maria da Conceição, minha mãe, que tem sido  
“the wind beneath my wings”.*

*À Rosana, minha irmã, que me pegou pela mão me  
puxando até aqui.*

*Em memória dos meus avós, Emília e Antônio que  
sempre carrego comigo.*

*Em memória de Robson Cebriam que cumpriu sua  
promessa.*

## **AGRADECIMENTOS**

À Professora Dr<sup>a</sup> Luciene Alves Miguez Naiff quem promoveu meu crescimento e forneceu suporte em todos os momentos e desafios. Agradeço, sobretudo por me acolher e me direcionar

À Conceição, minha mãe, por não me permitir desistir, colaborar em meus trabalhos acadêmicos e por ser a minha inspiração.

À Rosana, minha irmã, por fornecer o suporte técnico especializado e estar sempre disponível nos momentos que mais precisei.

À Dandara, minha prima, pelo suporte acadêmico e emocional nos momentos Críticos.

A minha madrinha Goreti e aos meus queridos primos Abel e Hugo e Silvana pelo incentivo e carinho.

A minhas amigas Priscila e Beatriz por fazerem parte desta jornada de volta ao local que tudo começou.

À equipe do Juizado de Violência Doméstica de Nova Iguaçu, especialmente Juliana, Cláudia, Elizabeth, Beatriz, Júlia e Theo por me ajudarem a construir reflexões e questões acerca da violência de gênero ao longo dos anos.

Aos meus amados filhos Rodrigo e David por serem a razão de tudo.

*"What I've felt, what I've known  
Never shined through in what I've shown.  
Never be, never see.  
Won't see what might have been...  
Never free, never me...  
You labeled me  
I'll label you  
So I dub thee unforgiven".*

*James Hetfield*

## RESUMO

O trabalho apresentado a seguir é de natureza qualitativa e dividido em dois estudos. No primeiro, o objetivo foi identificar as representações sociais de feminino para homens e mulheres, inseridos no contexto social da violência doméstica praticada por homens contra suas parceiras e que passaram por atendimento jurídico e pela rede pública de atenção psicossocial. No segundo estudo, identificamos representações sociais de feminino para os principais veículos de mídia em circulação no Brasil através de artigos publicados no último ano. A Teoria das Representações Sociais de Moscovici (2005) foi matriz teórica do estudo, enquanto que os procedimentos metodológicos para a análise de dados seguiram, na primeira parte, a análise de conteúdo de Bardin (2011), enquanto que, na segunda parte, utilizamos a abordagem estrutural de Abric (2001). Concluiu-se que as representações sociais do feminino dentro das relações conjugais violentas, não apresentam diferenças significativas entre os homens agressores e as mulheres vitimizadas. Assim como as representações encontradas nos veículos de mídia, o feminino está associado a características determinadas pelo corpo e relacionadas à concepção de essência inata compartilhada por todas as mulheres. Com base nos dados encontrados, buscamos auxiliar na criação de propostas de intervenção nas políticas públicas que auxiliem no combate à violência praticada contra mulheres no ambiente doméstico, mais especificamente, nas relações conjugais.

Palavras-chave: 1. Psicossociologia. 2. Representações Sociais. 3. Violência Doméstica. 4. Violência de Gênero. 5. Relações de Gênero.

## ABSTRACT

The study presented below is qualitative and divided into two parts. In the first one, the main objective was to identify the social representations of feminine for men and women, inserted in the social context of domestic violence practiced by men against their partners and who underwent legal assistance and the psychosocial care network. In the second part, we identify female social representations for the main media vehicles in circulation in Brazil through articles published in the last year. Moscovici's Theory of Social Representations (2005) was the theoretical matrix of the study, while the methodological procedures for data analysis followed, in the first part, the content analysis of Bardin (2011), while, in the second part, we used the structural approach of Abric (2001). It was concluded that the social representations of the feminine within violent marital relationships do not present significant differences between male aggressors and victimized women. Just like the representations found in the media, the feminine is associated with characteristics determined by the body and associated with the conception of an innate essence shared by all women. Based on the data found, we seek to create proposals for intervention in public policies that help to combat violence against women in the domestic environment, more specifically, in marital relationships.

Keywords: 1. Psychosociology. 2. Social Representations. 3. Domestic Violence. 4. Gender Violence. 5. Gender Relations.

## ABSTRAIT

L'étude présentée ci-dessous est qualitative et divisée en deux parties. Dans le premier, l'objectif principal était d'identifier les représentations sociales du féminin pour les hommes et les femmes, insérées dans le contexte social de la violence domestique pratiquée par les hommes contre leurs partenaires et qui ont subi l'assistance juridique et le réseau de soins psychosociaux. Dans la deuxième partie, nous identifions les représentations sociales féminines pour les principaux véhicules médiatiques en circulation au Brésil à travers des articles publiés au cours de la dernière année. La théorie des représentations sociales de Moscovici (2005) a été la matrice théorique de l'étude, tandis que les procédures méthodologiques d'analyse des données ont suivi, dans la première partie, l'analyse de contenu de Bardin (2011), tandis que, dans la deuxième partie, nous avons utilisé la structure approche d'Abrić (2001). Il a été conclu que les représentations sociales du féminin dans les relations conjugales violentes ne présentent pas de différences significatives entre les hommes agresseurs et les femmes victimisées. Tout comme les représentations que l'on retrouve dans les médias, le féminin est associé à des caractéristiques déterminées par le corps et associées à la conception d'une essence innée partagée par toutes les femmes. Sur la base des données trouvées, nous cherchons à créer des propositions d'intervention dans les politiques publiques qui aident à combattre la violence à l'égard des femmes dans l'environnement domestique, plus spécifiquement dans les relations conjugales.

Mots clés : 1. Psychosociologie. 2. Représentations sociales. 3. Violence domestique. 4. Violence de genre. 5. Relations entre les sexes.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1. Mulheres vítimas de homicídio doloso e de tentativa de homicídio por tipo de relação entre vítima e autor .....</b>	<b>73</b>
<b>GRÁFICO 2. Mulheres vítimas de homicídio doloso e de tentativa de homicídio por local .....</b>	<b>74</b>
<b>GRÁFICO 3. Mulheres vítimas de feminicídio por tipo de relação .....</b>	<b>76</b>
<b>GRÁFICO 4. Mulheres vítimas de lesão corporal dolosa por tipo de relação entre vítima e autor .....</b>	<b>78</b>
<b>GRÁFICO 5. Mulheres vítimas de estupro por tipo de relação .....</b>	<b>80</b>
<b>GRÁFICO 6. Mulheres vítimas de Violência Psicológica por tipo de relação entre vítima e autor .....</b>	<b>81</b>
<b>GRÁFICO 7. Mulheres vítimas de Violência Moral por tipo de relação entre vítima e autor .....</b>	<b>81</b>
<b>GRÁFICO 8. Mulheres vítimas de Violência Patrimonial por tipo de relação entre vítima e autor .....</b>	<b>82</b>



## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Dados sobre violência contra as mulheres segundo as formas .....	64
Tabela 2: Mulheres vítimas de violência física segundo delitos .....	65
Tabela 3: Dados sobre violência contra as mulheres segundo as formas .....	66
Tabela 4: Mulheres vítimas de Violência Física segundo os delitos .....	67
Tabela 5: Mulheres vítimas de feminicídio .....	71
Tabela 6: Mulheres vítimas de homicídio doloso segundo a relação do autor com a vítima e o tipo de local do fato .....	72
Tabela 7: Mulheres vítimas de feminicídio e de tentativa de feminicídio segundo a relação do autor com a vítima e o tipo de local do fato .....	75
Tabela 8: Mulheres vítimas de lesão corporal dolosa segundo a relação do autor com a vítima e o tipo de local do fato .....	77
Tabela 9: Mulheres vítimas de estupro segundo a relação do autor com a vítima e o tipo de local do fato .....	79
Tabela 10: Mulheres vítimas de estupro segundo a relação com o autor .....	79
Tabela 11: Perfil Idade .....	108
Tabela 12: Perfil Classe Social .....	109
Tabela 13: Perfil Escolaridade .....	109
Tabela 14: Perfil Filhos .....	109
Tabela 15: Perfil Religião .....	109
Tabela 16: Tarefa de Evocação Livre .....	117
Tabela 17: Entrevistas .....	117
Tabela 18: Tarefa de Evocação Livre. Categoria 1 .....	120
Tabela 19: Tarefa de Evocação Livre. Categoria 2 .....	121
Tabela 20: Tarefa de Evocação Livre. Categoria 3 .....	123
Tabela 21: Tarefa de Evocação Livre. Categoria 4 .....	124

<b>Tabela 22: Tarefa de Evocação Livre Categoria 5.....</b>	<b>125</b>
<b>Tabela 23: Entrevistas. Categoria 1 .....</b>	<b>128</b>
<b>Tabela 24: Entrevistas. Categoria 2 .....</b>	<b>133</b>
<b>Tabela 25: Entrevistas. Categoria 3 .....</b>	<b>141</b>
<b>Tabela 27: Entrevistas. Categoria 4 .....</b>	<b>145</b>
<b>Tabela 28: Entrevistas. Cuidados .....</b>	<b>146</b>
<b>Tabela 29: Entrevistas. Categoria 5 .....</b>	<b>151</b>
<b>Tabela 30: Reportagens .....</b>	<b>158</b>
<b>Tabela 31: Tarefa de Evocação Livre .....</b>	<b>167</b>
<b>Tabela 32: Entrevistas .....</b>	<b>168</b>

## LISTA DE MAPAS

<b>MAPA 1. Taxa de mulheres vítimas de homicídio doloso .....</b>	<b>69</b>
<b>MAPA 2. Taxa de mulheres vítimas de lesão corporal dolosa .....</b>	<b>69</b>
<b>MAPA 3. Taxa de mulheres vítimas de lesão corporal dolosa .....</b>	<b>70</b>
<b>MAPA 4. Mulheres vítimas de Violência Física .....</b>	<b>71</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1: Classificação Hierárquica Descendente (CHD) .....</b>	<b>160</b>
<b>Figura 2. Grafo, Análise de Similitude .....</b>	<b>163</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
Objetivos Gerais .....	24
Objetivos específicos .....	24
<b>CAPÍTULO 1: A CONSTRUÇÃO DO FEMININO</b> .....	<b>27</b>
1.1 – O CORPO FEMININO .....	27
<b>1.1.1: Herança Grega</b> .....	<b>27</b>
<b>1.1.2: A Apropriação Médica</b> .....	<b>29</b>
<b>1.1.3: Os Feminismos</b> .....	<b>35</b>
1.2 – IDENTIDADE FEMININA .....	41
<b>1.2.1: A Construção dos Papéis de Gênero no Brasil</b> .....	<b>45</b>
<b>CAPÍTULO 2: AS FORMAS DE VIOLÊNCIA PRATICADA CONTRA MULHERES</b> .....	<b>53</b>
2.1 – CONCEITOS E TIPIFICAÇÕES .....	53
2.2 – A VULNERABILIDADE DAS MULHERES EM NÚMEROS .....	62
2.3 – A PANDEMIA 2020 E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA .....	83
2.4 – PERFIS E FACILITADORES .....	88
<b>CAPÍTULO 3: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS</b> .....	<b>92</b>
3.1 – A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS .....	92
<b>3.1.1: A teoria do núcleo central das representações sociais</b> .....	<b>98</b>
3.2 – OS MÉTODOS DE ESTUDO EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS .....	100
<b>3.3.1: As Representações Sociais e as Teorias Feministas</b> .....	<b>103</b>
<b>CAPÍTULO 4 – MÉTODO DA PESQUISA</b> .....	<b>107</b>
4.1- PARTICIPANTES e FONTES .....	107
<b>4.1.1 – ESTUDO 1</b> .....	<b>107</b>
<b>4.1.2.- ESTUDO 2</b> .....	<b>110</b>
4.2- PROCEDIMENTOS DE COLETA .....	110
<b>4.2.1 – ESTUDO 1</b> .....	<b>110</b>
<b>4.2.2 – ESTUDO 2</b> .....	<b>112</b>
4.3 – ALGUMAS NOTAS SOBRE A ANÁLISE DOS DADOS .....	113
<b>4.3.1- ESTUDO 1</b> .....	<b>113</b>
<b>4.3.2 – ESTUDO 2</b> .....	<b>115</b>
<b>CAPÍTULO 5: ANÁLISE DE CONTEÚDO</b> .....	<b>116</b>

5.1 – ESTUDO 1 .....	116
<b>5.1.1 – Estudo 1 - Tarefa De Evocação Livre.</b> .....	<b>119</b>
a) Características Físicas .....	119
b) Características Emocionais, Psicológicas ou Comportamentais .....	121
b) Identidade, Essência ou Natureza .....	122
d) Papéis Sociais .....	124
e) Necessidades ou desejos .....	125
<b>5.1.2- Estudo 1 – Entrevistas Semiestruturadas</b> .....	<b>127</b>
a) Características Físicas .....	127
b) Características Emocionais, Psicológicas Ou Comportamentais .....	132
c: Identidade, Essência ou Natureza .....	139
d: Papeis Sociais .....	144
e: Necessidade e Desejo .....	150
5.2- ESTUDO 2 .....	158
<b>5.2.1 - ANÁLISE DE CONTEÚDO DA SELEÇÃO DE REPORTAGENS</b> .....	<b>158</b>
5.3: ANÁLISE ASSOCIATIVA DO ESTUDO 1 E O ESTUDO 2 .....	166
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>174</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>176</b>
<b>Anexo I</b> .....	<b>184</b>
<b>Anexo II</b> .....	<b>185</b>
<b>Anexo III</b> .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>

## INTRODUÇÃO

Nosso trabalho de pesquisa aborda um tema de grande relevância para os direitos humanos no Brasil e no mundo. Trata-se da violência perpetrada contra mulheres.

As Nações Unidas, em 1992, definiram violência contra as mulheres como:

“Qualquer ato de violência baseado na diferença de gênero, que resulte em sofrimentos e danos físicos, sexuais e psicológicos da mulher; inclusive ameaças de tais atos, coerção e privação da liberdade, seja na vida pública ou privada”.(NAÇÕES UNIDAS, 1992).

Porém, somente em 2006, é promulgada no Brasil a lei 11.340/2006 que em seu Art. 5º, configura violência doméstica e familiar contra as mulheres como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

Levando em conta os danos e sofrimentos oriundos desta prática, a lei 11.340/2006 classifica cinco formas de violência contra as mulheres: Violência física; violência sexual; violência patrimonial; violência moral e violência psicológica.

Dentre as formas de violência física, o homicídio é o tipo de crime mais grave cometido contra mulheres e possui tipificação específica quando as motivações para o crime são por razões de a vítima ser mulher. Esta tipificação específica é denominada feminicídio.

No Brasil, a tipificação do homicídio de mulheres como feminicídio entrou em vigor em 10 de março de 2015 com a promulgação da Lei 13.104/2015, caracterizando-o como o assassinato de mulheres por razões de sexo feminino: Violência doméstica e familiar, menosprezo à condição de mulher ou discriminação à condição de mulher. (Bianchini & Gomes, 2015)

Uma vez que as leis brasileiras utilizadas para a tipificação da violência doméstica e familiar contra as mulheres e para o feminicídio serão as mais utilizadas nesta proposta de estudo, devemos salientar que a lei 11.340/2006, limita sua aplicação específica dos crimes de violência contra mulheres àqueles em que o agressor possui vínculo afetivo ou familiar com a mulher agredida, enquanto que a

lei 13.104/2015 limita sua aplicação à motivação do crime que deve se dar pelo fato da vítima ser mulher.

A abordagem desta pesquisa foi a violência perpetrada contra mulheres nos casos em que o agressor é seu parceiro ou ex-parceiro íntimo, ou seja, nos casos em que as mulheres possuem ou possuíram relação de parceria íntima, patrimonial, emocional e/ou financeira com os agressores.

Para contextualizar a temática apresentada neste estudo, primeiramente iremos elucidar a partir de que entendimento e base teórica compreendemos as relações sociais em que esta violência ocorre de forma tão diferenciada para homens e mulheres.

Partimos do entendimento de que o significado de ser homem ou ser mulher está circunstanciado no tempo, no espaço e na cultura de determinada sociedade. As construções sociais, portanto, integram o processo de criação da subjetividade de cada sujeito e direcionam padrões comportamentais que definem uma identidade social de gênero.

Embora, muitas vezes, esta identidade de gênero seja concebida como algo essencial e universal, a história ocidental diz que, ao contrário, ser homem ou ser mulher já teve diferentes significados sociais.

Segundo Scott (1995), gênero é um termo que emergiu na década de 1970, sendo abordado como uma categoria pelas feministas norte americanas e utilizado para analisar o processo de construção social e cultural do feminino e do masculino.

Para esta autora feminista, a categoria gênero trata das relações sociais entre o feminino e o masculino de forma que o gênero feminino constitui uma criação da ordem social, cuja dominação é masculina. Este poder social dominante detido pelo masculino passou a definir o gênero feminino pelas antíteses, ou seja, por tudo que se contrapõe. Assim, as mulheres foram se construindo socialmente como aquilo que os homens não são.

A relação que categoriza o gênero, então, se define pelas diferenças biológicas entre os corpos feminino e masculino e favorece uma relação de poder predominantemente masculino. Por isso, de acordo com as autoras feministas, estudar o gênero feminino implica em estudar o gênero masculino e as relações sociais entre eles.

Butler (2003) vai ao encontro deste entendimento do gênero enquanto categoria socialmente construída compreendendo-o enquanto uma performance



social constantemente modificada pelas transformações históricas e culturais que são atravessadas por aspectos raciais, classistas, étnicos e sexuais.

Esta categorização dos sujeitos normatiza papéis sociais associados ao gênero com o qual o sujeito se identifica e faz com que reproduza comportamentos que o classificam como homem ou mulher.

Assim como em todas as relações sociais, esta performance na execução dos papéis de gênero são mutuamente afetadas nas relações íntimas entre homens e mulheres. Neste estudo chamamos de relações íntimas o compromisso afetivo e/ou material assumidos por homens e mulheres em relação conjugal sem a necessidade da forma legal do casamento ou contrato de união estável.

Segundo Lisboa (2014), a relação de poder desigual entre homens e mulheres se encontra em nível estrutural na sociedade e é marcada pelo patriarcado. A autora explica que este poder social exercido pelos homens atravessa as relações interpessoais e as relações íntimas em que as mulheres estão em condição vulnerável em relação ao parceiro. Nestas relações, através do poder simbólico exercido pelo papel social masculino, o homem cerceia e limita a vida de sua parceira na relação íntima que encontra barreiras nas próprias convenções sociais para enfrentar as situações de abuso.

Quando estes cerceamentos ocorrem dentro da dinâmica relacional conjugal, Lisboa (2014) afirma que existe um padrão que se caracteriza por situações de abuso cometidas pelo homem de forma cíclica e com intensidade crescente, porém, com intervalos de reconciliação que dificultam ainda mais os mecanismos de defesa das mulheres. Para a autora, esta dinâmica caracteriza uma forma de reprodução da ordem social de dominação masculina de forma violenta. Porém, assim como ocorre na manutenção desta ordem no nível social macro, as relações abusivas contam com a cumplicidade e consentimento do sujeito dominado sem que este tenha percepção de sua participação nesta dinâmica.

Mas se a participação dos sujeitos dominados nas relações de dominação se naturalizam de tal forma que estes não se dão conta, entendemos que a “desnaturalização” de nossas concepções se faz necessária no enfrentamento desta violência.

É em nossa sociedade patriarcal que se dá a construção da categoria do gênero de forma binária e contraposta. A visão de mundo em pares que se opõem é uma característica da formação do pensamento filosófico ocidental que está nos

alicerces da nossa cultura. Autores como Butler (2003) e Giffin (1994), afirmam que na sociedade ocidental moderna o pensamento é organizado a partir de sistemas de oposições cuja matriz do pensamento lógico é o binarismo. Nesta matriz, classificamos o mundo em pares que se contrapõem e é através dela que os sujeitos se constituem e constroem a identidade de gênero.

Giffin (1994) acrescenta que nesta construção da identidade de gênero com base na cultura binarista, a razão contrapõe-se a emoção, a mente contrapõe-se ao corpo assim como masculino contrapõe-se ao feminino.

Esta separação conceitual entre corpo e mente e desvalorização do corpo, segundo Giffin (1994), afeta homens e mulheres de forma diferenciada uma vez que ao gênero masculino estão associadas às características ligadas à mente e à razão e ao gênero feminino a emoção e o corpo.

Considerando que o binarismo, em que ainda baseamos nossa visão de mundo, nos foi apresentado pela antiguidade grega, tendemos a acreditar que a nossa visão de masculino e feminino também é a mesma desde então. Porém, Laqueur (2001) e Rohden (2001) afirmam que, ao contrário, nossas atuais concepções são consequência do advento das descobertas científicas do século XVIII.

Além da dualidade entre mente e corpo presente no pensamento filosófico desde a antiguidade, a partir do século XVIII, de acordo com autores como Laqueur (2001) e Rohden (2001), a dualidade entre corpo masculino contraposto ao corpo feminino passa a ser utilizada para reafirmar a categorização de gênero e legitimar a dominação social baseada em diferenças fisiológicas e anatômicas, utilizando as então recentes descobertas do campo do saber científico para legitimar papéis de gênero.

Ainda de acordo com Laqueur (2001), embora tenha sido a base de nosso pensamento filosófico ocidental, na antiguidade grega, os binarismos não se aplicavam ainda à concepção de corpo masculino contraposto ao corpo feminino, pois o último era considerado uma variação do primeiro. As diferenças entre os papéis de gênero eram baseadas em fatores sociais e não nas diferenças biológicas entre os corpos.

Desta forma, de acordo com estes autores, o saber científico, através da área médica, é utilizado, a partir do século XVIII, para justificar diferenças de papéis de

gênero e a posição subalterna das mulheres na sociedade através das características biológicas de seus corpos.

Além de justificar os papéis sociais, a ascensão do saber científico para a sociedade também teve outras consequências para as mulheres. É o que nos revela Federici (2017) em uma análise do que foi denominado “malignização” do poder místico imputado às mulheres na era moderna, mais especificamente com o advento do capitalismo. Esta conexão com forças da natureza que vão além da compreensão humana, tradicionalmente atribuída às mulheres conferindo-lhes uma posição socialmente respeitada, passou a ser concebida como anti-científica e marginalizada.

De acordo com a autora, esta mudança originou a guerra às bruxas que foi um processo de malignização da misticidade imputada ao feminino com o objetivo de destruir o controle que as mulheres, ao dominar as forças místicas da natureza, tinham sobre seus próprios corpos e sobre a função reprodutiva dos mesmos.

Federici (2017) afirma ainda que esta retirada do controle e poder das mulheres foi conveniente ao sistema capitalista que passou a deter o controle sobre estes corpos como produtor de mão de obra e como propriedade do trabalhador masculino.

Assim como Federici (2017), Ruitenbeek (1969), afirma que a partir do início da era industrial, por menos que um homem fosse capaz ou estivesse em posição de comando nas fábricas, no ambiente doméstico, ele era absoluto e ditava as regras para as mulheres com quem possuíam relações familiares pois estas eram consideradas suas subordinadas. .

De acordo com Ruitenbeek (1969), as mulheres das classes trabalhadoras faziam dupla ou tripla jornada no ambiente doméstico e nas fábricas mas não tinham autonomia sobre seus próprios salários, que eram bem inferiores aos dos homens e eram consideradas “propriedades” dos maridos.

Para a autora, a classificação e delimitação dos papéis de gênero não foi apenas uma construção cultural, mas também utilizada pelo sistema econômico para a separação das relações de trabalho na era capitalista.

Estas diferenças dos papéis de gênero justificadas pelas diferenças biológicas entre os corpos e até retirando o controle que as mulheres tinham sobre os mesmos, segundo autores como Costa (2004) e Rohden (2001), serviram de base teórica para o Estado brasileiro, a partir do século XVIII, conseguir a adesão da população

ao seu projeto higienista elevando as mulheres de classe média à função de aliadas através dos papéis de mãe e esposa com a responsabilidade do sucesso da instituição familiar.

As mulheres das classes denominadas burguesas assumiram este papel de aliadas do Estado, o que lhes proporcionava status social e talvez tenha sido a origem do que, em nossos tempos, chamamos de “tradicional família brasileira”.

Estas mulheres de classe média, ao contrário das outras de classes mais pobres que eram obrigadas a sujeitarem-se a duplas ou triplas jornadas de trabalho, eram encorajadas a permanecer nos espaços privados priorizando suas características emocionais e afetivas em detrimento das intelectuais, uma vez que entendia-se que seus corpos eram biologicamente programados para isso.

De acordo com Costa (2004), esta estratégia do Estado brasileiro contou com a medicalização e consequente apropriação do corpo feminino pelo saber científico que era exercido, quase exclusivamente, por homens e passou a conceber a sexualidade das mulheres como sendo determinada pelas qualificações de sua natureza biológica considerada maternal e reprodutiva.

Rohden (2001) acrescenta que a partir do século XIX o processo de medicalização do corpo feminino se consolidou no Brasil embasado, principalmente, nos discursos médicos que exaltavam a maternidade e colocavam esta capacidade biológica feminina como um determinante na inferioridade intelectual das mulheres e a função reprodutiva como determinante nos papéis de gênero.

Considerando a base fundacional de nosso pensamento ocidental e a utilização das características biológicas dos corpos femininos utilizadas, inclusive pelo Estado para justificar papéis de gênero, podemos nos questionar se as representações sociais do feminino hoje ainda estão relacionadas às características anatômicas e fisiológicas dos corpos das mulheres e de que forma estas representações se inserem nas relações violentas entre mulheres e seus parceiros íntimos.

Além disso, levando em conta as transformações sociais constantes desde o advento e predomínio do sistema capitalista na economia mundial, dos avanços da medicina sobre os conhecimentos fisiológicos dos corpos e da evolução das ciências sociais no reconhecimento das diversidades, nos questionamos também sobre o que atualmente, nós, enquanto sociedade brasileira, entendemos por identidade feminina e de que forma as representações sociais de feminino, retratadas pela mídia, estão

relacionadas com os atuais papéis de gênero que mantêm relações violentas entre homens e mulheres.

Entendemos que os diferentes grupos sociais produzem diferentes representações sociais que atravessam o fenômeno da violência contra mulheres e sobre as diferentes concepções que o envolvem, entre elas, o corpo feminino. Temos então, dentro deste objeto, um vasto campo de possibilidades de estudos de representação.

Arruda (2002<sup>a</sup>), afirma que as teorias feministas privilegiam o saber produzido pelas mulheres enquanto sujeitos sociais que ocupam uma posição subalterna na sociedade. Já a teoria das representações sociais, se interessa pelas representações produzidas por todos os grupos sociais, inclusive dos homens que praticaram violência contra mulheres, acerca das várias formas possíveis de sua manifestação.

No Brasil, de acordo com Meireles et al. (2017), a partir de 2010, os estudos sobre as representações sociais da violência contra mulheres, têm priorizado compreender como o fenômeno da violência de gênero é interiorizado pelos diferentes grupos sociais e qual o impacto na sociedade como um todo. Os autores afirmam que conhecer as representações sociais que os grupos sociais têm acerca da violência de gênero, possibilita verificar como estes conhecimentos são compartilhados e como os sujeitos os concebem e elaboram, vislumbrando um maior entendimento da realidade prática e cotidiana.

Desta forma, entendemos que, sob o referencial teórico das representações sociais, compreender essas representações para os homens que agrediram suas companheiras é tão importante quanto compreender as representações sociais do objeto para estas mulheres e, assim, ampliar o entendimento do impacto destas representações como um todo.

De acordo com o pensamento dos autores citados, as relações de gênero direcionam a forma como os sujeitos se posicionam diante da realidade e se relacionam. Sendo assim, nossa hipótese é de que as representações sociais do feminino que antes do século XVIII eram constituídas apenas por relações sociais e então passaram a ser baseadas nas diferenças dos corpos das mulheres, estão presentes no processo de construção das identidades dos sujeitos e atravessam as relações sociais de gênero, principalmente as relações violentas.

Partindo deste entendimento, nosso primeiro estudo investigou as representações sociais de feminino para mulheres em situação de violência doméstica perpetrada por seus parceiros íntimos e para os homens que foram autores desta violência.

Neste estudo, encontramos nestas representações, idéias de identidade e atribuições de papéis sociais associados às características reprodutivas e fisiológicas dos corpos das mulheres.

Com a identificação destas representações do feminino para mulheres e homens que estiveram diretamente inseridos nas dinâmicas relacionais da violência conjugal, esperamos contribuir para um maior entendimento dos múltiplos atravessamentos das relações de gênero em dinâmicas de violência contra mulheres e no planejamento de ações dentro das políticas públicas de enfrentamento.

Conforme apresentado pelo Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro de 2018 a 2021, os principais crimes tipificados como violência física, sexual e psicológica contra as mulheres no Estado, além de terem os companheiros ou ex companheiros como autores, na maioria dos casos, apresentaram maior incidência em municípios da Baixada Fluminense quando comparados ao município do Rio de Janeiro na região metropolitana.

Diante destes dados, realizamos este estudo com mulheres e homens residentes na região da Baixada Fluminense, mais especificamente no município de Nova Iguaçu.

Em nosso segundo estudo, investigamos as representações sociais de feminino para os principais veículos de mídia brasileiros, no último ano, buscando um maior entendimento do papel destes na construção das identidades e dos modelos comportamentais de gênero, identificando estes modelos nas representações encontradas durante a coleta de dados dos nossos dois grupos de pesquisa.

Nosso trabalho, então, apresenta o resultado de dois estudos das representações sociais do feminino. O primeiro tem como objeto os grupos de mulheres e homens que estão ou estiveram inseridos diretamente na dinâmica da violência conjugal que, segundo Lisboa (2014) é a violência praticada contra mulheres por seus parceiros ou ex-parceiros íntimos.

Além disso, nosso segundo estudo investigou as representações sociais de feminino veiculadas pela mídia no último ano.

Na intersecção dos estudos, analisamos o quanto das representações veiculadas pela mídia estão presentes para os dois grupos de pesquisa.

## OBJETIVOS GERAIS

Os objetivos gerais destes estudos foram; Identificar as representações sociais de feminino para homens e mulheres em situação de violência conjugal praticada por homens contra suas parceiras íntimas e investigar as representações sociais de feminino em veículos de mídia nacionais analisando possíveis associações com o corpo feminino e se estas representações contribuem para a perpetuação dos papéis de gênero reproduzidos nas relações violentas contra as mulheres.

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos do estudo 1 foram:

Identificar as representações sociais de feminino para mulheres que denunciaram seus parceiros por agressão na região da Baixada Fluminense no período de até 1 ano anterior às entrevistas;

Investigar as representações sociais de feminino para homens que foram denunciados por agredir suas parceiras na região da Baixada Fluminense no período de até 1 ano anterior às entrevistas;

Analisar as diferenças e semelhanças entre as representações sociais para estes dois grupos;

Identificar de que forma as concepções sobre o corpo feminino se inserem nestas representações;

Avaliar possíveis contribuições das representações para a perpetuação da dinâmica da violência conjugal praticada por homens contra suas parceiras íntimas.

No estudo 2 os objetivos específicos foram:

Identificar as representações sociais de feminino nos principais veículos de mídia do Brasil em reportagens selecionadas publicadas no último ano;

Avaliar se estas representações estão relacionadas com as representações dos grupos estudados.

Analisar de que forma a mídia contribui para a perpetuação de representações que reforçam a situação de vulnerabilidade das mulheres em situação de violência conjugal praticada por seus parceiros íntimos.

A fundamentação teórica da pesquisa foi constituída por três temáticas que se entrelaçam em nosso tema e fornecem a base para a discussão na análise dos resultados.

A primeira reuniu os autores que tratam das relações de gênero dentro da perspectiva que foi abordada pela construção de nossa hipótese, seleção de sujeitos, material e análise dos resultados.

Para elucidar a abordagem de gênero adotada por este estudo, o primeiro capítulo reuniu autoras feministas, e outros autores que compartilham do entendimento do caráter dinâmico e social do conceito de gênero onde foi destacada a construção do corpo feminino a partir do século XVIII nas determinações de papéis sociais de gênero para a sociedade moderna no Brasil.

No segundo capítulo apresentamos o conceito da violência conjugal, contextualizando este universo em que os participantes desta pesquisa estão inseridos e a visão do próprio fenômeno da violência como uma dinâmica relacional complexa e atravessada pela relação de poder simbólico que os sujeitos ocupam ao desempenhar determinado papel de gênero.

Também foram apresentados neste capítulo os dados atuais sobre a violência contra as mulheres, os impactos conhecidos da pandemia do vírus covid-19 na vida das mulheres em situação de vulnerabilidade em relação à violência praticada por seus parceiros íntimos e uma revisão dos estudos sobre a violência conjugal.

No último capítulo de fundamentação teórica, apresentamos uma revisão com os principais autores da Teoria das Representações Sociais e uma revisão de estudos que relacionam as representações sociais com violência de gênero.

O capítulo 4 apresenta os referenciais metodológicos utilizados em nossa análise dos dados e os critérios adotados para a seleção de material, categorização e interpretação dos resultados.



A apresentação e análise do material coletado através dos dois grupos de pesquisa foi explicitada no quinto capítulo, assim como a análise das representações das reportagens selecionadas e a análise comparativa com as representações encontradas na análise das entrevistas.

No último capítulo, realizamos as considerações finais com as interpretações da contribuição deste estudo para a compreensão e combate ao fenômeno da violência conjugal praticada por homens contra suas parceiras íntimas.

## **CAPÍTULO 1: A CONSTRUÇÃO DO FEMININO**

Neste capítulo faremos uma breve exposição das construções históricas e sociais que originaram as concepções do feminino através de períodos que consideramos marcos relevantes para a atribuição dos papéis de gênero com suas consequentes mudanças, segundo os autores abordados.

### **1.1 – O CORPO FEMININO**

As representações sociais do corpo feminino que encontramos nas sociedades atuais não se mantiveram imutáveis ao longo da história do pensamento ocidental. A seguir, vamos caracterizar as principais mudanças na forma que as sociedades ocidentais construíram as atuais representações.

#### **1.1.1: HERANÇA GREGA**

Segundo Giffin (1994), A base fundadora de toda nossa sociedade ocidental é o pensamento filosófico originado na Grécia antiga. Os gregos construíram seu conhecimento alicerçado em uma visão de mundo em que todos os elementos se definem por exclusão de forma antagônica. O mundo, então, seria constituído por pares de opostos. De acordo com esse pensamento, os pares como masculino e feminino são vistos como contrapostos e excludentes: masculino/feminino, razão/emoção, mente/corpo.

De acordo com a autora, esta lógica dualista foi também aplicada para a compreensão das identidades dos sujeitos, assim, a identidade de gênero foi fundida à sexualidade e passou-se a conceber os homens como seres ativos, identificados com a cultura, com a mente e com a razão; enquanto as mulheres passaram a ser tudo o que os homens não são, definidas pela negação do masculino como passivas, identificadas com a natureza, com o corpo e com a emoção.

Scott (1996) também traz contribuições para a compreensão deste pensamento dualista ao afirmar que, no ideal platônico, a alma é contaminada pelo corpo, ou seja, as emoções e sensações corporais podem desvirtuar o homem afetando sua razão. Por esse motivo, na base de nossa visão de mundo está a concepção de que a alma deve controlar o corpo e até transcender a ele para atingir a pureza de pensamento necessária para o verdadeiro conhecimento.

O corpo então é representante do mundo físico, do que tem matéria e deve ser “superado” no processo de evolução para o maior alcance da alma, ou seja, do imaterial, da capacidade mental. Assim, no pensamento ocidental de origem platônica, valoriza-se o autocontrole, a dominação do corpo e da vida emocional pela razão. Conseqüentemente, tudo que é relacionado com o físico e com as emoções se contrapõe ao intelecto e deve ser superado.

Para Schott (1996), o pensamento grego concebia uma natureza humana primordial que era atribuída aos homens. Estes eram considerados como uma estirpe superior, pois detinham a capacidade de dominar as paixões corporais não permitindo que estas corrompessem a alma. As mulheres, ao contrário, eram a corporificação das almas que sucumbiram às sensações, sentimentos e apetites do corpo sendo consideradas mais úteis no espaço privado, na reprodução e cuidados domésticos.

De acordo com a autora, a superioridade dos homens em relação às mulheres, no pensamento grego platônico, está ligada à ideia de oposição entre a pureza da verdade e a poluição do corpo, em que as mulheres eram entendidas como exemplo da interferência dos atributos nocivos da existência física no controle racional, impedindo a busca da verdade pela alma. Segundo Schott (1996), a identificação do masculino com elementos racionais enquanto que os femininos eram identificados com os passionais também está presente no pensamento aristotélico que considera natural e vantajoso o domínio do passional pelo racional, justificando o domínio do masculino sobre o feminino.

Embora as diferenças entre homens e mulheres fossem bem demarcadas e utilizadas para ditar os papéis sociais, estas não eram baseadas nas diferenças anatômicas e fisiológicas dos corpos.

De acordo com Laqueur (2001), desde a Grécia antiga e durante milhares de anos, na sociedade ocidental com origens galênicas, acreditou-se que os sexos masculino e feminino possuíam uma genitália única, ou seja, que a genitália da mulher era igual a do homem, porém, a feminina era interna ao corpo enquanto que a do homem era externa. De acordo com o conhecimento da época, todos os órgãos sexuais femininos eram vistos como um correspondente dos órgãos sexuais masculinos. As diferenças entre os sexos eram mais sociais que biológicas. O gênero era definido pelo papel na sociedade e não pela biologia dos corpos.

Porém, o mesmo autor também afirma que os seres humanos que tinham o pênis interno, as mulheres, eram considerados imperfeitos, pois não tinham recebido calor suficiente durante a gestação para externar seu órgão sexual. Esse modelo classificava os seres humanos em grau de perfeição, embora não diferenciasse biologicamente os sexos. Os gêneros masculino e feminino eram definidos por rígidas diferenciações de papéis sociais baseados em uma hierarquia em que o homem era superior por ser perfeito anatomicamente. O corpo feminino então, não era entendido como um corpo oposto ao masculino, mas sim como um corpo masculino que passou por um processo gestacional incompleto.

Segundo Laqueur (2001), esta visão grega do corpo feminino ainda era observada na idade média em que a anatomia feminina era ignorada e interpretada como uma falha da natureza. Porém, durante o século XVI, a concepção do corpo feminino, enquanto uma versão imperfeita e inacabada do corpo masculino sofre uma mudança a partir do questionamento de que, se o corpo das mulheres foi criado para gerar e parir, ele não poderia ser entendido como uma falha da natureza e sim uma criação intencional para a perpetuação da espécie humana.

Desta forma, a partir do século XVI e até meados do século XVII, o corpo feminino era tido pela medicina da época como portador de um mistério a ser desvendado, considerado um tabu para os homens e para os médicos.

### **1.1.2: A APROPRIAÇÃO MÉDICA**

Para Laqueur (2001), o cenário sócio-político e cultural mundial do século XVIII foi um marco que provocou grande mudança na forma de conceber os sexos. A Revolução Francesa pregava os direitos de igualdade e liberdade, com novas idealizações na educação, saúde e trabalho, ameaçando a estrutura política de dominação masculina, entre outras estruturas sociais. As reivindicações sociais por igualdade de direitos entre homens e mulheres provocaram uma necessidade de novas justificativas para a reafirmação da diferença dos papéis sociais de gênero.

Uma vez que os ideais de igualdade e liberdade estavam em alta, a idéia de superioridade dos homens em relação às mulheres não seria mais aceita para manter os papéis sociais dos gêneros.

Segundo Rohden (2001), neste contexto do século XVIII, iniciam-se também grandes descobertas com valorização do discurso científico que, na área da biologia,

representada pelos médicos, vai tentar reafirmar os papéis sociais de gênero, baseando-os em evidências científicas de uma diferença biológica entre os corpos masculinos e femininos. Essas diferenças passam a impor determinados papéis que devem ser seguidos pela sociedade, promovendo o comportamento adequado que teria sido determinado por cada natureza: feminina ou masculina.

Os papéis sociais de gênero, segundo estes autores, passam então, a partir do século XVIII, a ser determinados pela idéia de “natureza”. A biologia passa a reger certas condições aos homens e outras às mulheres e o que resta para a sociedade é aceitar desempenhar o papel para o qual a natureza criou cada indivíduo. Os médicos, representando o saber científico, se voltam para o estudo da anatomia e fisiologia femininas buscando legitimar este discurso.

No século XVIII, então, a mulher deixa de ser um homem anatomicamente imperfeito e passa a ser o “sexo oposto” dele. O corpo feminino agora tem características próprias que passam a ser vistas como determinantes do seu papel social e até de suas limitações em relação ao homem. As propriedades deste corpo, mapeado pela medicina, passam a fornecer o padrão de normalidade do comportamento feminino.

Laqueur (2001), afirma que apenas no século XVIII a vagina passou a ser compreendida como um tubo ou bainha na qual o pênis se encaixa, ao invés de um pênis invertido. Aí pênis e vagina passam a ser interpretados como opostos e complementares.

A visão dominante desde o século XVIII, embora de forma alguma universal, era que há dois sexos estáveis, incomensuráveis e opostos, e que a vida política, econômica e cultural dos homens e das mulheres, seus papéis de gênero, são de certa forma baseados nesses fatos. (Laqueur, 2001, p.18).

Ainda segundo Laqueur (2001), com os avanços científicos no século XIX, mais especificamente na embriologia, os órgãos sexuais masculinos e femininos foram rearticulados como homólogos de mesma origem embrionária. Havia então, evidências científicas para apoiar a visão antiga do isomorfismo galênico. Porém, estes estudos não ganharam relevância na época, pois não atendiam o interesse político de diferenciação dos corpos.

Por outro lado, teorias e descobertas científicas que legitimassem a diferença entre os corpos, voltando o interesse das pesquisas anatômicas e fisiológicas para

encontrar diferenças concretas e inatas entre homens e mulheres eram encorajadas politicamente e financeiramente.

Este direcionamento das descobertas científicas, segundo os autores, foram de amplitude mundial, principalmente no mundo ocidental. No Brasil, Rohden (2001), afirma que, a partir do século XIX, a ginecologia passa a desempenhar a função de “ciência da diferença” através dos estudos dedicados aos corpos das mulheres e da reprodução. Através deles, foram legitimadas pelo saber científico a pré disposição a passividade das mulheres em relação aos homens e a predestinação delas a maternidade, uma vez que passaram a ser entendidos como da natureza feminina, determinados pela anatomia e fisiologia de seus corpos.

A autora afirma que foi ainda no século XIX que o saber médico dedicou-se aos estudos das chamadas doenças femininas do corpo e da alma que eram associadas ao útero. Os corpos das mulheres, apesar de definidos pela biologia, mostraram-se bastante instáveis fisiológica e emocionalmente.

De acordo com Rohden (2001), os cientistas detalharam um exame das diferenças entre homens e mulheres de forma que justificasse os distintos papéis sociais tradicionais e além das ciências biológicas, também a antropologia, a psicologia e a sociologia construíram teorias em que imperava o consenso de que as mulheres se diferenciavam dos homens em sua anatomia, fisiologia, temperamento e intelecto.

De acordo com as descobertas científicas do século XIX, as mulheres eram consideradas menos desenvolvidas na escala evolutiva que os homens, pois a natureza teria priorizado o desenvolvimento de seus órgãos reprodutivos em detrimento de seus físicos e intelectos, enquanto que nos homens, ocorreu a evolução física e intelectual.

O corpo feminino passou a ser objeto de saber apropriado pelos cientistas da saúde que apresentaram modelos médicos da “natureza feminina” com características definidas de acordo com expectativas políticas servindo a um modelo de sociedade patriarcal.

Tanto Laqueur (2001) quanto Rohden (2001), caracterizam os movimentos de mudança a partir do século XVIII como “impulsionadores” da busca de teorias do saber científico para justificar o controle social sobre o corpo e sexualidade femininos, utilizando como base teorias científicas que procuravam manter uma ordem social com papéis políticos, sociais e hierárquicos em que o poder era

exercido pelos homens. Até mesmo na instituição familiar em que as mulheres exerciam sua identidade principal como mães, os homens estavam em condição hierárquica superior e eram a ponte de conexão com a esfera pública.

Porém, segundo Laqueur (2001), é ainda no século XIX, após várias revoluções de pensamento, que emergem os movimentos feministas questionando exatamente esta desvalorização social das mulheres. Inicia-se então uma queda de braço entre discursos de saberes, pois é também durante o século XIX, que inicia-se a valorização do discurso científico e do médico como aquele que detém o saber sobre o corpo.

Segundo Mendez (2004), o termo feminismo foi utilizado pela primeira vez por um movimento de mulheres surgido na França entre 1830 e 1840. Esse movimento, influenciado pelos ideais do Iluminismo, reivindicava igualdade de direitos no matrimônio e acesso às profissões. A proliferação deste movimento para os EUA e Europa estava associada à implementação do Capitalismo.

De acordo com a autora, o acesso das mulheres à escola foi uma demanda da sociedade capitalista, pois as mulheres das classes proletárias necessitavam do mínimo de instrução para o desempenho das atividades laborais, da mesma forma que ser letrada passou a constituir um atributo necessário a boa esposa e mãe das classes mais elevadas. Mesmo o trabalho das mulheres das classes proletárias não sendo visto com bons olhos por seus irmãos e maridos, devido à pauperização da população, era considerado um mal necessário. Porém, as mulheres necessitavam da autorização de seus pais e maridos para trabalhar e não recebiam diretamente seus salários (Mendez, 2004, p.64)

Mesmo com todas as restrições e desigualdades em relação aos homens, o século XIX, com a proliferação do movimento feminista, foi marcado por importantes mudanças na forma de conceber os papéis sociais de homens e mulheres.

De acordo com Rohden (2001), essas mudanças que marcaram o cenário do século XIX impuseram uma nova forma de conceituar os papéis sociais e identidades de gênero. Os médicos passaram a ser a instância legítima e competente que, dentro do discurso científico, buscavam legitimar as bases da diferença entre homens e mulheres. É sobre a idéia de um corpo feminino que o discurso médico passou a se articular para analisá-lo, não apenas com o objetivo de descrever, mas buscando as distinções e diferenças que o estigmatizam e o excluem.

Assim, de acordo com a autora, a visão que se estende até o início do século XXI, é o de uma suposta “natureza feminina” que funda o discurso biopsicossocial, valorizando o saber científico que se apropria do corpo feminino e desqualifica o saber das mulheres sobre seus próprios corpos.

Para Martin (2006), antropóloga feminista americana, as idéias e práticas médicas perpassam a cultura popular e, seguindo esta linha de pensamento, utiliza o conceito de metáfora para caracterizar como este processo se deu na concepção que as mulheres têm de seus próprios corpos. De acordo com a autora, essas concepções têm referências a elementos econômicos, políticos e sociais de um determinado momento histórico.

Martin (2006), também enfatiza que no século XIX as metáforas da ideologia de produção capitalista influenciam as descrições médicas da fisiologia humana e, conseqüentemente, do corpo feminino, sendo a maioria dessas metáforas claramente relacionada a formas familiares de produção em massa em que se valoriza a quantidade produzida com eficiência. Nesses termos, a produção masculina de esperma é louvada tanto pela quantidade como pela continuidade da produção. Por outro lado, a produção feminina de óvulos estaria em desvantagem em relação à primeira porque ela acaba quando a mulher nasce e, com o envelhecimento, a conseqüência inevitável é a degeneração.

Utilizando esta lógica produtiva para estudar os corpos, segundo Martin (2006), processos naturais do corpo como menopausa e menstruação são interpretados de forma negativa, uma vez que a ovulação, valorizada pelas metáforas de produção, é cíclica e os raros dias de fertilidade são interrompidos por semanas de infertilidade, além de que o fluxo menstrual é um sinal do fracasso da produção.

Como conseqüência desse ideal de produção, a visão do “eu” e do corpo feminino é fragmentada, o que faz com que as mulheres sintam a necessidade de se ajustar ao seu corpo de forma a “mantê-lo sob controle”. As funções desse corpo são percebidas como estados que elas têm que suportar e não como ações realizadas por elas.

Além da metáfora de produção, segundo Martin (2006), no século XX o corpo também é pensado em termos de uma organização hierárquica. O corpo feminino é interpretado pela fisiologia como um sistema funcional sequencial que se inicia no



cérebro, passa pelos hormônios e termina nos ovários, com o objetivo de produzir novos seres humanos.

Utilizando a metáfora da produção, a menstruação é vista como falha nesse processo. Martin (2006) enfatiza a forma negativa como os livros de fisiologia geral da década de 1980 se referem ao fluxo menstrual, especialmente sobre o desprendimento de células mucosas de revestimento, usando termos como falência e deterioração. Comparando ao desprendimento do revestimento do estômago, por exemplo, ela não encontra nenhuma referência a termos negativos como degeneração, enfraquecimento, deterioração ou reparo, nem a termos mais neutros como derramamento, soltura ou substituição.

Em contrapartida, Martin propõe a visão do ciclo menstrual enquanto processo de criação, cujo objetivo é de produzir o fluxo menstrual e consequente renovação do endométrio restante e somente será a implantação do óvulo fertilizado se a mulher quiser engravidar. Partindo dessa perspectiva, para a autora, a forma com que as mulheres encaram a menopausa e a menstruação seria bem mais tranquila e natural.

Porém, na introdução à edição de 1992 de seu livro, Martin (2006) faz uma reflexão sobre as mudanças na organização econômica de produção iniciadas no final do século XX que se instalam como perspectivas para o século XXI. Ela se refere às inovações aceleradas de produtos e pesquisas e como essas inovações estão relacionadas a mudanças no modelo científico de fisiologia dos corpos. Os novos modelos, segundo a autora, substituirão a visão hierárquica e implicam em ver o corpo como um sistema total em que todas as partes completam-se mutuamente. Sendo assim, nenhuma parte é dominante em relação à outra e todas estão em constante ajuste dinâmico às condições externas e internas.

Embora apresente críticas à visão científica do corpo feminino enquanto “ineficaz” no processo de produção, a autora não critica a metáfora em si. Ou seja, o problema não é somente classificar o corpo feminino enquanto máquina menos produtiva que o corpo masculino, mas sim a própria metáfora dos corpos enquanto máquinas ou meios de produção.

Como vimos nos estudos de Laqueur (2001), o entendimento que temos hoje do que chamamos de corpo feminino são representações sociais formadas pelas transformações políticas, econômicas e científicas de nossa sociedade que ainda carrega a herança grega como base de pensamento filosófico.

A concepção de natureza feminina embasada pelos estudos de fisiologia e anatomia utilizam as diferenças entre os corpos para manter papéis sociais de gênero e, por este motivo, tornou-se o principal ponto de questionamento das autoras feministas. Porém, os movimentos feministas estão longe de serem movimentos com concepções e conceitos unificados. Até mesmo em relação a não existência de uma natureza feminina determinada pelo corpo, encontramos visões diversificadas. A seguir, faremos um breve resumo de algumas diferenças da visão de corpo feminino dentro dos feminismos.

### **1.1.3: OS FEMINISMOS**

Os feminismos estão longe de basearem-se nas mesmas concepções teóricas e ideológicas. Os movimentos denominados feministas, de uma forma bem generalizada e simplificada, baseiam-se na concepção de gênero construído culturalmente, ou seja, mulheres e homens se diferenciam possuem papéis sociais diferentes baseados em convenções culturais e sociais, não possuindo essência biológica ou “natural” que os diferenciem.

Sobre o caráter performático do gênero, Butler (2003), entende que o conceito de identidade está atrelado ao conceito de identidade de gênero, pois só há um reconhecimento social do sujeito quando este adquire seu gênero de acordo com os padrões inteligíveis culturalmente. Segundo a autora, os padrões de nossa cultura ocidental são restritos ao binarismo contraposto e excludente, que classifica o mundo em pares opostos: O sujeito é mulher porque não é homem ou o contrário.

Além disso, a identidade, para Butler (2003), não é um conceito unificado, coerente e persistente ao longo do tempo. A identidade de gênero é constituída e permanentemente afetada pelas expressões performativas do gênero. Ou seja, a autora afirma que o gênero é uma performance, um papel representado socialmente que, de forma recíproca, é modificado por essa representação.

Entendemos que, de acordo com Butler (2003) e com a concepção feminista do gênero como uma construção social, as atribuições de papéis masculinos e femininos que vão desde obrigações de afazeres domésticos cotidianos ao controle da sexualidade e corpo femininos, têm sido vivenciadas e transmitidas intergeracionalmente e introjetados pelos sujeitos fazendo parte deste processo da construção de si que chamamos de identidade.

Butler (2003), ainda afirma que na sociedade ocidental moderna o pensamento é organizado a partir de sistemas de oposições. A matriz do pensamento lógico é o binarismo em que classificamos o mundo em pares que se contrapõem. É através desta matriz binária que os sujeitos se constituem.

Com influências históricas e antropológicas, a autora compreende o gênero como uma relação entre sujeitos socialmente constituídos, ou seja, o gênero é um fenômeno inconstante e contextual.

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para reproduzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. (BUTLER, 2003 p.59)

Porém, Butler (2003), faz uma crítica ao feminismo clássico afirmando que a maioria das autoras feministas não desconstrói o modelo binário de classificação dos sujeitos e baseiam-se em uma universalidade da identidade feminina e enquanto movimento político, ignoram as diferenças e contradições das identidades ou tentam neutralizá-las. Para a autora, as ações feministas têm a expectativa de instituir-se sobre uma identidade feminina estável e comum a todos os sujeitos classificados como mulheres que exclui o surgimento de novos conceitos de identidade e suas expansões e transformações.

No pensamento filosófico ocidental, de Platão a Sartre, o dualismo e as associações culturais entre mente e masculinidade e corpo e feminilidade, segundo Butler (2003), são documentadas no campo da filosofia e do feminismo e têm produzido e mantido por convenções culturais uma hierarquização das relações humanas com poderes desiguais.

Para Butler (2003), a cultura hegemônica baseada em estruturas binárias realiza a coerção dos sujeitos através da linguagem que, para autora, se deu da mesma forma tanto em relação à construção do gênero quanto em relação à construção do sexo, ou seja, assim como o gênero é uma construção cultural, consequência do pensamento organizado em binarismos, segundo Butler, o sexo também é.

De acordo com Butler (2003), os fatos relacionados à biologia dos sexos produzidos pelo discurso científico, entendidos como naturais pela nossa cultura, foram criados atendendo a interesses políticos e sociais afirmando que “a estrutura

binária para o sexo e o gênero, é considerada uma ficção reguladora que consolida os regimes de opressão masculina e heterossexista”. (Butler, 2003 p.59).

A autora, diante desta regulação, propõe uma abordagem antifundacionista sem a instauração de uma definição prévia de identidade. Para ela, somente esta visão estaria rompendo com o modelo binário de classificação dos sujeitos e performativo do sexo e do gênero.

Se as ficções reguladoras do sexo e do gênero são, elas próprias, lugares de significado multiplamente contestado, então a própria multiplicidade de sua construção oferece a possibilidade de uma ruptura de sua postulação unívoca. (BUTLER, 2003, p.58).

Como vimos, Laqueur (2001) vai ao encontro das afirmações de Butler em seus estudos sobre a visão das diferenças entre os sexos na antiguidade pois, segundo o autor, as diferenças entre os sexos eram mais sociais que biológicas. O gênero era definido pelo papel na sociedade e não pela anatomia do corpo. Esta afirmação nos remete à visão de Butler (2003), quando propõe que o sexo é tão performativo quanto o gênero e que a visão atual da diferença anatômica e fisiológica entre os sexos não é uma constante histórica e tampouco “natural”.

Laqueur (2001), afirma que no século XIX, após várias revoluções de pensamento, começaram a surgir os movimentos feministas que questionavam exatamente esta desvalorização social da mulher e hoje exerce grande influência em nossa sociedade propondo uma desconstrução dos valores sociais de hierarquização das relações de gênero através do questionamento desta visão binarista classificando os gêneros através da determinação biológica dos corpos.

Gondim et al. (2015), nos diz que os movimentos de grupos feministas, ao reivindicarem a posição política e social feminina na década de 1980, impulsionaram também o combate às formas de violência contra as mulheres.

Porém, a década de 1980 também foi marcada, de acordo com Merchant (2006), por “crises” sócio ambientais como consequência da revolução científica. Havia uma grande preocupação com o resgate da ligação do humano com a natureza e com os danos ambientais das produções químicas em larga escala. De acordo com a autora, neste contexto emergem os movimentos ecofeministas, associando a natureza, subjugada pelo poder da era moderna, ao corpo feminino que, por sua vez, é subjugado pelo poder masculino. O ecofeminismo, então, passa

a considerar questões socioeconômicas, étnicas e econômicas para reivindicar os direitos das mulheres.

Merchant (2006) realizou uma análise de textos de pensadores ocidentais modernos observando como metáforas sexistas eram utilizadas para descrever a natureza como objeto, assim como utilizados para descrever as mulheres. Ela propõe uma analogia entre o domínio masculino sobre as mulheres e o domínio dos homens sobre a terra e um empoderamento das mulheres através da espiritualidade ecológica.

Esta proposta de valorização da reaproximação da essência feminina com o corpo, vai de encontro a visão aristotélica clássica que, conforme nos elucidou Schott (1996), ao aproximar a essência do feminino ao corpo físico, também associa a este a impureza da matéria física considerando que a pureza só é alcançada com o afastamento do corpo físico e domínio racional.

Assim, o ecofeminismo ao resgatar a associação do feminino com o corpo, o faz atribuindo a ele também a idéia de pureza e incluindo as forças do mundo imaterial presentes na natureza. Porém, estas autoras receberam duras críticas dos movimentos feministas uma vez que este resgate da misticidade feminina e associação da natureza ao corpo feminino também resgatam a idéia de essência feminina e reforçariam os binarismos que originaram os estereótipos de gênero e desvalorização das mulheres.

Hache (2016), por sua vez, propõe a criação deste essencialismo como estratégia para uma recriação dos laços com a natureza através de novas narrativas e ressignificações positivas da natureza e do sagrado. A autora afirma que o objetivo não seria reforçar o binarismo mas, ao contrário, desconstruir a dicotomia entre natureza e cultura através de articulações positivas recuperando a preocupação ecológica com a natureza e retomando seu elo com as mulheres. Hache critica o feminismo clássico afirmando que, ao rejeitar a natureza do corpo feminino, rejeita a própria natureza e ignora a importância do cuidado.

De acordo com Hache (2016), no ecofeminismo há a reivindicação da potência do corpo e do elo com a natureza potencializando a idéia de preservação da vida, tanto enquanto subsistência quanto em reprodução e cuidado. A idéia de essência feminina ligada à natureza e ao sagrado, segundo Hache, funciona como estratégia política para fortalecer os grupos subalternos. A proposta da autora na utilização das narrativas ecofeministas não é para resgatar uma essência feminina

perdida, mas sim criar esta essência com propósitos políticos na construção de um mundo não patriarcal e ecológico.

Assim, criticando o mesmo pensamento binário que opõe razão à emoção, também criticado por Butler (2003), Hache (2016), propõe o oposto daquela autora com uma concepção de feminilidade ligada à natureza e misticidade, mas com o objetivo de desestigmatizar papéis femininos como subalternos e equilibrar as relações de poder entre os gêneros masculino e feminino.

Além do reconhecimento da posição subalterna feminina nas sociedades, há também entre as concepções ecofeministas, um reconhecimento de que as consequências do patriarcado não atingem todas as mulheres da mesma forma em todas estas sociedades. Neste contexto, Shiva e Mies (1997), se distanciam da idéia de essência feminina e se debruçam sob uma perspectiva mais materialista com foco nos continentes convencionados como do Sul do globo terrestre. Nesta perspectiva, as autoras não negam a essência feminina, mas focam na problemática da divisão sexual do trabalho que coloca as mulheres dos países dos continentes do Sul em posição de exploração e pobreza maior que a dos homens dos mesmos.

Para Shiva e Mies (1997), as desigualdades e exploração dos continentes do sul pelos continentes do norte, são tão importantes na condição social das mulheres quanto às desigualdades geradas pelo patriarcado em seus países. Partindo desta problemática, elas propõem a perspectiva ecológica como uma forma de subsistência sustentável para as mulheres em situação de vulnerabilidade econômica dos países do Sul.

A crítica de Shiva e Mies aos movimentos feministas clássicos, é à desconsideração das diferenças das demandas das mulheres dos países considerados não desenvolvidos e suas ligações com as atividades de subsistência, reprodução e cuidado que são desvalorizadas pelo sistema capitalista. Shiva e Mies (1997), propõem uma valorização das atividades de subsistência de forma sustentável para as mulheres do sul como forma de empoderamento econômico.

De acordo com Shiva e Mies (1997), o empobrecimento maior das mulheres nestes países devido à exploração do sistema capitalista globalizado, as deixou mais vulneráveis a todas as formas de violência contra mulheres. As autoras propõem um ecofeminismo crítico, voltado para a busca de uma justiça e equilíbrio, tanto social quanto ecológico, além de um cuidado com a vida e valorização das atividades de reprodução e cuidado exercidas pelas mulheres.

Diante do crescente cenário atual de violência com diferentes manifestações sofridas pelas mulheres, mais especificamente mulheres brasileiras, buscamos trazer a reflexão da cultura patriarcal através da apropriação dos corpos femininos pelo campo científico e da vulnerabilidade econômica das mulheres como condições que estão na origem desta violência.

Embora as pensadoras feministas e as ecofeministas discordem em muitos pontos no que diz respeito à concepção da existência de uma essência feminina, arrisco a dizer que os objetivos são semelhantes. Ambas as concepções visam o equilíbrio de poder social entre homens e mulheres e a desconstrução de estereótipos de gênero presentes em todas as sociedades patriarcais. Para as pensadoras dos movimentos feministas, essa desconstrução só será possível com a negação da existência de uma essência feminina que aprisiona as mulheres em papéis desvalorizados socialmente.

Já as autoras ecofeministas, ampliam a discussão da vulnerabilidade feminina para a vulnerabilidade do nosso planeta Terra e buscam uma ressignificação de papéis desvalorizados socialmente como forma de empoderar econômica e socialmente as mulheres e preservar a vida no planeta.

Embora a proposta do feminismo seja no sentido da desconstrução das concepções essencialistas e do ecofeminismo seja a ressignificação destas, é consenso para ambas que as atribuições de papéis de gênero, desvalorizam as características femininas e mantêm as mulheres em posições sociais subalternas em relação ao homens.

Para Foucault (1987), a memória é entendida como um instrumento de poder na medida em que é construída pelos mecanismos da ordem social dominante e que, para o autor, trata-se também da construção de subjetividades pois é como o sujeito se define diante de seu meio social e cria os mecanismos de interação com o mesmo.

Ainda pensando na desigualdade de poder entre homens e mulheres na relação conjugal violenta, entendemos este poder como uma relação de forças que, segundo Foucault (1987), encontra-se por toda parte de um determinado campo social e produz afetos e comportamentos que refletem o assujeitamento de seus membros. Assim, tanto homens como mulheres estão sujeitados a este poder que, no caso da relação conjugal violenta, produz um ciclo de afetos e comportamentos baseados em papéis sociais rigidamente determinados.

Desta forma, segundo Foucault (1972), resistir seria o oposto de reagir pois o resistir implica em uma capacidade criativa de existência para além das forças de poder que atuam no campo, enquanto que reagir é responder no polo oposto desta força redobrando a sujeição ao poder uma vez que estimula forças de sujeição extraindo dos sujeitos ações úteis à manutenção do poder e funcionamento do campo.

Consideramos que qualquer forma de fortalecer os oprimidos e combater a violência é válida. Seja construindo novos significados para os fenômenos sociais, desconstruindo essencialismos que reforçam estereótipos ou reconstruindo os significados dos papéis estigmatizados transformando-os em potência de criação.

## 1.2 – IDENTIDADE FEMININA

Para abordar o que entendemos como identidade, partiremos do entendimento de que, no processo de tornar-se humano, cada cultura fornece uma base lógica de visão de mundo que dá significado à percepção dos sujeitos e se impõe aos membros da sociedade identificada por ela. Desta forma, Halbwachs (2006), nos diz que toda percepção individual é afetada por esta lógica e as interpretações individuais sempre estarão codificadas de acordo com as normas convencionadas pela sociedade.

Além disto, este processo se dá de tal maneira que cada sujeito percebe suas convicções e as sensações que elas despertam como sendo originárias de uma reflexão interna sem dar-se conta do trabalho de persuasão que, segundo o autor, cada grupo social se empenha em manter sobre seus membros.

Para Halbwachs, (2006), isto significa que a constituição da memória de um sujeito é um processo de construção sempre em andamento utilizando como elementos as memórias dos sujeitos dos diferentes grupos aos quais ele pertence e sofre influência, ou seja, a memória dita “individual” não existe sem a memória coletiva, porém, a vivência subjetiva destas memórias variam de acordo com o papel social de cada sujeito e se reconstruem nas diferentes relações.

Partindo deste caráter social que Halbwachs atribuiu à memória, Pollak (1992), afirma que a memória é um fenômeno em permanente construção através do coletivo social e por isso, sofre transformações e flutua constantemente de acordo com as mudanças de cada grupo social.



Buscando uma compreensão da concepção que cada sujeito tem de identidade, utilizaremos a conceituação de Pollak (1992) acerca de alguns elementos que, segundo ele, constituem a memória, enumerando o primeiro como sendo os acontecimentos vividos pessoalmente pelo sujeito; o segundo como os acontecimentos que o autor chamou de "vividos por tabela" e que são acontecimentos tão enraizados no imaginário do grupo, que cada sujeito sente que o vivenciou mesmo sem ter presenciado; e a organização da memória de acordo com as características políticas, econômicas, culturais do momento histórico e social onde se constrói constantemente organizando coerentemente todos estes fatores.

Todos estes elementos constituintes da memória mas, sobretudo, o da organização que permite manter uma coerência diante de tantas transformações sociais, segundo Pollak (1992), são extremamente importantes para a concepção que o sujeito tem de identidade, seja ela individual ou coletiva, pois, para o autor, a concepção de identidade exige um sentimento de coerência e continuidade, o que pode ser encontrado nesta organização da memória em construção constante.

Para o Pollak (1992), a identidade pode ser assimilada à imagem que o sujeito concebe de si mesmo, para si e para os outros. Esta auto-imagem está sujeita a mudanças, negociações e transformações em função das relações do sujeito com os outros e sua construção está submetida a critérios de aceitabilidade, admissibilidade e credibilidade negociados entre o sujeito e os outros.

Porém, o autor salienta que identidade não deve ser compreendida como sinônimo de uma "essência" de uma pessoa ou de um grupo, uma vez que, assim como a memória, está em permanente construção através destas negociações do que o sujeito aceita, admite e crê como elementos que vão constituí-la.

Neste estudo estamos buscando encontrar, justamente, este caráter mutável da concepção de identidade, especificamente da identidade feminina, recorrendo à veiculação da mídia.

Como vimos no capítulo anterior, o papel social feminino tem sofrido transformações, tanto políticas quanto culturais que acompanharam as diferentes representações sociais do corpo feminino, porém, a idéia de uma identidade feminina acompanhada da concepção de uma essência, com comportamentos pré-estabelecidos ainda atravessa a construção da subjetividade de cada sujeito.

Entendemos também que neste processo de construção da identidade, o sujeito se vê identificado com diferentes características com as quais pode se identificar mas que, socialmente podem ser entendidas como contraditórias.

Maffesoli (2010), fala da concepção de identidade do sujeito pós-moderno, ou seja, a nova concepção de sujeito que surgiu após a revolução industrial. Segundo ele, a pós-modernidade criou sujeitos fragmentados devido à necessidade de adaptação às incertezas e transformações sociais muito rápidas.

Considerando esta peculiaridade da pós modernidade observada por Maffesoli (2010), questionamos como a constância e a coerência descritas por Pollak (1992), como necessárias para a construção da identidade, se aplicariam neste mundo pós moderno.

Segundo Maffesoli (2010), esta constância e coerência dos elementos fornecidos pela sociedade não existem na pós-modernidade, inviabilizando a concepção de uma identidade sólida. Segundo o autor, as diferentes relações exigem diferentes papéis a serem assumidos e todos eles têm que ser incorporados à concepção que o sujeito construiu e constrói de identidade através de identificações.

A concepção que o sujeito tem de si, é construída em uma pluralidade de papéis que ele assume para cada tipo de relação social e, segundo Maffesoli (2010), esta pluralidade expressa as identificações sucessivas que são determinadas pelas características sociais do meio em que o sujeito está inserido.

Entendemos que este meio engloba todas as classificações das relações sociais como classe socioeconômica, cultura, política, religião, cor e gênero.

Maffesoli (2010), também aborda a importância da transmissão de valores culturais de uma geração a outra na constituição dos sujeitos que, para integrarem-se a sociedade tem que identificar-se com estes valores. Por outro lado, algumas atitudes típicas que vão contra estes valores sempre estarão presentes e também geram identificações.

Desta forma, o nosso entendimento de identidade feminina, não caracteriza a essência imutável e comum a todas as mulheres, mas, assim como todas as formações identitárias, estão em permanente processo de transformação englobando elementos sociais que podem ser contraditórios.

Para abordar o conceito de identidade feminina, utilizaremos, mais uma vez, a concepção de Butler (2003). Assim como para Pollak e Maffesoli, para Butler a

identidade também é construída em processo permanente. Para a autora, em todas as sociedades conhecidas atualmente, o conceito de identidade de uma pessoa está atrelado, necessariamente, a identidade de gênero.

O sexo atrelado ao gênero feminino ou masculino é o primeiro reconhecimento social do sujeito como pessoa. É a partir deste que todos os outros reconhecimentos identitários se consolidam. Junto com este reconhecimento vem uma série de papéis, regras de comportamento e exigências que, embora sofram constantes transformações, impactam homens e mulheres de formas diferentes.

Utilizando entendimentos históricos e antropológicos, a autora compreende o gênero como uma relação entre sujeitos socialmente constituídos, ou seja, o gênero é um fenômeno inconstante e contextual. Para Butler (2003), a identidade sexual, assim como a identidade de gênero, são permanentemente construídas e atravessadas pelas transformações sociais.

Butler (2003), afirma que não existe uma universalidade da identidade feminina e critica movimentos políticos que ignoram as diferenças e contradições das identidades ou tentam neutralizá-las. Assim, a principal crítica da autora às ações de movimentos feministas é a expectativa destas de instituir-se sobre uma identidade feminina estável e comum a todos os sujeitos classificados como mulheres que exclui o surgimento de novos conceitos de identidade e suas expansões e transformações.

A autora propõe uma abordagem antifundacionalista sem a instauração de uma definição prévia de identidade. Somente esta visão estaria rompendo com o modelo binário de classificação dos sujeitos e performativo do sexo.

Em uma interpretação da visão lacaniana, que também se refere à identidade como mutável, inacabada e incoerente, Butler (2011), afirma que a identidade nunca é totalizada pois há elementos que não podem ser organizados pelo simbólico e surgem no imaginário como desordem atuando em uma instância de contestação impedindo a construção da identidade sexual de forma coerente e plena. Assim, o sujeito necessita de uma reafirmação constante de si para se manter como sujeito e a repetição é uma tentativa de reelaborar sua normatividade.

Como vimos em Maffesoli (2010), no mundo pós moderno, a dinâmica não permite a constância e coerência dos elementos sociais para a formação de uma identidade sem contradições. Para Butler, esta inconstância se manifesta

principalmente na identidade de gênero em que os sujeitos precisam de constante reafirmação de suas identificações para acompanhar as transformações sociais.

### **1.2.1: A CONSTRUÇÃO DOS PAPÉIS DE GÊNERO NO BRASIL**

Uma vez que a construção da identidade do sujeito parte de auto reconhecimento de gênero através dos elementos fornecidos pela sociedade, na segunda parte deste capítulo, faremos um breve histórico do que consideramos importantes marcos das representações dos papéis de gênero na sociedade brasileira.

Ávila Neto (1994), realizou um estudo das práticas sociais que cristalizaram estereótipos e preconceitos em relação ao gênero feminino no Brasil nos meios urbanos sob uma leitura adorniana do autoritarismo patriarcal. Este estudo é de extrema relevância na compreensão do fenômeno da dominação masculina compreendido pela perspectiva sociológica e por tratar-se da realidade brasileira.

Dentre as conclusões dos estudos de Ávila Neto (1994), podemos destacar que o sistema patriarcal de sociedade brasileiro, tem em sua origem, por um lado o senhor branco, de posse de sua mulher, seus descendentes e seus escravos mas, por outro lado, também glorificava a mulher através de modelos ideais como o culto à virgem, que tornou-se modelo de idealização feminina. Além disso, também estava presente a associação das mulheres a poderes mágicos, estes ligados às mulheres afro descendentes ou indígenas, e eram interpretados, quase sempre, como poderes maléficos de magia negra.

Ainda de acordo com a autora, a modificação de estereótipos de papéis de gênero no Brasil não se deu rompendo-se completamente com o passado patriarcal, esta ruptura ainda é lenta e gradual conservando raízes do patriarcado brasileiro de forma que coexistem o meio de vida arcaico e moderno, tanto no meio urbano quanto no meio rural.

Sobre os costumes sexuais, Ávila Neto (1994) observou que para os homens consolidou-se um modelo de virilidade enquanto que, para as mulheres, o modelo de virgindade como virtude e tanto homens quanto mulheres contribuíram para a cristalização destes preconceitos e estereótipos de gênero.

No que se refere aos mecanismos psicossociológicos que originaram e mantém o nosso modelo patriarcal de sociedade no Brasil, Ávila Neto (1994), afirma

que estes estão ligados a duas figuras primárias e coexistentes de autoridade: As figuras patriocêntricas, ligadas à autoridade política do macho e as figuras matriocêntricas, que revelam o poder místico imputado à mulher.(Ávila Neto, 1994, p54-56)

Porém, a partir do século XIX, o avanço da medicina e a consequente apropriação do corpo feminino com reafirmações de papéis de gênero, segundo Costa (2004), tem importantes impactos na sociedade brasileira. Segundo o autor, a sexualidade conjugal ganhou especial enfoque no século XIX e tornou-se objeto de regulação médica, não por seus excessos, mas por suas deficiências.

O comportamento de homens e mulheres, principalmente na relação conjugal era controlado para atender a objetivos da aristocracia, da igreja católica e do Estado. O amor conjugal, o amor aos filhos e até mesmo as relações sexuais entre o casal tinham que atingir um ideal pré-estabelecido pelo que os detentores do poder consideravam o ideal.

O mesmo autor também afirma que a fraqueza física das mulheres em relação aos homens era inferida também à sua constituição moral e assim justificava-se posição subalterna na sociedade. Uma vez que a fraqueza, a sensibilidade e a submissão eram entendidas como virtudes essenciais das mulheres, sua “inteligência” teria que ser aplicada somente aos objetos de seus afetos, tornando-as não indicadas para trabalhos intelectuais.

Eram atribuídos às mulheres o amor e a dedicação à família. Assim, o fracasso na harmonia do lar também era de sua responsabilidade por não ter administrado corretamente suas qualidades femininas. Desta forma, elas teriam falhado enquanto mulheres e enquanto sujeitos.

Ainda de acordo com Costa (2004), no século XIX, a norma higienista no Brasil, por um lado desconfinou as mulheres burguesas do âmbito doméstico, permitindo maior convívio social visando o consumo comercial. Por outro lado, procurou reintroduzi-las a família como uma aliada do Estado no que diz respeito ao cuidado com a prole e como fiel seguidora das prescrições médico-científicas.

A preocupação com uma infância saudável passou a exigir das mulheres novas responsabilidades com mais restrições no período de gravidez e a obrigação da amamentação. As mulheres que não cumprissem com as prescrições médicas para cuidar da gravidez e de seus filhos, acabavam sentindo-se extremamente culpadas. Contudo, as exigências em relação à amamentação e restrições durante a

gravidez, além da proteção à vida das crianças, tinham outros objetivos: elas também regulavam o comportamento feminino, atendendo a três objetivos principais: (COSTA, 2004 p.258-260):

O primeiro objetivo diz respeito à amamentação como aproveitamento do tempo livre das mulheres. Assim, elas o preencheriam com uma tarefa útil, não podendo dedicar-se a atividades não condizentes com a moral e bons costumes familiares.

O segundo objetivo já estaria ligado a uma consequência da própria norma higienista que, ao emancipar as mulheres para o consumo, permitiu que essas tivessem acesso à literatura e a idéias de independência e igualdade em relação aos homens. Porém, a equiparação intelectual e profissional das mulheres aos homens não era o objetivo do Brasil do século XIX. “Do ponto de vista dos higienistas, a independência das mulheres não podia extravasar as fronteiras da casa e do consumo de bens e idéias que reforçassem a imagem da mulher-mãe.” (COSTA, 2004. p. 260).

Como os higienistas já haviam ganhado a adesão das mulheres, principalmente da classe média e alta, às suas normas nesse contexto histórico, não convinha barrar o seu interesse de independência sob o argumento de que elas eram inferiores aos homens. Esse argumento não era mais aceito pelas mulheres e, além disso, os médicos poderiam perdê-las como principais aliadas nos cuidados com a saúde das famílias brasileiras.

A estratégia utilizada para obter a adesão das mulheres às medidas que as excluía do domínio acadêmico foi a de valorizar suas funções biológicas e sociais, para as quais os homens não estavam habilitados, e convencê-las de que estas nobres funções eram bem mais importantes do que as ocupações profissionais e intelectuais, fazendo-as crer que deveriam abdicar das mesquinhas ocupações intelectuais e profissionais pela nobreza da função biológica de ser mãe e cuidadora da família.

Ainda de acordo com Costa (2004), havia um terceiro objetivo regulador do comportamento feminino através da gravidez e amamentação. Este era o de controle da sua sexualidade. Os higienistas do século XIX circunscreveram a sexualidade feminina à zona de controle da “mãe”.

A sexualidade das mulheres tinha que ser comprometida com a estabilidade conjugal e com a proteção da prole. A orientação dos médicos da época era de

abolir ou restringir ao máximo a relação sexual durante a gravidez e amamentação. A primeira, pelo risco de aborto; e a segunda, pelo risco de nova concepção, que afetaria a qualidade do leite.

Esta interdição, segundo Costa (2004), procurava manter a sexualidade feminina sob controle e a serviço do cônjuge, dos filhos e do Estado. Porém, havia uma preocupação dos higienistas com uma abertura a válvulas de escape, a possível insatisfação feminina gerada por essas restrições. Incentivou-se, então, a sexualidade voltada para a amamentação e a sexualização da relação mãe-filho como substituto do prazer genital.

As mulheres eram orientadas a evitar as relações sexuais durante a amamentação, no entanto era conhecido pelos médicos que o toque entre mãe e bebê era estimulante sexualmente, assim, era estimulada a vivência do prazer deste toque como substituto ao coito, legitimando a sexualização da relação mãe/filho.

As mulheres brasileiras, então, tinham que realizar-se plenamente em sua função de ser mãe e cuidadora da família. Estes papéis representavam o ideal de felicidade. As mulheres que não os desejavam ou não conseguiam desempenhá-lo de forma considerada satisfatória eram reprovadas socialmente, além de vivenciar conflitos internos.

Assim, o Estado brasileiro, através de uma apropriação do corpo feminino pelo saber médico, utilizando estudos sobre a gravidez e a amamentação, procurou garantir o papel feminino de mãe para a manutenção de uma ordem social, da família conjugal e da prioridade do cuidado com a prole. Além disso, conseguiu a adesão da maioria das mulheres das classes dominantes criando o ideal de família brasileira e de identidade feminina.

Por outro lado, nas primeiras décadas do século XX, segundo Rohden (2001), a comunidade científica mundial passou a considerar a importância do prazer sexual das mulheres, dentro do casamento, e então dá-se início à separação de sexo e reprodução. Por outro lado, acirrava-se a condenação social das mulheres que não priorizavam suas funções de esposa e mãe.

Ruitenbeek (1969), afirma que a responsabilidade depositada nas mães como responsáveis pela família, foi acompanhada da destituição da figura autoritária do pai. Este declínio da figura e papel social do pai disciplinador a partir da era industrial vem sendo disseminada através da produção de cinema e televisão na cultura americana e, segundo o autor, vem transformando as relações familiares.

Porém, no início do século XX, a sexualidade passa a ser o campo mais explorado pelos psiquiatras e psicanalistas na normatização do comportamento sexual, principalmente feminino, em que se afirmava que a maturidade sexual feminina só se dava com o intercuro heterossexual e o prazer, com a penetração.

Caulfield (2000), que realizou um estudo das teses jurídicas na cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XX, também aborda a visão da sociedade brasileira acerca das características e papéis definidores das mulheres e afirma que a manutenção da ordem social baseada nas diferenças biológicas entre os sexos masculino e feminino era o principal foco das políticas de intervenção do Estado.

De acordo com a autora, o conceito de honra baseado na honestidade sexual das mulheres era o pilar de sustentação de um sistema fundamentado nas diferenças sexuais estabelecidas pela natureza na diferenciação de papéis sociais de gênero e as transformações sociais, em parte originadas por estes novos estudos sobre a sexualidade feminina relatados por Rohden (2001) começam a ameaçar a ordem social da família tradicional brasileira.

Caulfield (2000) retrata uma preocupação com esta ordem social, mais especificamente na Cidade do Rio de Janeiro, que é refletida no sistema jurídico das décadas de 1920 a 1940. Segundo a autora, os juristas receavam que o comportamento de mulheres tidas como modernas, liberais ou emancipadas constituíssem uma nova configuração de sociedade. Em um contexto em que as pressões demográficas, políticas, sociais e culturais, como novas concepções de famílias chefiadas por mulheres e relações sexuais antes do casamento, ameaçavam a concepção de família estruturada e representavam um rompimento do modelo das relações de gênero mais tradicional, o judiciário se detinha sobre a regulação da moral sexual.

Caulfield (2000), afirma que os crimes “contra a honra” eram definidos por aqueles em que “mulheres honestas” eram persuadidas a praticarem relações sexuais sem um compromisso conjugal. No caso das mulheres solteiras, o crime do defloramento permitia uma regulamentação da justiça sobre a sexualidade das mulheres que também eram controladas pelo Estado e julgadas pela sociedade.

A preocupação jurídica, de acordo com a autora, era a função reprodutora e moralizadora das mulheres dentro do modelo de família tradicional e não os direitos individuais das mulheres. Ainda segundo Caulfield (2000), estudos juristas e



médicos da década de 1920 defendiam a tese de que o defloramento de mulheres honradas sem o compromisso do casamento poderiam levá-las a prostituição.

A idéia propagada pelos intelectuais da época era de que “a massa popular”, constituída pela grande população das classes pobres trabalhadoras, assim como as mulheres, precisavam de uma orientação moral que não eram capazes de ter por si mesmos. As mulheres eram definidas pelo predomínio da emoção, pela sujeição a influências externas e pela vulnerabilidade à degeneração. Já os intelectuais eram homens que estabeleciam a ordem social, ditando regras que iam desde a educação moral até a regulamentação do casamento.

Esta separação das naturezas feminina e masculina que passava pelas classes sociais também era presente na concepção de honra. Segundo Caulfield (2000), honra para os homens brasileiros, no início do século XX significava principalmente a ocupação de uma função laborativa e com esta o respeito da sociedade. A honra masculina também estava ligada ao nível de confiança em sua palavra e sua lealdade aos papéis sociais que exerciam. Já para as mulheres, a honra estava associada à virtude moral exclusivamente no sentido sexual. Mulheres honradas eram virgens se fossem solteiras e fiéis aos maridos no caso das mulheres casadas. Alguns juristas definiam as mulheres que tinham relações sexuais fora do casamento como “prostitutas clandestinas”.

Entendemos que as conclusões de Caulfield (2000), vão ao encontro da análise de Rohden (2001) e, nos dois estudos, vimos como o corpo feminino foi objeto de teses médicas e juristas que serviam ao propósito da diferenciação biológica para o reforço dos papéis sociais. No Brasil, estes estudos justificaram a necessidade do controle da sexualidade feminina pela sociedade, pela justiça e pelo Estado em nome da ordem social vigente. Este controle era exercido por um Estado paternalista na primeira metade do século XX e por um poder judiciário que determinava o que era moralmente certo ou errado no comportamento sexual feminino.

De acordo com Rohden (2001), Costa (2004) e Caulfield (2000), no Brasil do século XIX, o comportamento feminino era regulado socialmente baseando-se, principalmente em teorias da “natureza feminina” através dos estudos da fisiologia dos corpos das mulheres. No século XX, já se pode observar uma maior preocupação com a regulação da sexualidade. O comportamento sexual das mulheres passa a ser “monitorado” mais diretamente.

De acordo com os autores abordados, a segunda metade do século XX foi marcada por movimentos sociais que introduziram tentativas de rupturas destas determinações de papéis femininos, porém, com uma continuidade dos mesmos.

Loyola (2003), afirma que, por intermédio do desenvolvimento das tecnologias reprodutivas (contraceptivas e conceptivas), que estão no campo de saber das ciências médicas, a medicina do século XX apresentou uma crescente interferência na sexualidade e, principalmente, na sexualidade feminina.

A autora afirma que, embora os avanços científicos tenham possibilitado um maior controle da contracepção e a possibilidade de gerar filhos sem parceiro sexual, reforçando a desvinculação entre sexualidade e reprodução, por outro lado, as mulheres do século XX e XXI, ainda são as que arcam com o ônus da reprodução. No Brasil, é crescente o número de famílias monoparentais chefiadas por mulheres que, continuam ganhando menos que os homens e, mesmo quando possuem parceiros, elas têm dupla jornada de trabalho.

Esta tendência sinaliza que conquistar o espaço público, não significou rupturas significativas nas definições sociais de papéis femininos, especialmente no cuidado com a prole.

Segundo Loyola (2003), outra forma de controle da sexualidade que ganha força na década de 80 do século XX e merece destaque é o “controle estatístico”, que adquiriu um enorme impulso com o surgimento da AIDS. Segundo a autora, se no século XIX a regulação da sexualidade baseava-se em uma norma moral, nas últimas décadas do século XX e início do XXI, baseia-se em uma norma estatística com pesquisas empíricas que identificam comportamentos de risco.

Esta regulação estatística tem como consequência a geração de regras de controle do desejo e do prazer sexual como formas de prevenção. Porém, o que estaria por trás deste controle, segundo Loyola (2003), seria a demanda política da liberdade sexual e da vontade que impulsionou uma busca dos sujeitos por suas identidades de gênero e sexual.

Diante do exposto, consideramos que as atribuições de papéis e a submissão das mulheres, principalmente em relação aos seus cônjuges, são fatores facilitadores da violência conjugal. Porém, também buscamos compreender como as transformações sociais, que geram novas representações dos papéis de gênero, do corpo feminino e da identidade feminina que demandam novas posturas e

performances sociais interferem nas relações de violência sofridas pelas mulheres por seus parceiros ou ex parceiros íntimos.

## **CAPÍTULO 2: AS FORMAS DE VIOLÊNCIA PRATICADA CONTRA MULHERES**

Partindo do entendimento de que as concepções acerca do corpo feminino e da identidade feminina, com suas transformações através do tempo, contribuem para um modelo de sociedade com rígidos papéis sociais de gênero que colocam as mulheres em posições sociais subalternas e legitimam a apropriação de seus corpos pelo Estado, pela ciência e por seus parceiros íntimos facilitando a prática da violência contra elas, neste capítulo, tipificamos as principais formas de violência contra as mulheres e situamos o Brasil no panorama mundial com o recorte do tipo de violência que foi abordado neste estudo.

### **2.1 – CONCEITOS E TIPIFICAÇÕES**

As Nações Unidas definem violência contra a mulher como:

“Qualquer ato de violência baseada em gênero que resulte ou possa resultar em danos mentais ou sexuais, ou sofrimento para a mulher, incluindo ameaças, como atos de coerção ou privação arbitrária de liberdade, seja na vida pública ou privada”. (NAÇÕES UNIDAS, 2005, p. 06).

Em 1994 ocorreu a Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres, aprovada pela Organização dos Estados Americanos, conhecida como “Convenção de Belém do Pará” que reconheceu a violência contra mulheres como uma violação dos Direitos Humanos.

Doze anos após a Convenção de Belém do Pará, em 2006, é promulgada no Brasil a lei 11.340/2006 que em seu Art. 5º, configura violência doméstica e familiar contra as mulheres como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

A Lei nº 11.340 /2006 foi batizada e é conhecida no Brasil como “lei Maria da Penha”, em homenagem à cearense Maria da Penha Maia Fernandes. Hoje, a biofarmacêutica é uma referência de luta contra a violência doméstica no Brasil, principalmente a violência praticada por parceiros íntimos. O instituto Maria da Penha (IMP), fundado em 2009 com sede em Recife, é uma Organização não governamental com a missão de contribuir para a aplicação integral da lei 11.340/2006 monitorando a aplicação das medidas previstas na lei através das

políticas públicas buscando a redução da prática da violência contra mulheres. (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2018)

Na página oficial do instituto, encontramos o histórico de violência, injustiça e superação da mulher cuja trajetória inspirou a lei que trata com especificidade os crimes de agressão contra as mulheres no Brasil. Maria da Penha Maia Fernandes nasceu em 1945 em Fortaleza, CE. Concluiu a formação em farmácia e bioquímica na Universidade Federal do Ceará (UFCE) em 1966. Tornou-se mestra em parasitologia pela Universidade de São Paulo (USP) em 1977. Foi durante o curso de mestrado na USP, em 1974, que conheceu Marco Antonio Heredia Viveros que realizava o curso de pós-graduação em economia na mesma instituição.

Maria da Penha e Marco Antônio casaram-se em 1976 e tiveram três filhas. Porém, foi a partir deste momento que Marco Antônio conseguiu a estabilidade financeira e a cidadania brasileira. De acordo com as informações no site do IMP, foi neste contexto que as agressões começaram, não somente contra Maria da Penha, mas também contra as filhas do casal.

Ainda de acordo com as informações do site do IMP, em 1983, Marco Antônio disparou um tiro nas costas de Maria da Penha enquanto ela dormia e, como consequência, ela ficou paraplégica. Marco Antônio contou à polícia que o ocorrido teria sido consequência de um assalto, versão que foi desmentida posteriormente. Maria da Penha passou quatro meses internada entre recuperação e tratamento pós cirúrgico. Ao retornar para casa foi vítima de nova tentativa de feminicídio por eletrecutamento após 15 dias em cárcere privado.

Após compreender as intenções perversas de seu marido, Maria da Penha conseguiu apoio da família e suporte jurídico para conseguir sair de casa sem configurar abandono de lar, o que poderia ocasionar na perda da guarda de suas três filhas.

Mas, a partir de sua saída de casa, Maria da Penha deixou de sofrer violência doméstica e passou a sofrer a violência institucional por parte do poder judiciário. Segundo o site do IMP, o primeiro julgamento de Marco Antônio ocorreu apenas oito anos após o crime, em 1991. Embora tenha sido sentenciado a 15 anos de prisão, devido aos recursos da defesa, o criminoso já saiu do fórum em liberdade.

Em 1994, Maria da Penha publica sua história e o andamento do processo contra Marco Antônio em seu livro intitulado “Sobrevivi... posso contar”.

Em 1996 houve um novo julgamento contra Marco Antônio que novamente permaneceu em liberdade devido a alegações de irregularidades no processo. Em 1998, o caso de Maria da Penha ganhou repercussão internacional. Era um momento importante pois acabara de ocorrer convenções internacionais de direitos humanos. Porém, mesmo com a repercussão internacional, o Estado Brasileiro não se pronunciou sobre o caso.

Somente em 2001, após receber quatro ofícios da Organização dos Estados Americanos (OEA), O Estado Brasileiro foi responsabilizado por omissão e tolerância à prática da violência contra mulheres. A vitória, porém, não foi de Maria da Penha isoladamente, mas sim de todas as mulheres brasileiras, pois o caso de impunidade do agressor era comum nos crimes contra mulheres praticados no Brasil. A partir das determinações impostas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos que se deram a partir de então, desencadearam-se medidas que culminaram na elaboração da lei 11.340 que foi sancionada em 7 de agosto de 2006 pelo, então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva. (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2018).

Por conta de sua trajetória de vida, posteriormente, por sua luta pelos direitos das mulheres e contra a violência, hoje contamos com a lei “Maria da Penha”. A referida lei classifica cinco formas de violência contra as mulheres: violência física; violência sexual; violência patrimonial; violência moral e violência psicológica.

O art. 5º da Lei 11.340/2006 configura violência doméstica e familiar contra a mulher como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

O objeto desta investigação consiste em uma categoria específica de violência contra mulheres: A violência praticada por seus parceiros ou ex-parceiros íntimos, ou seja, marido ou ex-marido, companheiro ou ex-companheiro, namorado ou ex-namorado.

Lisboa (2014) denomina a forma de manifestação da violência doméstica contra as mulheres, em que os agressores são seus parceiros ou ex parceiros íntimos, como violência conjugal. Esta forma de manifestação, de acordo com a autora, caracteriza-se por situações de abusos cometidos pelo parceiro ao longo da convivência de forma cíclica e com intensidade crescente. Este ciclo de convivência é intercalado por momentos de fúria com agressões verbais e/ou físicas e momentos de reconciliações com pedidos de desculpas e compensações.

Estes abusos são uma forma de reprodução da ordem social de dominação masculina, a qual expomos no capítulo 1, que manifesta-se nas relações íntimas de forma violenta. E, assim como ocorre na manutenção desta ordem, estes abusos contam com a cumplicidade e consentimento do sujeito dominado sem que este tenha percepção desta dinâmica.

Em relação à crescente intensidade dos abusos e agressões a que se refere Lisboa (2014), na violência conjugal, estes podem se tornar mais violentos a cada ciclo podendo chegar ao assassinato da parceira.

De acordo com Gondim et al., (2015), o feminicídio é a forma mais extrema de violência praticada contra mulheres e reflete uma cultura de dominação e de inferiorização da condição social feminina, ou seja, trata-se de um fenômeno social que atinge proporções significativas da população feminina em todo o mundo.

A definição de feminicídio, para as autoras, é “todo e qualquer ato de agressão derivado da dominação de gênero, cometido contra indivíduo do sexo feminino, ocasionando sua morte”. (Romero, 2014 apud Gondim et al., 2015, p 22)

O Brasil foi o 16º país da América Latina a configurar o crime de feminicídio. Este entrou em vigor em 10 de março de 2015 com a promulgação da Lei 13.104/2015. De acordo com esta lei, passa a ser homicídio qualificado a morte de mulher por razões de sexo feminino e elenca as situações que são consideradas como razões de condição do sexo feminino: violência doméstica e familiar, menosprezo à condição de mulher ou discriminação à condição de mulher. Bianchini & Gomes, (2015)

O crime de feminicídio pode ser cometido tanto por membros da família ou parceiros íntimos quanto por desconhecidos. Sendo assim, de acordo com as circunstâncias ou com o grau de relacionamento do assassino com a vítima, o feminicídio pode ser classificado nas seguintes tipologias:

a) feminicídio íntimo é o tipo mais frequente, em que o homicida mantinha ou manteve com a vítima relacionamento íntimo ou familiar; b) feminicídio sexual ocorre nos casos em que a vítima não possui ligação qualquer com o agressor, mas sua morte foi precedida de violência sexual, no caso de estupro seguido de morte; c) feminicídio corporativo, por sua vez, dar-se-á em casos de vingança ou disciplinamento, através do crime organizado, como se verifica no tráfico internacional de seres humanos; e, por fim, d) feminicídio infantil, aquele imputado às crianças e adolescentes do sexo feminino através de maus-tratos dos familiares ou das pessoas que tem o dever legal de protegê-las (SEGATO, 2006; ROMERO, 2014 apud Gondim et al., 2015, p 23).

Com a tipificação do feminicídio, Gondim et al. (2015), afirmam que o Estado reconhece quão grave e danoso é, para a sociedade, o homicídio de mulheres, e busca promover a justiça de gênero e erradicar as práticas discriminatórias ainda presentes no meio social. Porém, para as autoras, o debate sobre o feminicídio ainda suscita discussões controversas, pois a criminalização e judicialização de um fenômeno que envolve aspectos psicossociais tão complexos, não é o suficiente para a erradicação ou mesmo diminuição da frequência desta conduta criminosa.

É importante reconhecer que a lei do feminicídio, assim como a lei “Maria da Penha” representam um importante avanço e conquista dos movimentos políticos de mulheres e a legitimação da sociedade como um todo dando mais visibilidade às violações dos direitos humanos.

Sem desconsiderar a importância do papel jurídico e da legislação no combate ao fenômeno da violência doméstica praticada contra as mulheres, precisamos salientar que sua complexidade exige uma atuação também nos espaços educacionais e assistenciais, ou seja, é um fenômeno que atravessa múltiplos campos sociais.

Entendemos um campo social de acordo com a definição de Bourdieu (1989), como sendo cada espaço social, com seus agentes e linguagem específicos e certo grau de autonomia em relação aos outros. Ainda de acordo com o autor, quando os agentes de um determinado campo são representantes de classes dominantes (política, étnica ou economicamente), estes impõem a sua visão de mundo através de seus conhecimentos específicos.

Sem se dar conta de que trata-se de uma imposição, esta visão de mundo das classes dominantes é assimilada pelas outras camadas da sociedade e incorporada à realidade de todos os outros espaços sociais por seus agentes. Esta incorporação faz com que os agentes de outras camadas sociais naturalizem regras de convivência e hierarquias que beneficiam as classes dominantes. Estas últimas



perpetuam por gerações estes privilégios e assim fica caracterizado o poder simbólico que exercem sobre as classes dominadas.

Um dos campos de maior influência sobre os demais espaços sociais é o campo jurídico. Este tem várias particularidades em sua definição e delimitação assim como na participação de seus agentes com conflitos internos e externos.

Segundo Bourdieu (1989), o campo jurídico detém o monopólio do direito de ditar a boa ordem social através de uma linguagem específica consagrada como justa e adequada aos interesses, valores e visão de mundo das classes dominantes. Os agentes do campo jurídico (perito, juiz, advogado) que detêm exclusividade sobre a codificação dos signos desta linguagem dominam uma relação de poder simbólico em relação aos de fora do campo.

Sobre o poder simbólico exercido pelo campo jurídico, Bourdieu (1989), destaca o papel da linguagem específica dos juristas com a função de produzir dois efeitos que permitem a aplicação das leis: O da neutralização das parcialidades pessoais, tornando a aplicação da lei impessoal, e o da universalização, que permite a aplicação da lei de forma generalizada, ou seja, se aplica em qualquer contexto.

Porém, entre os próprios agentes internos do campo jurídico há uma disputa por este monopólio da competência jurídica que Bourdieu aponta como sendo entre a teoria, representada pelos peritos, professores e teóricos do direito e a prática que, segundo o autor, cabe aos juízes e aos que aplicam a lei e detêm a missão de adaptar a teoria à urgência da realidade.

Entre estes dois grupos de agentes, há uma complementaridade funcional na medida em que, como explica o mesmo autor, por um lado, asseguram a assimilação das regras através da idéia de universalidade e por outro, introduzem as adaptações necessárias a manutenção de todo o sistema que sustenta o poder simbólico do campo jurídico e são incorporadas e aceitas pelos outros espaços sociais.

Assim, Bourdieu (1989) nos aponta a importância do campo jurídico e o seu poder simbólico exercido sobre os demais espaços sociais. Porém, esta relação não poderia ser unilateral, ou os movimentos políticos e manifestações de grupos sociais específicos, não exerceriam nenhuma influência nas leis.

Segundo o autor, os agentes sociais de classes dominadas, ao organizarem-se em movimentos específicos que lhes confirmem visibilidade e força política através

de seus representantes, exercem influência também no campo jurídico fazendo com que seus interesses e reivindicações componham o trabalho da produção jurídica.

Esta resposta dos demais espaços sociais, de acordo com Bourdieu (1989), fortalece a crença na generalização e universalização do discurso jurídico tornando possível a coerção pelo poder simbólico. Porém, estes grupos só conseguem exercer esta força sobre o campo jurídico, na medida em que ganham visibilidade ou estão em ascensão no campo social.

Esta linguagem específica do campo jurídico não corresponde à linguagem de outros campos sociais. Sendo assim, já no início, encontramos um dificultador para fazer com que um sistema de linguagem que tratava de crimes de forma impessoal e universal, passe a tratar de um fenômeno complexo como a violência.

Debert (2008), afirma que crime lida com fatos objetivos, tipificações, circunstâncias e tem como objetivo principal culpar ou absolver. Já a violência, segundo a mesma autora, implica em um reconhecimento social mais amplo, fora do campo jurídico, e supõe complexos processos de relações interpessoais que demandam medidas que vão muito além da punição do “culpado”.

Além disso, a violência acontece na relação interpessoal e, muitas vezes, não existe apenas um culpado, ou melhor, não se trata de culpa, mas de responsabilização.

Com foi apresentado em uma breve exposição da formação das leis que combatem a violência contra as mulheres no Brasil, esta evolução se deve aos movimentos sociais que foram ganhando força política e desta forma influenciando o campo jurídico. As demandas sociais então foram sendo incorporadas, porém, de forma coercitiva e reguladora.

Ainda segundo Debert (2008), esta expansão da atuação do campo jurídico, não se limitou ao campo político, mas, em relação à violência especificamente, passou a regular esferas de natureza antes consideradas privadas e fora de seu alcance como as relações familiares.

Para Debert (2008), as delegacias especiais como as delegacias de atendimento à mulher (DEAM) são sim um avanço na reivindicação dos direitos das mulheres e no combate a violência.

Ainda de acordo com Debert, as DEAMs são respostas a um conjunto de ações de organizações sociais de grupos de dominados e refletem a história de como a universalidade e a particularidade se articulam no Brasil.

O pressuposto que orienta a ação dessas organizações é que a universalidade dos direitos só pode ser conquistada se a luta pela democratização da sociedade contemplar a particularidade das formas de opressão que caracterizam as experiências de cada um dos diferentes grupos desprivilegiados. (DEBERT, 2008 p.167).

Entendemos que as delegacias têm o poder de traduzir em linguagem jurídica os interesses de mulheres que estão em situação de violência. Porém, ao fazer esta “tradução” corremos o risco de reduzir o fenômeno da violência a um crime e ignorar outras demandas presentes na relação violenta. Por outro lado, não podemos esperar que o campo jurídico dê conta de todas as demandas geradas pelo fenômeno da violência.

Devido a complexidade deste fenômeno da violência praticada contra mulheres e da impossibilidade do campo jurídico dar conta do enfrentamento isoladamente, Debert (2008) e outras autoras feministas apontam que as mulheres não devem ser encaradas como vítimas passivas da violência de gênero. Estas são sujeitos sociais e também são agentes nestas relações que reproduzem o fenômeno através do poder simbólico. Além disso, as desigualdades de poder simbólico nas relações de gênero são transpassadas por outras desigualdades de grupos sociais dominados como negros, pobres, idosos e crianças.

De acordo com Debert (2008), a retirada das mulheres desta posição de passividade diante da violência de gênero, foi fundamental para que se atentasse para as formas de agenciamento que ganham a adesão das mesmas aos arranjos opressivos, tornando possível criar estratégias de resistência em diferentes contextos. De acordo com Debert (2008), as mulheres são sujeitos sociais que reproduzem a ordem social de dominação masculina através do poder simbólico.

Indo ao encontro deste entendimento, Lisboa (2014), corrobora esta desigualdade de poder simbólico entre homens e mulheres em que os homens ocupam posições sociais privilegiadas. Quando um homem utiliza esta posição dentro da relação conjugal para cometer abusos contra sua companheira, fica caracterizada a violência conjugal.

Para Lisboa (2014), a ordem social de dominação masculina dentro das relações conjugais, muitas vezes, se manifesta de forma violenta através de abusos físicos, morais e psicológicos. Mas esta dinâmica relacional não é uma via de mão

única, ou seja, a participação dos sujeitos dominados é tão importante quanto à dos sujeitos dominadores.

Sob a perspectiva das relações interpessoais, Scaffo (2013), também apresenta uma ótica do fenômeno da violência conjugal em que as mulheres não são passivas, mas sim parceiras no sentido de contribuir involuntariamente com a manutenção do seu ciclo. Desta forma a autora coloca a violência conjugal como uma forma de comunicação entre parceiros íntimos, uma dinâmica relacional alimentada por ambas as partes, ainda que perversa e criminosa.

Sendo uma das formas de expressão do patriarcado e ainda aceita em silêncio pela sociedade, a dinâmica da violência conjugal é caracterizada por intimidações, cerceamentos, humilhações, destruição das redes familiares e profissionais, agressões físicas, entre outras formas do cônjuge demonstrar o poder e promover pela força a adequação da parceira ao comportamento que ele considera compatível aos seus desejos e à sua posição de domínio.

O sofrimento produzido como resultado desta dinâmica, segundo Scaffo (2013), torna o comportamento das mulheres nesta situação bastante ambivalente, fazendo com que ora resista, e ora se submeta.

É entre um constante alternar de comportamentos ativos e passivos que se consolida uma dinâmica de relação conjugal violenta, onde as mulheres, além do conflito interpessoal, vivem um conflito emocional interno tornando a intervenção psicossocial essencial no âmbito da assistência.

Scaffo (2013), afirma que os papéis sociais atribuídos às mulheres como responsáveis pela harmonia do ambiente doméstico as fazem sentirem-se responsáveis pelo sucesso da relação conjugal e, como consequência, faz com que elas permaneçam na situação de violência pelos filhos ou pelo casamento enquanto instituição familiar. A autora nos diz que, uma vez que as mulheres consideram que a área dos afetos e vínculos familiares é de sua responsabilidade, elas tendem a assumir o ônus por condutas violentas no âmbito doméstico.

A abordagem das mulheres em situação de violência conjugal como agentes que também reproduzem os modelos sociais opressivos nas relações de poder de nossa sociedade, de forma alguma, isenta os homens que cometem o ato violento ou exclui a importância das políticas públicas de enfrentamento e de medidas punitivas. Porém, o reconhecimento destas mulheres enquanto parte ativa na

dinâmica da violência doméstica praticada contra as mulheres, torna possível criar estratégias de resistência em diferentes contextos.

Por isso, não nos referimos a estas mulheres como vítimas de violência doméstica e tampouco, aos homens como agressores. Ao decorrer da apresentação deste estudo, utilizamos os termos mulheres e homens em situação de violência doméstica por considerarmos serem os mais apropriados em consideração à complexidade que envolve esta dinâmica relacional.

## 2.2 – A VULNERABILIDADE DAS MULHERES EM NÚMEROS

No último relatório completo sobre a violência contra as mulheres no mundo, ONU (2019), dentre as várias formas de manifestação da violência doméstica e familiar praticada contra as mulheres, aquela cujo agressor é ou foi parceiro íntimo da vítima foi a que apresentou a maior frequência em todos os países analisados. O relatório apontou que 17,8% das mulheres em todo o mundo, entre 15 e 49 anos, sofreram este tipo de violência no ano de 2017.

De acordo com a atualização dos dados da ONU (2021), uma em cada 3 mulheres no mundo sofre algum tipo de violência. Ainda de acordo com os dados, uma em cada quatro mulheres de 15 a 24 anos que estiveram em um relacionamento íntimo, sofre violência perpetrada pelo parceiro.

Segundo informações da ONU (2021), a violência conjugal é prevalentemente a mais praticada contra mulheres e afetam 641 milhões de pessoas no mundo atualmente. Além disso, concluiu-se que as mulheres que vivem em países mais pobres são mais afetadas.

Voltando aos dados do último relatório de 2019, o continente que apresentou a prevalência deste tipo de violência foi a Oceania, onde 34,7% das mulheres sofreram este tipo de agressão em 2017. A América Latina, junto com o Caribe, é a quinta região continental em relação a este tipo de prática em que 11,8% das mulheres foram agredidas por seus parceiros ou ex parceiros íntimos no último relatório. A Europa juntamente com a América do Norte registrou a menor porcentagem de mulheres que sofreram este tipo de violência em 2017, totalizando 6,1% do total.

Em relação ao assassinato de mulheres no mundo, o relatório apontou que 58% destas mulheres foram mortas por pessoas conhecidas e, em mais de um terço

do total de casos de mulheres assassinadas o autor do fato foi o parceiro ou ex parceiro íntimo.

No Brasil, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, FBSP (2019), em 2018, 263.067 mulheres foram vítimas do crime de lesão corporal dolosa praticado por parceiros ou familiares, ou seja, configurado como violência doméstica, o que representa uma taxa de 126,2 por 100 mil habitantes. O Estado do Rio de Janeiro ficou acima da média nacional registrando uma taxa de 169,9 casos por 100 mil habitantes.

Com a atualização do FBSP (2021), este crime teve uma redução no número de registros para 230.160 casos, seguindo uma queda já apresentada em 2019 para 246.664 casos. Porém, a taxa nacional por 100 mil mulheres apresentou um aumento para 212,7 em 2020 e o Rio de Janeiro, novamente ficou acima da taxa nacional com 242,8 mulheres vítimas a cada 100 mil.

No que se refere aos crimes de assassinato de mulheres e feminicídios, os dados apresentados pelo FBSP (2019), registraram que 4.107 mulheres foram assassinadas no Brasil em 2018, uma redução de 10,5% em relação a 2017, porém, os casos de feminicídio totalizaram 1.206, com um aumento de 11,3% em relação ao ano anterior. Os feminicídios representaram 29% dos casos de assassinatos de mulheres em 2018 em todo o Brasil.

Em 2019 e 2020, os casos de feminicídio aumentaram para 1330 e 1350, respectivamente e, segundo FBSP (2021), 3913 mulheres foram assassinadas no Brasil em 2020. Embora o número total de assassinatos tenha diminuído em relação a 2018, os casos em que o crime foi motivado pela condição da vítima ser mulher aumentou, 34,5%, ou seja, crimes caracterizados como feminicídio.

Segundo o FBSP (2019<sup>a</sup>), que apresentou a pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, por hora, 536 mulheres foram vítimas de agressão física no Brasil em 2018 e, no total, 16 milhões de mulheres brasileiras foram vítimas de algum tipo de violência.

Quanto à faixa etária, 42,6% das mulheres agredidas tinham entre 16 e 24 anos e as mulheres negras foram as principais vítimas, totalizando 28,45% dos casos. A agressão praticada pelos parceiros ou ex parceiros íntimos, totalizaram 39% do total de agressões contra as mulheres brasileiras.

No Estado do Rio de Janeiro, seguindo a classificação da lei 11.340/2006, o órgão responsável pela análise estatística dos crimes praticados contra mulheres, os agrupa nas mesmas categorias conforme apresentado na tabela 1.

**Tabela 1: Dados sobre violência contra as mulheres segundo as formas de violência – Estado do Rio de Janeiro – 2018**

Formas de violência	Delitos	Total de vítimas	Vítimas mulheres	% de vítimas mulheres
Violência física	Homicídio doloso	4.950	350	7,1%
	Feminicídio	-	71	-
	Tentativa de homicídio	6.242	729	11,7%
	Tentativa de feminicídio	-	288	-
Violência sexual	Lesão corporal dolosa	63.323	41.344	65,3%
	Estupro	5.310	4.543	85,6%
	Tentativa de estupro	339	308	90,9%
	Assédio sexual	165	150	90,9%
	Importunação ofensiva ao pudor	689	638	92,6%
	Ato obsceno	294	193	65,6%
Violência patrimonial	Dano	4.949	2.743	55,4%
	Violação de domicílio	3.239	2.223	68,6%
	Supressão de documentos	591	364	61,6%
Violência moral	Calúnia/ Difamação/ Injúria	40.961	29.665	72,4%
Violência psicológica	Ameaça	56.009	37.423	66,8%
	Constrangimento ilegal	762	404	53,0%

Fonte: ISP com base em dados da Secretaria de Estado de Polícia (2018)

De acordo com os dados do Instituto de Segurança Pública, ISP (2019), a partir da análise dos Registros de Ocorrência (RO) das delegacias de polícia civil em 2018, dos crimes cometidos contra as mulheres no Estado, o de lesão corporal dolosa foi o que registrou o maior número de ocorrências, sendo este configurado como um crime de violência física e seguido pelo crime de ameaça, configurado como um crime de violência psicológica. Também é importante destacar que as mulheres são a maioria dentro do total de vítimas destes crimes no Estado. (Dossiê Mulher 2019).

Dentre os crimes configurados como violência sexual, o crime de estupro foi o que registrou o maior número de ocorrências sendo que a grande maioria das vítimas, assim como em todos os crimes de violência sexual, foram mulheres. (Dossiê Mulher 2019)

É importante salientar também que as mulheres foram a maioria das vítimas nas ocorrências registradas de crimes configurados como violência patrimonial, moral e psicológica. (Dossiê Mulher 2019).

Nos crimes configurados como violência física, o homicídio doloso, que engloba também o número de feminicídios foi o que registrou o menor número de ocorrências e a menor porcentagem de vítimas mulheres em relação ao total de vítimas, porém, enquanto os registros de homicídios de mulheres diminuiu em relação a 2018, os de tentativa de homicídio e lesão corporal dolosa aumentaram, conforme pode ser observado na tabela 2.

**Tabela 2: Mulheres vítimas de violência física segundo delitos analisados – Estado do Rio de Janeiro – 2017 e 2018 (números absolutos, diferenças percentuais e taxa por 100 mil mulheres)**

Delitos	Nº de mulheres vítimas (2017)	Nº de mulheres vítimas (2018)	Diferença % de 2018 em relação a 2017	Taxa por 100 mil mulheres residentes (2018)
Homicídio doloso	381	350	-8,1%	3,9
Tentativa de homicídio	683*	729	-	8,1
Lesão corporal dolosa	39.641*	41.344	-	460,8

Fonte: ISP com base em dados da Secretaria de Estado de Polícia Civil (2019)

Antes de apresentar a atualização destes registros publicados pelo último relatório do FBSP (2021), é importante salientar que estes registros realizados em 2020 podem ter sofrido impactos da Pandemia causada pelo covid19 que gerou diminuição do funcionamento dos órgãos públicos. Em 2021, o agrupamento dos crimes também foi realizado dentro das categorias previstas na lei 11.340/2006. São estas: Violência física, violência sexual, violência psicológica, violência moral e violência patrimonial.



**Tabela 3: Dados sobre violência contra as mulheres segundo as formas de violência – Estado do Rio de Janeiro – 2020**

Formas de violência	Delitos	Total de vítimas	Vítimas mulheres	% de vítimas mulheres
Violência Física	Homicídio doloso	3.544	278	7,8%
	Feminicídio		78	
	Tentativa de homicídio	4.352	543	12,5%
	Tentativa de feminicídio		270	
	Lesão corporal dolosa	49.746	33.371	67,1%
Violência Sexual	Estupro	4.746	4.086	86,1%
	Tentativa de estupro	288	257	89,2%
	Assédio sexual	153	140	91,5%
	Violação sexual mediante fraude	56	40	71,4%
	Importunação sexual	1.072	992	92,5%
	Ato obsceno	203	130	64,0%
Violência Psicológica	Ameaça	44.393	30.468	68,6%
	Constrição ilegal	596	273	45,8%
	Divulgação de cena de estupro	407	360	88,9%
	Registro não autorizado da intimidade sexual	43	39	90,7%
Violência Moral	Calúnia	3.564	1.599	44,9%
	Difamação	3.679	2.240	60,9%
	Injúria	25.087	19.312	77,0%
Violência Patrimonial	Dano	4.253	2.461	57,9%
	Violação de domicílio	2.610	1.843	70,6%
	Supressão de documentos	392	249	63,5%

Fonte: ISP com base em dados da Secretaria de Estado de Polícia Civil (2021)

Novamente em 2020, dentre os crimes cometidos contra as mulheres no Rio de Janeiro, o de lesão corporal dolosa foi o que registrou o maior número de ocorrências, sendo este configurado como um crime de violência física. Porém, o crime com o segundo maior registro de vítimas foi o de estupro. O terceiro foi de ameaça, configurado como um crime de violência psicológica. Também é importante destacar que as mulheres são a maioria dentro do total de vítimas destes crimes no Estado. (Dossiê Mulher 2021).

Dentre os crimes configurados como violência sexual, o crime de estupro foi o que registrou o maior número de ocorrências sendo que a grande maioria das vítimas, assim como em todos os crimes de violência sexual, foram mulheres. (Dossiê Mulher 2021)

Conforme foi observado nos registros de crimes em 2018, dentro de cada categoria de violência tipificada pela lei 11.340/2006, os crimes com maior número de registros de ocorrência em 2020 tiveram as mulheres como maioria do número de vítimas.

Sobre o aumento do número de registros de feminicídio embora tenha havido queda no número de assassinatos de mulheres, devemos considerar que a tipificação destes crimes que antes não eram feitas de forma adequada, passaram a ser melhor classificados.

Conforme apresentado nas tabelas 1 e 3, o crime de lesão corporal dolosa tem sido o que registra o maior número de casos e de vítimas mulheres dentre os crimes caracterizados como violência física.

De acordo com o último relatório do FBSP (2021), em 2019 e 2020, a lesão corporal dolosa apresentou os maiores números de mulheres vítimas, correspondendo a aproximadamente 97,6% do total dos delitos associados à violência física. Por outro lado, o crime de feminicídio foi aquele com o menor número absoluto e a menor proporção de vítimas, correspondendo a aproximadamente 0,2% do total em ambos os anos. Com relação à taxa por 100 mil mulheres em 2020, observa-se que a lesão corporal dolosa apresentou a maior taxa entre os delitos (399 para cada 100 mil mulheres), e a menor foi a de feminicídio, com 0,9 por 100 mil, conforme pode ser observado na tabela 4.

**Tabela 4: Mulheres vítimas de Violência Física segundo os delitos analisados – estado do Rio de Janeiro – 2019 e 2020 (números absolutos, diferença percentual e taxa por 100 mil mulheres)**

Delito	Nº de vítimas mulheres em 2019	Nº de vítimas mulheres em 2020	Diferença % de 2020 em relação a 2019	Taxa por 100 mil mulheres (2020)
Violência Física	42.382	34.192	-19,3%	408,8
Homicídio doloso	308	278	-9,7%	3,3
Feminicídio	85	78	-8,2%	0,9
Tentativa de homicídio	708	543	-23,3%	6,5
Tentativa de feminicídio	334	270	-19,2%	3,2
Lesão corporal dolosa	41.366	33.371	-19,3%	399,0

Fonte: ISP com base em dados da Secretaria de Estado de Polícia Civil (2021)

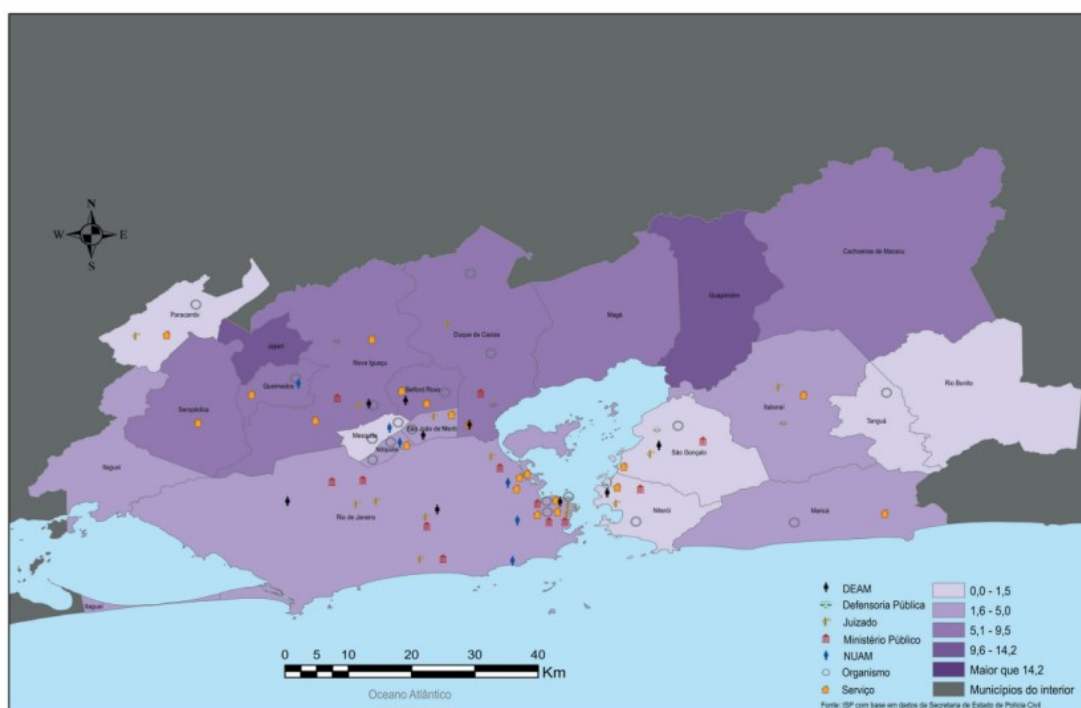
A lei 11.340/2006 limita sua aplicação específica dos crimes de violência contra mulheres àqueles em que o agressor possui vínculo afetivo ou familiar com a mulher agredida, ou seja, a especificidade da lei se dá em relação ao vínculo entre o agressor e a vítima entendendo que a condição de vulnerabilidade da mulher que sofreu a agressão está na relação de dependência financeira, afetiva ou psicológica com o agressor.

Já a lei 13.104/2015, limita sua aplicação à motivação do crime, ou seja, o assassino não precisa possuir vínculo com a vítima, mas sim ter sido motivado pelo fato da vítima ser mulher.

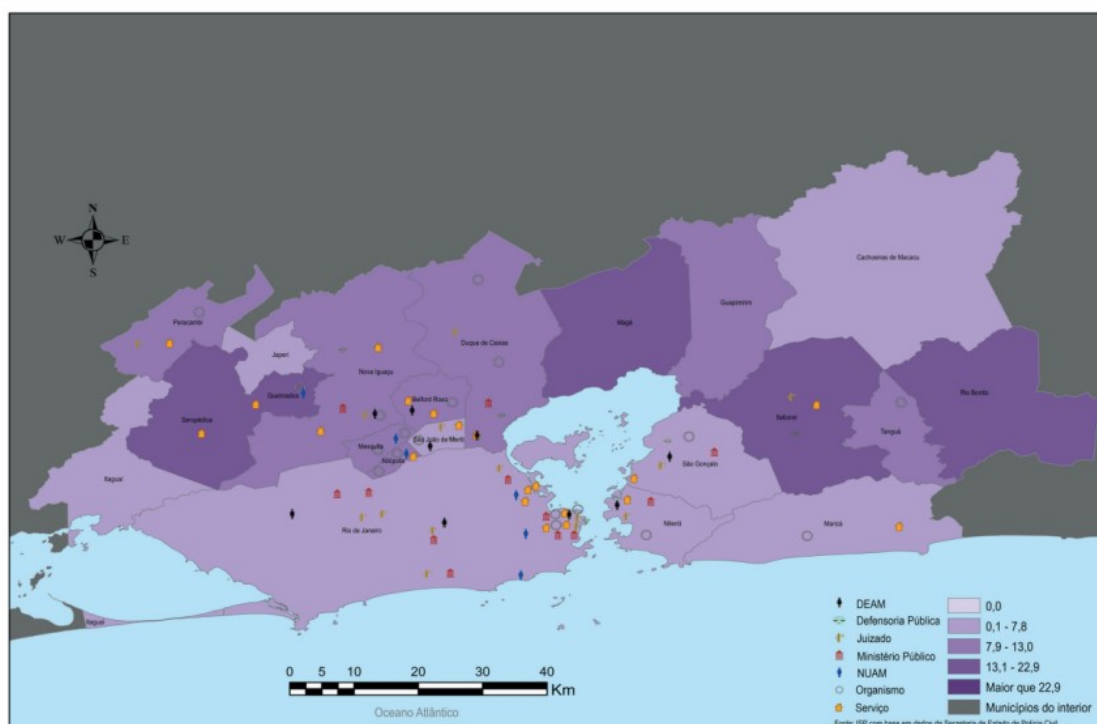
Nesta proposta de estudo, iremos abordar a violência perpetrada contra mulheres, seja ela física, sexual, moral, patrimonial ou psicológica, nos casos em que o agressor é seu parceiro ou ex-parceiro íntimo (marido, ex marido, namorado, ex namorado, companheiro ou ex companheiro), ou seja, nos casos em que as mulheres possuem ou possuíram relação de parceria íntima, patrimonial, emocional e/ou financeira com os agressores.

No que diz respeito à distribuição territorial da violência física perpetrada contra mulheres, dos crimes de homicídio e tentativa de homicídio de mulheres na região metropolitana do Estado, os municípios da Baixada Fluminense, em geral, registraram maiores taxas destes crimes por 100.000 mulheres quando comparados à capital fluminense, conforme pode ser observado nos mapas 1 e 2.

**MAPA 1. Taxa de mulheres vítimas de homicídio doloso - Municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro - 2018 (por 100.000 mulheres)**



**MAPA 2. Taxa de mulheres vítimas de lesão corporal dolosa - Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2018 (por 100.000 mulheres)**



Quanto à distribuição territorial dos registros de lesão corporal contra mulheres em 2018, novamente podemos observar no mapa 3 que os municípios da Baixada Fluminense possuem maior incidência de registros destes crimes quando comparados ao município do Rio de Janeiro, estando Nova Iguaçu entre os municípios com as maiores taxas de ocorrências.

**MAPA 3. Taxa de mulheres vítimas de lesão corporal dolosa - Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2018 (por 100.000 mulheres)**



Fonte: ISP com base em dados da Secretaria de Estado de Polícia Civil (2019)

Em 2020, com a atualização dos dados fornecidos pelo ISP, O Dossiê Mulher de 2021 apresentou o mapa territorial que registrou o número total de crimes agrupados dentro da categoria de violência física e, novamente a Baixada Fluminense apresentou o maior número de casos por taxa de 100 mil mulheres, conforme apresentado no mapa 4.

**MAPA 4. Mulheres vítimas de Violência Física – regiões do estado do Rio de Janeiro –2020 (taxa por 100 mil mulheres)**



Fonte: ISP com base em dados da Secretaria de Estado de Polícia Civil (2021)

Com a maior adequação para a classificação do crime de feminicídio, em 2020, novamente a região da baixada fluminense registrou o maior número de casos no Estado por taxa de 100 mil mulheres conforme observado na tabela 5.

**Tabela 5: Mulheres vítimas de feminicídio – regiões do estado do Rio de Janeiro – 2020 (taxa por 100 mil mulheres)**

Região	Taxa por 100 mil mulheres
Estado do Rio de Janeiro	0,9
Baixada Fluminense	1,4
Capital	0,5
Grande Niterói	0,7
Interior	1,2

Fonte: ISP com base em dados da Secretaria de Estado de Polícia Civil (2021)

Conforme elucidamos sobre a lei 11.340/2006, batizada de lei Maria da Penha, o vínculo do agressor com a mulher agredida, seja ele familiar ou afetivo, é condição para a tipificação dos crimes enquanto violência doméstica.

Quanto ao vínculo com o agressor, nos casos de homicídio doloso de mulheres no Estado do Rio de Janeiro em 2017, mais de 58% dos casos não teve



este vínculo com o assassino informado, o que dificultou uma maior compreensão das características deste tipo de crime conforme pode ser observado na tabela 6. Porém, no que diz respeito à tentativa de homicídio de mulheres, embora em 24,8% dos casos o vínculo com o agressor não tenha sido registrado, 31,8% dos agressores eram companheiros ou ex companheiros, o que caracteriza estes crimes como violência doméstica e mais especificamente como violência conjugal.

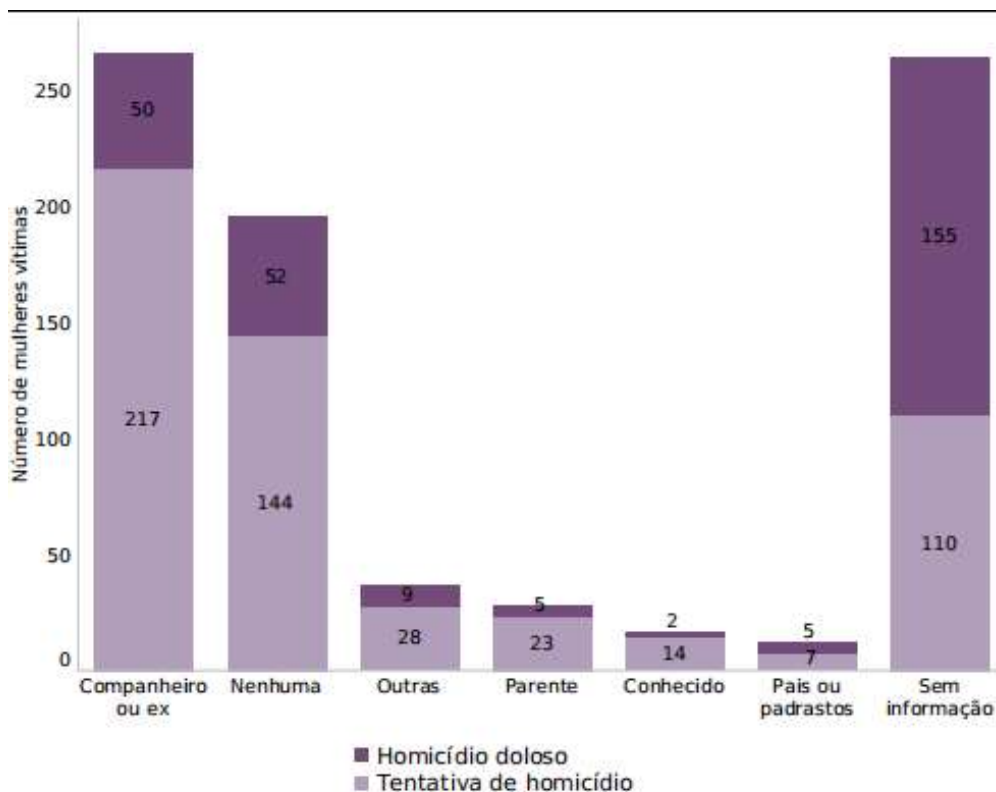
**Tabela 6: Mulheres vítimas de homicídio doloso segundo a relação do autor com a vítima e o tipo de local do fato – Estado do Rio de Janeiro – 2018 (números absolutos e valores percentuais)**

<b>Homicídio doloso</b>		
	<b>Nº abs.</b>	<b>Distribuição (%)</b>
<b>Relação autor-vítima</b>	<b>350</b>	<b>100,0</b>
Ex ou companheiros	43	12,3
Pais ou padrastos	1	0,3
Parentes	9	2,6
Conhecidos	6	1,7
Outros	9	2,6
Nenhuma	77	22,0
Não informado	205	58,5
<b>Tipo de local do fato</b>	<b>350</b>	<b>100,0</b>
Residência	120	34,3
Via pública	145	41,4
Interior de transporte coletivo/alternativo	3	0,9
Outros locais	58	16,6
Não informado	24	6,8

Fonte: ISP com base em dados da Secretaria de Estado de Polícia Civil (2019)

Com a atualização destes dados publicados em 2021, O Dossiê Mulher (2021), mostra que os companheiros ou ex-companheiros, assim como em 2019, foram os principais autores das tentativas de homicídio (217 ou 40,0% do total de vítimas de tentativa de homicídio). Entre as vítimas de homicídio doloso, não havia a informação da relação com o autor na maior parte dos registros (155 ou 55,8% do total). Ou seja, a porcentagem de homicídios de mulheres cometidos por parceiros ou ex parceiros pode ser ainda maior, como podemos observar no gráfico 1.

**GRÁFICO 1. Mulheres vítimas de homicídio doloso e de tentativa de homicídio por tipo de relação entre vítima e autor – estado do Rio de Janeiro – 2020. (números absolutos)**



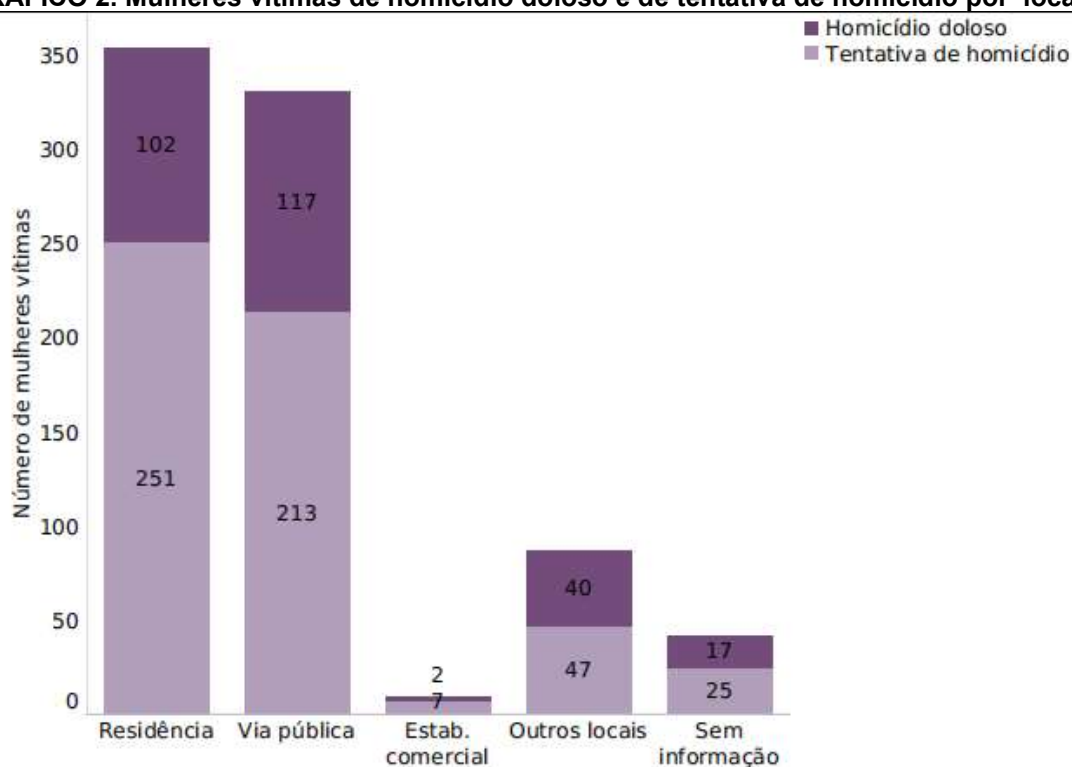
Fonte: ISP com base em dados da Secretaria de Estado de Polícia Civil (2021)

Ao analisarmos o local onde ocorreu a vitimização em 2020, notamos que a maior parte das tentativas de homicídio ocorreu em uma residência. Segundo o Dossiê Mulher (2021), esses 251 casos apresentados no gráfico 2 correspondem a 46,2% do total de mulheres vítimas de tentativa de homicídio. As ocorrências em via pública somaram 213 casos correspondendo a 39,2% do total de mulheres vítimas de tentativa de homicídio. Em relação aos homicídios dolosos, a ordem foi inversa. A maioria das vítimas morreu em vias públicas com um total de 117 registros equivalentes a 42,1% do total, seguida das residências com 102 registros sendo estes 36,7% do total de vítimas de homicídio.

Estes dados sugerem que as agressões graves sofridas por mulheres dentro de casa constituíram a maioria dos registros no Estado do Rio sinalizando que a residência não é o local mais seguro para as mulheres. Embora a maioria dos homicídios de mulheres não tenha ocorrido dentro de casa, salientamos que a diferença percentual é pequena quando comparada aos homicídios em vias urbanas, conforme pode ser observado no gráfico 2.



**GRÁFICO 2. Mulheres vítimas de homicídio doloso e de tentativa de homicídio por local**



Fonte: ISP com base em dados da Secretaria de Estado de Polícia Civil (2021)

Lembramos que estes casos de homicídio de mulheres apresentados até o momento, no que diz respeito ao registro, não foram caracterizados como feminicídios pois não foi observada a motivação para o crime como consequência da condição de mulher da vítima.

Já nos casos de homicídio doloso de mulheres caracterizados como feminicídio em 2018, ou seja, quando a motivação para o homicídio foi o fato de a vítima ser mulher, os companheiros ou ex companheiros das mulheres vítimas foram registrados como autores em 56,4% dos assassinatos e em 63,5% das tentativas deste crime que ocorreram, na maioria dos casos, dentro da residência da vítima.

Ou seja, os feminicídios do Estado do Rio de Janeiro foram caracterizados, em sua maioria, como violência conjugal que chegou a sua forma mais extrema e mais grave. A tabela 7 apresenta estes dados baseados nos registros de crimes realizados em 2018.

**Tabela 7: Mulheres vítimas de feminicídio e de tentativa de feminicídio segundo a relação do autor com a vítima e o tipo de local do fato – Estado do Rio de Janeiro – 2018 (números absolutos e valores percentuais)**

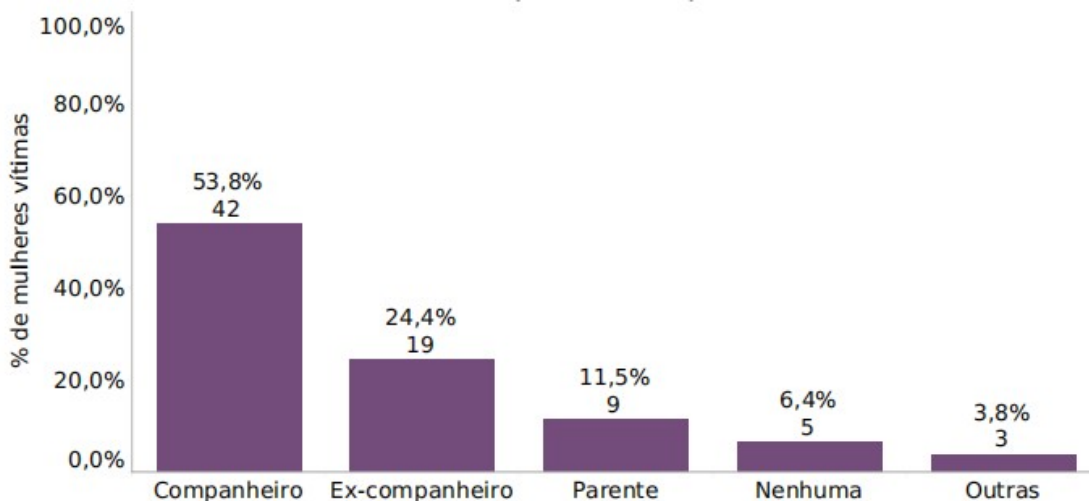
	Feminicídio		Tentativa de feminicídio	
	Nº abs.	Distribuição (%)	Nº abs.	Distribuição (%)
<b>Relação autor-vítima</b>	<b>71</b>	<b>100,0</b>	<b>288</b>	<b>100,0</b>
Ex ou companheiros	40	56,4	183	63,5
Pais ou padrastos	0	0,0	3	1,0
Parentes	4	5,6	15	5,2
Conhecidos	0	0,0	1	0,4
Outros	2	2,8	5	1,7
Nenhuma	10	14,1	50	17,4
Não informado	15	21,1	31	10,8
<b>Tipo de local do fato</b>	<b>71</b>	<b>100,0</b>	<b>288</b>	<b>100,0</b>
Residência	44	62,0	152	52,8
Via pública	17	23,9	105	36,4
Interior de transporte coletivo/alternativo	1	1,4	0	0,0
Outros locais	8	11,3	25	8,7
Não informado	1	1,4	6	2,1

Fonte: ISP com base em dados da Secretaria de Estado de Polícia Civil (2019)

Em 2020, os companheiros ou ex companheiros foram os autores dos crimes de feminicídio em 78,2% dos casos registrados pelo ISP (2021), conforme apresentado no gráfico 4. Embora este percentual seja muito superior aos 56,4% apresentados em 2018, cabe lembrar que a falta de registro da relação do autor com a vítima naquele ano também foi muito alta.

Embora a falta de informação nos registros prejudiquem a estimativa do aumento dos casos de feminicídio praticados pelos companheiros ou ex companheiros das mulheres, foi possível observar que em 2020 no Estado do Rio de Janeiro, os autores deste tipo de crime foram representados por eles em sua grande maioria, conforme ilustrado no gráfico 3.

**GRÁFICO 3. Mulheres vítimas de feminicídio por tipo de relação entre vítima e autor – estado do Rio de Janeiro – 2020 (números absolutos e percentual)**



Fonte: ISP com base em dados da Secretaria de Estado de Polícia Civil (2021)

De acordo com estas estatísticas dos últimos anos apresentadas, os crimes de feminicídio ocorridos no Estado do Rio de Janeiro, em sua maioria, também são caracterizados como violência conjugal praticada por homens contra suas parceiras íntimas.

Já em relação ao crime de lesão corporal que foi o crime dentro da categoria de violência física com o maior número de registros e de vítimas mulheres nos anos de 2018 a 2020, o ISP registrou em 2018 que em 53,6% dos casos os agressores destas mulheres foram seus companheiros ou ex companheiros. Estes são os casos abrangidos pela aplicação da lei 11.340/2006 juntamente com os casos em que as mulheres possuem algum vínculo afetivo ou familiar com o agressor. Em 2018, os casos em que as mulheres possuíam nenhum vínculo com o agressor ou este não foi informado, somaram apenas 20,7%.

Além disso, a residência, novamente se apresentou como o local em que estas agressões mais ocorreram, ou seja, mais de 60% das mulheres que sofreram agressão física estavam em suas próprias residências que, em nosso Estado, se mostrou novamente como um local de risco para as mulheres, conforme podemos observar na tabela 8.

**Tabela 8: Mulheres vítimas de lesão corporal dolosa segundo a relação do autor com a vítima e o tipo de local do fato – Estado do Rio de Janeiro – 2018 (números absolutos e valores percentuais)**

Lesão corporal dolosa		
	Nº abs.	Distribuição (%)
<b>Relação autor-vítima</b>	<b>41.344</b>	<b>100,0</b>
Ex ou companheiros	22.175	53,6
Pais ou padrastos	1.090	2,6
Parentes	3.093	7,5
Conhecidos	2.590	6,3
Outros	3.821	9,3
Nenhuma	7.162	17,3
Não informado	1.413	3,4
<b>Tipo de local do fato</b>	<b>41.344</b>	<b>100,0</b>
Residência	24.882	60,2
Via pública	9.972	24,1
Interior de transporte coletivo/alternativo	251	0,6
Outros locais	5.461	13,2
Não informado	778	1,9

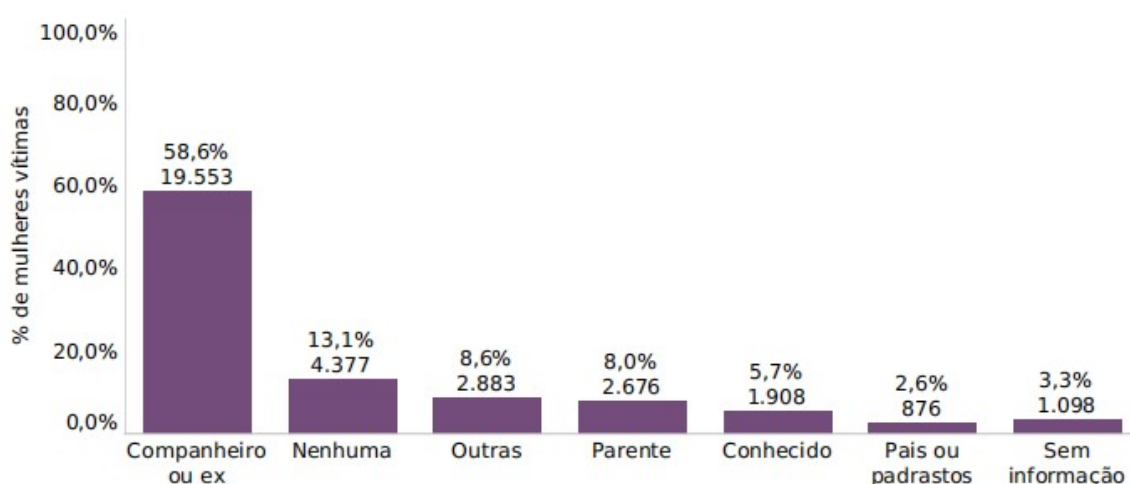
Fonte: ISP com base em dados da Secretaria de Estado de Polícia Civil (2019)

Com a atualização dos dados registrados em 2021, observamos no gráfico 5 que os companheiros ou ex companheiros continuam sendo a maioria dos agressores neste tipo de crime que se configura como violência conjugal.

Observamos também que neste tipo de crime, o número de registros em que a relação do agressor com a vítima e o local não foi informado diminui drasticamente quando comparados aos crimes de homicídio.

Após 2 anos, os companheiros ou ex companheiros ainda correspondem a mais da metade dos autores destas agressões praticadas contra as mulheres com um aumento de 5% deste tipo de violência conjugal, conforme foi ilustrado pelo gráfico 4.

**GRÁFICO 4. Mulheres vítimas de lesão corporal dolosa por tipo de relação entre vítima e autor – regiões do estado do Rio de Janeiro – 2020 (números absolutos e valores percentuais)**



Fonte: ISP com base em dados da Secretaria de Estado de Polícia Civil (2021)

No que diz respeito à violência sexual, o crime de estupro foi o que registrou o maior número de casos nos últimos anos. Nestes tipos de crime, os pais ou padrastos e parentes apareceram como os autores em maior número quando comparados aos companheiros ou ex companheiros.

Estes dados fazem com que os crimes de violência sexual sejam os únicos, dentro das definições de violência contra mulheres, em que os companheiros ou ex companheiros não representem a maioria dos agressores.

Um fator que está relacionado a esta diminuição da porcentagem dos parceiros íntimos como agressores nos casos registrados de estupro é a faixa etária das vítimas que são, em sua maioria, crianças, adolescentes ou mulheres muito jovens que ainda não estão em relacionamento conjugal.

Porém, como pessoas conhecidas ou com algum tipo de relação com as vítimas somam mais da metade dos autores neste tipo de crime, o maior número de casos, mais de 70%, novamente ocorreu dentro da residência da própria vítima, conforme podemos observar nos dados de 2018 apresentados pela tabela 9.

**Tabela 9: Mulheres vítimas de estupro segundo a relação do autor com a vítima e o tipo de local do fato – Estado do Rio de Janeiro – 2018 (números absolutos e valores percentuais)**

Estupro		
	Nº abs.	Distribuição (%)
<b>Relação autor-vítima</b>	<b>4.543</b>	<b>100,0</b>
Ex ou companheiros	440	9,7
Pais ou padrastos	779	17,2
Parentes	511	11,2
Conhecidos	305	6,7
Outros	853	18,8
Nenhuma	1.226	27,0
Não informado	429	9,4
<b>Tipo de local do fato</b>	<b>4.543</b>	<b>100,0</b>
Residência	3.265	71,9
Via pública	419	9,2
Interior de transporte coletivo/alternativo	30	0,7
Outros locais	577	12,7
Não informado	252	5,5

Fonte: ISP com base em dados da Secretaria de Estado de Polícia Civil (2019)

A partir da faixa etária de 18 a 24 anos, a maioria dos agressores nos casos registrados passa a ser o de companheiros ou ex companheiros, conforme podemos observar na tabela 10 que apresenta os dados de 2018.

**Tabela 10: Mulheres vítimas de estupro segundo a relação com o autor – Estado do Rio de Janeiro – 2018 (números absolutos)**

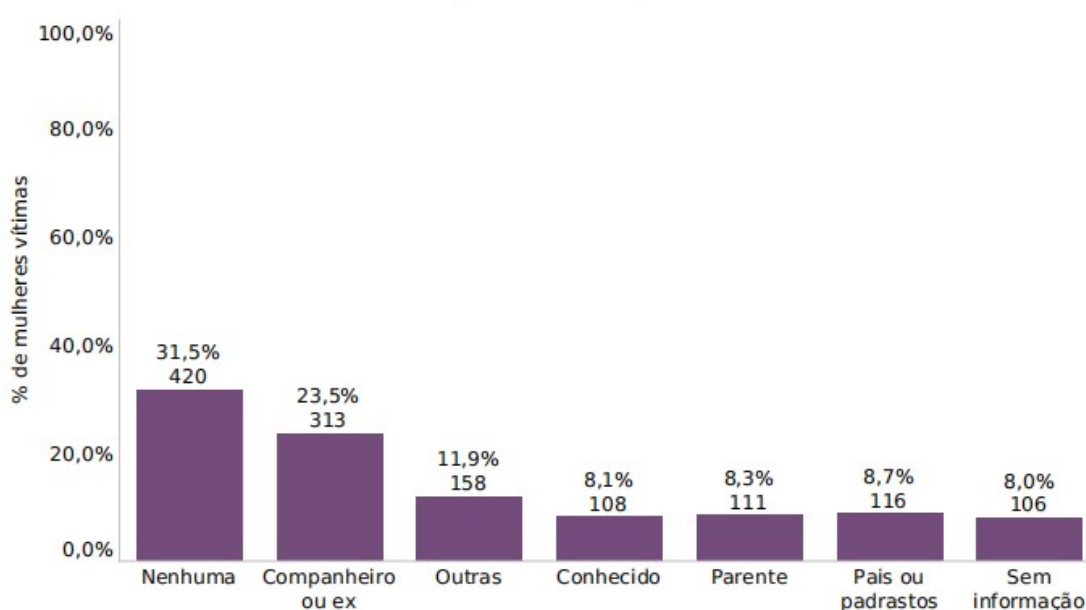
	Estupro				Total
	Relação autor-vítima				
	Pais/ Padrastos	Parentes	Ex ou companheiros	Outras/ignorada/ nenhuma	
0-11 anos	436	303	14	5	758
12-17 anos	249	145	89	0	483
18-24 anos	35	16	77	0	128
25-34 anos	5	11	97	0	113
35-44 anos	3	10	101	5	119
45-59 anos	0	4	45	4	53
60 anos ou mais	1	1	6	8	16
Sem informação	49	21	11	6	87
<b>Total</b>	<b>778</b>	<b>511</b>	<b>440</b>	<b>28</b>	<b>1.757</b>

Fonte: ISP com base em dados da Secretaria de Estado de Polícia Civil(2019)

Em 2021, o FBSP registrou os casos de estupro de menores de 18 anos separadamente, o que facilita a análise dos dados para o recorte do nosso público alvo.

Conforme podemos observar no gráfico 5, entre as mulheres acima de 18 anos, os casos de violência praticada por companheiros ou ex companheiros foram o segundo tipo mais frequente para o crime de estupro.

**GRÁFICO 5. Mulheres vítimas de estupro por tipo de relação entre vítima e autor – estado do Rio de Janeiro – 2020 (números absolutos e valores percentuais)**



Fonte: ISP com base em dados da Secretaria de Estado de Polícia Civil (2021)

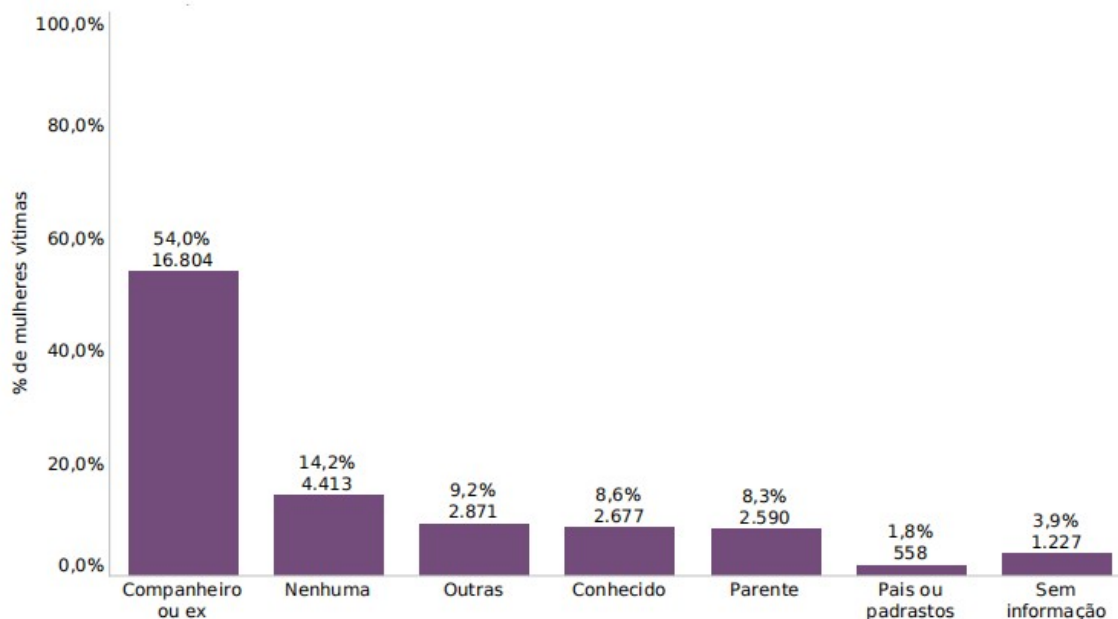
Dentro dos principais crimes categorizados como violência psicológica, violência moral ou violência patrimonial em 2018, 50,9% dos registros de ameaça, 36,5% dos registros de crimes de violência moral e 46,9% dos registros de crimes de violência patrimonial tiveram como autores os companheiros ou ex companheiros das mulheres agredidas. (FBSP, 2019)

Já em 2020, os companheiros ou ex companheiros representaram 54% dos agressores que praticaram algum tipo de violência psicológica contra as mulheres no Estado.

É curioso apontar que as relações de trabalho, como por exemplo, chefes e até mesmo colegas de trabalho, não apareceram nos registros deste tipo de crime enquanto que conhecidos ou outras relações não especificadas, somam mais de 18% dos agressores que praticaram violência psicológica contra mulheres, conforme ilustrado no gráfico 6.



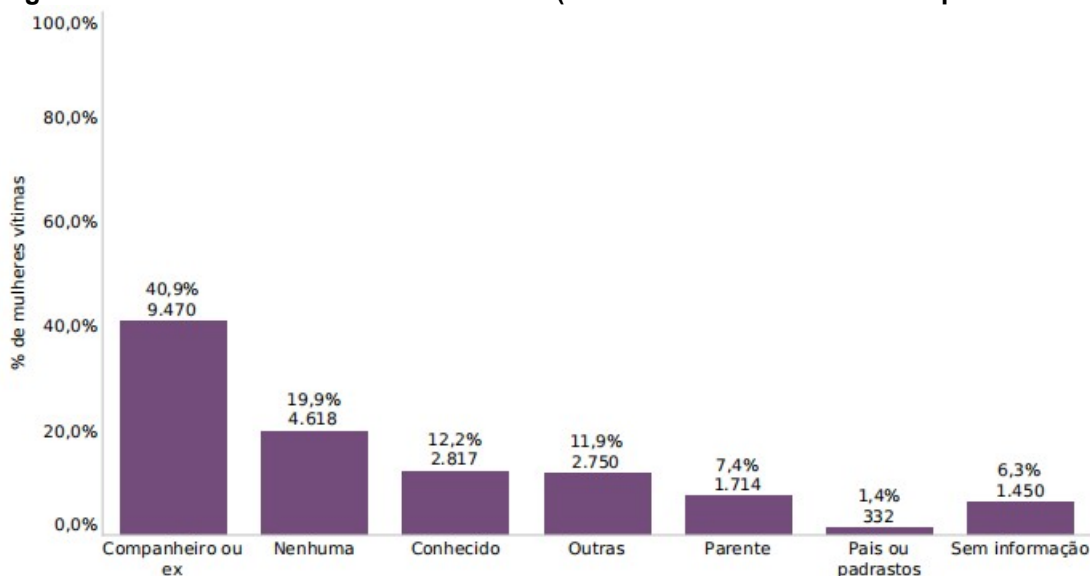
**GRÁFICO 6. Mulheres vítimas de Violência Psicológica por tipo de relação entre vítima e autor – estado do Rio de Janeiro – 2020 (números absolutos e valores percentuais)**



Fonte: ISP com base em dados da Secretaria de Estado de Polícia Civil (2021)

Ainda de acordo com o último relatório do ISP (2021), os parceiros ou ex parceiros íntimos também foram os principais autores dos crimes tipificados como violência moral no Estado do Rio de Janeiro, representando mais de 40% dos registros, conforme observado no gráfico 7.

**GRÁFICO 7. Mulheres vítimas de Violência Moral por tipo de relação entre vítima e autor – regiões do estado do Rio de Janeiro – 2020 (números absolutos e valores percentuais)**

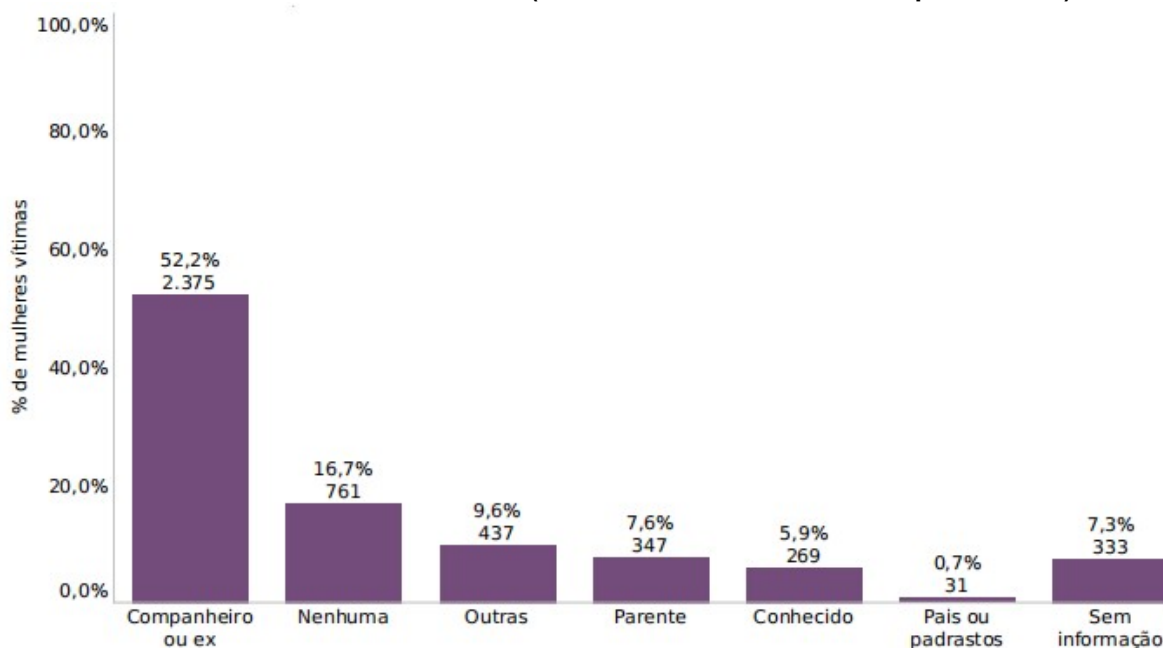


Fonte: ISP com base em dados da Secretaria de Estado de Polícia Civil (2021)



O último agrupamento de crimes de que trata a lei 11.340/2006 é o da violência patrimonial. No Estado do Rio de Janeiro, estes crimes também têm como autores, em sua maioria, os companheiros ou ex companheiros. Como pode ser observado no gráfico 8, os relacionamentos conjugais foram responsáveis por 52% da ocorrência destes crimes.

**GRÁFICO 8. Mulheres vítimas de Violência Patrimonial por tipo de relação entre vítima e autor – estado do Rio de Janeiro – 2020 (números absolutos e valores percentuais)**



Fonte: ISP com base em dados da Secretaria de Estado de Polícia Civil (2021)

De acordo com os dados apresentados pela Secretaria de Estado de Polícia Civil do Rio de Janeiro com base nos registros de ocorrência realizados em 2018 e em 2020, não podemos deixar de considerar que a violência perpetrada contra mulheres por seus companheiros ou ex companheiros assume uma expressiva frequência no número geral de casos entre as cinco tipificações da manifestação da violência contra as mulheres e constitui um grave problema de violação dos direitos humanos em nosso Estado.

Além disso, de acordo com os dados divulgados pela Secretaria de Polícia, a região da Baixada Fluminense, frequentemente, apresentou taxas maiores de ocorrência de violência contra mulheres em relação à capital, o que nos indica a necessidade de um olhar mais atento na região com o objetivo de implementar políticas públicas que contemplem as particularidades desta região.

### 2.3 – A PANDEMIA 2020 E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Em março de 2020, o Brasil começa a registrar oficialmente os casos de pessoas infectadas com o vírus covid19 em meio a uma pandemia. Até então, os países mais atingidos eram a China, onde foram registrados os primeiros casos no mundo, e a Itália. Entre os sintomas mais graves da infecção estão a febre alta e dificuldade de respirar, podendo chegar à necessidade hospitalização para o uso de respiradores artificiais. Para tentar frear a velocidade de transmissão do vírus, a partir de 16 de março de 2020, os governadores dos Estados com casos registrados começam a decretar medidas de isolamento da população que iniciaram com o fechamento das escolas, em seguida comércio não essencial e proibições de aglomerações.

Com as pessoas isoladas dentro de suas casas, as mulheres em situação de violência doméstica ficaram mais vulneráveis por estarem mais tempo com o agressor. De acordo com Vieira et.al (2020), com o isolamento, as mulheres que já estavam em situação de restrição impostas por seus companheiros, passam a ser vigiadas mais facilmente e têm menos possibilidade de contato com familiares e amigos, facilitando a prática da violência.

Outro aspecto apontado pelas autoras é a queda do poder aquisitivo e econômico que ocorre com frequência durante a quarentena e também pode contribuir para este aumento, uma vez que, culturalmente, está ligada a figura masculina do “macho provedor” e a frustração pode engatilhar comportamentos violentos.

Além disso, Vieira et. al (2020), afirmam que a sobrecarga com as tarefas domésticas, que sempre foi atribuída às mulheres, se intensifica durante o período de isolamento deixando-as ainda mais assoberbadas, aumentando o stress emocional e podendo intensificar os conflitos domésticos.

Na China, o número de atendimentos a mulheres que notificaram agressões dentro de casa chegou a triplicar. No Brasil, durante o período de quarentena, além de estarem mais isoladas com seus agressores a diminuição do contingente de trabalhadores reduziu os recursos legais a disposição, pois os atendimentos nos órgãos jurídicos foram reduzidos e centros de referência passaram a realizar atendimento remoto em muitos estados. (MARTINELLI, 2020)

Apenas entre a primeira e a segunda semana do período de quarentena, várias capitais de Estados brasileiros registraram aumento das denúncias de agressões praticadas contra mulheres. Na semana entre o dia 17 e 25 de março, período em que entrou em vigência a maior parte das medidas de isolamento social no Brasil, o canal que recebe denúncias de agressão às mulheres do Governo Federal (disque 180) registrou um aumento de 8,47% em todo o território nacional. (PODER360, 27/03/2020)

Em todo o Brasil, segundo a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), em março de 2020, foi registrado um aumento de 18% no número de denúncias pelos canais Disque 100 e 180, mostrando que a necessidade de isolamento para proteger a saúde da população pode também colocar em risco a vida das mulheres brasileiras. (VIEIRA, GARCIA, E MACIEL, 2020)

O plantão judiciário do Estado do Rio de Janeiro registrou um aumento de 50% das notificações neste período e em São Paulo a preocupação com o possível aumento de casos gerou medidas como a manutenção de centros de atendimento como serviço essencial durante o isolamento social. (UOL, 24/03/2020)

Segundo a Folha de São Paulo (15/04/2020), no período entre 24 de março e 13 de abril de 2020, 16 mulheres foram assassinadas dentro de casa. Um aumento significativo se comparado ao mesmo período de 2019, em que 9 mulheres foram vítimas de feminicídio no Estado. Já no período de janeiro a abril, 2020 registrou um aumento de 15% nos assassinatos de mulheres cometidos em São Paulo.

Ainda de acordo com a reportagem da Folha de São Paulo (15/04/2020), o Ministério Público do Estado registrou um aumento de 29% no número de medidas protetivas por violência doméstica em março de 2020 em relação a fevereiro do mesmo ano.

Infelizmente, durante a pandemia da COVID-19, a violência doméstica contra as mulheres é agravada, não somente por conta da redução da oferta de serviços e maior tempo de convivência com o agressor mas, segundo Castroviejo. et al (2022), além de majorar o tempo de convivência no âmbito doméstico, o isolamento impulsionou o consumo de drogas e substâncias psicoativas, agravando a exposição aos riscos das vítimas de violência doméstica.

Tendo como foco contornar esta situação que vem sendo observada em todos os países atingidos, o MMFDH lançou plataformas digitais dos canais de

atendimento da ONDH: o aplicativo “Direitos Humanos BR” e o site “ouvidoria.mdh.gov.br”. Estes canais digitais buscam facilitar o acesso das vítimas às políticas públicas de proteção. (VIEIRA et al, 2020)

Em atenção à situação de maior vulnerabilidade destas mulheres como consequência das medidas de contenção do contágio do novo vírus, O Distrito Federal lançou em 25/03/2020 a campanha “Mulher, você não está só”, com o objetivo de orientar as mulheres em situação de violência a buscarem ajuda através dos canais de denúncia pelo disque 180 e de atendimentos remotos, sendo que os registros de ocorrência e exames de corpo de delito continuaram funcionando na condição de serviços essenciais. (PERES, 26/03/2020).

A situação de isolamento social aumentou a demanda pelos canais de atendimento à distância. Entre estes canais estão os aplicativos de ajuda. Um dos exemplos é o aplicativo “SOSMulher” do governo de São Paulo que possui um botão do pânico para situações de emergência e facilita o acionamento da polícia militar. O governo federal, por sua vez, estuda a criação deste tipo de dispositivo em nível nacional.

Criado em 2019, o aplicativo PenhaS, que faz referência à Maria da Penha, permite suporte às mulheres como troca de mensagens entre as usuárias como emocional, cadastro de até cinco pessoas para acionamento de emergência, gravação de áudio do som ambiente para construção de provas contra o agressor, entre outros.(MARTINELI,2020)

Além dos dispositivos oferecidos pelo governo, existem outras redes formadas por membros da sociedade civil que também oferecem este suporte. Um dos pioneiros, criado por mulheres empreendedoras da capital de Pernambuco em 2016, com o objetivo de oferecer uma rede de apoio às mulheres em situação de violência, desmistificando o ditado “Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”, o aplicativo “Mete a Colher” surge como um projeto de inovação tecnológica tendo um enorme impacto social em menos de quatro anos de criação. (METEACOLHER.ORG, 2017)

Porém, dois anos após o início da pandemia, conforme foi apresentado pelo último levantamento do ISP (2021), não houve significativa diferença no número de registros de crimes praticado contra mulheres no Estado do Rio de Janeiro. Infelizmente estes dados não significam que não ocorreu este aumento devido à condição de vulnerabilidade das mulheres provocadas pelas restrições impostas

para o controle do vírus mas, esta manutenção ou diminuição estatística, assim como observaram Vieira, Garcia, e Maciel (2020), estes dados estatísticos podem estar refletindo a diminuição da oferta de serviços na área da assistência e segurança pública que também ocorreu neste período.

Em um estudo realizado por Castroviejo et al (2022), onde os dados do relatório do ISP (2021) foram analisados juntamente com pesquisas do Instituto Datafolha (2021), os autores apontaram que 8 mulheres foram agredidas fisicamente a cada minuto no Brasil durante o período da pandemia e 1 em cada 4 mulheres brasileiras, acima de 16 anos, declaram ter sofrido algum tipo de violência doméstica e familiar durante a pandemia em 2020.

Além disso, de acordo com o FBSP (2021), 14,4% dos entrevistados declararam ter aumentado o consumo de substâncias ilícitas devido às consequências emocionais das mudanças na rotina causadas pelas restrições das medidas de contenção da propagação do vírus covid-19.

Ainda sobre os impactos da pandemia, o estudo de Castroviejo et al (2022) aponta que as denúncias realizadas no ano de 2020, incluindo as computadas pelo (disque100) registrou em todo o país um aumento significativo em relação ao ano de 2018, ano em que foram computadas 14.853 denúncias de violência doméstica contra mulheres, tendo este número saltado para 20 mil no primeiro ano da pandemia. Infelizmente, ainda de acordo com Castroviejo et al (2022), os casos de feminicídio também tiveram um considerável aumento de 22% em relação ao ano anterior, pré-pandemia.

Marques et al. (2020), destaca que, durante a pandemia, a violência doméstica não produziu efeitos negativos restritos às vítimas diretas (as mulheres), como também produziu prejuízos para os seus dependentes menores que, por motivo de isolamento social e suspensão de aulas presenciais, acabaram experimentando os episódios de violência doméstica.

A suspensão das aulas para crianças e adolescentes é outro aspecto que, segundo os autores, reflete diretamente a desigualdade dos papéis de gênero. De acordo com Marques et al (2020), as medidas emergências impostas para a contenção do COVID-19 aumentaram a carga do trabalho doméstico e de cuidado com crianças, idosos e familiares doentes que são tradicionalmente colocados sob responsabilidade feminina.

Além disso, os autores afirmam que, durante o período de quarentena, as mulheres de classes trabalhadoras ficaram mais vulneráveis às consequências econômicas da sobrecarga com o trabalho doméstico o que, segundo Marques et al (2020), deu poder e controle adicionais aos homens abusadores.

Com as consequências econômicas e a sobrecarga de trabalho com as crianças dentro de casa e, muitas vezes, idosos ou pessoas doentes, para as mulheres que já se encontravam em situação de violência doméstica a busca por ajuda também foi prejudicada pela diminuição ou total interrupção do funcionamento das instituições ou centros de convivência comunitários. Estas mulheres tiveram grande redução de sua rede de apoio. Até mesmo os centros de referência de atendimento em saúde tiveram o deslocamento das prioridades de seus serviços para ações de combate ao COVID-19. (MARQUES et al, 2020)

Porém, não foi somente a diminuição dos serviços públicos e comunitários que enfraqueceram a rede de apoio destas mulheres. Marques et.al (2020) apontam que a redução do contato das mulheres em situação de violência com amigos e familiares que, muitas vezes, é imposta pelos abusadores, durante a pandemia se mostrou como necessidade de saúde pública, ao mesmo tempo que o convívio com o abusador foi aumentado.

Ainda de acordo com Marques et.al (2020), a sobrecarga imposta às mulheres com o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos e idosos também torna estas mulheres em situação de violência mais vulneráveis pois reduz as condições de enfrentar o agressor na medida em que tem seus dependentes sob sua responsabilidade por mais tempo, facilitando a violência psicológica e a coerção sexual. De acordo com os autores, o medo da violência atingir seus filhos acaba se tornando mais um fator paralisante que dificulta a busca por meios de enfrentamento.

Porém, o confinamento das crianças não gerou impactos apenas para a carga de trabalho doméstico atribuído às mulheres. A restrição do convívio social também trouxe consequências para as crianças e adolescentes, principalmente em fase de socialização. Marques et.al (2020) aponta que, durante o período mais restritivo da quarentena, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), estimou que cerca de 1,5 bilhão de crianças e adolescentes em todo o mundo deixaram de frequentar a escola e passaram a conviver por mais tempo com os cuidadores.

De acordo com os autores, esta mudança da rotina também gerou mudanças nos comportamentos das crianças que, por sua vez, influenciou de alguma forma na dinâmica dos relacionamentos familiares. Marques et.al (2020) afirmam que as crianças e adolescentes podem expressar a irritação e frustração do período de confinamento através de comportamentos desaprovados pelos pais que, por sua vez, também estão enfrentando pressões psicológicas e estresse. De acordo com os autores, o aumento das tensões nas relações interpessoais, são fatores que podem tornar mais frequentes, não só os episódios de violência contra as mulheres como também os de violência contra crianças e adolescentes.

De acordo com os estudos de perfis e projeções que avaliam o impacto da pandemia do COVID-19 na vida das mulheres e a forma como estes facilitam a ocorrência da violência contra elas, não podemos deixar de pontuar que estes refletem, mais uma vez, a desigualdade dos papéis de gênero ao atribuir quase que exclusivamente às mulheres a responsabilidade desta sobrecarga acumulada com os filhos e idosos. Além disso, o confinamento imposto pela quarentena evidenciou que, na divisão de espaços, quando esta é imposta por caso de extrema necessidade, cabe ao masculino o “arriscar-se” no espaço público e desta forma legitimar a limitação das mulheres ao espaço privado.

Considerando que a pandemia causada pelo COVID-19 enfrentada nos últimos dois anos por todo o planeta evidenciou as condições desiguais que tornam as mulheres mais vulneráveis à violência doméstica, selecionamos alguns estudos que identificam alguns perfis e facilitadores dentro da dinâmica relacional em que este fenômeno ocorre no Brasil.

#### 2.4 – PERFIS E FACILITADORES

Heise e Kotsadam (2015) analisaram as produções científicas sobre a violência praticada contra mulheres por seus parceiros íntimos em 44 países de diferentes classificações entre os anos de 2000 e 2013. Segundo as autoras, a violência praticada contra mulheres por seus parceiros íntimos afeta quase uma em cada três mulheres em todo o mundo, porém, a distribuição deste tipo de violência não é igualitária entre os países de diferentes culturas e situações econômicas.

Foram levados em conta na análise do estudo de Heise e Kotsadam (2015), o desenvolvimento socioeconômico dos países, a desigualdade de gênero existente, as normas sociais relacionadas aos papéis de gênero e as legislações.

Nos resultados, Heise e Kotsadam (2015), encontraram a prevalência do parceiro íntimo como autor da violência, sendo que a prevalência foi inferior a 4% em muitos países de alta renda e chegou a 40% em alguns países de baixa renda. Porém, não foram encontrados dados significativos de associação entre o PIB (Produto Interno Bruto) e a violência praticada contra mulheres por seus parceiros íntimos. Uma vez que o PIB é um indicador do nível de crescimento econômico de um país, o estudo conclui que é improvável que estejam causalmente relacionadas aos níveis de violência praticados contra mulheres no mundo.

Por outro lado, Heise e Kotsadam (2015), encontraram fortes indicadores de associação da prática da violência com as regras relacionadas à autoridade masculina sobre o comportamento feminino, normas sociais que justificam espancamento de mulheres e legislações que privilegiam direitos dos homens em detrimento das mulheres como acesso à terra, propriedade e outros recursos produtivos. As pesquisadoras também encontraram indicadores de que a educação das meninas é mais fortemente associada à redução risco de violência em países onde o abuso da esposa é normativo. Além disso, a violência por parceiro é menos prevalente em países com uma alta proporção de mulheres na força de trabalho formal.

De acordo com as pesquisadoras, a formulação de políticas públicas de combate a violência contra mulheres, em nível mundial, deveriam focar na eliminação do viés de gênero na propriedade, nos direitos e em normas de endereçamento que justificam a “posse” da esposa pelo marido e o controle masculino do comportamento feminino.

No que diz respeito, mais especificamente a América Latina, Meneghel e Portela (2017), revisaram alguns estudos com o tema da violência contra as mulheres no Brasil e nas Américas entre 2000 e 2016, de acordo com as autoras, entre os fatores que aparecem com maior frequência nos casos de feminicídios íntimos, estão a disparidade de idade entre os cônjuges, a situação marital não oficializada em cartório, tentativas prévias das mulheres em obterem a separação e agressões anteriores com histórico de intensidade crescente. As autoras afirmam



que em 70% dos casos de assassinato de mulheres por seus parceiros íntimos, havia histórico de agressões físicas.

Ainda de acordo com Meneghel e Portela (2017), grande parte dos homens autores de violência conjugal não diferem de seus pares na sociedade, não possuindo um perfil ou padrão de comportamento social que os destaquem. Ou seja, são homens comuns cujo comportamento agressivo praticado contra suas companheiras é o fruto da conotação social de gênero e não pode ser atribuído a perfis individuais e explosões passionais.

Outra condição que, segundo Meneghel e Portela (2017), aparece estatisticamente como facilitador da violência conjugal é o nível de escolaridade da mulher superior ao do homem, assim como a situação socioeconômica ou laboral. De acordo com as autoras, este dado reflete um fenômeno chamado backlash que caracteriza-se por feminicídios praticados por homens em situação econômica ou social desvantajosa em relação às mulheres ou quando elas querem separar-se contra a vontade deles.

Em outro estudo de revisão da produção científica brasileira com o tema da violência contra mulheres na área de saúde entre os anos de 2009 a 2013, Silva e Oliveira (2014), observaram um crescente reconhecimento do tema enquanto problema de saúde pública. Há uma tendência crescente no reconhecimento de sua importância enquanto problema de saúde pública e a área com o maior número de publicações foi a enfermagem com 41,9% das publicações seguida pela medicina com 14,9% e psicologia com 12,8.

Segundo Silva e Oliveira (2014), a equipe de enfermagem assume um papel relevante para as vítimas de agressão física, tanto no cuidado às lesões físicas, quanto na notificação de casos de violência observados na prática clínica. Porém, as autoras salientam que o tema é multidisciplinar e é importante a integração das áreas de conhecimento que o abordam para a elaboração eficiente de estratégias de enfrentamento.

As pesquisadoras encontraram uma prevalência dos estudos qualitativos com ênfase nas experiências das vítimas. Os estudos cujos sujeitos foram as mulheres em situação de violência e os profissionais de saúde que prestavam o atendimento a elas também foram maioria.

Também foi observado por Silva e Oliveira (2014), que as relações conjugais violentas tendem a uma reincidência dos episódios de agressão progredindo das

menos para as mais graves e podem ocorrer de forma transgeracional. Já as consequências da violência mais citadas foram os danos físicos e psicológicos que muitas vezes podem ser duradouros ou permanentes e demandam uma rede de apoio familiar e de saúde.

Dentre as lacunas encontradas pelas pesquisadoras na análise destes estudos estão a análise dos meios de comunicação e uma maior diversificação dos sujeitos, que podem incluir casais homoafetivos, mulheres com deficiência e a violência sob a perspectiva do agressor.

Diante dos apontamentos destes estudos que indicam a necessidade olhar crítico para as normas sociais que engessam os papéis de gênero e para as perspectivas do agressor, iremos, no próximo capítulo, situar como a teoria das representações sociais pode contribuir para este olhar na elaboração das políticas públicas de enfrentamento.

### **CAPÍTULO 3: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

Quando utilizamos os termos Representações Sociais, estamos nos referindo a um fenômeno social, à base teórica para explicá-lo e a um vasto campo de estudos interdisciplinar. No que diz respeito ao fenômeno, sabemos que é uma importante forma de construção de saber através das interações sociais de grupos estruturados ou identificados através de práticas em comum.

Uma vez que todo grupo tende a buscar um elemento de estabilidade diante de algo novo, esta necessidade de estabilidade impulsiona uma busca por significados que sejam partilhados por todo o grupo e fornecem os elementos para interpretação e construção da visão de mundo para todos os seus membros.

Neste capítulo buscaremos conceituar a base teórica das Representações Sociais de acordo com os autores selecionados e contextualizar como o campo será utilizado na pesquisa proposta.

#### **3.1 – A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

De acordo com Moscovici (2001), as representações sociais são uma forma de explicação da vida cotidiana, que é perpetuada através da comunicação interpessoal, e equivalem a outras formas que as sociedades utilizam para entender o mundo como os mitos, as crenças e o senso comum. Durkheim (1978), já propunha uma ciência das representações mas, para Moscovici (2001), na proposta de Durkheim, esta ciência era limitada a buscar, registrar e explicar o que tinha de constante e imutável nas representações coletivas e as concebia privilegiando fenômenos psíquicos específicos, tais como a ciência, os mitos e a ideologia.

De acordo com a crítica de Moscovici (2001), Durkheim abordava as representações através de um caráter estático não levando em conta as características das sociedades contemporâneas, influenciadas pela fluidez na circulação de representações e desconsiderando a construção social nas concepções dos sujeitos.

Em uma proposta de construção de um novo campo de saber, Moscovici (2001) reúne as contribuições de Piaget e Freud para criar uma psicologia social das representações que transitem livremente entre o individual e o social, negando o

caráter dicotômico entre estas duas dimensões, e que estejam sempre em transformação em um processo permanente de construção.

Moscovici, 2001, também utilizou as teorias dos dois autores para compreender que os pensamentos e sentimentos dos indivíduos são construídos com base nas representações dominantes de sua sociedade. Ele propõe o fim da visão antagônica entre individual e coletivo colocada por Durkheim, no que diz respeito às representações e propõe que a característica dinâmica das mesmas passe a tomar o foco das discussões teóricas e não mais o antagonismo entre individual e coletivo.

Além disso, Moscovici (2001) desconstrói a concepção de homogeneidade das idéias nas representações coletivas e afirma que duas linhas de pensamento distintas podem coexistir no meio social onde a predominância pode ocorrer através da cooperação ou da coerção, na geração da coesão do grupo. No que diz respeito às concepções e perspectivas de mundo na sociedade contemporânea, Moscovici (2009), explica que existem dois universos que as caracterizam:

O primeiro é o universo reificado onde a sociedade classifica os sujeitos hierarquicamente em diferentes papéis e apenas um grupo pode ser detentor de determinados saberes. Neste universo, a realidade é construída pelo saber científico que, através de suas especialidades, confere a alguns especialistas o saber sobre o mundo. O segundo universo, ainda de acordo com o mesmo autor, é o consensual em que o ser humano é a referência para o entendimento do mundo e as diferenças entre os sujeitos não hierarquizam o lugar de fala ou papel dentro de um grupo social e nele é que são construídas as representações sociais.

Arruda (2002a) acrescenta a visão de que as fronteiras são mais frouxas no universo consensual, pois todos os membros do grupo tem legitimidade para contribuir com a construção do saber de qualquer assunto. Já no universo reificado, existem fronteiras entre os membros do grupo marcados por seus lugares de fala determinados pelas especialidades.

Moscovici (2009) afirma que há uma relação existente entre as formas humanas de pensar e compreender o mundo ao longo da história como o pensamento primitivo, o pensamento científico e o senso comum que estão, de forma complementar, construindo este saber através das relações e comunicação social. Uma vez que esta construção é permanente e acompanha a dinâmica das relações sociais, as representações também não são imutáveis, de forma que

podem se modificar e até cessarem de existir para emergir sob outras formas de representações.

Jodelet (2001), também destaca que nesta construção dos saberes da vida cotidiana, deve haver uma busca por sentidos socialmente compartilhados e, da mesma forma que interpreta, também constrói a realidade para o grupo social. Para esta autora, a representação social pressupõe um sujeito e um objeto. Ela toma o lugar do objeto na interpretação de um sujeito que é sempre social. Esta interpretação constrói o significado do mundo para um grupo social e se cristaliza como crença. Ou seja, é uma forma de visão de mundo e definição do objeto.

Essa visão de mundo partilhada por um grupo pode entrar em conflito com a visão de outros grupos dentro da mesma sociedade e para Jodelet (2001), a representação social é também um conhecimento elaborado e partilhado nas relações que organiza os papéis sociais e define identidades pessoais e sociais.

Ainda de acordo com Jodelet (2001), não há delimitação definida entre o universo interior ou exterior do indivíduo ou do grupo nas representações. A proposta é romper com o modelo dicotômico entre individual e social assim como o rompimento da barreira disciplinar.

Considerando este rompimento disciplinar da teoria das representações sociais, as visões de mundo representadas podem ser caracterizadas em um vasto universo de campos sociais relacionando-se com outras teorias, assim como as teorias feministas nos estudos de gênero.

Arruda (2002a), faz um estudo de revisão da teoria das representações sociais e de sua aplicação nos estudos de gênero.

A autora confere à Moscovici em 1961 a matriz da teoria na obra intitulada: "La Psychanalyse, son image, son public" e acrescenta que esta teve um rápido momento de impacto que não produziu grandes desdobramentos. Segundo Arruda (2002a), a perspectiva moscoviciana permaneceu nos anos seguintes sem grande expressão fora dos laboratórios de Psicologia Social da École de Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris, e dos laboratórios de Claude Flament, Jean Claude Abric, no sul da França, tendo mais alguns interesses dispersos pela Europa.

Porém, no início da década de 80, ainda de acordo com Arruda (2002a), como um paradigma que contrapõe o behaviorismo, que era dominante na psicologia e ciência sociais da época, a teoria reaparece com forte expressão. Arruda (2002a), também afirma que, na década de 1980, havia na psicologia e ciências sociais uma

preocupação com o imperativo experimental como uma forma de estabelecer os limites do que poderia ser considerado científico ou não.

Para a autora, a pesquisa de Moscovici, desviava desta preocupação e introduzia na discussão científica os fenômenos marcados pelo subjetivo, com metodologias pouco utilizadas na psicologia da época e que incorporavam a interpretação do pesquisador. Outro ponto importante introduzido pela teoria das representações sociais que Arruda (2002a) destaca, é a concepção de que o pensamento científico é apenas uma visão de mundo entre outras que formam as representações sociais.

Sobre isto a autora afirma:

“A Teoria das Representações Sociais (TRS) operacionalizava um conceito para trabalhar com o pensamento social em sua dinâmica e em sua diversidade. Partia da premissa de que existem formas diferentes de conhecer e de se comunicar, guiadas por objetivos diferentes, formas que são móveis, e define duas delas, predominantes nas nossas sociedades: a consensual e a científica, cada uma gerando seu próprio universo. A diferença, no caso, não significa hierarquia nem isolamento entre elas, apenas propósitos diversos. O universo consensual seria aquele que se constitui principalmente na conversação informal, na vida cotidiana, enquanto o universo reificado se cristaliza no espaço científico, com seus cânones de linguagem e sua hierarquia interna”. (Arruda, 2002a, pp. 129-130)

Portanto, o saber científico e o saber popular caminham juntos na construção da visão de realidade de qualquer grupo social. Arruda (2002a), também afirma que a teoria das representações sociais traz uma reabilitação deste saber popular, ou seja, do senso comum. A autora destaca a contribuição de Moscovici para o questionamento da racionalidade científica e a valorização do saber popular. Nesta construção da visão de mundo, não podemos entender este como a realidade em si, uma vez que o objeto é sempre uma representação dele mesmo para um sujeito que também é modificado neste processo de construção. Arruda (2002a), então afirma:

“Segundo a teoria em pauta, a representação social na verdade opera uma transformação do sujeito e do objeto na medida em que ambos são modificados no processo de elaborar o objeto. O sujeito amplia sua categorização e o objeto se acomoda ao repertório do sujeito, repertório o qual, por sua vez, também se modifica ao receber mais um habitante. A representação, portanto, repito, não é cópia da realidade, nem uma instância intermediária que transporta o objeto para perto/dentro do nosso espaço cognitivo. Ela é um processo que torna conceito e percepção intercambiáveis, uma vez que se engendram mutuamente, como no caso do inconsciente agitado ou do complexo visível a olho nu”. (Arruda, 2002a, p. 137)

Uma vez que a teoria das representações sociais rompe barreiras disciplinares e dicotômicas entre individual e social, Sá (1998) acrescenta que a teoria geral das representações sociais, tal como proposta por Moscovici, não é a única orientação teórica acerca do termo e expõe seis diferentes perspectivas de estudo que a utilizam indo da visão predominantemente cognitivista até a predominantemente social:

A primeira perspectiva é a da construção da representação pelo funcionamento cognitivo do sujeito e a sua característica social se dá por uma caracterização do contexto e do pertencimento a um grupo.

A segunda perspectiva descrita pelo autor é a da representação como significado das experiências em que o sujeito social é o protagonista nesta produção de sentidos.

Na terceira perspectiva, o sujeito social também é o protagonista na construção das representações, mas o enfoque é dado à produção discursiva, ou seja, a representação como uma forma de discurso.

Na quarta perspectiva, o enfoque já é dado às práticas sociais. A produção das representações se dão de acordo com posicionamentos ideológicos, papéis sociais ou normas institucionais.

Em uma quinta perspectiva, o enfoque é no caráter dinâmico das representações que estão constantemente se modificando influenciadas pelas mudanças nas relações sociais. E na sexta perspectiva, o sujeito é visto como reprodutor do pensamento socialmente estabelecido em que as representações são determinadas socialmente. (Jodelet, 1984: 365- 366 Apud Sá, 1998 p.62-63)

Além disso, Sá (1998) lembra de autores que também tratam de representações compartilhadas no processo de socialização sem usar o termo. Entre as várias vertentes que o tema envolve estão os estudos do “estoque social de conhecimento”, diferentemente quantificado e qualificado de acordo com cada papel social exercido, como explicado por Berger & Luckman (2004) em sua Construção Social da Realidade.

Para os autores, a distribuição social do conhecimento leva em conta a praticidade do saber adequado a cada papel social, que se utiliza de um “estoque de conhecimento disponível” e que é distribuído segundo a necessidade de cada um individualmente. É um sistema que começa com o simples fato de não conhecer tudo que é conhecido por meus semelhantes, e vice-versa, e culmina em sistemas

de perícia extraordinariamente complexos e esotéricos (Berger & Luckman, 2004, p. 68).

Como vimos em Berger & Luckman (2004), o estoque social de conhecimento é distribuído de acordo com o papel de cada um no grupo social de que faz parte. Arruda, (2002a), afirma que Berger e Luckman já falavam deste conhecimento pré-teórico chamado de senso comum que é reabilitado no meio científico por Moscovici contrariando a visão dominante no meio científico e filosófico de que este saber seria impreciso, inconsistente e equivocado.

Outro autor que também abordou esta forma de conhecimento popular foi Geertz (2007). Este autor afirma que, para além da ciência, a ideologia, a arte, a religião, a matemática, ou a filosofia, existe uma dimensão da cultura que não é normalmente considerada um de seus compartimentos organizados, como acontece com estes setores mais conhecidos da alma. Esta dimensão é o “senso comum”. Geertz (2007) nos apresenta temas como sendo o que são porque esta é a natureza das coisas, tem características próprias do que é “óbvio” ou que “faz todo o sentido”.

Assim é que a religião baseia seus argumentos na revelação de uma divindade e a ciência na metodologia, porém, os argumentos do senso comum se baseiam, por assim dizer, na vida como um todo. Ele é aquilo que resta de fundamento quando todos os tipos mais articulados de sistemas simbólicos se esgotam, ou seja, é uma forma de conhecimento e explicação da realidade. Considerando tantos desdobramentos por onde a teoria das Representações sociais pode enveredar-se, escolhemos nos ater a teoria inaugurada por Moscovici em 1961.

Porém, ainda assim, segundo Sá (1998), esta teoria se desdobra em três correntes teóricas complementares. Para o autor, a corrente mais fiel a teoria tal como proposta por Moscovici é a de Denise Jodelet. A segunda, de acordo com o mesmo, é uma corrente que procura articular a perspectiva da representação social com uma perspectiva mais sociológica, sendo o autor principal desta corrente Willem Doise.

Já a terceira corrente, segundo Sá (1998), enfatiza os processos cognitivos de forma estrutural que fazem parte da criação e manutenção das representações sociais, liderada por Jean-Claude Abric. Segundo Sá (2015), a teoria das representações sociais proposta por Moscovici, enquanto campo de estudos, apenas começou a receber mais atenção na Europa na década de 1970. Ainda de



acordo com o autor, na década de 1980, começou a ter expressão no Brasil, porém, também passou a ser fortemente criticada no meio acadêmico.

### **3.1.1: A TEORIA DO NÚCLEO CENTRAL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

A partir dos anos 1990, de acordo com Sá (2015), as elaborações teóricas e metodológicas que complementavam a teoria proposta por Moscovici, começaram a ter mais influência dentro do campo. Assim, A teoria do núcleo central proposta por Abric (1994) apud Sá (2005), ganha mais expressão no campo das representações sociais.

Moscovici (2009) traz a noção de um núcleo na teoria das representações sociais. Este núcleo, chamado de núcleo figurativo, é uma organização de elementos cognitivos que gozam de autonomia na modelagem do conhecimento construído sobre determinado objeto. A abordagem do núcleo central das representações foi proposta por Abric (1994) apud Sá, (2015).

Nesta abordagem, os elementos componentes das representações sociais são organizados em torno de dois sistemas: o sistema central, também chamado de núcleo central e o sistema periférico. O primeiro possui a função de gerar e organizar as representações:

“Haveria assim, em primeiro lugar, um sistema central, constituído pelo núcleo central da representação, ao qual são atribuídas as seguintes características: 1. é marcado pela memória coletiva, refletindo as condições sócio-históricas e os valores do grupo; 2. constitui a base comum, consensual, coletivamente partilhada das representações, definindo a homogeneidade do grupo social; 3. é estável, coerente, resistente à mudança, assegurando assim a continuidade e a permanência da representação; 4. é relativamente pouco sensível ao contexto social e material imediato no qual a representação se manifesta. Suas funções são gerar o significado básico da representação e determinar a organização global de todos os elementos”. (Sá, 2015, p. 214)

Já o segundo agrega características mais instáveis e permeáveis por se atualizar constantemente sofrendo maior influência das mudanças sociais imediatas:

“Em segundo lugar, haveria um sistema periférico, constituído pelos demais elementos da representação, que, provendo a "interface entre a realidade concreta e o sistema central"... O sistema periférico apresenta, portanto, as seguintes características: 1. permite a integração das

experiências e histórias individuais; 2. suporta a heterogeneidade do grupo e as contradições; 3. é evolutivo e sensível ao contexto imediato. Sintetizando, suas funções consistem, em termos atuais e cotidianos, na adaptação à realidade concreta e na diferenciação do conteúdo da representação e, em termos históricos, na proteção do sistema central". (Sá, 2015, p. 214)

Ainda de acordo com Abric (1994) apud Sá (2015), as representações sociais, embora sejam marcadas por concepções partilhadas e consensuais, também possuem fortes diferenças individuais. Estas diferenças que podem, a princípio, aparecer como contradições, são, na verdade, parte de todo o fenômeno de representação social e explicadas pela teoria do núcleo central.

Sá (2015), afirma que Abric (1994), no início da elaboração de sua teoria, teria dado excessiva importância às cognições centrais com enfoque estruturalista. Porém, com a abordagem atual, busca-se uma exploração de uma análise comparativa entre dois estados sucessivos de um fenômeno de representação social. A teoria e a pesquisa do núcleo central, segundo Sá (2015), é fundamentada sobre uma metodologia experimental e a primeira hipótese acerca do núcleo central das representações sociais foi formulada em um experimento de laboratório realizado por Abric em 1984.

Ainda de acordo com Sá (2015), em função desta ênfase experimental, a teoria do núcleo central apresenta uma preocupação com uma constante reelaboração de conceitos, teorias e refinamento das técnicas metodológicas. Para Sá (2015), a teoria do núcleo central contribui para a discussão de alguns pontos controversos dentro da teoria das representações sociais.

Um destes pontos, segundo o autor, é a dificuldade de articulação entre a dimensão básica da representação, que se apresenta de forma estável e consensual, e a dimensão modular, que se apresenta nas circunstancialidades e individualidades. Ao tratar desta articulação considerando uma relação de complementaridade entre as cognições centrais, que são absolutas e as cognições condicionais, que são periféricas, Sá (2015) afirma que a teoria do núcleo central apresenta uma solução teórica para esta dificuldade de articulação.

Outra contribuição importante da teoria do núcleo central destacada por Sá (2015) é a elaboração de uma técnica de estudo que possibilita uma comparação entre diferentes representações sociais de um mesmo objeto mantidas por diferentes grupos ou subgrupos. Sobre a identificação de diferentes representações,

o autor nos diz que na teoria do núcleo central, duas representações ou estados distintos de uma mesma representação apenas são considerados diferentes se os núcleos centrais de cada um, respectivamente, forem compostos de elementos diferentes.

Desta forma, de acordo com Sá (2015), se as diferenças das representações manifestarem-se em seus sistemas periféricos, não estarão caracterizadas duas representações distintas, mas sim, uma mesma representação com formas diferentes de manifestação que podem ser devido a circunstâncias geradas pelo grupo social como um todo ou por fatores interindividuais:

“... as manifestações da representação diferem apenas quanto às cognições periféricas condicionais, mas não quanto às cognições absolutas do sistema central, que proporcionam o significado básico da representação e organizam globalmente os elementos periféricos, tanto os que se atualizam em uma das manifestações quanto os que o fazem na outra”. (Sá, 2015, p. 217)

Na comparação entre representações distintas, uma vez identificadas através destes critérios, Sá (2015) destaca a importância das práticas sociais, de forma que os suportes discursivos extraídos do grupo social a ser estudado são insuficientes para encontrar as representações sociais, principalmente o discurso extraído de forma espontânea.

Assim, o discurso e a análise das práticas sociais e do comportamento são dados complementares na investigação das representações sociais.

### 3.2 – OS MÉTODOS DE ESTUDO EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Sobre o método de pesquisa em representações sociais, Arruda (2002b), afirma que este não pode ser desvinculado da teoria e só existe dentro de uma concepção do objeto e da forma de conhecê-lo.

Nesta estreita relação entre a teoria e o método, segundo a autora, a construção do objeto é contextualizada em uma visão paradigmática de transposição de fronteiras e antagonismos dicotômicos como sujeito x objeto e individual x social. Arruda (2002a), por outro lado, propõe que o método de pesquisa na teoria das representações sociais, não seja apenas uma sequência protocolar a ser seguida, mas, antes de tudo, uma forma de abordagem que leva em conta a bagagem da teoria e busca uma nova visão de determinado objeto.

Assim, Arruda (2002b), afirma que não se deve atrelar a teoria das representações sociais a nenhum método específico abrindo um leque de escolhas na avaliação de cada caso:

“Na simbiose método-teoria, o começo de um e o fim do outro podem se tomar tão fluidos quanto à díade sujeito-objeto na construção social da realidade. Não significa eludir a teoria nem atrelá-la a um método específico. Pelo contrário: é preciso integrar os dois judiciosamente, caso a caso. Ao definir a não clausura da teoria das representações sociais e apontar para a utilização de metodologias variadas, enfatizando a inovação mais do que da comprovação, Moscovici contemplava esta possibilidade de jogo entre elas”. (Arruda, 2002b, p. 14)

Além de defender a inexistência de um padrão para a coleta dos dados, (Arruda, 2002b), também defende esta despadrãoização na análise dos mesmos e ressalta que, nas pesquisas em representações sociais, a construção da metodologia se dá na interação entre o pesquisador e o objeto de pesquisa. Para a autora, a desconstrução do antagonismo dicotômico anteriormente descrito entre o individual x social, sujeito x objeto, também vale para o quantitativo x qualitativo.

Sá (1998) vai ao encontro de Arruda (2002b) ao afirmar que não há nenhum método privilegiado nas pesquisas em Representações Sociais, abrindo um leque de possibilidades entre a utilização de técnicas tanto qualitativas quanto quantitativas. Segundo o autor, uma prática comum na pesquisa em representações sociais é a articulação entre as técnicas de entrevistas individuais na coleta de dados e a técnica da análise de conteúdo no tratamento destes dados.

Sá (1998), também levanta um questionamento importante sobre a pesquisa em representações sociais. O autor afirma que existe uma noção bastante difundida de que as representações sociais são extraídas através de um discurso espontâneo, porém, o mesmo autor defende que a espontaneidade não garante a revelação das representações podendo, pelo contrário, ter o efeito de encobri-las.

Desta forma, para chegar à representação social de um objeto para um determinado grupo social, Sá (1998) afirma que é preciso ir além da espontaneidade e procurar métodos investigativos do “não dito”.

Naiff, Naiff, & Braz (2013), em um estudo sobre as representações sociais de professores de escolas públicas acerca da noção de qualidade de vida de seus alunos, combinam técnicas de evocação livre com a entrevista semiestruturada e afirmam: “A tarefa de evocação livre nos auxilia no levantamento dos possíveis

elementos do núcleo central e as perguntas semiestruturadas apóiam a confirmação dos elementos centrais e periféricos”. (Naiff, Naiff, & Braz (2013), p. 571)

Neste mesmo estudo, os autores explicam que, de acordo com indicação de Abric (2003), apud Naiff, Naiff, & Braz (2013), a tarefa de evocação foi dividida em dois momentos:

No primeiro são coletados termos espontâneos relacionados ao objeto e no segundo, os sujeitos hierarquizam suas expressões por ordem de importância e assim o “rang de aparição” é substituído pelo “rang de importância” como produto final da coleta de dados. “Essa técnica combinada aproveita o material bruto nascido da associação livre e o organiza cognitivamente, permitindo uma reavaliação da ordem de evocação”. (Naiff, Naiff, & Braz (2013), p. 572)

Desta forma, conforme foi exposto até aqui sobre teoria e métodos, as representações sociais, de acordo com Sá (2015), designam tanto um fenômeno, quanto a base teórica para explicá-lo e, além disso, um vasto campo de estudos interdisciplinar.

Para Vasconcelos (2007), as práticas interdisciplinares implicam em um trâmite entre as fronteiras de saber, incluindo os que não se encaixam nas categorias de saber científico como as crenças e o senso comum e também a construção de uma nova significação partilhada com outros campos. Nesta definição do autor encontramos os elementos de interação com outros campos e de construção de realidades presentes no campo das representações sociais.

Compartilhando do mesmo entendimento, Arruda (2002b), reafirma a interdisciplinaridade da teoria das representações sociais na adoção dos métodos de pesquisa ressaltando as trocas necessárias com a antropologia, a sociologia, a comunicação, a linguística e a estatística.

Para concluir esta discussão sobre os métodos de pesquisa em representações sociais, Arruda (2002a) nos diz:

“A metodologia então é uma via de negociação para caminhar entre ou com as tensões. Ela decorre sempre, aliás, de uma vasta negociação entre, de um lado, o desejo de quem pesquisa, a vontade de saber, as preferências conceituais, as posturas filosóficas e ideológicas e do outro, as possibilidades de realização deste desejo, que implicam desde as condições objetivas e materiais até o domínio dos aspectos teóricos e o talento dos pesquisadores”. (Arruda, 2002a, p. 15)

Para Arruda (2002a), os campos científicos contêm as subjetividades e negociações de desejos dos sujeitos pesquisadores que devem ser manejados e conciliados, a todo tempo, com os interesses da pesquisa.

### **3.3.1: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E AS TEORIAS FEMINISTAS**

Para Arruda (2002a), a teoria das representações sociais e as teorias feministas têm em comum a proposição de uma forma de conhecimento que desconstrói o pensamento binário, tanto no caso do individual x social quanto do masculino x feminino; desconstrói o reducionismo do objeto científico e também desconstrói a suposta neutralidade da ciência.

As teorias feministas segundo Arruda (2002a), também se amparam na dimensão subjetiva dos sujeitos concebendo que a experiência das mulheres, devido a sua posição social, é diferente da dos homens e por isso, o conhecimento de mundo se dá de forma diferente. Ou seja, o gênero é um dos fatores sociais que afetam o conteúdo e a forma do pensamento devido ao significado social atribuído a ele.

Porém, (Arruda (2002a), também destaca uma diferença epistemológica importante entre as duas concepções teóricas: As teorias feministas, além de tornarem a experiência das mulheres uma modalidade de saber dentro de uma cultura, essas teorias privilegiam estes saberes como objeto em detrimento das outras experiências criando uma hierarquização dos saberes produzidos por elas, o que, segundo a autora, não ocorre na teoria das representações sociais. Nestas, os saberes locais são reconhecidos de forma equivalente sem que se privilegie um em detrimento do outro.

O ponto que marca esta diferença, segundo Arruda (2002a), diz respeito ao enfoque político que faz com que as teorias feministas tenham um projeto final de transformação social, enquanto a teoria das representações sociais está dentro de um projeto analítico. No entanto, Arruda (2002a), conclui a comparação entre as duas linhas de pensamento afirmando que ambas são produtos do pensamento contemporâneo surgindo como novos instrumentos para conceituar e analisar diferentes visões da realidade sob novos pontos de vista, influenciados por movimentos sociais, inovações criativas e por questionamentos no próprio campo científico.

Sendo assim, entendemos que a teoria das representações sociais e as teorias feministas constituem duas linhas de pensamento com pontos convergentes entre elas e suas diferenças se devem, em grande parte, aos projetos políticos que as originaram.

Desta forma, as relações de gênero, objeto das teorias feministas também foram estudados sob o enfoque da teoria das representações sociais e, dentro destas relações, encontramos a que se dá de forma violenta.

No Brasil, os estudos sobre as representações sociais da violência contra mulheres de uma forma geral, têm priorizado compreender como o fenômeno da violência de gênero é interiorizado pelos diferentes grupos sociais e qual o impacto na sociedade como um todo. Em um estudo de revisão das pesquisas realizadas, no período de 2010 a 2015 que trataram das representações sociais da violência de gênero, Meireles et al. (2017) afirmam que conhecer as representações sociais que os grupos sociais têm acerca da violência de gênero, possibilita verificar como estes conhecimentos são compartilhados e como os sujeitos os concebem e elaboram, vislumbrando um maior entendimento da realidade prática e cotidiana.

Entendemos que os diferentes grupos sociais produzem diferentes representações sociais sobre o fenômeno da violência contra mulheres e sobre os diferentes constructos sociais que o envolvem. Temos então, dentro desta temática, um vasto campo de possibilidades de objetos de estudo e de sujeitos de representação.

Como vimos anteriormente, Arruda (2002a), afirma que as teorias feministas privilegiam o saber produzido pelas mulheres enquanto sujeitos sociais que ocupam uma posição subalterna na sociedade. Já a teoria das representações sociais, se interessa pelas representações produzidas por todos os grupos sociais, inclusive dos homens que praticaram violência contra mulheres acerca das várias formas possíveis de sua manifestação.

Desta forma, entendemos que, sob o referencial teórico das representações sociais, é relevante identificar as representações sociais dos constructos socioculturais presentes no fenômeno da violência contra mulheres tanto para os homens que praticaram atos de violência, quanto para suas parceiras.

De acordo com Sá (2015), para considerarmos grupos sociais como produtores de representações relevantes para estudos psicossociais, estes teriam que estar dentro de certos critérios como laços comunitários, biológicos ou culturais.

Porém, ainda de acordo com o autor, alguns grupos não estruturados que possuem interesses em comum e algum grau de identificação entre os membros, podem apresentar representações sociais se a natureza do objeto estiver dentro da temática destes objetivos em comum.

Os sujeitos escolhidos para esta proposta de estudo enquanto homens que respondem processo na justiça pela lei 11.340/2006 e mulheres que denunciaram seus parceiros pela aplicação da mesma lei, atendem a estes critérios de identificação descritos por Sá (2015).

Para justificar a escolha destes sujeitos de representação social, podemos considerar que Sá (1998), afirma que o objeto de representação deve estar inserido de forma consistente na prática do grupo estudado, ou seja, o objeto de representação deve estar implicado na prática do sujeito, seja através do comportamento e/ou comunicação entre seus membros. *“O pesquisador deve se perguntar se as práticas do grupo a ser estudado envolvem o objeto selecionado”*. (Sá, 1998, p. 51)

Uma vez que, segundo Jodelet (2001), a representação social toma o lugar do objeto na interpretação dos sujeitos construindo significados da realidade para um determinado grupo social que podem se cristalizar como crenças, consideramos que a identificação das representações sociais destes homens e mulheres acerca dos constructos socioculturais que se inserem na dinâmica da violência praticada e sofrida, nos possibilitará um maior entendimento de suas práticas cotidianas e práticas de violência.

As atividades de determinados grupos os caracterizam através de possíveis identificações funcionando como elemento de coesão para o mesmo. Jodelet (2001), acrescenta que estas práticas sociais fazem parte do núcleo central das representações e, as possíveis mudanças nestas práticas podem corresponder a mudanças nas próprias representações.

Já os pensamentos ideológicos, ainda de acordo com Jodelet (2001), encontram-se no sistema periférico destas representações e não atingem seu núcleo central. Deste modo, entendemos que as atividades que ligam determinados grupos são mais determinantes na construção e transformação das representações sociais do que suas ideologias.

Além das práticas comportamentais partilhadas no grupo, Jodelet (2001), também destaca o papel da comunicação nas representações sociais. Para a autora,



a comunicação permite uma abordagem dos fenômenos cognitivos presentes nas trocas interpessoais que originam a formação do universo consensual e, como vimos anteriormente, é onde se constroem as representações sociais.

Jodelet (2001), explica que o fenômeno da comunicação foi examinado por Moscovici e classificado em três níveis:

“1) No nível da emergência das representações onde as condições afetam os aspectos cognitivos. Entre essas condições se destacam: a dispersão e a distorção das informações concernentes ao objeto representado e que são desigualmente acessíveis segundo os grupos; a focalização em certos aspectos do objeto em função dos interesses e da implicação dos sujeitos; a pressão à inferência devida à necessidade de agir, tomar posição ou obter o reconhecimento ou adesão de outros. Da mesma maneira, os elementos que vão diferenciar o pensamento natural em suas operações, sua lógica e seu estilo. 2) No nível dos processos de formação das representações, a objetivação e a ancoragem consideram a interdependência entre a atividade cognitiva e suas condições sociais de exercício, nos planos do agenciamento dos conteúdos, das significações e da utilidade que lhes são conferidas. 3) No nível das dimensões das representações que têm influência na edificação das condutas: opinião, atitude, estereótipo, sobre os quais intervêm os sistemas de comunicação mediática. Estes, segundo os efeitos pesquisados sobre a audiência, apresentam propriedades estruturais diferentes correspondentes à difusão, à propagação e à propaganda. A difusão é relacionada com a formação das opiniões, a propagação com as atitudes e a propaganda com os estereótipos”. (Jodelet, 2001, p. 12)

Desta forma, sobre a importância da comunicação no processo de construção das representações sociais, Jodelet (2001), conclui que ao engajar os processos de interação de um grupo social, a comunicação faz parte da estruturação e formação do pensamento social como meio de transmissão da linguagem que contém, em si, as representações e é pertinente à vida prática e afetiva dos grupos, formando visões de mundo e saberes partilhados.

Considerando a relevância das práticas e da comunicação na construção das representações sociais, entendemos que a identificação das representações sociais de grupos identificados pela prática comportamental e pela comunicação que interliga seus membros a um determinado objeto, nos permitirá ampliar o conhecimento sobre as origens das práticas de violência em nossa sociedade.

## **CAPÍTULO 4 – MÉTODO DA PESQUISA**

Conforme explicitado no capítulo 1, este estudo é de natureza qualitativa e foi dividido em dois estudos.

Estudo 1 - identificamos as representações sociais de feminino para mulheres em situação de violência doméstica perpetrada por seus parceiros íntimos e para os homens que foram autores deste tipo de violência praticada contra suas companheiras.

Estudo 2 - investigamos as representações sociais de feminino em uma seleção de reportagens de veículos populares de mídia no último ano.

### **4.1- PARTICIPANTES E FONTES**

#### **4.1.1 – ESTUDO 1**

Selecionamos os participantes e dividimos em dois grupos. O primeiro grupo foi formado por 10 mulheres que foram agredidas por seus parceiros íntimos dentro do período de um ano anterior à pesquisa. Este foi denominado grupo 1. Já o segundo grupo foi constituído por 10 homens que praticaram algum tipo de agressão contra suas companheiras, também dentro do período de um ano anterior à pesquisa. Este foi denominado grupo 2.

Utilizando como base à apresentação dos dados do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro de 2021, em que os principais crimes tipificados como violência física, sexual e psicológica do Estado apresentaram maior incidência na região da Baixada Fluminense quando comparados ao município do Rio de Janeiro, selecionamos os dois grupos de participantes nesta região geográfica.

Quanto ao perfil dos participantes, a seleção não delimitou variáveis para efeito de comparação como faixa etária, raça/etnia, condição socioeconômica e religião, sendo essas características registradas para descrição da amostra. Entendeu-se que morarem na mesma região e partilharem as vivências relacionadas a violência doméstica, configurava variáveis suficientes para levantamento de representações sociais nos grupos pesquisados.

As entrevistas com o grupo 1 foram predominantemente realizadas com usuárias da Coordenadoria de Políticas para as mulheres de Nova Iguaçu que é um

Centro de Referência do município para atendimento psicossocial e orientação jurídica para mulheres em situação de violência doméstica, no decorrer do ano de 2021.

Todas as mulheres entrevistadas residiam no município de Nova Iguaçu, na região da Baixada Fluminense e a metade tinha apenas 1 filho. Quatro entrevistadas tinham dois filhos e uma tinha 3.

A faixa etária foi bem variada entre 26 e 52 anos. Quanto à escolaridade, quatro tinham o ensino médio concluído, 2 tinham o ensino superior concluído, 2 tinham o ensino superior incompleto e/ou em andamento e apenas duas não concluíram o ensino fundamental.

Embora a maioria tenha concluído, no mínimo, o ensino médio, todas possuíam renda inferior a três mil reais e apenas uma tinha vínculo empregatício com carteira assinada.

Por outro lado, as entrevistas do grupo 2 foram realizadas exclusivamente pelos usuários da “Escola de homens” que é um serviço realizado pela equipe técnica do “Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher” da comarca de Nova Iguaçu, no decorrer do ano de 2021.

Todos os homens entrevistados também residiam em Nova Iguaçu. Mais da metade dos entrevistados tinha mais de 3 filhos sendo que dois tinham 5 filhos.

A faixa etária do grupo 2 também foi bem variada de 25 a 61 anos. Quanto à escolaridade, 5 tinham ensino médio completo e quatro apenas o ensino fundamental. Um entrevistado iniciou ensino superior, mas não concluiu.

Quanto ao vínculo empregatício, apenas 2 tinham carteira assinada, um era aposentado e apenas um entrevistado tinha renda superior a três mil reais.

**Tabela 11: Perfil Idade**

<b>IDADE</b>	<b>Grupo1 (mulheres)</b>	<b>Grupo2 (homens)</b>
20 a 30 anos	2	2
30 a 40 anos	3	2
40 a 50 anos	3	4
50 a 60 anos	2	1
Mais de 60		1

**Tabela 12: Perfil Classe Social**

CLASSE SOCIAL	Grupo1 (mulheres)	Grupo2 (homens)
Baixa C3 e D	10	9
Média C2		1

**Tabela 13: Perfil Escolaridade**

ESCOLARIDADE	Grupo1 (mulheres)	Grupo2 (homens)
Ensino fundamental	2	4
Ensino Médio	4	5
Ensino superior (cursou)	2	1
Ensino superior completo	2	

**Tabela 14: Perfil Filhos**

NÚMERO DE FILHOS	Grupo1 (mulheres)	Grupo2 (homens)
1 filho	5	2
2 filhos	4	2
3 filhos	1	4
4 filhos		
5 filhos		2

**Tabela 15: Perfil Religião**

RELIGIÃO	Grupo1 (mulheres)	Grupo2 (homens)
Católica	3	2
Protestante	4	3
Não tem ou afastado	3	5

Observando o perfil socioeconômico dos participantes da pesquisa, podemos apontar algumas peculiaridades. O grupo das mulheres possui escolaridade maior enquanto o grupo dos homens possui maior número de filhos. Embora os dois grupos forneçam quantitativo suficiente para representar homens e mulheres em situação de violência, consideramos pertinente apontar que os estudos sobre a violência contra as mulheres, segundo Meneghel e Portela (2017), apontam a escolaridade superior da mulher como facilitador da violência conjugal.

Quanto à renda, os dois grupos são classificados pelo IBGE como classe D e E com renda familiar entre dois a quatro salários mínimos. Nos dois grupos também foi predominante o trabalho informal.

Em relação a religião, metade dos homens declararam não possuir ou estarem afastados das práticas religiosas, enquanto a maior parte do grupo de mulheres declarou possuir crença religiosa.

#### **4.1.2.- ESTUDO 2**

No estudo 2 utilizamos fontes de veiculação de mídia predominantemente de maior circulação entre as classes D e E que constituem os grupos dos entrevistados. Através da assinatura destes veículos, foi possível acessar o banco de dados de matérias digitalizadas e realizar a busca pelas que tratam da temática do feminino. Após exaustiva análise preliminar, conseguimos 26 reportagens que correspondiam de forma mais fidedigna os objetivos do estudo 2. Portanto, a análise foi realizada com 26 reportagens no último ano, sendo assim distribuídas: 6 reportagens do Jornal O Dia, 8 reportagens do Jornal Extra, 4 reportagens do Jornal O Globo, 4 reportagens do Jornal Folha de São Paulo e 2 reportagens retiradas do Portal R7.

#### **4.2- PROCEDIMENTOS DE COLETA**

##### **4.2.1 – ESTUDO 1**

No primeiro estudo, buscamos na rede de atenção psicossocial e nos espaços de atendimento jurídico, o acesso ao público-alvo da pesquisa, uma vez que estes espaços concentram esse perfil de usuários. Porém, a pandemia causada pelo novo Coronavírus, reduziu drasticamente o número de usuários atendidos pelas equipes multidisciplinares tendo sido suspenso por vários períodos nos anos de 2020 e 2021.

Embora a disponibilidade de participantes tenha sido bastante reduzida pela pandemia que ainda apresentou riscos para saúde tanto da pesquisadora quanto dos participantes, a coleta foi realizada presencialmente dentro do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e da sede da Coordenadoria de Políticas para as Mulheres de Nova Iguaçu, sendo que os convites para a participação foram realizados de forma espontânea, individualizada, no mesmo dia que os participantes compareceram para atendimento da equipe técnica e foram

seguidos todos os protocolos de higiene e prevenção recomendados pelo Ministério da Saúde.

Os instrumentos de coleta utilizados na primeira parte do estudo consistiram em registrar a Tarefa de Evocação Livre e, em seguida, um roteiro de perguntas abertas para a realização de entrevistas semiestruturadas.

Conforme a Teoria do Núcleo Central aponta, Abric (1994) e Sá (2015), nos elucidam sobre a importância da Tarefa de Evocação Livre enquanto técnica projetiva que, a partir de um termo indutor específico, permite o acesso mais rápido aos elementos que constituem o universo semântico do objeto de estudo e o acesso ao que há de mais partilhado e consensual nos grupos, chamado de núcleo das representações sociais.

A forma de obtenção de dados que mais se aproxima do levantamento do possível núcleo central das representações utiliza técnica projetiva de evocação livre, e precisa de um número de sujeitos relativamente alto para que se possa aprender de forma mais fidedigna a estrutura das representações.

Porém, devido ao número de participantes reduzido por conta das condições sanitárias vividas em tempos de pandemia, ainda que fosse feita a coleta projetiva da evocação livre, não foi possível utilizar técnicas de análise específicas que permitissem identificar o possível núcleo central. Entretanto, a riqueza do material coletado direcionou para a manutenção dos resultados levantados e optou-se fazer a análise através da análise de conteúdo de Bardin (2009).

Para as entrevistas semiestruturadas foram realizadas 2 pré-entrevistas utilizando os roteiros pilotos para avaliar a relevância deles na abordagem do tema, com o objetivo de seguir com as entrevistas do restante dos participantes. Após a avaliação dos roteiros pilotos, foram acrescentadas mais duas perguntas com a finalidade de especificar as representações sobre o feminino na relação conjugal.

Os roteiros pilotos e os roteiros finais, para os dois grupos de participantes da pesquisa, encontram-se em anexo.

O roteiro de perguntas abertas, depois de validado, foi aplicado aos mesmos participantes da Tarefa de Evocação Livre com perguntas sobre as relações interpessoais dos mesmos, sobretudo no que diz respeito às relações de gênero com ênfase nas relações conjugais na família de origem e família atual.

Por tratar-se de uma pesquisa com seres humanos, priorizamos os aspectos éticos durante a coleta de dados. Spink (2000) nos adverte para três cuidados éticos

essenciais nas pesquisas qualitativas que envolvem sujeitos sociais e implicam na relação entre pesquisador e participantes. Um é o consentimento informado, que tem como princípio básico a transparência dos direitos e deveres de ambas as partes; o segundo é a proteção do anonimato que resguarda a relação de confiança e, por último, o resguardo do uso abusivo de poder, que exige do pesquisador critérios de sensibilidade subjetiva para avaliar os riscos de uma revelação prejudicial.

Tendo como premissa a observância destes aspectos éticos, para a coleta dos dados através das entrevistas com o primeiro e o segundo grupo de sujeitos da pesquisa, o projeto deste estudo foi submetido ao Comitê de ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro com o modelo do termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aos respectivos órgãos de autorização dos Juizados de Violência Domestica e Familiar contra a Mulher.

Durante as entrevistas, todo o protocolo de segurança e prevenção contra o novo Coronavírus foi seguido criteriosamente.

Cada participante da pesquisa assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), através do qual tomaram ciência dos objetivos da pesquisa e do direito de sigilo dos dados. O TCLE foi impresso em duas vias, sendo que uma cópia foi fornecida ao participante e a outra arquivada com o pesquisador. Foi informado a cada participante que o retorno com acesso aos resultados finais da pesquisa estará disponíveis para aqueles que desejarem obtê-los.

Durante a realização das entrevistas, os participantes demonstraram sentimentos de tristeza, angústia e raiva. A entrevista foi interrompida uma vez por sensibilidade de uma entrevistada que se apresentou muito fragilizada emocionalmente, porém, a mesma optou por terminar a entrevista.

#### **4.2.2 – ESTUDO 2**

Para a coleta dos meios de mídia impressa, foi acessado o banco de dados do acervo de matérias digitalizadas do jornal O Globo e da Folha de São Paulo e os portais digitais dos jornais O Dia, Extra e R7. A busca utilizou as palavras chave: feminino, feminina, mulher, mulheres e feminilidade. Na busca por frases foram utilizadas: dia da mulher, violência contra mulher e mulher é... O período de busca selecionado para a coleta foi de março de 2021 a maio de 2022.

## 4.3 – ALGUMAS NOTAS SOBRE A ANÁLISE DOS DADOS.

### 4.3.1- ESTUDO 1

Conforme explicado acima, devido ao número reduzido de participantes como consequência das interrupções intermitentes dos atendimentos ou redução do número de usuários dos órgãos e instituições públicas onde a coleta de dados foi realizada, não foi possível obter a quantidade necessária de participantes da Tarefa de Evocação Livre para realizar a análise das representações sociais utilizando a Teoria do Núcleo Central, de acordo com Abric (1994) apud Sá (2015).

Por considerarmos que a Tarefa de Evocação Livre ainda poderia mostrar-se como importante instrumento de identificação das Representações Sociais dentro da abordagem qualitativa, optamos por manter este instrumento de coleta de dados e aplicar aos mesmos participantes das entrevistas.

Os termos coletados através da Tarefa de Evocação Livre foram analisados dentro das categorias criadas com a organização sistemática dos dados e metodologia proposta por Bardin (2011), utilizando principalmente as entrevistas semiestruturadas.

Para a interpretação das informações coletadas com a Tarefa de Evocação Livre e com as entrevistas semiestruturadas, utilizamos novamente o referencial da metodologia de Bardin (2011), denominada análise de conteúdo. Na metodologia desenvolvida pela autora, o conteúdo manifesto das comunicações dentro de um grupo social é analisado classificando as temáticas de forma categórica de acordo com a contextualização e relevância que aparecem durante a coleta.

Seguindo esta metodologia, utilizamos o material coletado tanto na Tarefa de Evocação Livre quanto nas entrevistas semiestruturadas, sendo este submetido a três etapas de análise. As etapas que foram utilizadas no desenvolvimento deste estudo, seguindo a metodologia de Bardin (2011), foram:

a) Organização sistemática - Para a autora, esta primeira etapa é chamada de pré-análise. É o momento inicial de organização do material coletado na pesquisa onde selecionamos tudo que será utilizado e preparamos o conteúdo seguindo o critério da relevância para o objeto da pesquisa. Inicialmente, através da leitura flutuante dos conteúdos das entrevistas semiestruturadas e da Tarefa de



Evocação Livre, identificamos as principais idéias apresentadas pelos participantes sobre o feminino;

b) Divisão de categorias -A segunda etapa da análise, Bardin (2011) chamou de fase de exploração do material. Aqui foram escolhidas as regras para a categorização do material coletado e o seu recorte. Para a Tarefa de Evocação livre, foram utilizados todos os termos evocados pelos participantes. Já para a seleção do material manifesto nas entrevistas, por estas terem sido realizadas com perguntas abertas, foram selecionadas expressões de idéias que continham algum conceito sobre o universo feminino. A unidade de categorização destas idéias foram as palavras que, de acordo com os relatos dos próprios entrevistados, representaram suas principais concepções. O registro para a categorização destas palavras seguiu o critério de frequência de acordo com o número de participantes que compartilhou conteúdo semelhante no mesmo grupo.

Ainda seguindo a metodologia proposta por Bardin (2011), após a primeira etapa de organização do conteúdo das entrevistas, o processo de categorização se dá pelo agrupamento das ideias de acordo com o tema. Cada agrupamento temático identificado integra uma categoria de análise composta de unidades de registro e unidade de contexto. Com a identificação das categorias e agrupamento das palavras que expressaram as idéias apresentadas pelos entrevistados de ambos os grupos de pesquisa, iniciamos a etapa final da análise que é a interpretação dos dados;

c) Interpretação dos dados - Bardin (2011) chamou a terceira e última etapa da análise de tratamento dos resultados. É aqui que realizamos a interpretação do material previamente organizado e categorizado. De acordo com o autor, nesta conclusão do processo analítico, devemos ir além do conteúdo manifesto no material coletado e buscar significá-lo na relação com o objeto de pesquisa. Na realização deste processo de significação, utilizamos os autores que embasaram nosso conhecimento sobre o objeto de representação que foi o corpo feminino e os autores que nos orientaram no processo de investigação das representações sociais. Segundo Bardin (2011), é na relação entre o material coletado e a fundamentação teórica que construímos o sentido de nossa análise.

As informações encontradas, então, foram ressaltadas e confrontadas com outras hipóteses construindo os resultados analíticos da pesquisa que serão detalhados nos próximos capítulos.

### **4.3.2 – ESTUDO 2**

O conteúdo textual editado das reportagens foi submetido à Análise Hierárquica Descendente (CHD) e à análise de similitude, por meio do software IRAMUTEQ que realiza uma análise qualitativa, classificando as palavras utilizadas no discurso e também uma análise quantitativa, uma vez que as palavras são quantificadas pela frequência e pelo método estatístico inferencial do Qui-Quadrado. (Camargo & Justo, 2013, 2015; Ratinaud, & Marchand, 2012).

Para a análise da segunda parte da pesquisa, o material coletado nas fontes de veiculação de mídia, posteriormente, foi organizado em 26 corpus separadamente. As linhas dos corpus textuais foram preparadas de forma monotemática.

## CAPÍTULO 5: ANÁLISE DE CONTEÚDO

### 5.1 – ESTUDO 1

Neste capítulo apresentamos a análise de conteúdo do Estudo 1 cuja coleta de dados foi realizada com o grupo 1(mulheres) e grupo 2 (homens) que estiveram em situação de violência doméstica praticada por homens contra suas parceiras íntimas e passaram pela rede de atendimento de Nova Iguaçu.

No Estudo 1 foram feitas duas formas de coletas: Tarefa de evocação livre e entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas sobre a origem e a dinâmica das relações interpessoais dos entrevistados. Por esse motivo, apresentaremos as categorias organizadas a partir das formas de coleta para depois propormos uma análise em conjunto.

De acordo com Sá (2015), para que determinadas manifestações discursivas de determinados grupos sejam consideradas Representações Sociais, os saberes que conectam os sujeitos aos objetos de representação devem ser vivenciados na prática cotidiana e identificados nos comportamentos e relacionamentos interpessoais.

Desta forma, a descrição de suas práticas cotidianas, de suas figuras femininas e masculinas de referência e de seus relacionamentos interpessoais, nos levou às representações sociais de feminino para estas mulheres e homens participantes da pesquisa.

Conforme elucidado no capítulo anterior, para analisar o material coletado foi utilizada a metodologia proposta por Bardin (2011), em três etapas: Pré-análise, Exploração do material e Tratamento dos resultados.

De forma breve iremos resumir o processo de análise a partir dos preceitos de Bardin adotados na pré-análise. Na etapa da **organização sistemática** da pré-análise podemos observar, nas tabelas abaixo, o material trazido tanto pelo grupo de mulheres quanto o grupo de homens nas duas formas de coleta: tarefa de evocação livre (tabela 16) e entrevistas (tabela 17).

**Tabela 16: Tarefa de Evocação Livre**

Palavras Grupo1	Nº de Mulheres	Palavras Grupo2	Nº de Homens
Ter filhos	2	Desejo/atração	2
Órgão íntimo	1	Beleza	2
Seios	2	Fragilidade/delicadeza	4
Cabelo grande	2	Trabalhadora	2
Unhas pintadas	1	Companheira	2
Roupas bonitas/se arrumar/embelezar	4	Cuidadora	2
Fraqueza física	2	Rosa	1
Corajosa	1	Amor	3
Determinada	2	Sagrado	1
Esforçada	1	Mãe	3
Delicada	1	Família	1
Sensibilidade	2	Exemplo/inspiração	2
Amor	1	Que completa o homem	1
Força	4	Gratificante	1
Carinho	3	Prazer	1
Aconchego	1		
Acolhimento	1		
Mãe	4		
Liberdade	1		
Auto-estima	2		
Respeito	2		

**Tabela 17: Entrevistas**

MULHERES	HOMENS
Gerar filhos 3	Gerar filhos 7
Fraqueza física 4	Ser mais fraca 3
Cuidar da estética 5	Vaidosa 1

Pensar antes de agir 6	Pensar antes de agir 7
Batalhadora 6	Batalhadora 2
Carinhosa 6	Carinhosa 5
Caseira 2	Ficar em casa 5
Determinada 4	Protetora 1
Guerreira 3	Guerreira 5
Sensibilidade 4	Sensibilidade 5
Fragilidade 2	Fragilidade 2
Amor 2	Amor 3
Ser cuidada 10	Sabedoria 1
Forte 3	Carinho 1
Cuidadora 10	Cuidadora 10
Mãe 9	Mãe 10
	Complemento do homem 1
	Educadora 3
	Companheira 4
	Fiel 6

A partir da organização sistemática mostrada acima, chegamos as categorias propriamente ditas. Nesta segunda etapa de análise, segundo Bardin (2011), devemos escolher as regras para agrupar o material coletado. Como unidade de análise, selecionamos as palavras e formamos nossas categorias seguindo as características encontradas com mais frequência no conteúdo das entrevistas com os dois grupos. O conteúdo das categorias será explorado de forma mais detalhada nos subcapítulos abaixo.

Ou seja, buscamos os sentidos atribuídos nas unidades de contexto e unidades de registro que justificassem a organização em categorias. O tema, por ser complexo e normativo, muitas vezes trouxe elementos contraditórios ou descontextualizados com o tempo atual. Mas, são essas possibilidades que permitem visualizar o que é ser mulher nas representações sociais, ou seja, no

conhecimento do senso comum desse grupo. Mesmo sabendo que um passado não tão distante coexiste com elementos do presente. As 5 categorias elencadas foram:

- a) **Características físicas** - descrições na definição de feminino dos entrevistados de ambos os grupos enumerando várias qualidades físicas;
- b) **Características psicológicas, emocionais e/ou comportamentais** - categoria muitas vezes apresentada pelos entrevistados como um desdobramento ou consequência destas qualidades anatômicas e fisiológicas na forma comportamental, para efeitos de análise;
- c) **Identidade, essência e/ou natureza** – algo intrínseco;
- d) **Papéis sociais** – os já amplamente relacionados a performance de ser mulher
- e) **Necessidades e desejos** – que apresentava elementos de idealizações

#### **5.1.1 – ESTUDO 1 - TAREFA DE EVOCAÇÃO LIVRE.**

A associação das características femininas citadas pelos dois grupos com as vivências dos entrevistados foi de extrema importância na identificação das representações sociais pois tratam-se de: *“Alguma coisa que emerge das práticas em vigor na sociedade e na cultura e as alimenta, perpetuando-as ou contribuindo para a sua própria transformação”*. (Sá, 1998: 50)

A primeira categoria de análise com o agrupamento do conteúdo para identificação das representações sociais do feminino foi a das características físicas. Esta categoria de idéias apareceu com mais frequência durante a Tarefa de Evocação Livre quando comparada às entrevistas semiestruturadas e foi mais frequente para o grupo das mulheres.

##### **a) Características Físicas**

De acordo com as idéias apresentadas, começaremos apresentando o Grupo 1 das mulheres. Para estas, foi possível observar que as características físicas que são atribuídas aos corpos femininos fazem parte das suas representações sociais. Porém, o cuidado estético dado a este corpo foi mais frequente para elas. Observamos que a ideia de feminino, para estas mulheres, tem um importante

elemento relacionado ao formato estético atribuído ao corpo e a características que marcam a diferença em relação ao corpo masculino.

Como vimos no capítulo 1, Laqueur (2001) afirma que o pensamento ocidental moderno tem como base o binarismo originário do pensamento grego clássico, porém, na antiguidade grega, não se diferenciava os corpos masculino e feminino por suas características biofisiológicas. Foi somente a partir do século XVIII, com a evolução do saber médico que homens e mulheres passaram a ser definidos, em essência e identidade, pelas características anatômicas e fisiológicas de seus corpos, o que passou a determinar e justificar os papéis sociais de gênero.

Com a aplicação da Tarefa de Evocação Livre utilizando o termo indutor “feminino”, estas características anatômicas e fisiológicas foram evocadas pelos participantes dos dois grupos, conforme apresentado na tabela A. As características: capacidade de ter filhos e fraqueza física, além de seios e órgão íntimo, estão diretamente associadas a anatomia e fisiologia do corpo feminino. Porém, os cuidados estéticos com este corpo como cabelo grande, unhas pintadas e roupas bonitas mostraram-se importantes apenas para o grupo das mulheres.

O grupo dos homens, durante a Tarefa de Evocação Livre, citou o desejo, a beleza e a fragilidade que estão ligados ao corpo feminino e também a palavra mãe que implica na característica biológica de gestação, além do papel social.

**Tabela 18: Tarefa de Evocação Livre. Categoria 1**

<b>PALAVRAS GRUPO1</b>	<b>Nº DE MULHERES</b>	<b>PALAVRAS GRUPO2</b>	<b>Nº DE HOMENS</b>
Ter filhos	2	Desejo/atração	2
Órgão íntimo	1	Beleza	2
Seios	2	Fragilidade	4
Cabelo grande	2	Mãe	3
Unhas pintadas	1		
Roupas bonitas/se arrumar/embelezar	4		
Mãe	4		
Fraqueza física	2		

Durante a tarefa de Evocação livre, observamos que cuidados estéticos com o corpo foram citados pelo primeiro grupo por 6 das 10 mulheres entrevistadas,

apontando a importância destes na representação do feminino para este grupo. Por outro lado, a característica física mais citada pelo grupo dos homens foi a fragilidade que está associada a uma comparação com o corpo feminino e a força física, também apontada pelo grupo das mulheres como característica feminina. O único termo citado pelos dois grupos nesta categoria foi “mãe” que está associado, tanto à capacidade reprodutiva do corpo feminino quanto ao papel social.

Considerando os Termos da Tarefa de Evocação Livre, as representações sociais de feminino para ambos os grupos possuem elementos associados ao corpo, mais especificamente à função reprodutiva e constituição muscular. Porém, para as mulheres, a anatomia e os cuidados estéticos com este corpo foram predominantes.

### **b) Características Emocionais, Psicológicas ou Comportamentais**

Observamos com os dados coletados na Tarefa de Evocação livre que, dentro da primeira categoria de análise, as características físicas femininas que apareceram com relevância equivalente para os dois grupos, ao mesmo tempo em que se contrapõem às masculinas foram: Gerar X não gerar filho, força X fraqueza muscular. Estas características atribuídas ao feminino desdobram-se em demandas de comportamento, controle emocional e estrutura psicológica para o bom exercício do papel social que também estiveram presentes entre os termos evocados conforme apresentado na tabela 19.

**Tabela 19: Tarefa de Evocação Livre. Categoria 2**

<b>Palavras Grupo1</b>	<b>Nº de Mulheres</b>	<b>Palavras Grupo2</b>	<b>Nº de Homens</b>
Corajosa	1	Companheira	2
Determinada	2	Trabalhadora	2
Esforçada	1	Batalhadora	2
Delicada	1		

Os termos relacionados a características comportamentais ou psicológicas citados pelo grupo1 foram: corajosa, determinada, esforçada e delicada. Com exceção de delicada, os termos evocados descrevem um comportamento feminino que nos remete à luta, enfrentamento e superação de dificuldades.



Da mesma forma, as características citadas pelo grupo dos homens, grupo 2, foram trabalhadora, companheira e batalhadora, além de luta, nos traz a ideia de colaboração com o outro.

Mais tarde, através das entrevistas, observamos que estes comportamentos são modelos das figuras femininas de referência para os entrevistados que pertencem às classes sociais D e E, conforme apresentado no capítulo anterior. Além disso, esta representação do feminino como ativa no enfrentamento de obstáculos mostrou-se correspondente nos dois grupos.

De acordo com Debret (2008), um dos desafios para o enfrentamento da violência contra mulheres é desconstruir a imagem das mulheres como vítimas passivas que segundo ela, é predominante na sociedade.

Consideramos que as representações do feminino para estes grupos, inseridos diretamente na dinâmica da violência, incluam os elementos de enfrentamento ativo no comportamento das mulheres indicam boas perspectivas neste sentido.

É importante lembrar que tanto estas mulheres quanto estes homens passaram pela rede de atendimento psicossocial que possui profissionais especializados e visam desconstruir justamente estas concepções da mulher vítima e passiva. Sobre a transformação das Representações Sociais, Arruda (2002a) afirma que o saber científico e o saber popular caminham juntos na construção da visão de mundo para qualquer grupo social.

Ainda de acordo com a categorização realizada através do conteúdo das entrevistas, separamos os termos evocados na Tarefa de Evocação Livre que identificamos como expressão da ideia de algo permanente e inerente ao feminino.

## **B) Identidade, Essência ou Natureza**

Vimos no capítulo 1 que, de acordo com Butler (2003), o conceito de identidade está atrelado ao conceito de identidade de gênero, pois o sujeito é reconhecido socialmente a partir da definição de seu gênero que, graças ao avanço da medicina, precede o seu nascimento.

É importante esclarecer que, de acordo com os participantes deste estudo, o gênero é definido pelo sexo biológico. Embora tenhamos o entendimento da característica social e performática do gênero, conforme nos elucidou Butler (2001),

durante as entrevistas, observamos que todos os participantes atribuíram a identidade de gênero ao sexo biológico associando-a a características do corpo.

Ainda de acordo com Butler (2003), uma vez que entendemos que a identidade de gênero é construída de acordo com cultura de cada sociedade e tem sua dinâmica transformada pelos papéis sociais, os termos apresentados durante a Tarefa de Evocação Livre também foram classificados nesta categoria para finalidade de análise.

No grupo das mulheres, os termos verbalizados foram mais relacionados a características consideradas comuns a todas ou maioria das mulheres como: sensibilidade, amor, força e carinho.

Já para o grupo dos homens, identificamos termos mais subjetivos ligados à concepção de identidade feminina como: rosa, amor e sagrado.

**Tabela 20: Tarefa de Evocação Livre. Categoria 3**

Palavras	Nº de Mulheres	Palavras grupo2	Nº de Homens
Sensibilidade	2	Rosa	1
Amor	1	Amor	3
Força	4	Sagrado	1
Carinho	3		

É interessante apontar que os termos evocados nesta categoria, com a exceção de força, retomam às concepções de passividade feminina. Ao considerar que mulheres são o amor, a sensibilidade ou o sagrado, pode-se remeter à ideia de algo a ser preservado ou protegido.

Porém, para o grupo das mulheres, ser mulher também significa ser forte e a especificação desta força foi relatada durante as entrevistas e será detalhada na análise das mesmas.

#### d) Papéis Sociais

De acordo com Jodelet (2001), a representação social é também um conhecimento elaborado e partilhado nas relações que organiza os papéis sociais e define identidades pessoais e sociais.

Durante a Tarefa de Evocação Livre, os termos classificados nesta categoria citados pelo grupo das mulheres foram: aconchego, acolhimento e mãe. Para o grupo das mulheres foram: mãe, família e exemplo.

**Tabela 21: Tarefa de Evocação Livre. Categoria 4**

Palavras Grupo1	Nº de Mulheres	Palavras Grupo2	Nº de Homens
Aconchego	1	Mãe	3
Acolhimento	1	Família	1
Mãe	4	Exemplo/inspiração	2

Todos os termos apresentados pelos participantes dos dois grupos remetem às suas figuras maternas e generalizam as funções maternas para o papel das mulheres de forma geral. O aconchego e acolhimento citados pelo grupo das mulheres remontam o que estas mulheres acreditam ser suas funções dentro da família. Já os termos trazidos pelo grupo dos homens traduzem o que estes homens acreditam ser a função de suas companheiras com dedicação à família e exemplo para os filhos como definem que suas mães foram para eles.

Esta observação vai ao encontro do que vimos com Scaffo (2013) que observa que as mulheres quando mães, assumem o papel de administradoras da educação dos filhos, desde então, elas passam a modelar seus comportamentos e a transmitir protocolos que incluem papéis, limitações, preconceitos sociais e imposições transmitindo os protocolos de gênero.

Esta evocação à figura materna identificada nos dois grupos consolida a importância das representações sociais enquanto experiências vividas. As reproduções destas práticas, segundo Jodelet (2011), perpetuam as representações sociais associadas a elas.

Porém, observamos que as representações sociais de feminino, para os dois grupos de pesquisa, não estão associadas somente a vivências e práticas. O

feminino trouxe para estas mulheres e homens um componente idealizado associado a projeções e urgências:

### **e) Necessidades ou desejos**

Durante a aplicação da Tarefa de Evocação Livre, foram explicitadas pelos participantes do grupo 1 e do grupo 2, além de características físicas e comportamentais do feminino, ideias que interpretamos como expressão ou projeções de desejos.

Para o grupo das mulheres, as ideias expressas nesta categoria foram: Liberdade, autoestima e respeito.

Para o grupo dos homens foram: Que completa o homem, gratificante e prazer.

**Tabela 22: Tarefa de Evocação Livre Categoria 5.**

<b>Palavras Grupo1</b>	<b>Nº de Mulheres</b>	<b>Palavras Grupo2</b>	<b>Nº de Homens</b>
Liberdade	1	Que completa o homem	1
Auto-estima	2	Gratificante	1
Respeito	2	Prazer	1

Nesta categoria, é interessante apontar que, nas ideias expressas durante a Tarefa de Evocação Livre, para o grupo das mulheres, o termo “feminino” evocou desejos e necessidades que são básicos de todo ser humano e que, durante as entrevistas, ficou claro que estas mulheres sentiram-se privadas destes direitos.

Nunca é repetitivo lembrar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), assegura a todos os seres humanos, em seu artigo 3º, o direito à liberdade e à segurança pessoal.

O que as entrevistadas expressam nestes desejos é a garantia de direitos humanos básicos e que lhes vêm sendo negados há anos através de abusos psicológicos, morais, patrimoniais e/ou físicos.

Já para o grupo dos homens, os desejos e necessidades destes homens expressaram a responsabilidade depositada nas mulheres como sendo aquelas que irão fornecer o que lhes falta, recompensar ou dar prazer.

Consideramos que este componente cognitivo que aparece para o grupo 1, está mais aproximado da ideologia do que da prática, uma vez que estas mulheres passaram pelas vivências do ciclo de abusos que as privaram destes direitos.

De acordo com Jodelet (2011), os pensamentos ideológicos, encontram-se no sistema periférico das representações e não possuem o mesmo protagonismo que os elementos centrais em suas transformações. Porém, entendemos que as faltas que geram estes desejos podem sim determinar transformações das ideologias em novas práticas para estas mulheres.

Embora os termos colhidos durante a Tarefa de Evocação Livre tenham sido, quanto a frequência, bem distribuídos por todas as categorias, destacamos os elementos estéticos do corpo feminino para as representações sociais do grupo das mulheres, assim como as idealizações para o mesmo grupo por considerarmos que esta última reflete as condições de privação vivenciadas por estas mulheres.

Já nas categorias 2 e 3, destacamos o caráter contraditório observado nas concepções dos dois grupos ao atribuir ao feminino comportamentos de enfrentamento e protagonismo, porém, elementos identitários que demandam proteção.

De acordo com Sá (2015), se as diferenças das representações se manifestarem em seus sistemas periféricos, ou seja, em elementos circunstanciais como a peculiaridade destes grupos em razão da classe social que demanda um perfil de comportamento ativo no enfrentamento de dificuldades, não estarão caracterizadas duas representações distintas, mas sim, uma mesma representação com formas diferentes de manifestação geradas por estes fatores interindividuais.

Como resultado da análise do primeiro instrumento de coleta de dados, as representações sociais de feminino para o grupo 1 possuem uma base circunstancial importante, tendo sido identificados elementos tanto relacionados às demandas geradas pela classe social, quanto pela privação de direitos vivenciada por estas mulheres oriundas da situação de violência.

Já para o grupo dos homens, embora as demandas impostas às mulheres pela classe social tenham sido identificadas em seus modelos de comportamento feminino, não identificamos durante a tarefa de evocação livre elementos de representação associados a vivência da situação de violência.

Cabe ressaltar que, até aqui, essa é uma análise ainda não consolidada. Teremos as análises dos outros procedimentos e a consolidação da análise final do

material coletado. Optamos por expor o material dessa forma desmembrado, para permitir a leitura da construção do método e da análise da pesquisa. Seguimos então para a segunda forma de coleta e análise.

Com a análise do nosso segundo instrumento de coleta de dados, investigamos a relevância destes elementos, a princípio, identificados como circunstâncias dentro do universo das representações sociais de feminino para os dois grupos pois, durante a análise das entrevistas semiestruturadas, as palavras agrupadas dentro das categorias puderam ser associadas às vivências relatadas pelos entrevistados.

### **5.1.2- ESTUDO 1 – ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS**

As entrevistas com perguntas abertas foram essenciais para a identificação de nossas categorias de análise e seu conteúdo foi relacionado diretamente aos conceitos de gênero e da teoria das representações sociais.

Na análise deste material coletado, foi possível comparar os resultados com as representações encontradas na análise da Tarefa de Evocação Livre.

#### **a) Características Físicas**

Novamente, em nossa primeira categoria de análise, os cuidados estéticos especificando partes do corpo também foram citados por metade das mulheres do grupo1 durante as entrevistas. Ao falarem de características que consideram femininas, 1 mulher identificou em si este auto cuidado e quatro queixaram-se por não conseguirem meios para fazê-lo:

*“ Se cuidar, conseguir ir no salão fazer o cabelo, fazer uma unha...”* (mulher grupo1)

*“Nem tenho mais vontade, eu sinto falta de me arrumar, de ter vontade de me arrumar”* (mulher grupo 1)

No grupo2, foi citado por um participante a importância de a mulher ser vaidosa de forma geral:

*“Se dedicar ao marido e os filhos, escutar a opinião, ser vaidosa não ser porca... Cuidar da limpeza da casa. Tentar agradar o marido...”* (homem grupo 2)

A tabela 23 apresenta as características físicas citadas pelos entrevistados durante as entrevistas e a frequência em cada grupo:

**Tabela 23: Entrevistas. Categoria 1**

<b>Características físicas</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>
Gerar filhos	3	7
Ser mais fraca	4	3
Cuidar da estética/vaidosa	5	1
Pensar antes de agir	6	7

Podemos observar de acordo com a tabela 23, que embora as características físicas femininas tenham aparecido de forma mais equilibrada nas entrevistas quando comparadas aos termos na Tarefa de Evocação Livre, os cuidados estéticos ainda se mostraram mais relevantes para as mulheres enquanto a capacidade reprodutiva foi apontada com mais frequência pelos homens.

Porém, a capacidade de gerar filhos também foi apontada pelas mulheres e a fraqueza física em comparação ao masculino, apareceu como característica feminina valorizada nos dois grupos:

“A mulher tem a força interior, porque a gente é determinada... Não tem a força física mas tem essa força.. A gente é mais forte que eles. Eles tem mais força física mas nós somos mais fortes internamente, quando a gente quer, né?” (mulher grupo1)

“Eu penso em encontrar uma pessoa sim. Ser feliz, ter respeito... Não diminuir a mulher, reconhecer que a mulher é mais sensível, não ser bruto, não ser machista, não ser violento... A mulher tem menos força física... Não tirar os sonhos da mulher”. (Mulher grupo1)

“Não posso reclamar dela como mãe. Ela cuida muito bem dos meus filhos, sempre cuidou bem... Sempre carinhosa e dedicada. Foi a realização dela como mulher, Ser mãe. (homem grupo2)

De acordo com Rohden (2001), no Brasil do século XIX, a capacidade de gestação foi utilizada pelo saber médico-científico para justificar o confinamento das mulheres aos espaços predominantemente privados e até a atribuição de uma inferioridade intelectual justificando a dedicação feminina aos cuidados domésticos, das crianças e idosos e desencorajando a ocupação dos espaços públicos e do desenvolvimento intelectual.

Esta característica gestacional feminina mostrou-se importante para os dois grupos na definição de feminino, enquanto características ligadas a cuidados estéticos como cabelo, roupas e unhas, apareceu somente no grupo 1: “Gosto de cuidar da aparência, ter zelo. O meu cabelo cuidado, meu jeito, assim... é feminino.”

Outro destaque que pode ser observado na tabela 23 é a concepção de que a capacidade de pensar antes de agir, ou seja, a ponderação foi considerada característica feminina por mais da metade dos entrevistados de ambos os grupos.

Embora uma diferença de capacidade intelectual, seja maior ou menor, não tenha aparecido como definição do feminino em nenhum dos dois grupos de pesquisa, a capacidade de “pensar mais” antes de agir surgiu no grupo 1 e a de “não pensar” antes de agir reconhecida pelos homens participantes como uma característica masculina própria no grupo 2.

Esta característica foi classificada como característica física devido à identificação no relato dos entrevistados ao tratarem esta capacidade como uma função típica da cognição das mulheres.

Porém, é possível considerar que ela se encontra na fronteira entre a fisiologia do corpo feminino e os comportamentos. Podendo ainda ser interpretada como própria da natureza feminina.

“Minha maior qualidade como mulher é saber ouvir, ser atenciosa, ajudar... Colocar Deus em primeiro lugar, não julgar sem saber. A gente tem que pensar. Eu não vou brigar sem antes procurar saber e entender o que está acontecendo...” (mulher grupo1)

“É ser ansioso, explosivo... Essa explosão de temperamento. Não saber ouvir. A gente não consegue ouvir, às vezes se descontrola e age por impulso. É aí que vêm as brigas!... É tudo do temperamento que é assim, explosivo” (homem grupo2)

Esta impulsividade do “agir sem pensar” também foi atribuída ao masculino de forma geral contrapondo à maior capacidade de ponderação feminina pelo grupo2.

“A responsabilidade de homem de manter financeiramente, de ter pensamento firme, não desvirtuar... Ter opinião firme... Não é de ouvir muito. Acha que só a opinião dele é correta e não aceita ser questionado... Por isso que briga, não para para ouvir.” (homem grupo2)

Porém, para o grupo 1 das mulheres, embora a qualidade de ponderação também tenha sido atribuída às mulheres de forma geral, elas não expressaram a ideia de que a impulsividade é comum a todos os homens.



É interessante apontar que, como vimos no capítulo 1, desde a antiguidade grega cuja filosofia configura a origem de nossa concepção de mundo ocidental, o descontrole emocional é entendido como uma característica feminina.

De acordo com Schott (1996), no pensamento grego clássico, a fraqueza das mulheres fazia com que estas sucumbissem às sensações do corpo e emoções em detrimento da razão. A autora nos diz que desde o pensamento platônico, as mulheres eram entendidas como exemplo da interferência dos atributos nocivos da existência física no controle racional, pois eram relacionadas ao corpo que era entendido como um obstáculo ao alcance do controle racional.

Mais tarde, autores como Costa (2004) e Rohden (2001) afirmam que a instabilidade emocional das mulheres foi justificada pela fisiologia dos corpos femininos contrapondo à estabilidade e racionalidade dos homens.

No entanto, de acordo com os relatos dos participantes deste estudo, as mulheres do grupo<sup>1</sup> associam o controle da razão sobre as emoções ao feminino e, os homens do grupo<sup>2</sup>, reconhecem em si uma dificuldade de controlar impulsos emocionais e associam esta característica ao masculino de forma geral.

Contrapondo então ao que era atribuído ao corpo feminino pelos estudos científicos dos séculos XVIII e XIX que, segundo Laqueur (2001) e Rohden (2001), basearam-se na diferenciação biológica para justificar papéis sociais, a capacidade de ponderação, de pensar antes de agir, ou seja, do domínio das emoções pela racionalidade, está presente nas representações sociais de feminino para estes homens e mulheres em situação de violência conjugal.

A própria dinâmica da violência conjugal praticada por homens contra suas parceiras íntimas implica em uma prática de ato violento, geralmente acompanhado por impulsividade e descontrole emocional.

Nestas vivências, as relações de poder descritas por Lisboa (2014) engatilharam um ciclo comportamental em que os homens participantes deste estudo descarregavam suas raivas e frustrações de forma descontrolada e violenta e as mulheres, de acordo com as entrevistadas, procuravam o diálogo.

Esta representação social que atribui ao feminino maior controle emocional quando comparado ao masculino, encontrada nos dois grupos, sugere que as vivências da dinâmica da violência conjugal fazem parte de sua construção.

A atribuição ao feminino da capacidade de pensar antes de agir pode ser identificada como elemento circunstancial das representações para os dois grupos uma vez que estão associados às particularidades de suas vivências.

Esta observação vai ao encontro do que Sá (1998) nos diz sobre o objeto de representação social. Segundo o autor, este objeto precisa estar significativamente inserido em alguma prática do grupo para legitimar estas opiniões e percepções expressas no discurso como representações sociais destes sujeitos.

Considerando o relato dos entrevistados e a particularidade das experiências vivenciadas através da dinâmica da violência conjugal, podemos afirmar que a representação social de feminino para estes homens e mulheres possui estreita ligação com o corpo e suas características físicas.

Para o grupo 1, a representação social do corpo feminino está estreitamente ligada ao formato estético. Para o grupo das mulheres, o corpo feminino implica em cuidados com cabelo, unhas e tipo de roupas que caracterizam a performance de gênero. Dentro da perspectiva deste grupo, o corpo esteticamente tipificado também se define como um corpo frágil fisicamente, mas que possui a valorizada capacidade de gerar filhos.

A representação da fragilidade física em relação ao corpo masculino pode ser considerado um fator que dificulta o enfrentamento ou, até mesmo contribui para as relações violentas entre homens e mulheres na relação íntima uma vez que reforça este estereótipo das mulheres enquanto vítimas passivas que se submetem à vontade do outro como afirma Debret (2008).

Porém, ao contrário do que foi atribuído, a partir do século XVIII, às mulheres que eram consideradas sujeitas ao descontrole emocional pela constituição anatômica e fisiológica do corpo feminino, identificamos que para este grupo, as representações sociais do feminino incluem o controle racional das emoções com a ponderação e avaliação de consequências antes de agir. Isso leva a um reforço de estereótipos que remetem a mulher como afeita a crises nervosas, histeria, mas sem violência física, enquanto o homem não pensa antes de agir, principalmente em situações que demandam respostas físicas. Portanto, a representação ligada à fisiologia feminina encontrada nos dois grupos com relevância equivalente foi a de “pensar antes de agir”. Na mesma proporção, os homens do grupo 2 também atribuíram à fisiologia masculina a dificuldade no controle dos impulsos, principalmente os violentos.

As representações sociais do feminino para o grupo 2 também incluem as características físicas dos corpos das mulheres, porém, diferente da ligação estreita aos cuidados estéticos apontados pelo grupo 1, para o grupo de homens (2), o corpo feminino evoca beleza e desejo e, para a maioria evoca principalmente a capacidade de gerar filhos.

A identificação destas representações que, a princípio, estão relacionadas às qualidades fisiológicas dos corpos, em última análise, apresentam grande componente comportamental.

Como vimos no capítulo 1, a fisiologia dedicou-se, a partir do século XVIII a associar comportamentos sociais às funções biológicas. Desta forma, as características físicas do corpo feminino presentes nas representações sociais dos entrevistados, desdobraram-se em atribuições de comportamentos típicos atrelados ao feminino e que foram tratados em nossa segunda categoria de análise:

#### **b) Características Emocionais, Psicológicas Ou Comportamentais**

A pesquisa de Rohden (2001) sobre a produção de conhecimento da medicina do Rio de Janeiro no século XIX, encontrou evidências de que a comunidade científica da época utilizou características fisiológicas do corpo feminino para explicar comportamentos e justificar papéis sociais de gênero. Sendo assim, foi construído um saber científico para compreender como qualidades observáveis nos comportamentos e que são consideradas femininas têm estreita ligação com a fisiologia ou anatomia dos corpos das mulheres.

Observamos ao associar os termos comportamentais evocados na Tarefa de Evocação Livre com relatos colhidos durante as entrevistas semiestruturadas que as características comportamentais que fazem parte das representações de feminino para os dois grupos, também correspondem às características das figuras maternas ou de referência feminina.

“Minha mãe era sozinha. Mulher determinada... Ensinou a ter independência e correr atrás do que a gente quer. Até hoje ela ainda ama se cuidar. Está sempre bem arrumada”. (mulher grupo1)

“Minha mãe faleceu há (...) anos. Ela não teve apoio de ninguém. Foi muito guerreira, passou por dificuldade. Ela ficou com toda a responsabilidade... Exemplo de mulher guerreira” (homem grupo2)

Durante as entrevistas, as características comportamentais associadas ao feminino que foram encontradas nos relatos dos entrevistados dos dois grupos estão listadas na tabela 24:

**Tabela 24: Entrevistas. Categoria 2**

Características Comportamentais	Mulheres	Homens
Forte	3	
Determinada	4	
Batalhadora	6	2
Carinhosa	6	5
Caseira/ficar em casa	2	5
Protetora		1
Guerreira	3	5

Nesta categoria, todos os homens e mulheres participantes do estudo expressaram algum comportamento que consideram ser exclusivo ou típico das mulheres.

Quase todos os entrevistados, de ambos os grupos, relataram dificuldades financeiras da família durante o desenvolvimento. As características citadas tanto pelos homens quanto pelas mulheres, sugerem uma associação do feminino com a superação destas dificuldades, porém, o grupo dos homens acrescentou o termo protetora marcando a forma com que, para ele, a figura materna o poupou dos impactos destas adversidades.

De acordo com Scaffo (2013), os comportamentos das mães, exercem importante função no desenvolvimento das meninas. O sacrifício em nome da família, é passado para a geração seguinte e faz com que as mulheres abdicuem de suas realizações pessoais esperando gratificação e reconhecimento do seu sacrifício em favor do outro.

Essa autonegligência, ainda de acordo com Scaffo (2013), é naturalizada pelas filhas que tendem a vivenciar o mesmo processo podendo vir a repetir o mesmo padrão de comportamento que as tornam frágeis e submissas às violências praticadas por seus companheiros com os quais pretendem formar uma família.

A reprodução de comportamento pelas filhas meninas é uma forma de perpetuar a desigualdade de gênero e é amplamente abordada pelas autoras feministas, como vimos no capítulo 1.

Já para o grupo 2, cujas vivências com as figuras maternas foram semelhantes, precisamos compreender melhor as consequências para o desenvolvimento destes homens.

De acordo com Arruda (2004<sup>a</sup>), Tanto as teorias feministas quanto as teorias das Representações Sociais buscam justamente romper com a visão de mundo binarista em que masculino e feminino são compreendidos como conceitos opostos e excludentes e legitimam as subjetividades dos sujeitos valorizando suas particularidades.

Porém, de acordo com a autora, a Teoria das Representações sociais ampliam a discussão das Teorias feministas no campo político pois as primeiras não privilegiam saberes de um determinado grupo em detrimento de outros.

Desta forma, a experiência e as representações sociais construídas por estes dois grupos são equiparadas em relevância na compreensão dos fenômenos sociais que envolvem a relação entre eles.

Observamos que a naturalização do sacrifício das figuras maternas e a sua valorização enquanto característica feminina faz parte da representação de feminino tanto destas mulheres, quanto destes homens que participaram do estudo:

“Força interior, consegue superar as dificuldades, mulher guerreira, batalhadora... Já passei por muita coisa, muita violência... Como mulher, não me deixei abater, me esforço pra terminar o que comecei, sou exigente com as tarefas de casa e da igreja” (mulher grupo1)

“Minha mãe gosta de todo mundo. Tenho muito respeito por ela. Soube educar os filhos todos... Meu pai não deixou faltar nada mas ela passou por muito sofrimento. Ela foi muito guerreira” (homem grupo2)

“Ela foi exemplo porque supriu tudo que a gente precisava, eu e minhas irmãs. Ela foi guerreira, batalhadora e boa mãe e eu segui o exemplo dela e hoje eu sou profissional.” (mulher do grupo1)

Durante as entrevistas foi solicitado um desenvolvimento na definição do perfil de batalhadora e guerreira visando melhor compreensão do significado dos termos e, em todos os casos, eles estão relacionados à superação de dificuldades externas, desde financeiras até de violência sem deixar afetar o cuidado doméstico.

Entendemos que estas características mostraram-se como um desdobramento do papel de cuidadora e responsável pela harmonia do lar. Quanto mais obstáculos as mulheres encontram para desempenhar este papel e menos deixam afetar os filhos, mais lhes é atribuída a qualidade de batalhadora ou guerreira, de forte e resistente.

Da mesma forma que foi identificado nos dados coletados pela Tarefa de Evocação Livre, outro fator que pode influenciar nestes comportamentos atribuídos ao feminino pelos dois grupos e identificado nas figuras maternas, é a classe social. Como vimos na tabela do perfil socioeconômico, a maioria dos entrevistados está na classe C ou D, ou seja, possuem renda familiar entre 1 e 3 salários mínimos.

De acordo com Shiva e Mies (1997), o empobrecimento e exploração das classes trabalhadoras pelo sistema capitalista nos países do hemisfério Sul, como o Brasil, atinge de forma mais drástica as mulheres. Estas têm que acrescentar às suas funções de exclusivas cuidadoras da família, o trabalho remunerado para garantir o sustento, fazendo com que estas mulheres exerçam dupla e até tripla jornada de trabalho.

Segundo o relato destas mulheres e homens entrevistados, este comportamento que observaram em suas mães durante seu desenvolvimento, é enaltecido por eles como qualidades femininas.

Sendo assim, o componente comportamental das representações sociais do feminino para os dois grupos participantes deste estudo remeteu-se às figuras maternas e seguiu perpetuado na atual geração.

Jodelet (2001) afirma que as práticas comportamentais de determinados grupos sociais constituem os elementos mais permanentes das representações sociais enquanto que os elementos exclusivamente ideológicos tendem a sofrer mudanças com mais facilidade.

Ao identificar estes comportamentos em suas figuras femininas de referência, as mulheres do grupo 1 os reproduzem enquanto que os homens do grupo 2 esperam encontrá-los em suas companheiras, o que também é uma forma de perpetuar estes comportamentos tornando-os mais permanentes na constituição das representações sociais.

Foi possível observar durante as entrevistas que ao tentar definir ou descrever o comportamento feminino de uma forma geral, as mulheres do grupo 1 generalizam características de suas figuras maternas que passaram por dificuldades

impostas por fatores externos como condições sociais, econômicas e de violência doméstica. A superação destas adversidades priorizando o bem estar dos filhos foi destacada pelas entrevistadas e constituem suas representações sociais do feminino com os adjetivos de forte, determinada, guerreira, batalhadora e carinhosa.

A “mulher batalhadora” e a “mulher guerreira” constituem uma importante representação de feminino para estas mulheres com valorização do sacrifício individual em nome do bem estar da família de forma que o enfrentamento das adversidades foi conduzido de forma carinhosa.

Os termos batalhadora, trabalhadora e guerreira que caracterizam a vivência destas mulheres no enfrentamento das dificuldades para exercer o papel de cuidadora nas classes sociais baixa e média baixa, também foram valorizados pelos homens e constituem as características comportamentais de suas representações sociais de feminino.

Estas representações sugerem o quanto as expectativas destes homens estão relacionadas a este sacrifício feminino que, segundo Costa (2001), torna as mulheres quase que exclusivamente responsáveis pelo sucesso ou fracasso da união familiar.

Outro comportamento feminino que foi constantemente apontado utilizando um contraponto na concepção de comportamento masculino foi o de “ficar em casa”, conforme apresentado na tabela 24. Ao mesmo tempo que, no grupo1 foi relatada uma insatisfação com o comportamento do companheiro de buscar lazer em espaços públicos desacompanhado da família. Mais da metade das entrevistadas, 6 mulheres, apresentaram, espontaneamente, insatisfação com este tipo de comportamento.

“Chegar estressado e vir bater, ele querer sair e a mulher achar ruim aí ele querer bater... Implicar com a roupa curta pra mulher não poder sair e não deixar a mulher beber. Só ele pode sair pra beber, sai sozinho!”  
(Mulher grupo 1)

Para o grupo2, a ocupação de espaços públicos de lazer pelas companheiras também mostrou-se um problema. Para dois entrevistados, mesmo para atividade laborativa, a ideia de ter a companheira fora de casa interagindo com outras pessoas causa incomodo.

“Não ter tempo para o marido e para os filhos, sempre estar com uma ocupação na cabeça... Pode ir para o trabalho... Não pode esquecer da obrigação com os filhos que tem que vir em primeiro lugar. Eu não trago preocupação do trabalho pra dentro de casa...” (homem grupo 2)

“Fica na rua, não dá atenção. Fica depois do trabalho, não se preocupa em voltar pra casa... Não colocar as responsabilidades de esposa com o cuidado do lar... Dar mais atenção para amigas do trabalho. A prioridade tem que ser a família e não gente de fora.” (Homem grupo 2)

“Ficar na casa de um de e de outro, estar sempre na casa de amiga. O marido chega e está sempre na casa dos outros. Aí faz fofoca, os outros faz fofoca... também ficar bebendo... Isso não é uma boa esposa” (homem do grupo2)

Outro importante elemento que sinaliza esta separação dos espaços é a concepção do corpo feminino enquanto propriedade. Esta concepção foi expressa de diferentes formas em metade das entrevistas do grupo2 sob sentimentos de temor ou ressentimento em relação à infidelidade feminina.

Ruitenbeek (1969), conta a história da construção da identidade do homem americano a partir do início da era industrial que exigia dos homens uma atitude ativa e agressiva, inclusive em relação às mulheres que eram consideradas suas subordinadas. Por menos que um homem fosse capaz ou estivesse em posição de comando nas fábricas, no ambiente doméstico, ele era absoluto e ditava as regras.

As mulheres das classes trabalhadoras também trabalhavam em fábricas mas não tinham autonomia sobre seus próprios salários, que eram bem inferiores aos dos homens eram consideradas “propriedades” dos maridos.

Atualmente, para este grupo de homens de classe trabalhadora, o relacionamento conjugal tem forte influência do sentimento de propriedade sobre o corpo feminino e, de acordo com alguns relatos, eles acreditam que a vigilância constante está entre os seus papéis de parceiro ou companheiro enquanto a traição conjugal ou infidelidade foram citados como o principal defeito de uma mulher.

Para 7 dos 10 homens entrevistados no grupo2, conforme apresentado na tabela 24, o “ficar dentro de casa” com desdobramentos entre não ficar na casa de amigas, não beber na rua e até mesmo não ficar na casa de parentes, foi apontado como uma qualidade feminina e alguns entrevistados verbalizaram que este é o comportamento de uma mulher “fiel”.

“Ser carinhosa, ter respeito pelo marido, não ficar na rua de fofoca, bebendo... Respeitar é ser fiel (fisicamente). Também é respeito com os



filhos, ficar na rua bebendo também causa vergonha para os filhos. Tudo se resume ao respeito!” (homem grupo 2)

Como vimos no capítulo 1, Caulfield (2000), em seu estudo sobre as teses jurídicas no Brasil do início do século XX, concluiu que o sistema judiciário exercia a regulação da sexualidade feminina através dos “crimes contra a honra”. De acordo com a autora, o rígido controle baseado em um código moral era exercido apenas sobre as mulheres, pois havia uma grande preocupação com as transformações das configurações familiares protagonizadas pelos movimentos sociais progressistas. Estas transformações ameaçavam a ordem social vigente baseada no modelo de família tradicional que, como descreve Costa (2004), veio se estruturando no Brasil desde o século XVIII.

Ainda de acordo com Caulfield (2000), a honra tinha significados diferentes para homens e mulheres. Os homens honrados, no início do século XX eram os homens trabalhadores, socialmente respeitáveis, leais e que mantinham sua palavra. Para as mulheres a honra estava associada à virtude moral no sentido sexual. Mulheres honradas eram virgens se fossem solteiras e fiéis aos maridos no caso das mulheres casadas. Alguns juristas definiam as mulheres que tinham relações sexuais fora do casamento como “prostitutas clandestinas”.

Conhecendo nosso passado histórico, e com atenção aos relatos dos entrevistados do grupo 2, observamos que esta vigilância sobre a castidade ou fidelidade feminina reflete, ainda hoje, a concepção de honestidade feminina como moral sexual e constitui uma importante representação social de feminino para este grupo de homens.

De forma geral, as características psicológicas e comportamentos associados ao feminino para estas mulheres e homens entrevistados foram os comportamentos que observaram em suas mães durante seu desenvolvimento, sendo enaltecido pela maioria como qualidades femininas.

Essas qualidades foram expressas com maior relevância pelos dois grupos quando comparadas às características físicas, o que poderia sugerir que as representações sociais de feminino estão mais associadas a aspectos sociais do que anatômicos e fisiológicos, porém, todas estas características são apontadas durante as entrevistas como sendo “inerentes” ao nascimento, ou seja, da “natureza” de uma pessoa pelo fato de ter nascido mulher ou homem, assim como uma “consequência” da anatomia e fisiologia de seus corpos.

Partindo desta observação, entendemos que o componente social, para os dois grupos, definiria muito pouco destas características enquanto que a identidade de gênero determina padrões de comportamento desde o nascimento de acordo com o sexo. Esta observação nos levou a terceira categoria de análise:

### **c: Identidade, Essência ou Natureza**

Conforme poderá ser visualizado na tabela 25, as características apontadas por ambos os grupos classificadas como de identidade, essência ou natureza feminina foram a sensibilidade, a fragilidade e o amor.

Para a maioria das entrevistadas do grupo 1, o amor, a sensibilidade e fragilidade femininas foram mais associadas a fraqueza física do corpo feminino comparando ao corpo masculino, considerado mais forte. Já para os entrevistados do grupo 2, Sensibilidade, fragilidade e amor ou carinho estão associados, para a maioria, com a capacidade feminina de gerar filhos, fazendo com que as mulheres se constituam desta forma para cuidar das crianças e da família de forma geral.

Para os dois grupos, a essência ou identidade feminina é constituída como consequência da anatomia ou fisiologia do corpo feminino seja pela constituição muscular ou pela capacidade reprodutiva:

*“Tem o carinho, uma sensibilidade”.* (homem grupo 2)

*“Tem pena das pessoas, é mais de ajudar as pessoas”.* *“Minha mãe e minha irmã são assim, é da mulher, eu acho”.*(homem grupo 2)

*“Porque a mulher tem essa força, tem esse cuidado, a mulher é amor”.*(mulher grupo 1)

Embora a identidade social esteja atrelada à identidade de gênero, ainda de acordo com Butler (2003), ela é dinâmica e mutável ao longo do tempo e adapta-se aos papéis sociais que o sujeito escolhe desempenhar uma vez que, para a autora, o gênero é uma performance não engessada pelo corpo biológico.

Porém, observamos que a concepção de uma essência ou de uma natureza feminina ligada à ideia de um componente não material e comum a todas as mulheres, se faz presente nas representações sociais de feminino para estes homens e mulheres em situação de violência doméstica.

De acordo com todos os participantes dos dois grupos, mulheres são diferentes dos homens em natureza ou essência, ou seja, já nascem diferentes:

“Instinto maternal, gosta de cuidar, de ajudar... Por isso muitas acabam se anulando. Deixa o marido controlar o dinheiro, deixa o marido intervir na religião... Por causa deste instinto de confiar... Sensibilidade contra a brutalidade”. (mulher grupo1)

“O pai faz por você sem você ver. Ele está fora trazendo as necessidades... A mãe já está o tempo todo. Eu tive as irmãs também pra me criar. Pra mim, mulher é sagrado... tenho dificuldade de falar. Até de me relacionar com as mulheres porque, pra mim, é sagrado igual minha mãe e minhas irmãs” (homem grupo2)

Conforme afirmou Giffin (1994) e foi explícito no capítulo 1, nossa compreensão de mundo foi desenvolvida a partir da visão binarista em que os objetos se definem pela exclusão de seus opostos. A idéia de oposição, muitas vezes, está associada a complemento. Mente e corpo, razão e emoção são exemplos de oposições que complementam-se como extremos de um único ser.

Desta forma, embora a identidade masculina não seja objeto deste estudo, salientamos que a contraposição do masculino ao feminino foi utilizada por todos os participantes na exposição de suas concepções e mostrou-se necessária para a análise das representações sociais de feminino para estes homens e mulheres.

Na década de 80 do século passado, estudos ecofeministas resgatam a concepção de natureza e essência feminina que vinham sendo questionados pelos estudos feministas tradicionais mas, arrisco dizer, que nunca deixaram de integrar as representações sociais do feminino. Hache (2016), critica a rejeição da existência de uma natureza feminina, porém, sem ignorar que esta contribui para uma desvalorização social das mulheres e a opressão exercida pelo patriarcado. A autora propõe a ressignificação da essência e do corpo femininos como uma alternativa à negação destes nas estratégias de combate à dominação patriarcal uma vez que esta natureza feminina é atrelada a papéis sociais de subalternidade.

Nesta ressignificação a proposta da autora é de que as representações sociais do feminino valorizem as diferenças do corpo enquanto essência incluindo metáforas com o mundo natural antes da transformação pelos homens e o misticismo que atribuía ao feminino, qualidades do sagrado e a sensibilidade perdida pelos homens para reconectar com as necessidades do planeta e, conseqüentemente, da humanidade ( Hache, 2016).

Observamos que as idéias de natureza e sagrado, sensibilidade e amor são presentes nas representações sociais de feminino dos participantes deste estudo, porém, para este grupo de homens que demonstrou valorizar estas qualidades

femininas, o reconhecimento desta essência não foi suficiente para estabelecerem com suas parceiras a relação de igualdade do poder simbólico que eles possuem com os outros homens.

A violência dos homens contra suas parceiras íntimas é uma dinâmica relacional em que o poder simbólico dos envolvidos é desigual. Estas representações do corpo feminino enquanto detentor de uma natureza amorosa, sensível e até mesmo sagrada, para estes homens que agrediram suas parceiras, não contribuiu para equilibrar estes poderes na relação em que estas mulheres estão em desvantagem e colocadas em posição de subalternidade. Para Scaffo (2013), colocar-se na posição de subalternidade na construção da identidade feminina é uma consequência da transmissão dos papéis sociais das mães para as filhas. Porém, esses comportamentos que servem de modelo para as filhas foram transmitidos a elas pelas gerações anteriores e são a expressão das diversas vivências no âmbito da sociedade. Desta forma não significa que as mães ensinam as filhas a submeterem-se a relações conjugais violentas, mas que estão respondendo a uma exigência social cujas representações fazem parte de sua constituição enquanto mulheres.

Durante as entrevistas, a fragilidade, a sensibilidade e o amor foram as características citadas por ambos os grupos no que se refere a uma concepção de natureza ou essência feminina. O grupo 2 também relatou a sabedoria, o sagrado, o carinho e até a finalidade de complementar o homem como sendo da identidade feminina.

**Tabela 25: Entrevistas. Categoria 3**

IDENTIDADE/ESSÊNCIA/NATUREZA	MULHERES	HOMENS
Sensibilidade	4	5
Fragilidade	2	2
Amor	2	3
Força	3	
Sabedoria		1

Carinho	1
Sagrado	1
Complemento do homem	1

Fragilidade, sensibilidade e amor foram verbalizados pelo grupo1 durante as entrevistas como ideias que representam a definição da identidade feminina ou do que seria inerente a uma natureza ou fazendo parte de sua essência.

“Ter uma beleza por dentro e por fora, ter força, uma força que não é física, com essa fragilidade da gente... Ter o instinto de cuidar, de dar amor, a gente não tem vergonha de dar amor... Por isso que a gente também quer receber amor”. (mulher grupo1)

“A mulher tem essa fragilidade, não é bruta igual ao homem. Por isso qualquer coisa machuca, magoa. A gente é sensível... Também é forte porque acaba aguentando um monte de coisa”. (Mulher do grupo1)

Por outro lado, a atribuição de identidade masculina comum a todos ou a maioria dos homens, não apareceu durante as entrevistas do grupo1. Esta ausência de uma identidade masculina comum fica clara quando a maioria das entrevistadas descreve as pessoas de referência masculina contrapondo a homens com quem já tiveram relacionamentos.

De acordo com as entrevistadas, em relação à masculinidade, existem “tipos” de homens diferentes, não deixando explícita a ideia de uma natureza masculina comum a todos.

“Eu tenho uma parceria com meus filhos, eles sendo meninos eu coloco pra dividir as tarefas. Eles têm mau exemplo do pai deles mas têm bom exemplo do meu pai e do meu irmão. Meu irmão é um pai presente, interessado, ensina a ter responsabilidade. Eles podem escolher o exemplo que vão seguir”. (mulher grupo1)

Já a concepção de “essência” ou identidade feminina também ficou explícita nas entrevistas do grupo dos homens. O carinho, amor, cuidado e sabedoria enquanto “administradora do lar” foram descritos como comuns a, pelo menos, maioria das mulheres e como uma falha grave quando não encontrados em suas companheiras.

“Existe o macho e a fêmea no conceito da vida. A mulher é o lado que completa o masculino. São dois lados que se completam, por isso tem que ter empatia, não querer brigar pela razão. Nenhum dos dois tem que querer só estar com a razão”. (homem grupo2)

Diferente das entrevistadas do grupo1, os entrevistados do grupo2, apontaram com clareza que acreditam que existe uma natureza comum a todas as mulheres e consideram os “erros” de ex-companheiras como algumas exceções dentro de uma maioria cuja “natureza” pode “vir a falar mais alto” e “retomar o rumo”. Esta concepção de natureza feminina traz para estes homens a segurança de encontrar o cuidado feminino em outros relacionamentos futuros.

“A mulher tem que ter sabedoria para edificar o lar. Já passei por situação de muita briga, muita desconfiança... A mulher que não era sábia. Vou procurar agora me manter no caminho, saber escolher... Ficar longe dessas mulheres com esse descontrole”. (homem grupo2)

De acordo com Sá (2015), a representação social é um sistema simbólico construído por determinado grupo social que significa os objetos. Ao atribuir o significado social dos objetos, esse sistema simbólico orienta os padrões comportamentais de um grupo e direciona a construção identitária, social e individual.

Desta forma, a identidade feminina para estes grupos está em permanente construção, da mesma forma que são construídas por estas representações sociais.

Para as mulheres do grupo1, as representações sociais do feminino possuem um componente identitário. A ideia de uma natureza feminina ou essência intrínseca a todas as mulheres foi apontada durante as entrevistas atribuindo ao feminino elementos que também foram compartilhados pelo grupo dos homens.

Porém, para 3 destas mulheres, a essência feminina também está associada à força interior, ou seja, não física. Este componente, assim como observado na Tarefa de Evocação Livre, se alinha aos componentes comportamentais que refletem uma postura mais ativa e de enfrentamento da violência.

Para o grupo 2, além destes três componentes ligados à vulnerabilidade que eles atribuem à função reprodutiva (Sensibilidade, fragilidade e amor), a identidade feminina também é constituída pela sabedoria e pelo carinho. Para um entrevistado do grupo 2, a essência feminina é constituída pelo que complementa o masculino. Ao desenvolver esta concepção durante a entrevista, o entrevistado explicou este complemento como sendo aquilo que o homem não tem e que a mulher oferece para deixá-lo completo. A última representação nesta categoria para o grupo 2 foi o

sagrado que, como vimos no capítulo 1, segundo as autoras ecofeministas, fazem parte da identidade feminina desde a antiguidade.

Além da concepção de identidade, os participantes dos dois grupos expressaram a ideia de uma rígida delimitação de funções que fazem parte das representações sociais de feminino e das quais tratamos na próxima categoria de análise.

#### **d: Papeis Sociais**

Para todos os entrevistados, de ambos os grupos, os papéis sociais maternos e paternos demonstraram possuir grande relevância na construção das representações sociais de feminino e de masculino e consideramos que estes têm importante contribuição para as representações sociais destes homens e mulheres em situação de violência conjugal.

Somente uma mulher do grupo1 verbalizou o termo papeis sociais diretamente e afirmou que estes devem ser desconstruídos. O restante dos participantes, de ambos os grupos associaram os papéis de mãe e cuidadora ao feminino, sendo que no grupo 2, 4 participantes destacaram o papel de companheira associando às suas figuras maternas e/ou como idealização de mulher.

De acordo com Sá (2015), a teoria das representações sociais propõe que o conhecimento compartilhado por determinado grupo social ultrapasse os conceitos individuais partilhados com os outros membros e se constitua no próprio processo de interação social. Ou seja, a representação construída neste processo é mais do que a soma das representações individuais.

O resultado desta interação também produz práticas sociais que vão além do comportamento de cada membro do grupo agindo sozinho. Segundo Sá (2015), as representações sociais se consolidam através destes processos comportamentais em que os membros do grupo exercem um papel e proporcionam o ambiente para que outros exerçam.

Através das entrevistas, foi possível identificar que tanto para o grupo1 quanto para o grupo2, as pessoas de referência de feminino e masculino são, respectivamente, mãe e pai, ou substitutos que desempenharam este papel, ou idealizações marcadas pela ausência no caso de duas mulheres que não tiveram contato com o pai.

Todas as mulheres do grupo1 demonstraram identificação com suas figuras maternas que foram presentes para todas as entrevistadas. Os papéis sociais de maior relevância apresentados nesta identificação foram: Trabalhadora e cuidadora (casa e filhos). Já para o grupo 2, como explicitado anteriormente, as mães, e a avó para um dos entrevistados, foram as referências de feminino. Os papéis sociais que apareceram durante as entrevistas foram: cuidadora (casa e filhos) e educadora dos filhos. Isso corrobora estudos transgeracionais feitos com histórias de vida em que as referências principais são diretamente relacionais e indiretamente culturais. Ou seja, os principais exemplos a seguir ou não seguir, são encontrados primeiro no círculo familiar utilizando bases culturais disponíveis na socialização. ( Naiff, 2015)

**Tabela 27: Entrevistas. Categoria 4**

Papéis sociais	Mulheres	Homens
Mãe	9	10
Cuidadora	10	10
Educadora		3
Companheira		4

Costa (2001), em seu estudo sobre o período higienista que consolidou os comportamentos sociais principalmente da classe burguesa no Brasil, afirma que a característica biológica de gerar a prole e amamentar, foi utilizado pelo Estado como justificativa para o confinamento das mulheres ao espaço privado, atribuindo-lhes a responsabilidade pelo funcionamento e harmonia do ambiente doméstico. Os espaços públicos, principalmente políticos, foram legitimados como exclusividade masculina pelo discurso científico ao descrever os corpos femininos como biologicamente programados para gerar filhos e fazendo com que outras áreas como o controle emocional e o desenvolvimento intelectual sofressem desvantagem em relação aos corpos masculinos.

Através das identificações dos papéis sociais das figuras femininas de referência de ambos os grupos, observamos como este confinamento das mulheres ao espaço doméstico e a atribuição e responsabilização do cuidado com o lar está fortemente presente nas representações sociais de feminino para estes homens e mulheres. A idéia de cuidadora do lar, incluindo trabalho doméstico e com filhos



pequenos, foi o papel social feminino apontado por todos os entrevistados de ambos os grupos, conforme foi observado na tabela 27.

Durante as entrevistas, as principais características que foram consideradas femininas também foram apontadas como qualidades de uma boa esposa. Todos os entrevistados de ambos os grupos destacaram a qualidade de cuidar, com variações como cuidar do lar, dos filhos, do marido e do próprio corpo, como característica feminina e/ou de uma boa esposa:

“Ser companheira, compreender o marido, apoiar... Não acreditar nos outros de fora, não julgar sem provas. Meu pai sempre teve apoio da minha mãe... Querer a felicidade do outro.” (Homem do grupo2)

“Eu acho que uma mulher ideal é tipo a mãe que eu tive, se conforma com o que tem, cuida do marido, dos filhos, não se abate por qualquer motivo... está sempre feliz e não bate nos filhos”. (homem do grupo 2)

Devido aos vários desdobramentos que o cuidar apresentou durante as entrevistas, para efeito de análise, identificamos três tipos de cuidado: O primeiro foi o cuidado de trabalho que agrupa o trabalho doméstico e cuidado com crianças pequenas e idosos. O segundo chamamos de cuidado emocional que refere-se ao ouvir, dar atenção e compreender o outro. O terceiro cuidado tratado nesta análise agrupou as atividades de ganho e fornecimento de bens materiais e suporte financeiro.

Conforme observamos na tabela 28, para o grupo1, o cuidado emocional mostrou-se mais importante que o cuidado como trabalho doméstico e com filhos pequenos no que se refere a qualidades femininas. Já para o grupo2, o cuidado emocional e o de trabalho doméstico apareceram com frequência e relevância equivalentes na descrição da “mulher ideal”. O cuidado com a aparência mais uma vez mostrou-se importante para o grupo1 sendo citado pela metade das entrevistadas enquanto que no grupo2 foi citado por 3 entrevistados:

**Tabela 28: Entrevistas. Cuidados**

<b>Feminino</b>	<b>Cuidado Laboral</b>	<b>Cuidado Emocional</b>	<b>Cuidado Financeiro</b>	<b>Cuidado Estético</b>
Mulheres	4	10	2	5
Homens	10	10	2	3

O cuidado financeiro foi apontado como qualidade feminina apenas para dois entrevistados de cada grupo porém, é relevante destacar que este cuidado foi considerado uma “ajuda” pelos 4 entrevistados, Ou seja, as mulheres não foram colocadas no papel de provedoras financeiras e sim de “ajudantes” do provedor principal:

*“Não reconhece que eu sempre procuro ouvir, dar atenção, sempre tento ajudar, ajudo financeiramente”.* (mulher grupo1).

*“Ser preguiçosa e não trabalhar fora para ajudar o marido”.* (Homem grupo2).

Para ambos os grupos, o cuidado foi apontado como uma qualidade masculina ou feminina reconhecida em si. Porém, para o grupo1, o cuidado emocional aparece como característica feminina que elas reconhecem nelas mesmas com mais relevância do que o cuidado de trabalho doméstico e com os filhos pequenos. Como podemos observar na tabela VI, o cuidado emocional foi relevante para todas as entrevistadas do grupo1, enquanto o cuidado laboral foi apontado por menos da metade.

*“Eu sempre fui aberta ao diálogo, sempre procurei conversar, não brigar, fazer de tudo para não gerar briga. Procuro dar atenção, carinho... Me esforço para terminar o que comecei, sou exigente comigo mesma”.*  
(Mulher grupo1)

Já para o grupo2, o cuidado como suporte financeiro foi apontado por todos os entrevistados como importante qualidade masculina que quase todos reconheceram neles próprios. Já o cuidado emocional do homem com sua parceira foi apontado como importante por apenas 2 entrevistados. Por outro lado, o cuidado emocional foi considerado característica feminina relevante por todos os entrevistados.

*“Sempre consegui cumprir com o meu papel de provedor, até mais... faço sacrifício para comprar o melhor, procuro dar o melhor para meus filhos, sempre coloquei a família em primeiro lugar”.* (Homem grupo 2)

Embora tenha sido característica masculina marcada como importante pelo grupo2, o cuidado como suporte financeiro não mostrou-se tão relevante para o grupo1.

Conforme explicitado no item 5.3, consideramos importante contrapor estas representações sociais de papéis sociais femininos às de papéis sociais masculinos

para fins de análise, pois de acordo com a visão de mundo binarista, descrita por Giffin (1994) no capítulo 1, e identificada nas entrevistas com todos os participantes deste estudo, um objeto é definido pela exclusão de seu oposto. Assim, ao considerarem o masculino como oposto do feminino, muitas vezes os entrevistados utilizaram a negação de um para definir o outro.

*“Ajudar as pessoas, está mais para o feminino, cuidar da casa, organizar, cozinhar. O homem é para prover, eu procuro prover o melhor, não deixar faltar”.*  
(Homem grupo 2)

Contrapondo às referências de feminino, sobre as figuras masculinas no grupo1, 4 tiveram o pai presente, 4 tiveram um substituto para a figura paterna e 2 projetaram o pai ideal na ausência, ou seja, todas as referências de masculino foram de figuras paternas, reais ou idealizadas.

Eu não conheci meu pai. Meu pai de verdade foi meu tio, um exemplo. Homem de verdade, honesto, de caráter, apoiou, ajudou quando a gente precisou, é amigo, romântico com a esposa dele”. (Mulher grupo 1)

As características que mais apareceram entre as referências masculinas, identificadas por todas na figura paterna foram: presente, protetor, trabalhador, calmo/tranquilo.

O pai e o tio paterno, como substituto para dois entrevistados apareceram como pessoas de referência masculina no grupo2. As características mais apontadas pelos entrevistados que demonstraram grande identificação com suas figuras paternas foram: trabalhador, provedor financeiro, honesto e disciplinador.

“Meu tio fez o papel de pai, deu exemplo de estudar e trabalhar, ocupar a cabeça com coisas boas, não ficar na rua fazendo besteira. Eu sempre tive pensamento de trabalhar, ter caráter, evoluir. Eu procuro dar esse exemplo para os meus filhos. Manter na linha, não desvirtuar”. (Homem grupo 2)

De acordo com os papéis sociais definidos pelos participantes deste estudo, identificamos que esta separação entre os espaços público e privado apontada por Costa (2004) ainda se faz presente, ao menos nas representações sociais destas mulheres e homens quando ambos os grupos identificaram papéis femininos ligados a funções e obrigações predominantemente familiares enquanto que o papel de trabalhador no sentido remunerado e provedor foi atribuído aos homens.

Também é importante salientar a importância do papel de disciplinador que foi apontado pelo grupo 2. Para estes homens, o papel de impor limites e disciplina está ligado à masculinidade.

“Um dos meus defeitos é brigar pela razão e achar que tenho que liderar. Eu aprendi com meu pai que me direcionou que o homem tem que liderar, ele me ensinou o conceito de disciplina entre pai e filho. O que ele falava era lei”. (Homem grupo 2)

Ruitenbeek (1969), nos fala sobre o declínio da figura e papel social do pai disciplinador a partir da era industrial. Ele afirma que houve um deslocamento de sua autoridade dentro da família de classe média na cultura americana disseminada através da produção de cinema e televisão. Para o autor, a posição tradicional do pai como autoridade dentro da família já vem sendo transformada e até mesmo perdida desde o início do século XX.

O autor também afirma que a responsabilidade depositada nas mães como responsáveis pela família, ao mesmo tempo que retira a figura autoritária do pai, o libera para uma relação de maior intimidade com os filhos, porém, a rejeição da demonstração de afeto pela identidade masculina, muitas vezes também retira o pai deste lugar, principalmente com os filhos homens. (RUITENBEEK, 1969. PG 89)

Cada vez mais destituído desta autoridade dentro da família e muitas vezes interditado em suas demonstrações de afeto, como este homem moderno constitui sua identidade?

De acordo com Ruitenbeek (1969), sua autoafirmação e confiança passa a ser procurada na vida profissional e seu papel dentro da família passa a ser mais restrito ao de provedor.

Considerando a importância das práticas sociais consolidadas enquanto constituintes da identificação e coesão dos grupos sociais conforme nos aponta Jodelet (2011), e o papel destas práticas na constituição das representações sociais, podemos afirmar que esta quinta categoria de análise agrega as representações do corpo, comportamento, identidade e projeções de desejos e constitui os elementos principais das representações sociais de feminino para estes homens e mulheres.

O grupo 1 apontou os papéis sociais como extremamente relevantes para as representações sociais do feminino. Os papéis de mãe e cuidadora fazem parte das representações sociais de feminino para este grupo de forma que o papel de cuidar se fez presente em diferentes esferas, sendo atribuído ao feminino a esfera do

cuidado emocional e como trabalho doméstico. Estas esferas do cuidado também são atribuídas ao papel de mãe. Desta forma observamos que, para estas mulheres, os papéis sociais das mães e das mulheres se entrelaçam.

Esta representação social do feminino enquanto responsável pelo trabalho doméstico também foi expresso quando as participantes referiram-se a este, quando executado pelos homens, como uma forma de ajudar as mulheres e não como uma coparticipação ou parceria.

Já o cuidado enquanto suporte financeiro, embora enaltecido quando desempenhado por figuras femininas, não foi colocado como responsabilidade feminina por nenhuma das entrevistadas.

Assim como para o grupo 1, o papel social mostrou-se muito relevante na constituição das representações sociais de feminino, para os homens participantes do estudo, o as representações sociais de feminino têm o papel social como elemento central. O papel de cuidadora, que mais uma vez fez estes homens remeterem-se às suas figuras maternas, foi uma base importante na construção destas representações se considerarmos todos os seus desdobramentos: O cuidado emocional, cuidado laboral e o cuidado financeiro.

Embora ambos os grupos tenham descartado o cuidado financeiro como papel social feminino e atribuído às mulheres os papéis de cuidadora emocional e laboral, para o grupo dos homens o trabalho doméstico teve mais relevância quando comparado ao grupo das mulheres e, durante as entrevistas, utilizado como justificativa para a concepção de que as mulheres devem permanecer nos espaços domésticos.

Observamos no grupo2 que os papéis sociais transmitidos por seus pais e mães exercem influência sobre as projeções de relacionamentos ideais e na identificação do que desejam ou esperam das parceiras, assim como as mulheres do grupo1 expressaram suas projeções em relação aos parceiros. Estes desejos e projeções foram o objeto de nossa última categoria de análise:

### **e: Necessidade e Desejo**

Conforme vem sendo apontado em nosso processo de análise, as representações do feminino para estes homens está fortemente relacionada aos comportamentos e papéis sociais assumidos por suas figuras maternas e estas,

segundo Scaffo (2013), transmitem este modelo de auto sacrifício de servidora da família. Este foi o modelo transmitido a estes homens tornando-se o que eles esperam encontrar nas mulheres.

Vimos que tanto a característica de cuidar quanto o papel de cuidadora, mostraram-se importantes na representação social de feminino para os dois grupos. Além disso, o cuidado também mostrou-se relevante para esta análise em forma de desejo ou necessidade expressados de diferentes formas por todos os participantes do estudo durante as entrevistas conforme apresentado na tabela 29.

**Tabela 29: Entrevistas. Categoria 5**

<b>Necessidade ou desejo</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>
Ser cuidada/cuidado	10	4
Fidelidade conjugal		6

Para o grupo1, o cuidado emocional masculino mostrou-se como uma grande deficiência nos relacionamentos conjugais vividos por estas mulheres, o escutar, compreender e dar atenção foram citados como comportamentos ideais masculinos com os quais não tiveram contato. Embora esta falta também tenha sido atribuída às figuras paternas por algumas mulheres, o cuidado expressado pelos pais ou substitutos em forma de provedor financeiro ou exemplo de caráter, supriu ou foi interpretado por elas como um cuidado emocional.

“Um homem que saiba ouvir e apoiar, dar conselhos, ser paciente e também ser presente. Estar em casa dando suporte... Manter a calma, manter um diálogo, ter bom humor, dar uma segurança” (Mulher grupo 1)

“Pai exemplar, presente, interessado... Me ensinou a ter responsabilidade, direção de caráter e cobrança... Muito trabalhador, provedor, me incentivou a estudar e ter responsabilidade dentro de casa” (Mulher grupo 1)

Porém, para todas as mulheres do grupo1, nas relações conjugais, o desejo de um cuidado emocional por parte do parceiro mostrou-se mais relevante que o provimento financeiro e a expressão desta falta de cuidado, para pelo menos metade do grupo2 veio acompanhada da queixa da falta de retorno pela própria dedicação ao cuidado.

“Sempre gostei de agradar, satisfazer o outro... apoiar, somar... Homem que gosta de humilhar, destruir a auto-estima da esposa falando coisas ruins na frente das pessoas... Não valorizar o esforço, todo o sacrifício que a gente faz”. (Mulher grupo 1)

“Dialogar, saber ouvir, ajudar com os problemas com a palavra de conforto... Não escutar primeiro os de fora que fala mal da esposa. Tem que compreender, ajudar”. (mulher grupo1)

Vimos que os papéis sociais das figuras maternas fazem parte das representações sociais de feminino para as mulheres em situação de violência. Scaffo (2013), afirma que a repetição dos comportamentos maternos perpetuam a abdicação de realizações pessoais das mulheres pelo bem estar da família.

Porém, ainda de acordo com Scaffo (2013), este auto sacrifício é acompanhado por uma expectativa de gratificação e reconhecimento, principalmente por parte do companheiro. Esta expectativa, no caso de todas as mulheres entrevistadas foi frustrada.

“Lealdade no sentido de chamar a esposa para conversar quando estiver ruim, vai além de ser fiel só de homem e mulher... Honestidade em admiração, admirar e respeitar o outro. Não sobrecarregar, dividir as tarefas, não tratar mal os amigos da esposa” (Mulher grupo 1)

Os homens do grupo2 também apontaram o desejo pelo cuidado emocional que todos relataram ter recebido das mães ou substitutas e 4 participantes expressaram a ausência deste cuidado por parte de companheiras. Porém, para 7 dos 10 homens entrevistados, o cuidado como trabalho doméstico apresentou maior relevância e algumas vezes, foi apontado como deficiente por parte das parceiras.

“Não cuidar do marido e dos filhos, ficar fazendo fofoca na rua... Esquece dos afazeres de casa, não liga, não se importa. Não aceita ser contrariada, não reconhece quando está errada e fica mal humorada, de cara emburrada. Ser bipolar” (Homem grupo 2)

“Ouvir e evoluir junto com o marido. Fazer um prato que o marido gosta, ele também comprar um sapato que ela gosta... Ser retribuído na mesma parcela... Não se dedicar e receber traição” (homem grupo2)

Conforme observamos na terceira categoria de análise, as mulheres do grupo1 não evidenciaram uma concepção de natureza masculina com características comuns a todos os homens. Esta ausência de generalização da

identidade masculina no relato destas mulheres pode ser interpretada como expressão do desejo de encontrar um parceiro “diferente” dos que encontraram em relacionamentos anteriores e vivenciar um relacionamento idealizado.

“Meu pai era muito protetor. Ele ia me buscar na escola quando eu estudava a noite porque achava perigoso eu ir andando sozinha... Ele tinha esse cuidado com a gente mas tinha que dar a última palavra. Ele é muito machista, tem que fazer as coisas do jeito que ele quer”. (mulher grupo 1)

“Homem bom é ser companheiro, sempre acompanhar em todos os momentos, se preocupar com a outra, dar suporte emocional, incentivar a crescer na vida, elogiar a estética da esposa, levar para passear, fazer planos para o futuro”. (Mulher grupo 1)

A expressão de desejo destas mulheres durante as entrevistas nos remete ao que afirma Scaffo (2013), sobre o processo de subjetivação das mulheres marcado pelo discurso materno, onde fica evidenciada uma ambiguidade que, por um lado prepara as mulheres para atrair o príncipe encantado e por outro, as faz buscarem se proteger de todos os demais homens que representam um perigo que elas não aprenderam a reconhecer. Além disso, desencadeia uma existência a espera de um alguém para quem dedicar sua vida tendo como consequência, colocar a si mesma em segundo plano e coadjuvante nas decisões de sua vida.

Já para o grupo2, conforme pode ser observado na tabela 29, a certeza da fidelidade da parceira foi apontada pela maioria dos homens como o desejo de relacionamento ideal. Características como “cuidar da casa e da família”, “ficar dentro de casa”, “ser fiel” e “não ter ciúmes” foram citadas pelos entrevistados como sendo da esposa idealizada.

“O pior defeito é uma mulher suja, não cuida da limpeza da casa, desorganizada... Não torce pelo sucesso do marido, não se dedica ao marido, ser traidora, infiel... Passa a não querer mais intimidade, quer ficar na rua... Não procura coisas novas para fazer em família, deixa cair na rotina”. (Homem grupo 2)

“A mulher que é amorosa, tranquila, que não fica nervosa com o homem, que tira a paz do homem... Não ter ciúmes, confiar. Não confiar nos de fora, confiar no marido, não acreditar nas amigas... Não sair pra beber”. (Homem grupo 2)

Mais uma vez, nos deparamos com o controle social exercido sobre os corpos femininos através das projeções de desejos de seus companheiros.



Um apontamento interessante sobre estas projeções do grupo2 é que para eles, ao mesmo tempo em que a parceira que eles desejam precisa ficar dentro de casa cuidando da família, ela não pode apresentar objeções se o seu parceiro faz o oposto. Expressar sentimentos de ciúmes foi apontado como defeito de uma esposa para 6 entrevistados do grupo2. Alguns apresentaram exemplos de situação que geram este sentimento na companheira e todas envolviam estar fora de casa com amigos ou parentes.

“Não compreender, julgar sem provas, ter um ciúme possessivo, jogar para pegar o outro na contradição... Se prender a pequenos detalhes e reclamar de tudo... Não posso relaxar, tomar uma cerveja, sem embebedar... A mulher que não quer a felicidade do outro, quer perturbar a cabeça”. (Homem grupo 2)

Neste ponto cabe a observação que metade das entrevistadas do grupo1 valorizaram suas características de permanecerem nos espaços domésticos como qualidades enquanto esposas, apontando que esta reprodução dos modelos de papéis sociais também é compartilhado por elas.

“Está no meu modo de agir, oriento a minha filha a se impor, no modo de vestir... Não usar roupa curta, não beber em bar... Sou compreensiva e fico relevando os defeitos... Excesso de compreensão, relevei demais... Ajudo no trabalho pesado, serviço de homem... Desentupir, pregar, quebrar”. (Mulher grupo 1)

“Sou amiga, parceira, ajudo financeiramente. Sempre fui de ouvir, apoiar emocionalmente, dar conselhos... Sempre fui boa mãe, boa avó e boa esposa. Resolvo todo o trabalho de casa... Guerreira, segui o exemplo da minha mãe”. (Mulher grupo 2)

No entanto, o companheiro ideal para a maioria das mulheres do grupo1, seria o homem que fornece “suporte emocional”, “sai da rotina” (passear junto) e “ajuda dentro de casa” (trabalho doméstico).

Em contraste com o desejo de manutenção dos papéis sociais tradicionais apresentado pelo grupo2, As mulheres participantes deste estudo apresentaram a necessidade de romper esta divisão dos espaços e o confinamento doméstico ao qual são submetidas em nome da satisfatória performance social. Mesmo que ainda presente uma dependência da figura masculina para legitimar o desconfinamento ao espaço doméstico, a necessidade do companheiro que leve para passear, expressa a insatisfação com o modelo tradicional:

*“Ter compreensão, cumplicidade, caminhar junto para um objetivo... Apoiar, ser amigo, sair da rotina, levar para passear em família”.* (Mulher grupo 1),

*“Fazer programas em família, sair junto com a família, com os filhos, querer agradar a esposa”.* (Mulher grupo 1),

*“Dar valor ao trabalho da esposa, não sobrecarregar, tirar de dentro de casa, não precisa gastar muito dinheiro... Sair como casal”.* (Mulher grupo 1)

Além disso, estas mulheres demonstraram o desejo do rompimento com os papéis sociais masculinos tradicionais idealizando companheiros que apresentem sensibilidade e acolhimento em um suporte emocional e execução de tarefas domésticas caracterizado por elas como ajuda.

Metade do grupo 1 sinalizou a parceria do companheiro nas tarefas domésticas como uma ajuda que não lhes foi ofertada. Ao considerar este trabalho doméstico executado pelos seus parceiros como ajuda, elas reforçam a concepção de que a responsabilidade é delas e os homens prestam um auxílio na manutenção da casa que eles utilizam.

*“Ser relaxado, só dentro de casa parado. Não respeitar as visitas da esposa. Deixar tudo sujo bagunçado... Eu não gosto de ver bagunça!... Não ajudar a esposa. Meus filhos sendo meninos, têm parceria e ajudam nas tarefas da casa”.* (Mulher grupo 1)

*“Os dois andarem juntos. Ele ajudar nas tarefas de casa, ajudar a limpar e reconhecer quando está limpo. Os dois se ajudarem sem disputar quem é melhor, incluir toda a família nos planos de futuro, não ser egoísta”.* (Mulher Grupo 1)

Na expressão de suas necessidades e desejos, as mulheres do grupo 1 projetaram comportamentos masculinos idealizados em forma de cuidado emocional com os quais a maioria das entrevistadas não teve contato, nem com as figuras masculinas de referência.

Já para os homens do grupo 2, a idealização feminina descrita por eles é compatível, tanto com as características de suas figuras femininas de referência quanto com a auto descrição de todas as mulheres do grupo 1.

Na projeção de suas idealizações e desejos, estes homens também salientaram o comportamento de “ficar em casa”, ou seja, a idealização de feminino, para eles, está associada ao controle e ao poder simbólico exercido pelos homens sobre as mulheres, as quais devem se dedicar aos papéis domésticos, à família e demonstrar fidelidade conjugal.

Como resultados do nosso segundo instrumento de análise, as representações sociais do primeiro grupo de estudos, apresentam vários elementos associados às vivências da violência e às demandas da classe social, assim como foi observado durante a Tarefa de Evocação Livre. Contudo, foram compartilhados com os conceitos sociais construídos desde o século XVIII, as representações relacionadas ao corpo feminino como possuindo menos força física e voltado para função reprodutiva, às concepções de identidade feminina enquanto essência e de natureza imutável que se opõe a masculina e, principalmente os papéis de gênero que atribuem às mulheres as funções de cuidadoras e responsáveis por toda a família.

Segundo as autoras feministas como Debret(2008) e Lisboa (2001), apresentadas no capítulo 2, estas concepções sociais estão na base estrutural de nossa sociedade e alimentam o fenômeno da violência de gênero.

Porém, estão presentes para estas mulheres algumas representações que são associadas às vivências da violência conjugal e se afastam destas concepções das mulheres enquanto vítimas passivas. Estas se concentram na categoria de comportamento e características emocionais que traduzem a atribuição de elementos de atividade e protagonismo das mulheres. Outro elemento é a valorização da racionalidade, principalmente aplicada à ponderação. Ao identificarem estes elementos como características de sua natureza, estas representações podem possuir o potencial de transformar as relações futuras, pelo menos para estas mulheres que passaram pela rede de atendimento.

Por outro lado, para o grupo dos homens, que estão inseridos na mesma classe social e tiveram figuras femininas de referência que transmitiram os mesmos modelos acusados pelo grupo das mulheres, as representações sociais do feminino foram mais associadas a características passivas enquanto que os modelos de superação e enfrentamento ativo de suas figuras femininas de referência foram associados à proteção dos filhos e apreciados com grande valorização do sacrifício pessoal em nome da família. Porém, com esta diferença de representação do papel feminino predominantemente passivo para o grupo dos homens e ativo para o grupo de mulheres em situação de violência, observamos nos relatos destes homens uma quebra de expectativas nas relações conjugais.

Para os dois grupos, as representações sociais do feminino estão estreitamente ligadas ao papel social de mãe e todos demonstraram reconhecer o

feminino através da função principal de cuidar. As mulheres ainda são aquelas que cuidam, que nasceram para cuidar e a função reprodutiva de seus corpos as “programaram” para isso.

Além disso, a importância atribuída ao papel masculino de provedor para o grupo dos homens foi muito mais significativa que para o grupo das mulheres. Novamente, esta falta de gratidão ou reconhecimento feminino pela eficiente execução do papel de provedor apresentou-se como uma quebra de expectativas destes homens em relação às suas parceiras íntimas.

Neste ponto, novamente consideramos relevante fazer considerações sobre o masculino. De acordo com Ruitenbeek (1969), a identidade masculina está ancorada na metáfora de “fazer funcionar”. Para o autor, os homens encontram sua identidade na atividade laborativa e a partir dela constroem sua estabilidade e autoconfiança garantindo nesta atividade as funções de pai enquanto provedor e modelo a ser seguido pelos meninos e admirado pelas meninas.

Observamos que estas representações da identidade masculina mostraram-se bem mais relevantes e valorizadas pelo grupo dos homens que relatam sacrifícios para desempenhar estes papéis. Nesta mesma proporção eles esperam o reconhecimento de suas parceiras que, por sua vez, também não sentem que seus esforços em desempenhar seus papéis são reconhecidos.

Nesta última categoria de análise, concluímos que as necessidades e desejos de ambos os grupos de pesquisa, estão muito associados ao comportamento do outro, ou seja, são produto das frustrações e conflitos vivenciados nas relações conjugais onde, tanto estas mulheres quanto estes homens entrevistados, projetam o desejo de serem reconhecidos e valorizados.

Uma vez que estas representações encontradas nos dois grupos de pesquisa ainda estão relacionadas às concepções de corpo feminino construídas pela nossa sociedade a partir do século XVIII, ainda nos perguntamos como elas se conectam com as representações de feminino que circulam na mídia jornalística, dando preferência aos veículos de maior circulação nas classes D e E.

## 5.2- ESTUDO 2

### 5.2.1 - ANÁLISE DE CONTEÚDO DA SELEÇÃO DE REPORTAGENS

Para esta segunda parte da pesquisa, selecionamos 27 reportagens sendo: 10 reportagens do Jornal Extra publicadas no último ano, 3 reportagens do jornal O Globo, 1 reportagem do portal de notícias G1, 4 reportagens do jornal Folha de São Paulo, 1 reportagem do portal de notícias UOL, 2 reportagens do portal de notícias R7 e 6 reportagens do jornal O Dia. A tabela 30 relaciona o veículo de mídia selecionado, o título da reportagem, e a data da publicação. Todas as reportagens utilizadas encontram-se no anexo V na mesma ordem da tabela.

**Tabela 30**

JORNAL	TITULO	DATA
Extra	Cada Uma De Nós Pode Ser Dona De Si, Seja Careca, Cabeluda Ou De Peruca', Diz Rainha Da Mocidade Que Raspou A Cabeça.	Publicado em 20/04/2022
Extra	Luiz Carlos Júnior Fala Sobre Mulheres Na Narração, Mudanças E Trajetória No Sportv, Que Completa 30 Anos.	Publicado em 10/11/2021
Extra	Conheça Mabelly, A Segunda Jogadora Trans A Chegar Na Elite Do Vôlei Feminino	Publicado em 28/10/2021
Extra	Influenciadora E Psicóloga Marinalva Callegario Lança Livro Sobre 'Amor Próprio'	Publicado em 24/09/2021
Extra	Seleção Feminina De Futebol Se Emociona Com Música; Conheça Gabi Fernandes, Que Dedicou Canção A Elas	Publicado em 24/07/2021
Extra	'Vivas! Porém, Esgotadas': Especialistas Em Saúde Mental Feminina Alertam Sobre Cobranças Na Pandemia	Publicado em 30/03/21
Extra	Maíra Cardi Diz Que Jade, Do 'Bbb 22', 'Quer Ser A 17ª' De Arthur E Equipe Da Influencer Se Posiciona: 'Vemos Uma Rivalidade Feminina'	Publicado em 12/02/2022
Extra	Pesquisa: Mulheres Abraçadas Pelos Parceiros Antes De Situações Tensas Diminuem O Nível De Estresse.	Publicado em 22/05/2022
Extra	Com Aparições Na Tv E Discursos Públicos, Mulheres De Presidenciais Assumem Papéis De Destaque Na Busca Por Votos.	Publicado em 14/05/2022
Extra	No Dia Das Mães, Listamos As Principais Matriarcas Das Novelas Atuais: A Filó, De 'Pantanal', É Firme E Amorosa	Publicado em 08/05/2022
O Globo	Emicida Sobre A Cantora Alaíde Costa: 'O Mundo Precisa Ver Essa Mulher'	Publicado em 24/05/2022

O Globo	Mulheres, Cidades E Negócios	Publicado em 18/05/2022
O Globo	Por Que A Vida Sexual Das Mulheres Diminui Após A Menopausa?	Publicado em 22/05/2022
G1	'Me Senti Ofendida Como Mulher', Diz Prefeita Do Interior De Sp Que Registrou Boletim De Ocorrência Após Ser Xingada De 'Biscate'	Publicado em 24/05/2022
Folha de SP	Identidade De Gênero Influencia A Forma Como O Dependente Alcoólico Lida Com Sua Condição	Publicado em 10/05/2022
Folha de SP	Johnny Depp E Amber Heard: 'As Pessoas Tendem A Acreditar Em Homens Poderosos, Principalmente Alguém Com A Popularidade Do Ator'	Publicado em 16/05/2022
Folha de SP	Empreendedorismo Feminino É Por Sobrevivência, Diz Autora.	Publicado em 20/05/2022
Folha de SP	Você, Mulher: Filie-Se. Mas Não Governe	Publicado em 16/05/2022
Portal UOL	Como O Futebol Ensina Homem A Odiar Mulher.	Publicado em 23/05/2022
Portal R7	Tiktok E 'Cunhadas': Mulheres De Presos São Influenciadoras E Sensação Na Internet	Publicado em 23/05/2022
Portal R7	Cursos De Qualificação Profissional São Alternativa Para Mulheres Retornarem Ao Mercado De Trabalho.	Publicado em 21/05/2022
O Dia	Bárbara Evans Comemora Primeiro Aniversário Como Mãe: 'Realizei Meu Sonho'	Publicado em 22/05/2022
O Dia	Reage, Mulher! Força E Coragem Para Recomeçar' É Tema De Evento Realizado Pelo Conselho De Defesa Dos Direitos Da Mulher	Publicado em 03/05/2022
O Dia	Câmara De Nova Iguaçu Sediou Fórum Mulheres No Poder E Empoderamento Feminino	Publicado em 05/04/2022
O Dia	Maria Cândida Fala Sobre Empoderamento Feminino: 'Já Exaltou Suas Dobrinhas?'	Publicado em 06/04/2022
O Dia	Uma Semana Antes De Completar 42 Anos, Mariana Xavier Fala Sobre Envelhecimento	Publicado em 20/05/2022
O Dia	Mulher Que Teve Relações Sexuais Com Sem-Teto Durante Surto Processa Sikêra Jr.	Publicado em 23/05/2022

O corpus textual analisado pelo software IRAMUTEQ continha 27 textos de reportagens editados em uma análise monotemática. A partir da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), foram analisados 188 segmentos de texto (ST),

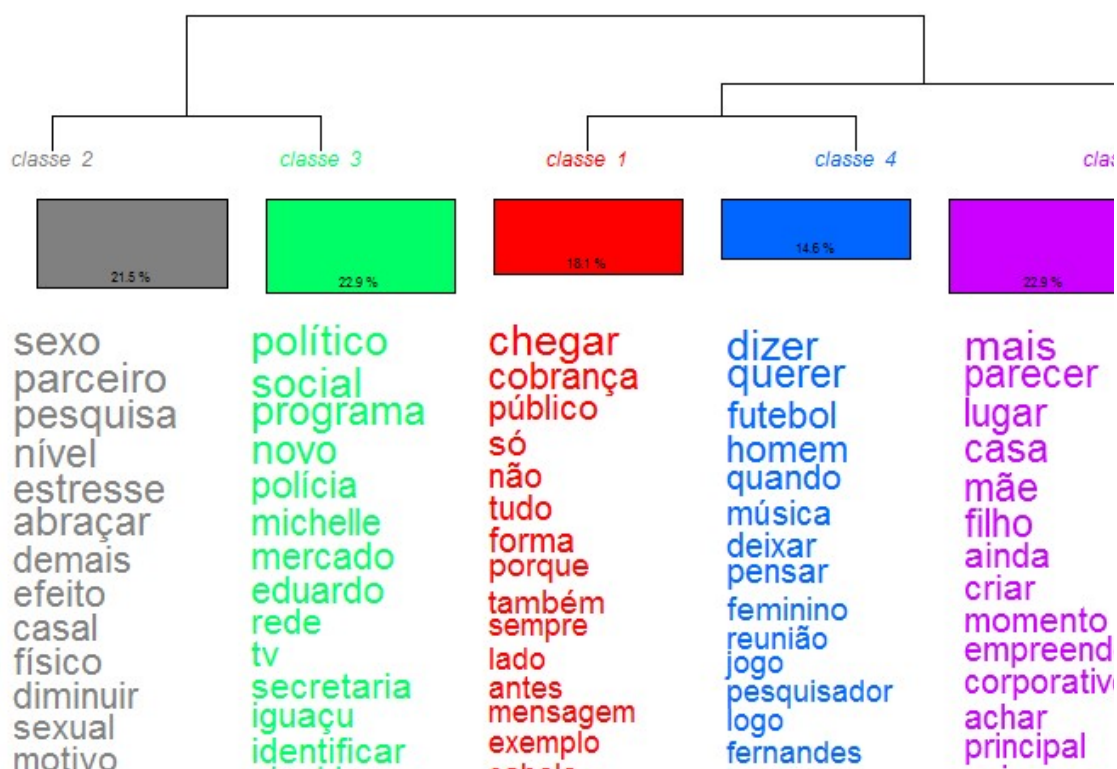
retendo-se 76,60% do total, os quais geraram cinco classes. Inicialmente, o software dividiu o corpus em 3 corpus (classe 2,3,5) e 2 subcorpus (classe 4 e 1).

A classe 2 agrupou as palavras relacionadas ao corpo físico, sensações e funções fisiológicas.

A classe 3 foi composta por palavras no âmbito da política em geral e das políticas públicas de assistência.

A classe 5 reuniu as palavras que representam, predominantemente, papéis sociais. Esta classe foi decomposta em dois subgrupos em que o 4 classificou representações em que há maior protagonismo na execução dos papéis e a classe 1, onde há predominantemente, exigências exercidas pelo meio externo, conforme podemos observar na figura 1.

**Figura 1: Classificação Hierárquica Descendente (CHD)**



A classe 2, relacionada ao corpo e funções fisiológicas, foi responsável por 21,5% dos segmentos de texto. As principais palavras que se relacionaram a esta classe foram: sexo, abraçar, físico, parceiro, dor e estresse. (Figura 1). O conteúdo da classe 2 trata principalmente de características fisiológicas do corpo feminino. Os trechos a seguir ilustram esse contexto:

*“ ... As respostas sobre o porquê de terem parado de fazer sexo revelaram a dor e a tristeza por trás das estatísticas. Um dos motivos mais indicados para isso foi a perda de um parceiro por morte ou divórcio...”* (Sessão R19)

*“ Pesquisadores da Universidade de Ruhr (Alemanha) concluíram que mulheres que abraçam os seus parceiros românticos diminuem os seus níveis de estresse”.* (Sessão R1)

*“ Meu físico é compatível com o das mulheres. Nem sou tão forte assim, não tenho muito a musculatura masculina, aquela coisa de homem mesmo”.* (Sessão R5)

A classe 3, denominada a classe política, agrupou as palavras que tratam dos direitos das mulheres, do fenômeno da violência e de políticas públicas. As principais palavras foram: Político, programa, social, polícia, secretaria, federal. Esta classe representou 22,9% dos seguimentos de texto e tratam essencialmente da consciencialização sobre os direitos das mulheres e do combate à violência. O contexto desta categoria está ilustrado nos trechos a seguir:

*“O Dia Nacional da Mulher, embora às vezes diluído por um caráter festivo, se apresenta como um dia de reflexão sobre as conquistas e os desafios políticos, sociais e econômicos das mulheres.”* (Sessão R10)

*“Instituição do programa de geração de empregos para mulheres em situação de violência doméstica. Vedação do acesso a cargos públicos para condenados pelos crimes de violência doméstica e familiar”.* (Sessão R9)

*“... Pesquisa a dinâmica de relacionamentos como o de Caroline, afirma que as mulheres de presos costumam sofrer com a invisibilidade da sociedade”.* Sessão R12)

A classe 5, que conclui a categorização no âmbito das três grandes classes, agrupou as palavras que representam os papéis sociais e representou 22,9% dos segmentos textuais. As principais palavras desta categoria sem a subdivisão são: Casa, mãe, filho, empreender, corporativo, tempo, doente. O contexto destes papéis sociais são ilustrados nos trechos abaixo:

*“Estudos mundiais mostram que 80% da economia do cuidado do planeta é feito por mulheres. Ou seja, cuidar de filhos, casa, companheiros, idosos, doentes, questões relacionadas ao cuidado ainda são majoritariamente feitas por mulheres”.* (Sessão R15)



*“E como empreender sendo mãe? É fundamental uma rede de apoio, por isso é importante que as mulheres estejam juntas, façam parte de grupos, façam conexão entre elas”.* (Sessão 15)

*“No Dia das Mães, listamos as principais matriarcas das novelas atuais: a FILÓ, de ‘Pantanal’, é firme e amorosa”.* (Sessão R4)

*“ Hoje me sinto realizada! Realizei meu sonho, sou mãe de uma princesa!”* (Sessão R11)

Porém, dentro desta categoria dos papéis sociais, o programa encontrou duas subcategorias cuja primeira denominamos como sendo dos que dependem de motivação interna, representados pela subcategoria 4 e que foram responsáveis por 14,6% dos seguimentos de texto. As principais palavras encontradas foram: Dizer, querer, homem, pensar, deixar, falar. Abaixo seguem os trechos que ilustram o contexto destes comportamentos:

*“...Desejamos que as mulheres possam discordar entre si, mas jamais usar de argumentos que invalidem a potência de outras mulheres sob pretexto de estar agindo para impressionar homens...”* (Sessão R22)

*“Esse álbum fala de uma mulher de 86 anos que viveu um monte de coisa importante, que viveu à margem, e agora conta o ponto de vista dela”.* (Sessão R21)

*“Eu digo que fiz a música para as meninas da seleção não para dar sorte, porque isso elas não precisam, sei que se dedicaram muito para irem em busca desse ouro olímpico”.* (Sessão R23)

A a segunda subcategoria foi a número 1, denominada nesta análise como demandas externas e representa o contexto dos papéis que impõem às mulheres determinados padrões de comportamento para atender necessidades do Outro. As principais palavras desta subcategoria foram: Chegar, cobrança, exemplo, dar. Esta subcategoria representou 18,1% dos seguimentos de texto e seu contexto foi ilustrado nos trechos abaixo:

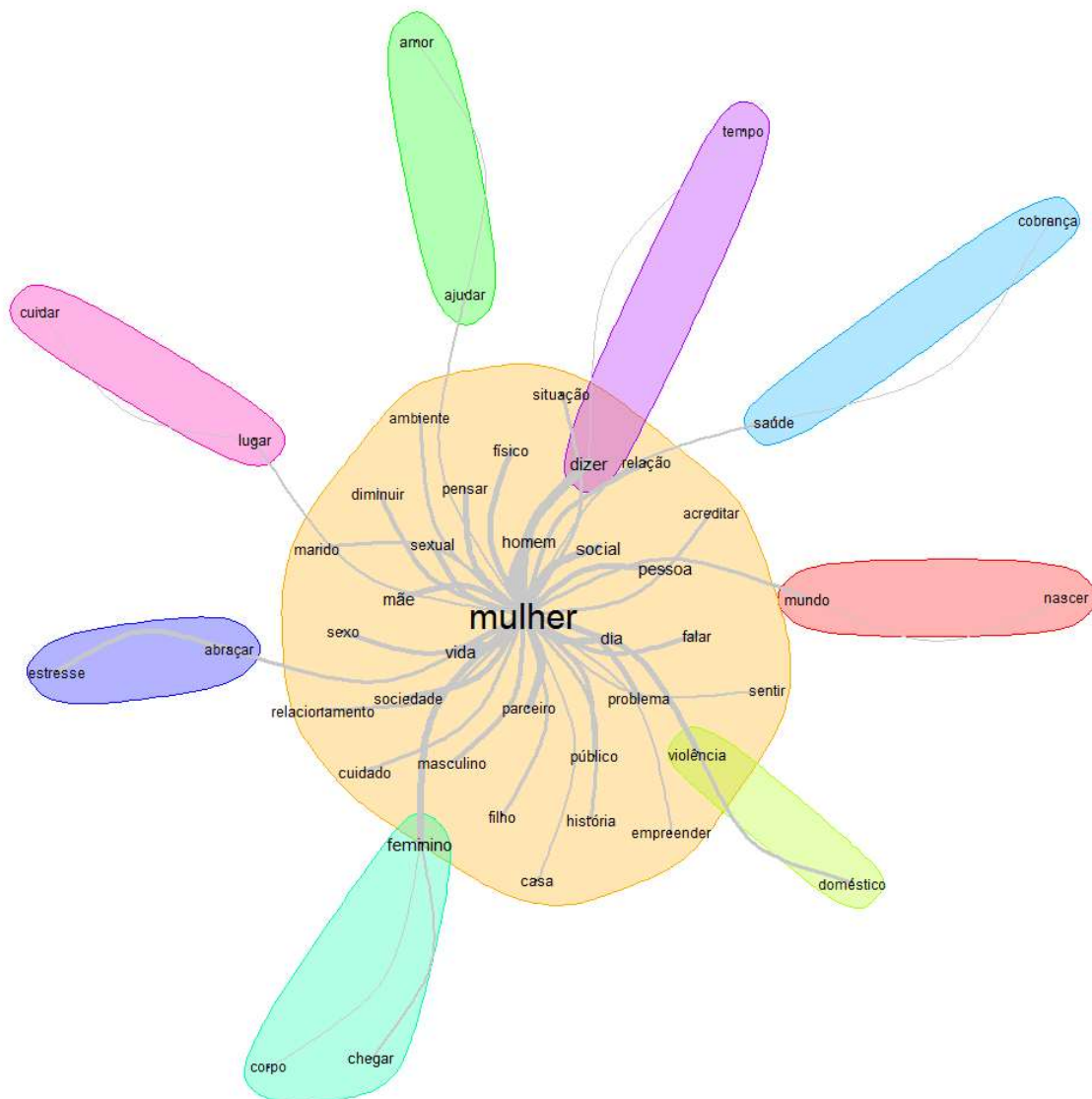
*“Vivas! Porém, esgotadas’: especialistas em saúde mental feminina alertam sobre cobranças na pandemia”.* (Sessão R24)

*“Ser mulher nesse mundo não é brincadeira. Antes a gente só precisava ser magra, agora a gente também precisa ser jovem. Pra sempre!”* (Sessão R7)

*“O sentimento de que o alcoolismo possa tê-las impedido de cumprir aquilo que a sociedade esperava delas era algo que pesava demais para essas mulheres”* (Sessão R18)

Ainda utilizando o programa IRAMUTEQ, realizamos a análise de similitude do conteúdo das reportagens. Esta análise realiza a interconexão entre as palavras e o nível de relação entre elas, do mais forte ao mais fraco. A figura 2 ilustra a Análise de Similitude de palavras encontrada pelo software:

**Figura 2. Grafo, Análise de Similitude**



Através da figura 2, podemos observar a relação do cluster central que é **mulher** com 3 subclusters complementares que fazem intersecção (feminino, violência e dizer), um cluster muito próximo (mundo) e mais 4 clusters (saúde, ajudar, abraçar e lugar). O cluster central **mulher** tem atração semântica as palavras mãe,

vida, sexual, marido, casa e empreender. Estas palavras estão relacionadas ao papel social feminino que, ao mesmo tempo que não deixou de ser associado ao espaço doméstico e de cuidados com a família, também apresenta demanda de produção e geração de renda. Neste caso, através do empreendedorismo.

Estas representações vão ao encontro dos resultados encontrados na análise das entrevistas. Embora nos relatos dos homens e mulheres que participaram do estudo a palavra empreendedorismo não tenha aparecido, interpretamos que o contexto da mulher, trabalhadora, guerreira, batalhadora que enfrenta as dificuldades esteja neste mesmo grupo de representações das características comportamentais.

Conforme apresentado, o perfil socioeconômico dos entrevistados os classifica, de acordo com o IBGE, (2020) dentro das classes D e E. Neste contexto social, a vulnerabilidade econômica destas mulheres fica mais evidente. Shiva e Mies (1997), abordam esta condição e como ela afeta especialmente as mulheres nos países em desenvolvimento como o Brasil. Para as autoras é fundamental o empoderamento econômico destas mulheres através de atividades econômicas que contemplem as particularidades e demandas sociais do feminino.

Relacionando este dado da Análise de Similitude com a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) apresentada na figura 1, o empreendedorismo foi apresentado pela mídia como esta solução de uma atividade econômica que gera renda e contempla as outras demandas consideradas femininas no exercício de seus outros papéis sociais, como cuidadora da casa e da família.

Sobre os papéis sociais, o Grafo da figura 2 não selecionou a palavra esposa ou companheira porém, é interessante apontar que as palavras marido e companheiro encontram-se dentro da região central da Análise de Similitude, indicando que a relação do papel de esposa ou companheira com a palavra mulher também foi forte.

Ainda dentro do círculo central de palavras do Grafo está o cuidado. Este pode estar conectando tanto estes papéis quanto a responsabilidade pelo espaço doméstico representado pela palavra casa.

Em proximidade com a palavra feminino estão o papel de mãe, os de marido ou companheiro e filho, em proximidade com relacionamento e cuidado, indicando a função do feminino nestas relações.

Mais uma vez, estas representações vão ao encontro das representações encontradas na análise das entrevistas e Tarefa de Evocação Livre. Para os homens e mulheres entrevistados, o cuidado atravessou todos os papéis sociais atribuídos ao feminino apresentados por eles como sendo o de mãe, esposa e responsável pelo ambiente doméstico.

Conforme explicitado no capítulo anterior, durante as entrevistas, esta demanda do cuidado que atravessa todos os papéis sociais atribuídos às mulheres veio acompanhado de queixas por parte das entrevistadas e de sobrecarga desigual na atribuição de tarefas, mas, principalmente, na diferença da demonstração de afeto.

Por outro lado, para os entrevistados dos dois grupos, a demonstração de afeto e o cuidado afetivo é um comportamento feminino.

Conforme também ilustrado pela figura 2, os comportamentos de sentir, falar, acreditar estão em proximidade com as palavras pessoa, social e violência, o que pode relacionar estes comportamentos às condições para pessoa humana assim como garantia destes como direitos e a privação ou cerceamento como violência.

Relacionando estes dados com a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), estas palavras podem ser associadas à classe 3 que engloba o campo social e político no que se refere à garantia de direitos e políticas públicas.

Consideramos importante apontar que este é o campo onde estão contextualizadas as entrevistas analisadas neste estudo. Os entrevistados transitaram entre o campo jurídico e o político através dos serviços de assistência social.

Conforme encontrado na Análise de Similitude e na CHD, este campo político assume grande relevância nas representações do feminino nestes veículos jornalísticos.

De acordo com Bourdieu (1989), um campo é um espaço social, com seus agentes e linguagem específicos. Porém, assim como este campo faz parte das representações do feminino relacionando as mulheres à necessidade de garantia de direitos através de políticas públicas, esta linguagem passou a fazer parte das representações de feminino para estes grupos.

Debert (2008), vai ao encontro desta visão ao afirmar que houve uma expansão da atuação do campo jurídico atravessando o campo político que passou

a regular esferas de natureza antes consideradas privadas e fora de seu alcance como as relações familiares.

Porém, cada grupo constrói suas representações dentro deste campo a partir do lugar e papel que ocupa nestas relações. Partindo desta observação, Arruda (2004), afirma que a Teoria das Representações Sociais considera todas as especificidades neste processo e não privilegia a visão de um grupo em detrimento de outro.

Desta forma, analisamos que a presença destas mulheres na rede de assistência, tanto jurídica quanto psicossocial, indica que estas representações do campo político estão presentes para o grupo<sup>1</sup>. Além disso, as palavras auto estima e respeito, encontradas na Tarefa de Evocação Livre na quinta categoria, consolida esta percepção.

A análise de similitude também gerou 8 ramificações com palavras mais afastadas conforme apresentado na figura 2. Consideramos que a mais relevante foi corpo, que está em proximidade com feminino. Conforme analisamos nas entrevistas, o corpo com suas características físicas e fisiológicas, assim como a forma estética constitui uma importante representação social do feminino para os homens e mulheres que participaram do estudo.

Duas ramificações com as palavras saúde e cobrança apareceram interligas com as palavras dizer e tempo, conforme pode ser observado na figura 2. Relacionando estes dados com a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), observamos que estas ramificações podem ser agrupadas nas subclasses 4 e 1, que denominamos como sendo os comportamentos ativos, ou seja, que significam prioritariamente, as atitudes de protagonismo feminino, de comportamento ativo, mesmo que dentro da aceitação, muitas vezes passiva, de papéis sociais impostos.

Para estes veículos de mídia selecionados, este protagonismo está relacionado ao empoderamento econômico porém, sem quebra de papéis sociais ou padrões estéticos impostos.

### 5.3: ANÁLISE ASSOCIATIVA DO ESTUDO 1 E O ESTUDO 2

Diante destas representações encontradas para os dois grupos de pesquisa e do material da mídia, percebemos que as concepções históricas de corpo feminino e dos papéis sociais atribuídos às mulheres de classe média no Brasil, a partir do

século XVIII, constituem os elementos estáveis, coerentes e resistentes a mudanças, assegurando assim, de acordo com Sá (2015), a continuidade e a permanência das representações do feminino independentemente das particularidades de gênero e de classe social dos grupos.

Abaixo estão organizadas duas tabelas comparativas entre os grupos 1 e 2 do Estudo 1, relativas a Tarefa de evocação livre (tabela 31) e as entrevistas (tabela 32) para melhor visualização. Nessas tabelas, percebemos o que aparece nas categorias quando se trata das participantes mulheres vítimas de violência doméstica e dos homens entrevistados.

**Tabela 31: Tarefa de Evocação Livre**

<b>Categorias</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>
<b>Características físicas</b> Mulheres 8 Homens 3	Ter filhos, seios, órgão íntimo, cabelo grande, unhas pintadas, roupas bonitas e fraqueza física.	Desejo, beleza e fragilidade
<b>Características comportamentais</b> Mulheres 3 Homens 5	Corajosa, determinada, esforçada e delicada	Trabalhadora, companheira e cuidadora
<b>Identidade/Essência/Natureza</b> Mulheres 5 Homens 2	Sensibilidade, amor, força e carinho	Rosa, amor e sagrado
<b>Papel Social</b> Mulheres 4 Homens 5	Aconchego, acolhimento e mãe	Mãe, família e exemplo
<b>Necessidade/desejo</b> Mulheres 5 Homens 2	Liberdade, auto-estima e respeito	Que completa o homem, gratificante, prazer.

Já as características comportamentais foram mais citadas pelos homens, assim como concepções de papéis sociais. A categoria que mais se diferenciou entre os grupos foi da necessidade ou desejo, onde metade das mulheres expressou necessidades básicas como liberdade e respeito.

No conteúdo das entrevistas foram destacadas as palavras que apresentaram mais relevância para os entrevistados e estas também foram agrupadas conforme as categorias encontradas:

**Tabela 32: Entrevistas**

<b>Categorias</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>
<b>Características físicas</b> Mulheres 10 Homens 10	Gerar filhos, Fraqueza Física, Cuidar da estética, Pensar antes de agir.	Gerar filhos, Ser mais fraca, Vaidosa, Pensar antes de agir.
<b>Características comportamentais</b> Mulheres 6 Homens 5	Determinada, Batalhadora, Carinhosa, Caseira Guerreira.	Batalhadora, Carinhosa, Ficar em casa, Protetora, Guerreira.
<b>Identidade/Essência/Natureza</b> Mulheres 5 Homens 6	Forte, Sensibilidade, Fragilidade, Amor.	Sabedoria, Carinho, Complemento do homem e Sagrado.
<b>Papel Social</b> Mulheres 10 Homens 10	Mãe, Cuidadora.	Mãe, Cuidadora, Educadora, Companheira.
<b>Necessidade/desejo</b> Mulheres 10 Homens 6	Ser cuidada	Ser cuidado, Fidelidade conjugal.

Conforme afirmou Giffin (1994), nossa compreensão de mundo foi desenvolvida a partir da visão binarista em que os objetos se definem pela exclusão de seus opostos. Avaliamos, portanto que esta oposição entre o masculino e o feminino aparece de forma marcante na análise e identificação das representações sociais do feminino para ambos os grupos.

A representação encontrada com maior equivalência para os dois grupos foi a do papel de cuidadora. Todas as mulheres se identificam com este papel e todos os homens o identificaram em suas figuras femininas de referência e buscaram encontrá-lo em suas companheiras.

Por outro lado, a sinalização da necessidade de quebra dos papéis tradicionais, do respeito no sentido do direito a não sofrer violência e ao cuidado afetivo, assim como o destaque ao comportamento ativo no enfrentamento das dificuldades, são representações encontradas apenas neste grupo de mulheres que passaram pela privação dos direitos humanos básicos, incluindo, muitas vezes, a violação de integridade física.

Estas representações, segundo Sá (2015), são aquelas que permitem a integração das experiências e histórias individuais e refletem a particularidade deste grupo de pesquisa.

Outra representação que expressa a particularidade destes grupos ocorre em relação à classe social. A representação da mulher guerreira e batalhadora, para

estes dois grupos de pesquisa, apresentou-se como o elemento mais ativo nas representações do feminino e estão associados ao enfrentamento de privações, dificuldades de acesso a serviços e políticas públicas e até a vivências de violência.

Rohden (2001), afirma que, a partir do século XIX, a ginecologia passa a desempenhar a função de “ciência da diferença” legitimando através do saber científico a pré-disposição a passividade nas mulheres em relação aos homens e a predestinação delas a maternidade, uma vez que passaram a ser entendidos como da natureza feminina, determinados pela anatomia e fisiologia de seus corpos.

Debret (2008), por sua vez, afirma que é preciso desconstruir a imagem do feminino relacionado a passividade que retira o protagonismo das mulheres sobre suas próprias vidas e contribui para a perpetuação da dinâmica da violência conjugal praticada por seus parceiros íntimos. Desta forma, consideramos estes elementos que associam o comportamento ativo ao feminino, ainda que venham acompanhados de uma sobrecarga, contribuem com este processo de desconstrução.

Nas categorias das representações associadas aos elementos considerados mais permanentes e independentes de classe social, apenas o grupo das mulheres apresentou um elemento ativo que foi o da força. De acordo com o relato destas mulheres, a força está também associada à capacidade de enfrentamento, porém, sob uma perspectiva mais geral e existencial.

Para o grupo dos homens, destacou-se a representação do feminino enquanto um corpo a ser controlado e vigiado, ou seja, de propriedade do masculino. Como afirma Ruitenbeek (1969), a identidade masculina no continente americano se construiu no período da industrialização sobre os alicerces do capitalismo associando o “ter” ao “ser” e as mulheres estavam incluídas como propriedades dos homens.

Federici (2017) vai ao encontro desta visão ao afirmar que a retirada do controle e poder das mulheres foi conveniente ao sistema capitalista que passou a deter o controle sobre seus corpos como produtor de mão de obra e como propriedade do trabalhador masculino.

Na revisão dos estudos sobre a violência conjugal praticada por homens contra mulheres, Meneghel e Portela (2017), afirmam que grande parte dos homens autores de violência conjugal não diferem de seus pares na sociedade de uma forma



geral, não possuindo um perfil ou padrão de comportamento social que os destaquem.

As autoras concluem que o comportamento agressivo destes homens com suas parceiras é o fruto das concepções sociais de gênero e não pode ser atribuído a perfis individuais e explosões passionais.

Esta conclusão das autoras vai ao encontro dos resultados encontrados em nossa pesquisa, onde as representações sociais de feminino para o grupo 2, não somente refletem as concepções históricas detalhadas no capítulo 1, como também espelham as representações de feminino encontradas na seleção de reportagens veiculadas na sociedade em geral.

A representação da mulher guerreira e batalhadora que embora tenha apresentado os elementos mais ativos associados ao feminino com equivalência para os dois grupos, também se apresentou como um desdobramento do papel de cuidadora. Este desdobramento se perpetua na representação da mulher empreendedora que foi encontrado nos veículos de mídia selecionados. Nas reportagens que trataram do tema, o empreendedorismo feminino foi apresentado tanto como uma oportunidade para as mulheres alcançarem independência e autonomia financeira como uma forma de conciliar o papel de mãe e cuidadora do lar.

A principal divergência em relação às representações historicamente construídas e as representações encontradas nos dois grupos de pesquisa, foi em relação à capacidade de racionalização das mulheres, da ponderação do pensar antes de agir. Entendemos que esta representação está diretamente ligada às experiências de conflito vivenciadas pelos dois grupos onde as mulheres viram a necessidade de priorizar a razão como estratégia de defesa ou para não alimentar conflitos e os homens acabaram utilizando esta falta da capacidade de racionalização como justificativa para terem cometido as agressões.

Por outro lado, o carinho e a sensibilidade e o amor, foram muitas vezes atribuídos ao feminino como elementos que impediam o pleno julgamento da razão, o que, de certa forma, se aproxima novamente das construções históricas e representações veiculadas na mídia. Portanto, como nos diz Arruda (2002a), os saberes dos campos sociais e os saberes construídos nas experiências individuais caminham juntos na construção da visão de realidade dos grupos e constituem as Representações Sociais.

Scaffo (2013), nos diz que as mulheres presas a repetições dos protocolos de gênero abdicam de suas realizações pessoais e criam expectativas de valorização e reconhecimento. É comum encontrar histórias de mulheres que abrem mão de todas as outras formas de realizações pessoais pela harmonia da família. A quebra destas expectativas geram uma grande frustração e sensação de fracasso podendo tornar estas mulheres, segundo a autora, vulneráveis às violências praticadas por pessoas com as quais estabelecem laços identitários e afetivos para formação de sua família.

Porém, estes homens acusados de agredirem suas companheiras ou ex-companheiras, também relatam uma grande frustração e quebra de expectativas que estão relacionadas às representações de feminino. Suas figuras femininas de referência foram suas figuras maternas e todos os homens entrevistados sinalizaram em algum momento, esperar de suas companheiras comportamentos ou características identificados em suas mães destacando as características passivas.

Além disso, observamos que a quebra de expectativas destes homens também estavam relacionadas às representações de masculino. Para o grupo 2, o papel masculino de provedor mostrou-se muito relevante enquanto que esta relevância não foi apontada pelo grupo das mulheres.

Partindo destas observações, da mesma forma que os sacrifícios e esforços para desempenhar os papéis sociais atribuídos ao feminino gera expectativas frustradas para estas mulheres em situação de violência, os homens também sentem esta frustração com a falta de reconhecimento de seus esforços no desempenho do que eles consideram ser seu papel masculino.

Com os resultados encontrados, consideramos necessário um olhar mais atento das políticas públicas de assistência psicossocial para a perpetuação destes papéis de gênero e para as consequências e impactos subjetivos nas relações conjugais enquanto facilitadores da violência conjugal praticada por homens contra suas parceiras íntimas.

Para os veículos de mídia selecionados, esta aproximação temática do corpo com o feminino também foi encontrada dentro da análise de similitude. Ao relacionar este dado com a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), observamos que o corpo feminino apresentado por estes veículos de mídia, embora também tenha apresentado uma relevância estética e fisiológica, apareceu mais relacionado ao sexo (ato sexual) quando comparado às entrevistas.

Isto não significa que para os homens e mulheres entrevistados o corpo feminino não está relacionado ao sexo, pois é preciso considerar que as entrevistas, principalmente com os homens agressores, foram realizadas em ambiente institucional com uma entrevistadora mulher, o que pode influenciar na seleção de temas que os entrevistados considerem tabu.

Feitas estas considerações, destacamos que dois entrevistados do grupo 2 relacionaram o corpo feminino ao papel sexual com a palavra “prazer” durante a Tarefa de Evocação Livre e com “relacionamento de homem e mulher” ao falar sobre o papel de esposa. Sendo assim, embora com menos relevância, a relação sexual também se apresentou como representação do feminino para o grupo 2.

As Representações Sociais de determinados grupos podem ser consideradas como o significado das experiências em que os sujeitos sociais são os protagonistas nesta produção de sentidos. (Jodelet, 1984). Durante as entrevistas, estas atitudes de protagonismo, do dizer e querer, dentro de um contexto social de cobrança, também fazem parte das representações sociais do feminino para os dois grupos e foram encontrados principalmente na categoria 2 em que todos os entrevistados identificaram estas características em suas figuras femininas de referência.

Com a análise dos dados dos veículos de mídia selecionados, concluímos que as representações sociais do feminino para homens e mulheres que vivenciaram o contexto da violência conjugal estão estreitamente ligadas às representações sociais no contexto social mais amplo, principalmente considerando as fontes jornalísticas de maior circulação dentro das classes D e E, que representam o público alvo desta pesquisa.

As representações de feminino nestes veículos estão atravessadas e, por vezes, se misturam com as representações de mãe e esposa tendo o cuidado como característica feminina considerada a que mais se difere dos homens.

O corpo feminino, por sua vez, está como um dos principais elementos destas representações, uma vez que as características atribuídas a ele, diferenciam os papéis sociais e criam expectativas destes homens em relação às suas parceiras que, muitas vezes, são irreais.

Estas expectativas projetadas sobre as mulheres podem ser observadas nesta seleção de reportagens que traduzem o feminino como o gênero de múltiplas capacidades, ou seja, capaz de acumular e desempenhar com sucesso varias

tarefas profissionais, ocupar os espaços públicos e não deixar de dar conta do espaço doméstico e do cuidado familiar.

Considerando que Scaffo (2013), nos diz que as mulheres presas a repetições dos protocolos de gênero abdicam de suas realizações pessoais e ocupem o lugar de principais responsáveis por todos os conflitos domésticos aumentando a vulnerabilidade às violências praticadas por pessoas com as quais estabelecem laços identitários e afetivos para formação de sua família, podemos afirmar que, estas representações veiculadas pela mídia reforçam esta responsabilidade feminina e contribuem para a perpetuação desta situação de vulnerabilidade das mulheres em situação de violência conjugal praticada por seus parceiros íntimos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Butler (2003), nos diz que ao nos construirmos através do gênero, também o inovamos. Ou seja, nossa identidade ganha e incorpora características que se diferenciam dos outros sujeitos. A identidade de gênero, portanto, não pode ser reduzida a uma identidade comum a todos os sujeitos e nem reduzida ao binarismo do masculino e feminino.

Não reduzindo a identidade feminina como algo comum a todas as mulheres, mas identificando identidades femininas construídas a partir de uma representação de gênero com características reorganizadas de formas diferentes é possível uma maior compreensão dos mecanismos envolvidos na dinâmica relacional onde ocorre o fenômeno da violência conjugal.

Nesse sentido, respeitando o que se pretendeu coletar na presente pesquisa podemos dizer que as mulheres entrevistadas que identificam a força como elemento ativo da identidade feminina, também colocam ao seu lado a fragilidade e a sensibilidade. Estes elementos, tradicionalmente compreendidos como passivos e até mesmo facilitadores da condição de vulnerabilidade feminina, ilustram esta construção da identidade enquanto processo permanente e, segundo Sá (2015), caracterizam as representações sociais.

Esta acomodação de características ativas e passivas nas representações de identidade feminina, pode abrir caminhos para uma nova atitude diante da violência com rejeição de papéis desempenhados que não geraram o retorno esperado. Também pode ser o início de um processo de ressignificação da própria concepção de identidade feminina, uma vez que, assumindo novos papéis, estas mulheres podem começar a se posicionar de forma diferente em relação a conceitos pré-estabelecidos socialmente.

Como vimos durante a Tarefa de Evocação Livre, a privação de direitos humanos básicos fez com que estas mulheres colocassem o respeito como uma representação do desejo. Também é importante apontar que estas mulheres entrevistadas já realizaram movimentos ativos na direção de seus desejos uma vez que todas fizeram a denúncia de seus parceiros.

Porém, o campo jurídico isoladamente, não possui todas as condições necessárias para dar conta desta demanda. Bourdieu (1989) e Debert (2008) nos dizem que há uma diferença de linguagens entre o campo jurídico e o social e as

medidas punitivas e restritivas para os autores, aplicadas pelo campo jurídico, não possuem a condição de promover estas transformações necessárias das representações que estão no campo social.

É necessário também um aparato institucional promovido pelas políticas públicas para que essas mulheres tenham, além do apoio psicossocial, um atendimento psicológico clínico, uma capacitação para o mercado de trabalho levando em conta suas reais aptidões e vocações, atendimento médico, entre outros. De acordo com Mendes (2007), a atenção especializada é condição para a reabilitação, física psicológica e social das mulheres em situação de violência conjugal.

Identificamos nos relatos dos entrevistados de ambos os grupos, que desempenhar papéis de gênero considerados por eles como parte essencial de suas identidades exigiu sacrifícios e abdições que para a maioria, tanto dos homens quanto das mulheres, não foram reconhecidos por seus companheiros ou companheiras.

Entendemos que estas queixas apontam a necessidade de desconstruir estes protocolos de gênero que atribuem o cuidado, seja ele laboral, afetivo ou financeiro, a uma mera obrigação de determinado gênero e entender este cuidado, de forma ampla, como consequência das trocas e laços afetivos nas relações.

Para desconstruir estas representações que atravessam as relações e facilitam o fenômeno da violência, precisamos que as políticas públicas sejam mais voltadas para a escuta destas subjetividades que clamam pela necessidade de serem valorizadas e promover o alívio desta “carga” que é a obrigação de desempenhar determinado papel para ser reconhecido enquanto sujeito.

## REFERÊNCIAS

- Arantes, J. T. identidade de gênero influencia a forma como o dependente alcoólico lida com sua condição. **JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 10/05/2022. disponível em:  
<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2022/05/identidade-de-genero-influencia-a-forma-como-o-dependente-alcoolico-lida-com-sua-condicao.shtml>
- ARRUDA, A. **Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero**. Cadernos de Pesquisa, 127-147. 2002a
- ARRUDA, A. **As Representações Sociais: Desafios de pesquisa**. Revista de Ciência Humanas, 9-23. 2002b.
- Assassinatos de Mulheres Dobram em São Paulo durante Quarentena por Coronavírus. **FOLHA DE SÃO PAULO**. São Paulo, 15/04/2020. Disponível em:  
[https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/assassinatos-de-mulheres-em-casa-dobram-em-sp-durante-quarentena-por-coronavirus.shtml?utm\\_source=facebook&utm\\_medium=social-media&utm\\_campaign=uol&utm\\_content=geral#erramos](https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/assassinatos-de-mulheres-em-casa-dobram-em-sp-durante-quarentena-por-coronavirus.shtml?utm_source=facebook&utm_medium=social-media&utm_campaign=uol&utm_content=geral#erramos) Acesso em: 22/04/2020.
- ÁVILA NETO, M.I. **O Autoritarismo e a mulher: O jogo da dominação macho-fêmea no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro. Artes e Contos, 1994.
- Bárbara Evans comemora primeiro aniversário como mãe: 'Realizei meu sonho'. Jornal **O DIA**. Rio de Janeiro, 22/05/2022. Disponível em:  
<https://odia.ig.com.br/diversao/celebridades/2022/05/6406625-barbara-evans-comemora-primeiro-aniversario-como-mae-realizei-meu-sonho.html>
- BARDIN, L.. **Análise de conteúdo** (Edição revista e actualizada). Lisboa: Edições, 70. 2011.
- BERGER, P., & LUCKMAN, T. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Vozes. 2004.
- BIANCHINI, A., e GOMES, L. F. **Feminicídio: entenda as questões controvertidas da Lei 13.104/2015**. Disponível em:  
<https://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/173139525/feminicidio-entenda-as-questoes-controvertidas-da-lei-13104-2015>. Acesso em 18/11/2019.
- BRANCO, Ana. Empreendedorismo feminino é por sobrevivência, diz autora. Jornal **FOLHA DE SÃO PAULO**. São Paulo, 20/05/2022. Disponível em:  
<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/05/empreendedorismo-feminino-e-por-sobrevivencia-diz-autora.shtml>
- BRASIL, **Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010. 34 p. [882143] CAM.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015.** Versa sobre a tipificação do feminicídio. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm)>. Acesso em: 08 fev. 2022.

\_\_\_\_\_, **Política Nacional de enfrentamento à Violência contra as mulheres.** Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. Brasília, 2011.

BRAVO, Zean. No Dia das Mães, listamos as principais matriarcas das novelas atuais: a Filó, de 'Pantanal', é firme e amorosa. Jornal **EXTRA**, Rio de Janeiro, 08/05/2022. Disponível em: <https://extra.globo.com/tv-e-lazer/telinha/no-dia-das-maes-listamos-as-principais-matriarcas-das-novelas-atuais-filo-de-pantanal-firme-amorosa-25501677.html>

BUTLER, J. **Problemas de Gênero. Feminismo e Subversão da identidade.** Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2003.

Câmara de nova iguaçu sediou fórum mulheres no poder e empoderamento feminino. Jornal **O DIA**. Nova Iguaçu, 05/04/2022. disponível em: <https://odia.ig.com.br/nova-iguacu/2022/04/6374389-camara-de-nova-iguacu-sediou-forum-mulheres-no-poder-e-empoderamento-feminino.html>

CAMARGO, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, 21 (2), 513-518. doi:10.9788/TP2013.2-16

CAMARGO, B. V., & Justo, A. M. (2015). **Tutorial para uso do software IRAMUTEQ**. Recuperado em: [//www.laccos.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=208%3Atutorial-do-software-iramuteq-em-portugues&catid=40%3Aoutros&itemid=9&lang=br](http://www.laccos.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=208%3Atutorial-do-software-iramuteq-em-portugues&catid=40%3Aoutros&itemid=9&lang=br)

CASTROVIEJO, Rodrigo. *Et al.* Violência Doméstica em Tempos de Pandemia no Brasil. **Fluxo Contínuo**, 2022: ed. 36 - vol. 2. págs. 630-646.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da Honra: Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas/SP: Editora da Unicamp. (2000).

Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir E Erradicar A Violência Contra A Mulher (Convenção De Belém Do Pará). (1994) Disponível: [Http://www.oas.org/Juridico/Portuguese/Treaties/A-61.Htm](http://www.oas.org/Juridico/Portuguese/Treaties/A-61.Htm). Acesso: 09/01/2016.

Coissi, Juliana. Você, Mulher: Filie-Se. Mas Não Governe. Jornal **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 16/05/2022. Disponível Em: [Https://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2022/05/voce-mulher-filie-se-mas-nao-governe.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2022/05/voce-mulher-filie-se-mas-nao-governe.shtml)

COSTA, João Vitor, 'Cada uma de nós pode ser dona de si, seja careca, cabeluda ou de peruca', diz rainha da Mocidade que raspou a cabeça. Jornal **EXTRA**, 20/04/2022. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/carnaval/cada-uma-de-nos-pode-ser->



dona-de-si-seja-careca-cabeluda-ou-de-peruca-diz-rainha-da-mocidade-que-raspou-cabeca-25480654.html

COSTA, Jurandir Freire: **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2004.

CRAVO, A, SOARES, J, ZARUR, C. Com aparições na TV e discursos públicos, mulheres de presidentes assumem papéis de destaque na busca por votos. **Jornal EXTRA**, Rio de Janeiro, 14/05/2022. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/com-aparicoes-na-tv-discursos-publicos-mulheres-de-presidenciais-assumem-papeis-de-destaque-na-busca-por-votos-25509686.html>

DOSSIÊ MULHER: 2019 / orgs. Flávia Vastano Manso e Vanessa. Campagnac. 14. ed. Rio de Janeiro : Rio Segurança, 2019. 115 p. : il. ; 23 cm. (Série Estudos ; 2).

DOSSIÊ MULHER 2021 [livro eletrônico]. 16. ed. Rio de Janeiro, RJ : Instituto de Segurança Pública, 2021. -- (Série estudos ; 2) PDF

DURKHEIM, E. **As regras do Método Sociológico**. São Paulo: Editora Nacional. 1978.

FERREIRA, Lucas. TikTok e 'cunhadas': mulheres de presos são influenciadoras e sensação na internet. **Portal R7**, 23/05/2022, Ciência e Tecnologia. Disponível em: [TikTok e 'cunhadas': mulheres de presos são influenciadoras e sensação na internet](https://www.r7.com/brasil/tecnologia/2022/05/23/tiktok-e-cunhadas-mulheres-de-presos-sao-influenciadoras-e-sensacao-na-internet/)

FERREIRA, Rafaela. Cursos de qualificação profissional são alternativa para mulheres retornarem ao mercado de trabalho. **Portal R7**, 21/05/2022. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/cursos-de-qualificacao-profissional-sao-alternativa-para-mulheres-retornarem-ao-mercado-de-trabalho-401001/>

FBSP,. **Visível e Invisível**. A vitimização de Mulheres no Brasil. 2ª edição. 2019. Disponível em: [https://forumseguranca.org.br/publicacoes\\_posts/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-2-edicao/](https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-2-edicao/). Acesso em: 05 de março de 2022

FBSP / DATAFOLHA. **Visível e invisível**: a vitimização de mulheres no Brasil 3ª edição – 2021. Disponível em: [https://forumseguranca.org.br/publicacoes\\_posts/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-3ed/](https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-3ed/). Acesso em: 05 de março de 2022

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação**. SP: Elefante, 2017.

FORTUNA, Mario. Emeida sobre a cantora Alaíde Costa: 'O mundo precisa ver essa mulher'. **Jornal O GLOBO**, Rio de Janeiro, 24/05/2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/musica/noticia/2022/05/emicida-sobre-a-cantora-alaide-costa-o-mundo-precisa-ver-essa-mulher.ghtml>

GEERTZ, C. **O Saber Local, novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes. 2007.

GIFFIN, Karen. **Violência de gênero, sexualidade e saúde**. *Cad. Saúde Pública* [online]. 1994, vol.10, supl.1, pp. S146-S155. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102311X1994000500010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X1994000500010&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 03 mai. 2017.

GONDIM, A., COSTA, J. e SOUSA, S. **Feminicídio e violência de Gênero: Aspectos Sociojurídicos**. *Revista Tema*, v. 16, n. 24/25, janeiro a dezembro de 2015

HACHE, E. **Reclaim: recueil de textes écoféministes**. Paris: Cambourakis, 2016.

GOUVEIA, Rachel . 'Vivas! Porém, esgotadas': especialistas em saúde mental feminina alertam sobre cobranças na pandemia. *Jornal EXTRA*, 30/03/2021. Disponível em: <https://extra.globo.com/mulher/vivas-porem-esgotadas-especialistas-em-saude-mental-feminina-alertam-sobre-cobrancas-na-pandemia-rv1-1-24947129.html>

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo Centauro, 2006

HEISE e KOTSADAM. **Cross-national and multilevel correlates of partner violence: an analysis of data from population-based surveys**. *Lancet Glob Health* 2015;3: e332–40.

Influenciadora e psicóloga Marinalva Callegario lança livro sobre 'amor próprio'. *Jornal EXTRA*, Tv e Lazer, 24/09/2021. Disponível em: <https://extra.globo.com/tv-e-lazer/influenciadora-psicologa-marinalva-callegario-lanca-livro-sobre-amor-proprio-25211178.html>

INSTITUTO MARIA DA PENHA (IMP). **Quem é Maria da Penha**. Disponível em: <http://www.institutomariadapenha.org.br/quem-somos.html>. Acesso em: 18/04/2020.

ISP, Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. **Dados sobre a violência contra a mulher no município de Nova Iguaçu**, Rio de Janeiro, 2015

JODELET, D. **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj. 2001.

Johnny Depp e Amber Heard: 'As pessoas tendem a acreditar em homens poderosos, principalmente alguém com a popularidade do ator'. *Jornal FOLHA DE SÃO PAULO*, São Paulo, 16/05/2022. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2022/05/johnny-depp-e-amber-heard-as-pessoas-tendem-a-acreditar-em-homens-poderosos-principalmente-alguem-com-a-popularidade-do-ator.shtml>

KNOPLOCH, Carol. Conheça Mabelly, a segunda jogadora trans a chegar na elite do vôlei feminino. *Jornal EXTRA*, Esportes, Rio de Janeiro, 27/10/2021. Disponível em: <https://extra.globo.com/esporte/conheca-mabelly-segunda-jogadora-trans-chegar-na-elite-do-volei-feminino-25253774.html>

LACOMBE, Milly. Como o futebol ensina homem a odiar mulher. Portal **UOL**, 23/05/2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/colunas/milly-lacombe/2022/05/23/como-o-futebol-ensina-homem-a-odiar-mulher.htm>

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2001.

LISBOA, T.K. Violência de Gênero, Políticas Públicas para o seu Enfrentamento e Papel do Serviço Social. In **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília, DF, ano 14, n.27, jan/jun.2014.

LOYOLA, M. A. Sexualidade e medicina: a revolução do século XX. **Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro**, 19(4):875-899, jul-ago, 2003.

Luiz Carlos Júnior fala sobre mulheres na narração, mudanças e trajetória no SporTV, que completa 30 anos. Jornal **EXTRA**, Esporte, 10/11/2021. Disponível em: <https://extra.globo.com/esporte/luiz-carlos-junior-fala-sobre-mulheres-na-narracao-mudancas-trajetoria-no-sportv-que-completa-30-anos-rv1-1-25270991.html>

MAFFESOLI, M. **No fundo das aparências**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

Maria Cândida fala sobre empoderamento feminino: 'Já exaltou suas dobrinhas?'. Jornal **O DIA**. Rio de Janeiro, 06/04/2022. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/diversao/celebridades/2022/04/6375167-maria-candida-fala-sobre-empoderamento-feminino-ja-exaltou-suas-dobrinhas.html>

Maíra Cardi diz que Jade, do 'BBB 22', 'quer ser a 17ª' de Arthur e equipe da influencer se posiciona: 'Vemos uma rivalidade feminina'. Jornal **EXTRA**, Tv e Lazer, 12/02/2022. Disponível em: <https://extra.globo.com/tv-e-lazer/bbb/maira-cardi-diz-que-jade-do-bbb-22-quer-ser-17-de-arthur-equipe-da-influencer-se-posiciona-vemos-uma-rivalidade-feminina-rv1-1-25392320.html>

MARQUES, Emanuele S. *et al.* A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cad. Saúde Pública**, 2020; 36(4):e00074420. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGpq6sxJsX6Sftx/?format=pdf\(=pt\)](https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGpq6sxJsX6Sftx/?format=pdf(=pt)). Acesso em: 03/02/2022

MARTIN, Emily. **A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução**. Tradução de Júlio Bandeira. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

MARTINELLI, Andréa. **Isolamento imposto por quarentena pode elevar número de casos de violência doméstica**. Huffpost, 31/03/2020, Disponível em: [https://www.huffpostbrasil.com/entry/violenciadomesticacoronavirus\\_br\\_5e73c8bfc5b6eab77944ae36](https://www.huffpostbrasil.com/entry/violenciadomesticacoronavirus_br_5e73c8bfc5b6eab77944ae36). Acesso em: 18/04/2020.

MEIRELES, I., LOPES, Z., & NOLASCO, G. **As representações sociais da violência psicológica sofrida pela mulher : notas sobre o estado do Conhecimento**. Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis, 2017. p.1–12

MÉNDEZ, Natalia Pietra. **Discursos e Práticas do movimento feminista em Porto Alegre** (1975-1982). Porto Alegre 2004. disponível em <http://hdl.handle.net/10183/10921>. Acesso em: 18/04/2020.

MERCHANT, C. **The Scientific Revolution and The Death of Nature**, Focus, 2006.

METEACOLHER.ORG. **Tecnologia como aliada no combate à violência contra mulheres**. maio de 2017. Disponível em: <https://meteacolher.org/#about> Acesso em: 18/04/2020.

MOREIRA, Fernando. Pesquisa: mulheres abraçadas pelos parceiros antes de situações tensas diminuem o nível de estresse. Jornal **EXTRA**, Rio de Janeiro, 22/05/2022. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/page-not-found/pesquisa-mulheres-abracadas-pelos-parceiros-antes-de-situacoes-tensas-diminuem-nivel-de-estresse-25514926.html?service=print>

MOSCOVICI, S. (2001). Das representações coletivas às representações sociais: Elementos para uma história. Em D. JODELET, **Representações Sociais** (pp. 45-64). Rio de Janeiro: EdUERJ.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2009.

Mulher que teve relações sexuais com sem-teto durante surto processa Sikêra Jr. Jornal **O DIA**. Rio de Janeiro, 23/05/2022. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/diversao/televisao/2022/05/6406873-mulher-que-teve-relacoes-sexuais-com-sem-teto-durante-surto-processa-sikera-jr.html>

NAIFF, L. A., NAIFF, D. G., & BRAZ, A. M. **Representações sociais de professores sobre a qualidade de vida dos seus alunos**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, 2013. Pag. 563-585.

NAIFF, L.A.M. **De mãe para filha :Trasmissão intergeracional da exclusão**. Editora UFRRJ.2015

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Combater a violência baseada em gênero: Uma chave para alcançar os objetivos de desenvolvimento do milênio**. 2005. Disponível:[https://www.cig.gov.pt/siic/pdf/2014/siic-combating\\_gbv\\_por.pdf](https://www.cig.gov.pt/siic/pdf/2014/siic-combating_gbv_por.pdf). Acesso em 09/01/2018.

PARKER-POPE, Tara. Por que a vida sexual das mulheres diminui após a menopausa? Jornal **O GLOBO**, 22/05/2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/bem-estar/noticia/2022/05/por-que-a-vida-sexual-das-mulheres-diminui-apos-a-menopausa.ghtml>

PERES, Sara. Mulher, você não está só. Campanha busca conscientizar vítimas. **Correio Brasiliense**, 26/03/2020. Disponível em: [https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/03/26/interna\\_cid](https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/03/26/interna_cid)

adesdf,836817/mulher-voce-nao-esta-so-campanha-busca-conscientizar-vitimas.shtml Acesso em: 18/04/2020.

PODER360, 27/03/2020. Denúncias de violência doméstica subiram 9% durante quarentena, diz governo. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/denuncias-de-violencia-domestica-subiram-9-durante-quarentena-diz-governo/>. Acesso em: 18/04/2020.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. In Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2,n.3,1989.

POLLAK, M. **Memória e identidade social**. In Estudos históricos. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992.

RIBEIRO, Leonardo, Seleção feminina de futebol se emociona com música; conheça Gabi Fernandes, que dedicou canção a elas. Jornal **EXTRA**, Tv e Lazer, 24/07/2021. Disponível em: <https://extra.globo.com/tv-e-lazer/selecao-feminina-de-futebol-se-emociona-com-musica-conheca-gabi-fernandes-que-dedicou-cancao-elas-25123846.html>

ROHDEN, F. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2001.

Ruitenbeek, H.M. O Mito da Maculidade: Uma visão nova e surpreendente franca do homem norte-americano de hoje. São Paulo, IBRASA, 1969.

SÁ, C. P. **A Construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

SÁ, C. P. **Estudos de Psicologia Social**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2015.

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2,jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SHIVA, V. e MIES, M. **Ecofeminismo**. Lisboa: Piaget, 1997

SILVA, LEL e OLIVEIRA, MLC. **Violência contra a mulher: revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013**.Ciência & Saúde Coletiva, 20(11):3523-3532, 2015.

SILVA, Ricardo. 'Me senti ofendida como mulher', diz prefeita do interior de SP que registrou boletim de ocorrência após ser xingada de 'biscate'. Portal **G1**, Bauru, 24/05/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2022/05/24/me-senti-ofendida-como-mulher-diz-prefeita-do-interior-de-sp-que-registrou-boletim-de-ocorrencia-apos-ser-xingada-de-biscate.ghtml>

SPINK, M. J. P. (2000). **A ética na pesquisa social: da perspectiva prescritiva a interanimacao dialogica**. *Psico*, 1(31), 15.

SURI, Shipra Narang. Mulheres, cidades e negócios. **Jornal O GLOBO**, 18/05/2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/esg/noticia/2022/05/artigo-mulheres-cidades-e-negocios.ghtml>

Uma semana antes de completar 42 anos, Mariana Xavier fala sobre envelhecimento. **Jornal O DIA**. Rio de Janeiro, 20/05/2022. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/diversao/celebridades/2022/05/6405610-uma-semana-antes-de-completar-42-anos-mariana-xavier-fala-sobre-envelhecimento.html>

VASCONCELOS, E. **Os conceitos e tipos de práticas interdisciplinares e interparadigmáticas**. Em E. Vasconcelos, Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar: epistemologia e Metodologia Operativa (pp. 102-128). Petrópolis: Vozes, 2007

VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?. **Rev. bras. epidemiol.**, Rio de Janeiro, v. 23, e200033, 2020. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-790X2020000100201&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2020000100201&lng=en&nrm=iso)>. access on 22 Apr. 2020. Epub Apr 22, 2020. <https://doi.org/10.1590/1980-549720200033>.

Violência Doméstica cresce em 50% na quarentena do Rio de Janeiro. **UOL**, 24/03/2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/03/24/violencia-domestica-rj-quarentena.htm>. Acesso em 18/04/2020.

## ANEXO I

Roteiro PILOTO:

Primeiro Grupo de Pesquisa

Quais foram/são as figuras femininas de referência na sua vida?

Quais foram/são as figuras masculinas de referência na sua vida?

Quais das suas características você considera femininas?

Quais as suas principais qualidades?

Quais os seus principais defeitos?

Quais características você considera que um “casal ideal” deveria ter?

Segundo Grupo de Pesquisa

Quais foram/são as figuras femininas de referência na sua vida?

Quais foram/são as figuras masculinas na sua vida?

Quais das suas características você considera masculinas?

Quais as principais qualidades femininas ?

Quais os principais defeitos femininos?

Quais características você considera que um “casal ideal” deveria ter?

## ANEXO II

Roteiro FINAL DAS ENTREVISTAS:

Primeiro Grupo de Pesquisa

Quais foram/são as figuras femininas de referência na sua vida?

Quais foram/são as figuras masculinas de referência na sua vida?

O que é feminino?

Quais as suas principais qualidades femininas?

Você mudaria alguma das suas características femininas?

Quais características você considera masculinas?

Quais são as características boas e as características ruins na convivência de um casal?

Segundo Grupo de Pesquisa

Quais foram/são as figuras femininas de referência na sua vida?

Quais foram/são as figuras masculinas de referência na sua vida?

O que é feminino?

Quais são as principais qualidades femininas?

Existem características femininas ruins?

Quais são suas características masculinas?

Quais são as características boas e as características ruins na convivência de um casal?



## ANEXO III

### 'Cada uma de nós pode ser dona de si, seja careca, cabeluda ou de peruca', diz rainha da Mocidade que raspou a cabeça



Publicidade:

João Vitor Costa\*

Tamanho do texto A A A

Ouçã ▶ ● ◀ ▶ ↺ ↻

RIO — Com enredo sobre o orixá Oxóssi, padroeiro da escola, a Mocidade fará um desfile que não só o exaltarão, como também será uma homenagem à sua bateria. E, para essa apresentação, a Não Existe Mais Quente, apelido dos ritmistas da verde e branco de Padre Miguel, irá desfilar caracterizada: todos os seus quase 300 integrantes desfilarão carecas. Até [a rainha Giovana Angélica não escapou do desafio](#) e passou a máquina zero para o desfile.

**Glossário do 'Lollamacoomba':** [Entenda sambas de Mocidade e Grande Rio](#)

**Samba no pé:** [De dentista a arquiteto, destaques falam das suas rotinas divididas entre profissão e preparação para os desfiles](#)

**Histórico:** [Renovado, o Estandarte de Ouro completa 50 edições no ano da volta do desfile das escolas na Sapucaí](#)

— Após o anúncio que a bateria viria sem cabelo, eu me reuni com os diretores e falei que achava interessante que a rainha raspasse também, mas acho que eles nem acreditaram muito. Eu nunca tinha raspado a cabeça, tinha muita curiosidade de saber como ia ficar e o resultado está maravilhoso. Mas, como serei uma rainha sem adorno na cabeça, o que nunca acontece, isso requer todo um trabalho de maquiagem para o desfile — conta a rainha de bateria Giovana Angélica, que já está de cabelos raspados.

As redes sociais da Mocidade exaltaram a sua rainha de bateria. "Quando alguém te perguntar o que é amor por uma escola, apenas mostre (este vídeo)", dizia a legenda do vídeo gravado na antiga quadra da Mocidade, na Vila Vintém, em Padre Miguel, na Zona Oeste.



**Abertura oficial da folia! [Tração de entrega da chave da cidade pelo prefeito ao Rei Momo vai ser retomada após seis anos](#)**

— Penso também nas mulheres com problemas de saúde que, por conta da vaidade, têm vergonha de perder os cabelos com uma quimioterapia, por exemplo. É como se eu estivesse passando uma mensagem para elas, ao encarar isso como um desafio: vai passar! A representatividade também tem a ver com a liberdade feminina, de não se prender a rótulos, sem cobrança, em que cada uma de nós pode ser dona de si, seja careca, cabeluda, ou de laice (peruca) e está tudo bem — completa Giovana.

Esta não será a primeira vez que a escola de Padre Miguel terá sua batena desfilando com ritmistas carecas. Em 1976, isso aconteceu pela primeira vez, com o enredo sobre a Mãe Menininha do Gantois. Já em 2001, a caracterização se repetiu, quando a batena veio representando Mahatma Gandhi. À época, um desses carecas era o atual mestre de batena Dudu.

**Trânsito do entorno: [Sinha como aerão, intenções e acessos à Sapucaí e à Intendente Magalhães](#)**

— Eu tocava o repique de base e nem tinha a pretensão de me tornar mestre um dia, já que batena era comandada pelo meu pai, mestre Coê, que morreu em 2008. Naquela época, a escola pagou o equivalente a meio salário mínimo para incentivar os ritmistas a rasparem a cabeça. Para o desfile deste ano (sem o cachê), achei que ia ser mais difícil de convencê-los, mas foi super de boa, com apenas umas cinco desistências — explica o Mestre Dudu, à frente da Não Existe Mais Quente há dez anos.

Com 276 integrantes, a batena da verde e branco virá com todo o seu time masculino de cabeça raspada e as mulheres, cerca de 40, de acordo com Dudu, com uma maquiagem que dê o efeito de careca. Ainda não é fácil encontrar muitos ritmistas nos barbeiros dos arredores da Vila Virilém porque a orientação do Mestre Dudu é que fique tudo para cima da hora, para que o cabelo não cresça a tempo do desfile.

**Resignificação: [Do lixo a alegoria, materiais inservíveis são base da arte da Grande Rio em carnaval que homenageará Ely](#)**

Neste carnaval, a Mocidade levará para a Sapucaí o enredo “Batuque ao caçador”, em homenagem a Oxóssi. Também homenageados serão os mestre de batena históricos da escola: André, Jorjão e Coê, que já morreram. Os instrumentos, como as caixas e os surdos, têm a lateral adesivada com fotos dos três.

— Não gabarilamos em batena no último carnaval e eu estou trabalhando em cima das melodias, para uma leitura melhor (dos jurados) das nossas bossas. Vamos provar que a nossa é a melhor batena, com a nossa identidade de surdos inventidos, não abro mão disso — diz.

O pesquisador e jornalista Fábio Fabato, um dos autores de “Para tudo começar na quinta-feira: O enredo dos enredos” e criador da sinopse do enredo deste ano, explica o porquê da caracterização.

— A bateria da Mocidade vem com a representação fundamental do orixá Oxóssi. Ela vem vestida de Odé, o caçador que derruba a grande ave que estava perturbando o reino de Ifá e daí se consagra como o orixá caçador de uma flecha só. E uma das suas representações originais é estar com os cabelos raspados — destaca o pesquisador.

Ritmista remanescente de 2001, o professor de Educação Física Alex Franklín, começou na escola mirim em 1990. Conta que raspar a cabeça, desta vez, não foi tão fácil — Naquele desfile, eu era solteiro, então só dependia de mim a decisão sobre o penteado. Agora a minha filha, Manuella, de 8 anos, demorou a aceitar, dizia sempre “Papai, sua cabeça é muito grande”. Para convencê-la, mostrei muitas fotos do desfile em que viemos de Gandhi (em 2001), e hoje ela até fica passando a mão na minha cabeça — explica, bem humorado.



Com Oxóssi e São Sebastião, que, no sincretismo, representa o orixá, como padroeiros da escola, Fabato explica que essa ligação existe desde os primórdios da escola. — Toda a formação de preceito da bateria da Mocidade é de um terreiro de Oxóssi, da Tia Chica, onde, sobretudo, o mestre André (histórico mestre de bateria da Mocidade) era ogã. Quando a Mocidade nasce, sua bateria toca, naturalmente, o aprendizado surgiu no terreiro da Tia Chica — completa.

A Mocidade independente de Padre Miguel é a terceira a desfilar no sábado, dia 23 de abril. Detentora de seis títulos do Grupo Especial, o último foi em 2017, quando dividiu o título com a Portela. Naquele ano, a escola de Madureira venceu a verde e branco por um décimo de diferença. Mas após divulgação das justificativas dos jurados, a Mocidade entrou com um recurso, que foi aceito, por um erro de jurado que descontou um décimo da escola pela falta de um destaque, mas que não constava na versão atualizada do Livro Abre-Alas.

#### Carecas na Avenida

Apesar de incomum, algumas mulheres já marcaram a história do carnaval com a cabeça pelada. Quem não se lembra de Pinah, da Beija-Flor de Nilópolis? A Cinderela Negra que sambou com o sucessor do trono inglês, o Príncipe Charles. Na história recente, no desfile campeão da Estação Primeira de Mangueira de 2016, em que a escola homenageou a cantora baiana Maria Bethânia, uma das imagens mais lembradas daquele desfile é a sua porta-bandeira sem cabelos.

— Eu não cheguei a raspar a cabeça, mas, para o truque ficar mais próximo da realidade, eu tirei oito dedos do meu cabelo e abri mão do mega hair. Cheguei a fazer um leste por nove horas para encontrar o tom da minha pele, mas esse processo foi muito bonito, em que pude representar o meu povo — conta Squei Jôrges, que, ao lado do então mestre-sala Raphael Rodrigues, ganhou todas as notas 10 do seu



10/11/21 09:00 10/11/21 08:57

## Luiz Carlos Júnior fala sobre mulheres na narração, mudanças e trajetória no SporTV, que completa 30 anos



Fundador desde o início, Luiz Carlos Júnior relembra coberturas e destaca mudanças no SporTV Foto: João Couto / TV Globo

O **SporTV** completa 30 anos hoje e entre suas marcas registradas estão as vozes que ajudaram a contar a história do esporte nas últimas três décadas. A mais familiar e longeva delas certamente é a de **Luiz Carlos Júnior**, que já trabalhava na casa antes mesmo de ler esse nome. Neste período, o carioca de 55 anos representou e viveu as transformações — do esporte e da sociedade —, transmitindo as principais competições esportivas do planeta.

— A trajetória é muito marcante. Minha carreira está intimamente ligada ao SporTV. A história é muito mágica e lembro de perrengues no início. Na Olimpíada de Barcelona-1992, apresentava alguns destaques dos Jogos na Fundação Roberto Marinho. Eu saía de casa às 4h da manhã, já pronto. Em Atlanta 1996, eu dei o último 'boa noite' e fiquei chorando no corredor de emoção — lembra o carioca ao GLOBO, com o jeito rápido de falar e já pronto, com camisa social e um olho no relógio para não perder a hora para entrar no ar.

Luiz iniciou a carreira apresentando programas de música em rádio, até ser selecionado para apresentar o Top Sport, hoje SporTV. Mas o canal não tinha estúdio ou programas. Então, como apresentar? Novato, foi chamado para fazer pilotos e improvisações. Quando um narrador não podia fazer alguma transmissão, Luiz era o substituto. Foi chamado para fazer uma partida de vôlei. Depois, de basquete e até esqui antes de chegar ao futebol. De lá para cá, se tornou um dos principais nomes do canal, ao lado de vozes como Milton Leite.

### O jeito de narrar

A trajetória do SporTV nessas três décadas caminhou com as mudanças vividas pela TV por assinatura, que atualmente está bem mais presente nas casas dos brasileiros. Luiz lembra que, antigamente, o serviço para assinantes era tão restrito que havia um conceito de atingir um público mais elitizado e menor, que podia comprar pelo produto. Segundo ele, havia um conceito de que a narração deveria ser mais polida, menos gritada. Nessas três décadas houve uma evolução no jeito de narrar eventos esportivos.

— Sinto que hoje a narração está mais enorpada, até por treinamento. Antes, eu tinha um timbre mais jovem, de forma mais juvenil. Eu sempre quis ser um narrador preciso. Assim como no cinema, você tem o mocinho, o vilão, a história, o ápice e o desfecho. Cabe ao narrador contar essa história.

### Narração feminina

Não faltaram, certamente, boas histórias nesse período. Um dos desafios é criar enredos e formas envolventes de manter o telespectador ligado na transmissão. Luiz Carlos Júnior lembra de, certa vez, ao narrar um jogo de basquete em que um dos times venceu por mais de 40 pontos, precisou buscar mais emoção. Então, questionou "se o adversário conseguia marcar 50 pontos ou não", pela necessidade de "criar um atrativo". Apesar de evitar borões, se destacou pelo bom humor e brincadeiras. Algo que não era tão bem visto há 30 anos.

— Tudo era muito quadradinho. Tinha uma liturgia. Silvio Luiz sempre brincou, mas a maioria era mais quadradinha. Por exemplo: as pessoas sempre chamaram o Noriega de Non. Ele é o Maurício Noriega. O Lúcio é o Dom Carmo. O Pedrinho é o Dom Pedro. O Grafite é o Grafá. Hoje as pessoas veem o jogo com o celular na mão, criam memes, repercutem. É diferente.

Luiz reconhece que a evolução da sociedade também mudou a narração, como em brincadeiras de cunho racista, machista ou homofóbico. Ele dá exemplos: como o conceito de "ficar elogiando a beleza feminina". Ou declarações que refletem um racismo estrutural da nossa sociedade. São mudanças que hoje carecem de maior atenção.

O próximo passo, porém, não há dúvidas: a narração feminina. Nomes como Renata Silveira e Natália Lara já estão na emissora. Um caminho sem volta, afirma.

— Eu acho que é uma evolução da sociedade. Mais inclusão, mais espaço. Elas chegaram para ficar. Hoje nós temos narradores. Sem gênero, é questão de qualidade profissional. Se tiver 30 mulheres com capacidade para narrar, vão ter 30 mulheres narrando — diz.

### Nova logomarca

O SporTV anunciou na última sexta-feira que terá uma nova identidade visual em comemoração de suas três décadas. A mudança também reforça o desejo de não ser só um canal de televisão, mas um meio de comunicação multiplataforma.

A nova logomarca começará a ser usada hoje. Segundo o diretor de criação do departamento de marca da Globo, Ricardo Moyano, a nova logomarca valoriza o "S", que será utilizado em alguns momentos em espaços reduzidos.

Hoje, o SporTV é líder absoluto entre todos os canais esportivos do país e está no Top3 entre todos os canais da TV por assinatura.

Receba a newsletter do Extra

27/10/21 11:59 28/10/21 09:36

## Conheça Mabelly, a segunda jogadora trans a chegar na elite do vôlei feminino



Mabelly é natural de Curitiba e tem 1,88m, altura da Curitiba Foto: Reprodução

Caro/ Knaploch

RIO — Na estreia de Tiffany, que hoje defende o Osasco, Mabelly Gonçalo de Souza, de 30 anos, natural de Curitiba, deve atuar na Superliga Feminina. A atleta trans é contratada do Curitiba e aguarda liberação da Confederação Brasileira de Vôlei (CBV) para estreiar na elite do vôlei feminino.

— Sempre foi meu sonho — diz Mabelly, que atua entre as mulheres há apenas um ano — Nunca joguei competição como mulher que sou. Esta será a minha primeira e estou muito ansiosa e nervosa. Como mulher, comecei no Paraná Clube, em 2020, mas os torneios que disputei eram mistos.

**Dificuldade:** Em crise financeira, Curitiba estreia na Superliga com cinquenta, atleta trans e refugiada da Venezuela

Ela conta que depois do Paraná treinou no São José dos Pinhais. Mas não jogou torneios oficiais.

— A Tiffany me motivou a não desistir, mostrou que é possível atuar com as mulheres. Nós duas somos mulheres também. Mas, na verdade, minhas inspirações são atletas do feminino como Jaqueline, Fernanda Garay — conta Mabelly — Cheguei a falar com a Tiffany há bastante tempo, via redes sociais, para que me ajudasse com conselhos sobre o que ela fazia, que bloqueadores tomava, essas coisas.

**Também no Curitiba:** Única técnica na elite do vôlei abre mão do sonho da Superliga por causa dos filhos

Segundo Mabelly, que treina com o Curitiba há duas semanas, sua estreia na Superliga poderia ter sido "antes até de Tiffany" mas por causa da "desinformação" não avançou neste processo.

**Apelo:** Zé Roberto sobre time de Barueri: "Peço socorro porque não vou aguentar mantê-lo por muito tempo"

Diz que conhece Tiffany desde os tempos em que eram meninos e que chegaram a atuar juntos em uma competição "há mais de cinco anos". Elas se seguem nas redes sociais.

Para ser liberada pela Comissão Nacional Médica (Conamev) da CBV, Mabelly precisa apresentar documentação jurídica (identidade ou passaporte com nome e foto de mulher) e médica (exame dos últimos 12 meses com nível de testosterona abaixo de 10nmol/L ou 288 ng/dL). Esta autorização da Conamev tem como base recomendações do Comitê Olímpico Internacional (COI).

**Coronavírus:** Superliga começa neste sábado com cerca de 63% dos atletas com vacina plena para Covid-19

De acordo com Giselle Miró, coordenadora do time de Curitiba, ela tem toda a documentação necessária e os papéis foram encaminhados a CBV, incluindo o CPF, emitido nesta terça-feira.

### Mudança de sexo

Ainda menino, Mabelly, que se chamava Everson, começou a jogar vôlei na escola. Ele tinha 15 anos.

Foi chamado para atuar no time de São José dos Pinhais e nesta equipe ganhou destaque "inclusive entre atletas de categorias mais avançadas".

Disputou torneios estaduais e chegou a ser convocado para a seleção paranaense. Seu auge, segundo ela, foi a convocação para a seleção estadual para o Brasileiro de Seleções, em Saquarema (RJ).

**Homofobia:** Renan dal Zotto: "Tudo que não queremos no nosso esporte"

Com 20 anos, após a morte da mãe, Níza, que teve um infarto, ele iniciou o processo de transição de sexo e controle hormonal para ser mulher. Fez terapia, cirurgia plástica para afinar o nariz e colocar silicone.

— Eu sofria muito preconceito no vôlei masculino. Muito mesmo. Naquela época, não era bem visto um gay jogando. Fui muito criticado e eu tinha de ser uma pessoa que eu não era. Forcei até onde dei. Mesmo querendo ser mulher e jogar vôlei feminino, que era o meu sonho, tive de ficar no armário — lembra Mabelly, que há dois anos tem documentação toda alterada para o nome atual. — Não faltava nada para eu estreiar na elite feminina. Acho que era falta de informação. Cada um faltava uma coisa, que eu precisava isso ou aquilo. E eu ficava desanimada. Mas agora, o Curitiba me procurou. Nem acreditei. Estou muito ansiosa para a estreia. Ansiosa e com medo.

**Entrevista:** De volta ao Brasil, Wallace fala sobre Superliga, paixão por carros e racha provocado por Bolsonaro

Mabelly conta que pela primeira vez terá o acompanhamento de uma endocrinologista e de uma psicóloga. Com isso, poderá pensar na cirurgia de mudança de sexo, que ela ainda não fez.

— É algo que precisa ser feito junto com uma terapia. Eu gostaria muito mas não tenho dinheiro e preciso ter segurança. Afinal, é uma cirurgia que não tem volta — comenta a atleta, que apesar da situação financeira delicada, nunca lhe faltou o básico. — Minha mãe era diarista e cozinheira e sempre me deu tudo, incluindo apoio.

### Família

Mabelly diz que tem receio da reação do público, das "críticas mas sobretudo das ofensas". Diz que sabe que vão "tipocar comentários e que por isso vai se preparar para os piores cenários".

— Tenho tantos amigos ao meu lado... inclusive no vôlei. Por isso estou aqui. Se não fosse por eles, não estaria aqui. Acho que não conseguiria porque não foi fácil.

**Masculino:** Após pressão de patrocinadores, Minas afasta Maurício Souza por postagens homofóbicas

No início, ela não teve o apoio das irmãs Michele e Shirley nem do pai José Carlos "que nunca esteve presente".

Maybelle, que é gêmea de Michele, conta que as irmãs também tinha preconceito, não aceitavam sua escolha mas que essa fase já passou.

— Elas me aceitam e me apoiam — garantiu a jogadora, que fala sobre os efeitos colaterais dos remédios que tem de tomar. — Me dá fraqueza, vontade de dormir, de vomitar e de chorar. Mas é necessário para eu me manter como mulher, é essencial para a vida de uma trans. Digo que tudo isso compensa porque sou mulher. Eu não vivo sem a medicação.

Perguntada sobre se ela deveria jogar com mulheres, a ponteira Maybelle, de 1m85 respondeu:

— Tenho condições. Meu físico é compatível com o das mulheres. Nem sou tão forte assim, não tenho muito a musculatura masculina, aquela coisa de homem mesmo. O que tenho é o que fiz de musculação, nada demais.

24/09/21 08:45 24/09/21 20:31

## Influenciadora e psicóloga Marinalva Callegario lança livro sobre 'amor próprio'



Marinalva Callegario lança o livro 'Amor próprio'. Foto: Divulgação

Destaque em temas complexos como intuição, amor próprio, relacionamentos, crenças limitantes e relações tóxicas, a psicóloga e coach Marinalva Callegario, que tem mais de 400 mil inscritos em seu canal no YouTube, lança seu primeiro livro, "Amor Próprio", em que reúne lições e ensinamentos aprendidos em uma década de trabalho ajudando pessoas.

— É um livro que nos mostra diversas lições sobre identidade, amor-próprio, construção de uma vida cheia de significado e a importância de se conectar com o nosso eu interior. Organizado em 14 capítulos, o livro lhe ajudará a descobrir quais são as suas verdadeiras virtudes, qual a sua real e verdadeira identidade. Também te conduzirá a descoberta de um amor incrível e profundo por si mesmo —, explica a autora paraense.



'Amor próprio' é o primeiro livro de Marinalva Callegario. Foto: Reprodução

Durante sua formação em psicologia, a profissional foi destaque em sua turma e teve que superar muitas dores, inclusive o luto pela perda de seus pais. Anos antes, sofreu um acidente quase fatal, com uma recuperação de quase um ano, onde precisou passar por treze cirurgias e usar cadeira de rodas e muletas.

— Iniciei minha trajetória como modelo aos 13 anos. Sofri um acidente grave aos dezesseis, que considerei ser o divisor de águas da minha vida. Após minha recuperação do acidente, renunciei os convites promissores que recebi para seguir carreira de modelo e decidi me tornar misionária. Posteriormente me formei em psicologia, me especializei em Psicodrama, em Master Coach entre outras especializações. Fui considerada formanda destaque a partir do meu TCC, onde escolhi um tema pouco abordado e muitas vezes considerado polêmico: "O Tabu da Sexualidade Feminina". O trabalho de conclusão de curso tomou grande proporção onde foram publicadas matérias em jornais e TVs da época —, conta a profissional.

Atualmente, Marinalva Callegario é palestrante, YouTuber, empresária, Criadora do Método Vida Extraordinária (MVE) e escritora. Especialista em Psicodrama Clínica e Master Coach pela Florida Christian University e Febracs, ela obteve diversas vitórias na carreira, como a placa Silver do YouTube e a placa Black da Hotmart por fazer mais de um milhão de reais em vendas em sete dias.

24/07/21 10:00 24/07/21 15:45

## Seleção feminina de futebol se emociona com música; conheça Gabi Fernandes, que dedicou canção a elas



A jogadora Marta e a cantora Gabi Fernandes: íntimas pela música. Foto: Dem Ribeiro/CFB e Marina Basso/Reprodução/Jornalismo

Leonardo Ribeiro

"Pode avisar, o Brasil chegou, avisa lá que vai ter gol". Os versos cantados por Marta no fim do jogo de estreia da seleção brasileira de futebol para celebrar a goleada de 5 a 0 contra a China fazem parte da canção "Brasil chegou", de Gabi Fernandes. É uma música que todo o time tem adotado como uma espécie de hino para dar motivação nas Olimpíadas no Japão.

— Eu digo que fiz a música para as meninas da seleção não para dar sorte, porque isso elas não precisam, sei que se dedicaram muito para irem em busca desse ouro olímpico. Mas queria levar uma energia boa, ajudá-las a relembrarem do passado que as trouxe até aqui. Meu coração ficou disparado quando me disseram que todas se emocionaram quando ouviram a música a primeira vez. E quando vi a minha maior ídola do futebol, a Marta, que é alguém que sempre assistiu e quis ser como ela, cantando a minha música... Eu fico arrepiada, peço para alguém me beijar. Ela poderia cantar qualquer coisa e estava do outro lado do mundo cantando a que eu fiz — derrete-se a cantora Gabi Fernandes, de 27 anos.

Ex-jogadora de futebol, a artista compôs a trilha da seleção por encomenda da CBF. E ela foi a escolhida justamente por já ter uma relação com o time. Em 2019, a paulista, de Ribeirão Preto viralizou ao fazer uma música como atago para as atletas que tinham perdido a Copa do Mundo para a França.

— Com aquela música, queria que as meninas saíssem de cabeça erguida, foi uma homenagem, porque elas nos representaram muito bem, independentemente do resultado. Na época, a Marta repostou e outras meninas começaram a me seguir e acompanhar meu trabalho. Fiquei ainda mais próxima das que moram no Brasil e jogam no Corinthians, meu time do coração — relembra a artista, que cita ter uma amizade até de frequentar a casa com Érika, Andressinha e Tamires.

A cantora, que também atua como fonoadióloga, foi a responsável ainda por dar voz à música que pretende embalar a seleção masculina de futebol. Em "Moleque de seleção", ela divide o posto com Xande de Pilares.

— Xande é um amor, ficamos seis horas no estúdio e parecia que já nos conhecíamos há meses. Eu o queria nessa música porque sei que os meninos o escutam e eles não me conheciam tanto, como as meninas. Essa conexão é importante, afinal a música é para isso. E está dando muito certo!

Na vitória de 4 a 2 em cima da Alemanha, Richarlison, que marcou três vezes, já pediu a música no "Fantástico".



30/03/21 05:02

## 'Vivas! Porém, esgotadas': especialistas em saúde mental feminina alertam sobre cobranças na pandemia



Mulher caminha no Rio de Janeiro com máscara para se proteger da Covid-19. Foto: SERGIO MORAES/Reuters

Colunistas convidadas: Melissa Oliveira, Nicolle Wronan e Rachel Oliveira

Essa semana a nossa coluna quase não saiu. Por aqui também chegamos a uma sobrecarga de trabalho e emoções. Tem sido difícil permanecer no espaço que parece cada vez menor e tanto tempo em isolamento. Como lidar com a exaustão diária das exigências do emprego, do cuidado com as crianças, idosos e doentes, do trabalho doméstico? E as notícias catastróficas? Chegamos a uma marca implacável na realidade brasileira de 300 mil mortos. Cada vez mais o amanhã vai sendo tomado pela incerteza.

O esgotamento que nos toma parece interminável. A criatividade para identificarmos novas possibilidades de cuidado estão acabando. O que fazer com o desfalque da esperança, com a angústia de ter que ficar em casa, de não saber o que teremos para comer amanhã e a preocupação de que não há leito, oxigênio e anestésico para os doentes? E para quem, nesses tempos, perdeu alguém próximo por Covid-19? Tudo isso vem produzindo sofrimento e angústia para todas nós.

As incertezas fazem com que algumas de nós fiquem mais em silêncio, enquanto outras são tomadas de uma certa agitação, aceleração. Outras tentam se desvencilhar do sofrimento buscando alternativas para lidar com o luto. Algumas estão com muita raiva: raiva pela injustiça, raiva pelas decisões políticas tomadas (ou não tomadas). Raiva por não conseguir mudar o rumo daquilo que está desmoronando. Outras não conseguem mais, simplesmente, levantar da cama sem que isso seja um enorme esforço. E há ainda quem não tem o privilégio de poder entrar em contato com nenhum desses sentimentos e tem que seguir lutando contra o vírus, lutando pela vida, lutando contra a fome.

Estamos experimentando o lockdown em muitos estados. Essa é uma estratégia sábia, porém necessária para a contenção desse vírus tão devastador. Vamos pensar nas possibilidades possíveis, dentro de cada realidade, da criação de recursos para a produção de bem-estar para ficarmos em casa? Sabemos que muitas de nós permaneceremos nas ruas, sejam em trabalhos essenciais ou como autônomas lutando pelo pão de cada dia, cada vez mais difícil e às voltas com as contas que não param de chegar.

Nesse momento, é fundamental que cuidemos da saúde mental. Procure ter um momento para si. Realize com a família coisas prazerosas juntos. Tente mover seu corpo, no limite do que for possível. Peça ajuda, com as crianças, com a casa, com as contas. Não está sendo fácil, por isso é importante se dar uma brecha das cobranças internas de fazer sempre do melhor jeito possível. Isso serve para as cobranças com você mesma, mas também com aqueles ao seu redor. Estar arrasada e fríse faz parte desse processo. Todas estamos esgotadas, porém seguimos vivas para continuar contando as nossas histórias.



A psicóloga Melissa Oliveira, a psicóloga Nicolle Wronan e a assistente social Rachel Oliveira tomam o coffee AFETA. Foto: divulgação



12/02/22 19:47 12/02/2022

## Maira Cardi diz que Jade, do 'BBB 22', 'quer ser a 17ª de Arthur e equipe da influencer se posiciona: 'Vemos uma rivalidade feminina'



Arthur, Maira e Jade Picon. Reprodução

Os administradores das redes sociais oficiais da participante do "BBB 22" Jade Picon se posicionaram contra um "comentário infeliz" sobre a influencer fora da casa. Através de um texto publicado neste sábado, a equipe de Jade rechaçou a atitude, mas sem citar nomes. Os fãs e os acontecimentos recentes indicam que o recado foi para Maira Cardi, esposa de Arthur Aguiar.



"Jogo é jogo e aceitamos qualquer opinião nesse sentido — o BBB é feito para isso. Mas hoje queremos falar sobre um comentário infeliz que vem sendo direcionado a Jade aqui fora, onde vemos uma rivalidade feminina ser criada com argumentos infundados e inoportunos", diz o texto compartilhado pela equipe de Jade, lembrando que ela tem apenas 20 anos e explicando sua estratégia de jogo dentro do "BBB".

"Foco no jogo: foi pra isso que Jade entrou, é pra isso que estamos aqui. Seguiremos nessa missão junto a ela lá dentro. E, aqui, desejamos que as mulheres possam discordar entre si, mas jamais usar de argumentos que invalidem a potência de outras mulheres sob pretexto de estar agindo para impressionar homens. Isso, sim, nos impressiona. e é uma pena", continua o texto, que finaliza com um agradecimento ao apoio dos fãs.

Na web, o texto foi relacionado às falas de Maíra Cardí, que em suas redes sociais insinuou que Jade estaria apaixonada por Arthur. Além de dizer que a sister queria "ser a 17", a coach de emagrecimento a acusou de ter uma "paixão embutida" por seu algoz no jogo.



**mairacardi** • Concordo com os comentários daqui.... Também Tô achando que ela quer é ser a 17, só fala dele, Não está conseguindo lidar com a paixão embutida, esse negócio dela falar que sonha toda hora com ele.... Sei não coisa de adolescente apaixonada que não pode viver a paixão!!sabe adolescente para chamar atenção! Presta atenção como tudo que ela faz fica procurando ele com os olhos para chamar atenção! Enfim manda bala Jade faz teu jogo aí que no fim quem decide é o público aqui fora @ginaindelicada



3h 7.797 curtidas Responder

Comentário de Maíra sobre Jade

"Concordo com os comentários daqui ... Também tô achando que ela quer é ser a 17", escreveu Maíra, em referência às 16 traições que ela afirma ter sofrido do marido no passado.

"Só fala dele. Não está conseguindo lidar com a paixão embutida, esse negócio dela falar que sonha toda hora com ele... Sei não, coisa de adolescente apaixonada que não pode viver a paixão!!!", disse Maíra em outro comentário.

"Sabe, adolescente para chamar atenção? Presta atenção como tudo que ela faz fica procurando ele com os olhos para chamar atenção!", acusou a modelo. "Enfim, manda bala, Jade, faz teu jogo aí que no fim quem decide é o público aqui fora." continuou.

A influencer e ex-BBB 9 não parou por aí. Após Jade e Paulo André se beijarem durante a festa da última sexta-feira, Maíra afinetou:

"Garota esperta, pegou a letra da casa de vidro e não perdeu tempo! Coitado do PA", escreveu ela após Larissa e Gustavo (moradores da casa de vidro) afirmarem que o público shipava o casal.

"O PA acredito que seguiu o coração até mesmo porque ela não mudou em nada, mas ela é jogadora total. Agora jogando com o coração do cara. Coincidência resolveu ficar justo no dia que a casa de vidro mandou a letra?", continuou ela.

## Pesquisa: mulheres abraçadas pelos parceiros antes de situações tensas diminuem o nível de estresse

Por Fernando Moreira em 22/05/22 07:30



Abraço (imagem meramente ilustrativa) Foto: Freepress/comp

Gosta de um abraço? Se você é mulher, tem mais um motivo para curtir esse momento. Pesquisadores da Universidade de Ruhr (Alemanha) concluíram que **mulheres que abraçam os seus parceiros românticos diminuem os seus níveis de estresse**. O mesmo efeito, entretanto, não é alcançado pelos homens, mostraram os resultados.

De acordo com os cientistas, abraçar o seu companheiro (ou companheira) antes de um evento social estressante – como uma prova, uma entrevista de emprego ou uma apresentação no trabalho – faz com **a mulher diminua no organismo os níveis de cortisol, o hormônio do estresse**.

Na experiência comandada pela biopsicóloga Gesa Berretz, 76 pessoas em relacionamento romântico foram submetidas a uma situação de estresse. Antes do teste, metade dos casais se abraçou, enquanto a outra não teve esse contato físico. **As mulheres abraçadas apresentaram menor concentração de cortisol na saliva**.

Os cientistas esclareceram que o abraço não teve efeito sobre outros indicadores do nível de estresse, como pressão sanguínea e estado emocional.

Os pesquisadores farão mais testes para **descobrir se o benefício do abraço para as mulheres também pode ser obtido quando o carinho é feito por um amigo ou amiga**. Além disso, os cientistas querem averiguar se a redução de contato físico durante a pandemia de Covid-19 fez disparar o estresse e a depressão em pessoas em lockdown. Eles acreditam que o abraço possa ser um **"remédio" para estresse decorrente de isolamentos**.

14/03/22 04:30 14/03/22 08:58

## Com aparições na TV e discursos públicos, mulheres de presidenciáveis assumem papéis de destaque na busca por votos



Michelle Bolsonaro, Janja e Giselle Bezerra, mulheres dos principais candidatos a presidente da República embarcam de vez na trincheira eleitoral. Foto: Afa/Agência O Globo

Justara Soares, Alice Cravo e Camila Zarur

As mulheres dos principais candidatos a presidente da República entraram de vez na trincheira eleitoral que terminará na escolha do próximo ocupante do Palácio do Planalto. Em lados opostos, a primeira-dama, Michelle Bolsonaro, e a socióloga Rosângela da Silva, a Janja, que se casará na quarta-feira com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), fizeram movimentos públicos recentes na direção do público feminino, que corresponde a 53% do eleitorado.

No domingo passado, Dia das Mães, Michelle fez um pronunciamento em cadeia de rádio e TV. No sábado, Janja pediu a palavra no palco do lançamento do pré-candidatura do namorado, em São Paulo. Daqui para frente, se depender das campanhas do presidente Jair Bolsonaro e de Lula, nenhuma delas deve sair dos holofotes. A mulher de Ciro Gomes (PDT), a produtora e ex-dançarina Giselle Bezerra, também começou a apresentar uma live semanal ao lado do marido. Mais discretos, Eduardo Rocha, marido da senadora e pré-candidata do MDB Simone Tebet, e a mulher de João Doria, Bia Doria, não deverão assumir papéis de destaque durante a campanha.

Dentre todas, a missão da atual primeira-dama tende a ser a mais difícil. Bolsonaro soma apenas 21% das intenções de voto entre as mulheres, de acordo com levantamento do Datafolha divulgado no dia 24 de março. Líder das pesquisas, Lula soma 46%. A mesma sondagem revelou que o titular do Palácio do Planalto acumula 50% de rejeição no eleitorado feminino, o que é um dos principais motivos de preocupação do grupo que atua pela reeleição do presidente.

Esses aliados de Bolsonaro emergem em Michelle um trunfo para suavizar a imagem do presidente. É consenso entre os integrantes da campanha que a primeira-dama deva acompanhar o marido em viagens pelo país e passar a se expor mais para defender as ações do governo, como fez no último domingo. Na ocasião, ele foi à TV ao lado da ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Cristiane Brito. Ambos defenderam políticas do governo voltadas às mulheres. A participação de Michelle não foi combinada com a campanha, segundo O GLOBO apurou, mas seu resultado. O número de acessos ao Sistema Nacional de Direitos Humanos, plataforma do ministério, aumentou sete vezes em maio, após o pronunciamento.

No governo, a primeira-dama se empenha em eventos do programa Pátria Voluntária, de incentivo ao voluntariado, e em causas de defesa de pessoas com doenças raras e na inclusão da comunidade surda com a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

A importância de Michelle extrapola a disputa pela preferência feminina. Evangélica fervorosa, ela também ajuda a reforçar os laços com grupos religiosos, uma das mais fiéis parcelas do eleitorado do chefe do Executivo federal. Michelle também capitaneia eventos com crianças em situação de vulnerabilidade, alguns dele no próprio Palácio do Alvorada, onde brinca na piscina com os pequenos convidados e já chegou a se fantasiar de Branca de Neve, durante uma agenda com eles.

Na campanha, ainda não se sabe exatamente como serão investidos os ativos da imagem da primeira-dama. Uma das ideias é que, além de divulgar as ações do governo, ela grave depoimentos sobre como ela emerge o presidente, por trás da exposição pública cotidiana a que ele é submetido.

### Companheira Janja

No extremo oposto do espectro político, a participação de Janja na campanha de Lula é tratada como algo natural pelos petistas. Na tentativa de reforçar a imagem dela como a de uma mulher engajada, integrantes do partido gostam de frisar que a atuação política da namorada de Lula antecede a relação deles.

Janja tem participado de encontros com mulheres e pavimentado pontes com importantes artistas, com os quais Lula historicamente teve boa relação. Foi graças a essa proximidade que ela mobilizou artistas para participarem do clipe de regravação do jingle da campanha de Lula de 1989, o famoso "Lula lá". Também é atribuído a ela o destaque das pautas LGBTQIAP+ nos discursos do namorado.

— Ela tem colaborado muito na pré-campanha com ideias, participando de atividades, ajudando a organizar, principalmente nesse debate sobre a participação das mulheres — diz a presidente do PT, a deputada Gleisi Hoffmann (PR).

Uma das explicações para a vantagem de Lula entre as brasileiras, segundo Bruno Soller, cientista político e especialista em comunicação política pela George Washington University, é a ligação do eleitorado feminino com temas sociais. Candidatos da esquerda costumam tratar com mais intensidade de pautas dessa natureza.

— A Michelle tem o papel de contornar a situação, de mudar voto. Quando você coloca a Michelle, evangélica, mulher, ela dialoga com essa mulher evangélica que por vezes tem preconceito com o Bolsonaro. A atuação dela pode mudar a cabeça dessa eleitora.

De acordo com Soller, além de consolidar o processo de identificação das mulheres com o petista, Janja terá a função de mostrar uma versão do Lula para além da política. O evento para lançar sua pré-candidatura foi a primeira amostra dessa estratégia. A reunião de apoiadores teve beijos, confirmação do casamento, que ocorrerá na semana que vem em São Paulo, e frases apaixonadas ditas pelo casal.

— A Janja pode criar uma identificação. Ela vai sim ter uma função de diálogo, mas vai mostrar o Lula mais família, que sai só da política. Mostrar que ele está bem, feliz, eles sempre falam sobre o relacionamento, sobre a paixão. Tem uma preocupação sobre a idade do Lula. Quando ele aparece apaixonado, fazendo exercício, eles mostram um Lula saudável.

Terceiro colocado corrida pelo Palácio do Planalto, Ciro Gomes também conta com o suor da mulher na busca por votos. Giselle Bezerra tem assumido papel de destaque na campanha. Ela apresenta a live semanal "Ciro Games" ao lado do pré-candidato, além de participar dos eventos públicos com o cearense. Em alguns desses atos, tem feito rápidos discursos, como ocorreu no lançamento da pré-candidatura da senadora Leila Barros ao governo do Distrito Federal, no mês passado. Giselle é considerada uma personagem importante para fazer o contraponto ao temperamento explosivo de Ciro.

Embora no último domingo o pré-candidato do PSDB, o ex-governador de São Paulo João Doria, tenha divulgado um vídeo em homenagem ao Dia das Mães ao lado da mulher, a artista plástica Bia Doria não deve ter protagonismo na campanha. Na ocasião em que o ex-governador ameaçou desistir da pré-candidatura ao Planalto, ela cvelegou a dizer que preferia tê-lo em casa, mas depois reforçou seu apoio à decisão de o marido concorrer.

Pré-candidata à presidência, a senadora Simone Tebet, do MDB, não tem no cônjuge seu trunfo para atrair o eleitorado feminino. Ela aposta na identificação que pode despertar por ser a única mulher na disputa.

— Tenho dois ativos: a baixa rejeição e o fato de ser a única mulher em um eleitorado majoritariamente feminino — resumiu Tebet em entrevista concedida ao GLOBO em fevereiro.

Ela é casada com o secretário estadual de Gestão Estratégica do Mato do Grosso do Sul, Eduardo Rocha. Filiado ao MDB e eleito três vezes deputado estadual, ele não tem tido participação ativa na pré-campanha e só costuma estar ao lado da senadora em agendas no estado.



## EXTRA

### No Dia das Mães, listamos as principais matriarcas das novelas atuais: a Filó, de 'Pantanal', é firme e amorosa

Por Zean Bravo em 09/05/2022 09:36



Tadeu (José Loreto) e Filó (Dora Pires). Foto: João Miguel/Imagem/Rede Globo

Ao pensar nas novelas que estão no ar atualmente, não consigo apontar uma mãe da família mais inspiradora do que Filó, interpretada com brilho por Dora Pires, em "Pantanal". Amorosa e sensata, a personagem acode o filho, Tadeu (José Loreto), sem deixar de ser firme e de falar umas verdades quando é necessário. Apesar de viver num ambiente masculino e cercado de muitos preconceitos, ela tem a cabeça aberta para as diferenças e é a única que recebe Jove (Jesuita Barbosa) com empatia. Para Dora, a personagem não chega a ser uma mulher submissa. "É um encontro com o feminino aparentemente subjugado. Mesmo parecendo estar sempre à sombra, à margem, ela é, na verdade, o estêreo daquele lugar. A Filó não precisa de protagonismo na vida para ser uma protagonista da própria vida. É uma mulher independente. Pode não parecer no começo, mas ela é", disse a atriz, ao ser entrevistada pela coluna.

**Saiba mais:** Filho de Termino em "Pantanal", Gabriel Santana adianta que terá vários embates em cena: "Ele gosta de chamar a atenção"

Ainda em "Pantanal", temos duas mães que parecem incapazes de olhar verdadeiramente para seus filhos. Para Mariana (Siema Egri), a posição social, o dinheiro e o controle que exerci nas pessoas são mais importantes do que tudo. Maiteira (Karise Teles), por sua vez, nunca encontrou seu lugar no mundo e desistiu que sua irmã, Irma (Camila Morgado), cuidasse de Jove.



Filó e Filá, mãe e filha. Foto: Reprodução/Rede Globo

**Contra:** Leandro Lima, de "Pantanal", fala sobre o envolvimento entre Mada e Levi: "Atração fatal que pode levá-lo à ruína"

Em "Quanto mais vasta, melhor", Polá Terrero (Giovanna Antonelli) é outra mãe que não se entende com a filha, Ingrid (Déia Torres). Agora, após descobrir que Flávia (Valentina Herzog) é a outra filha, que ela achou que tinha morrido, a protagonista terá a chance de se redimir.



Márcia (Mali Gull). Foto: Maurício Fátima/Rede Globo/Divulgação

Por último, em "Além da Ilusão", Violeta (Mali Gull, ótica no papel) faz o tipo compreensiva com sua caçula, Nadara (Larissa Manoela), após ter perdido a filha mais velha por conta de uma tragédia. Como um bom retrato da sociedade, os folhetins atuais mostram que, antes de qualquer coisa, as mães da família também são mulheres demasiadamente humanas.

## Emicida sobre a cantora Alaíde Costa: 'O mundo precisa ver essa mulher'

Ao lado de Marcus Preto, rapper produz disco da cantora de 86 anos com canções de Erasmo Carlos, Ivan Lins, João Bosco, Joyce Moreno, Guilherme Arantes, entre outros: 'Se eu morrer hoje, morro feliz', diz ela

Por **María Fortuna** — Rio de Janeiro  
24/05/2021 09:48 — Atualizado há um mês



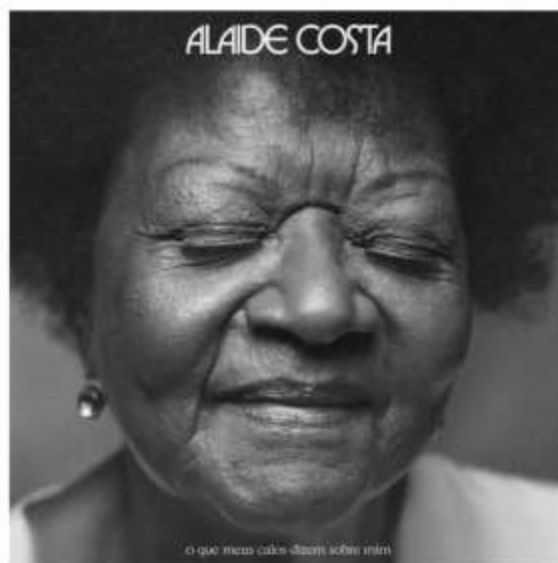
Emicida e Alaíde Costa. "Uma estrela como Alaíde pode, sim, e merece receber prêmios, troféus e reconhecimento nesse plano com ela aqui" — *Peter Ovédigo / Foto César*

**Alaide Costa** não acreditou quando o convite chegou. Jamais imaginara que Emicida fosse seu fã. Muito menos que ele pudesse desejar produzir um disco dela. E é assim, ainda meio incrédula, que a cantora e compositora carioca de 86 anos viu sair do forno, no último dia 19, o álbum "O que meus calos dizem sobre mim" (selo Samba Rock), produzido pelo rapper e por Marcus Preto, com direção musical de Puppillo.



- **Valter Hugo Mãe: 'O português não tem noção de que o país exterminou comunidades indígenas inteiras'**
- **Simone: 'Tenho tesão pela vida, estou bem viva sexualmente'**

- Fiquei surpresa de o Emicida gostar de mim e de ter tido a vontade de trabalhar comigo. A praia dele é outra. Ele quis nadar na minha, e eu estou na dele - brinca a rainha das canções de fossa, que remou contra a maré durante boa parte de seus 66 anos de carreira ao escolher navegar por bossas líricas e dramáticas quando o mundo lhe sugeria que gravasse samba ou "algo mais animado, um oba-oba".



Capa do novo disco de Alaide Costa — Foto: reprodução

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

A ideia do projeto surgiu depois que Preto (diretor musical por trás de discos de Gal Costa, Erasmo Carlos e Nando Reis) enviou ao rapper o material de divulgação de uma live que Alaide faria (e fez, em 2020) interpretando canções de Johnny Alf. Os dois passaram a trocar mensagens e descobriam que aquela mulher de canto doce e cristalino era uma paixão em comum. E o que chega ao alcance do público agora é o reflexo dela.

Na verdade, uma declaração de amor em forma de disco. E não só de Emicida e Preto, mas dos vários nomes que fizeram canções especialmente para Alaide: Joyce Moreno ("Aurorear", com Emicida); Erasmo Carlos e Tim Bernardes ("Praga"); Céu e Diogo Póças ("Turmalina negra"); Fátima Guedes ("Nenhuma ilusão"); Ivan Lins ("Pessoa-ilha", com Emicida); e Guilherme Arantes ("Berceuse"). João Bosco e o filho Francisco assinam a única não inédita do disco, "Aos meus pés". A essas sete, junta-se "Tristonho", melodia de Alaide Costa letrada por Nando Reis, lançada como single em abril.

A adesão ao chamado dos produtores para que artistas mandassem composições para um álbum de Alaide foi tão maciça que virá ainda um segundo disco (sem previsão de lançamento). Desta vez, com músicas de João Donato, Francis Hime, Marcos Valle, Guinga, Gilson Peranzetta, entre outros. Marisa Monte e Carlinhos Brown também já enviaram uma, batizada de "Moço". Rubel e Emicida já têm pronta "Bilhetinho".

- Estou lisonjeada, feliz por essa turma toda ter abraçado o projeto. São várias gerações e autores famosos, né? Nunca tinha gravado João Bosco e ele mandou uma música belíssima, que é a minha cara - diz ela, referindo-se à letra que diz "comi o pão todinho/ que o diabo amassou". - Sinto que, finalmente, veio o reconhecimento, que ele tardou, mas chegou no fim da vida. Se eu morrer hoje, morro muito feliz e grata.

---

O sentimento narrado por Alaíde, que enfrentou o racismo até no meio da turma da bossa nova (muitos a chamavam de "ameixa" pelas costas), produz a sensação de "missão cumprida" em seus produtores. A dupla faz hoje um pouco do que fez Milton Nascimento, em 1972, ao jogar luz sobre a cantora com o convite para gravar "Me deixa em paz" no disco "Clube da esquina". A gravação arrebatou o Brasil e o disco, inclusive, foi escolhido recentemente o melhor álbum brasileiro de todos os tempos numa enquete promovida pelo podcast Discoteca Básica.

- Acredito que quando Milton a convidou, fez com a mesma intenção que fazemos agora, que é o sentimento genuíno de que o mundo precisa ver essa mulher! Ela é uma força da natureza, nasceu e segue pronta - afirma Emicida. - Acho que deveríamos fazer mais disso. Às vezes, parece que a música contemporânea do Brasil nasceu de chocadeira, não tem pai, não tem mãe, não tem avó, todo mundo nasceu pronto e ninguém é parte do legado das gerações anteriores. Isso é triste e suicida, porque quem lida mal com seu passado não vai saber lidar com seu futuro, se tiver a sorte de conseguir chegar lá.

O rapper vibra com a oportunidade de homenagear uma artista como Alaíde em vida.

- Temos uma relação problemática com a memória na cultura brasileira. Historicamente, temos grandes heróis e heroínas, mas, infelizmente, eles têm pouco ou nenhum reconhecimento perto do que merecem e ainda mais em vida - analisa. - No final, contar histórias é sobre poder e humildemente o que Marcus Preto e eu temos feito nesse projeto é sugerir que uma estrela como Alaíde pode, deve e, aliás, merece receber prêmios, ovações e reconhecimento nesse plano com ela aqui. Assim, acredito que inspiramos mais gente a fazer o mesmo por seus ídolos também.



Para Preto, mais que homenagem, a intenção é mudar a forma com quem a história dela será contada no futuro.



Alaíde Costa, Brincida e Marcus Preto — Foto: Énio Cesar

- Penso no que aconteceu com a Elza Soares. Se ela tivesse partido sem gravar "A mulher do fim do mundo", a história seria outra. Estou falando de reconstrução de narrativa, de transformar o que as pessoas pensam sobre ela - diz Preto. - Esse álbum fala de uma mulher de 86 anos que viveu um monte de coisa importante, que viveu à margem, e agora conta o ponto de vista dela. Para mim, Alaíde é a Billie Holiday brasileira, uma artista sofisticadíssima.

Alaíde agradece e diz que, agora, os calos que traz consigo já não doem tanto:

- Hoje, eles dizem: "Finalmente, a coisa está mais amena". E graças a uns meninos que poderiam ser meus filhos.

## Artigo: Mulheres, cidades e negócios

Só 5% dos municípios têm prefeitas. Nas empresas, salário é 37% menor que o dos homens que ocupam função semelhante

Por Shipra Narang Suri\*

18/05/2022 09h00 - Atualizado há um mês



Shipra Narang Suri, chefe de Práticas Urbanas da UN-Habitat — Foto: Divulgação

As cidades geridas por mulheres ou as empresas geridas por mulheres são cidades e negócios para todos. As mulheres podem levar em consideração as necessidades de todos e criar ambientes e lugares inclusivos. No entanto, as mulheres são representadas de forma desigual na vida pública.



- [ODS da ONU: O que são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da Agenda 2030?](#)
- [Artigo: Velhos e velhas, pauta que o ESG esqueceu](#)

Em 2015, o mundo adotou a Agenda de Desenvolvimento Sustentável e 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – um apelo universal à ação para acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade até 2030. O Objetivo 5 visa a alcançar a igualdade de gênero em todas as áreas da vida. A participação igualitária das mulheres nos negócios e na vida pública, inclusive na liderança, é essencial para isso.

No entanto, estamos longe de alcançar nossos objetivos. Apenas 24 países têm mulheres chefes de estado ou de governo e 5% das cidades têm mulheres prefeitas. Nos negócios, apenas 8% das empresas da Fortune 500 são lideradas por mulheres e, na força de trabalho, as mulheres ganham cerca de 37% menos do que os homens em funções semelhantes. O Fórum Econômico Mundial afirma que levará 145 anos para alcançar a paridade de gênero na política e 267 anos para fechar a lacuna de participação econômica. No entanto, 2030 está a apenas oito anos de distância.

### Sem contraceptivos: o drama das venezuelanas em imagens



Sem contraceptivos: o drama das venezuelanas em imagens

As empresas devem desempenhar um papel fundamental e crucial no fechamento dessa lacuna de igualdade. A Organização Internacional do Trabalho defende cinco passos importantes para as empresas, que são: obtenção de salário igual para trabalho de igual valor, prevenção e eliminação de violência e assédio, criar um equilíbrio harmonioso entre vida profissional e pessoal para mulheres e homens, representação igualitária de mulheres em cargos de negócios e gestão, investimento em um futuro de trabalho que funcione para as mulheres.

A UN-Habitat, a agência das Nações Unidas comprometida com a ação local, acredita que direitos iguais para mulheres e meninas podem ser acelerados por cidades e negócios trabalhando juntos. As cidades podem realizar três ações principais. Primeiro, promover o acesso à educação. Segundo, abordar a informalidade. E, terceiro, garantir a segurança da posse da terra e da propriedade.

- **Na agenda ESG: Distância entre discurso e prática é entrave nas empresas**

Há muitas maneiras pelas quais as cidades podem criar melhores ambientes de negócios, inclusive para as mulheres, e muitas maneiras pelas quais as empresas podem criar maiores oportunidades para as mulheres. Mas isso não é novidade. Muitas dessas ações poderiam ter sido tomadas décadas atrás, mas não foram. Por quê? Faltou vontade política e investimento em impacto. Nossa iniciativa Cidades ODS visa a acelerar a realização dos ODS em mil cidades e melhorar a vida de 1 bilhão de pessoas até 2030. Mas não em qualquer cidade.

Precisamos de cidades com líderes dispostos a promover mudanças. Mais especificamente, nos inspiramos na determinação de mulheres prefeitas, como aquelas que aderiram ao lançamento do "Mulheres Líderes pelos ODS em todas as cidades" em Nova York na semana passada, de Bogotá a Banjul, que já passou pela desigualdade e está colocando suas vidas políticas em risco em busca da justiça social. Também somos inspirados por mulheres líderes empresariais e empreendedoras sociais cujo senso de valor é muito mais profundo do que simplesmente retorno comercial.

- **Nas redes: Dez perfis para seguir e se informar sobre temas como assédio e direitos das mulheres**

O lançamento também contou com a brasileira Marina Feffer, fundadora da Generation Pledge, e Rachel Gerrol, com sede nos EUA, do Nexus Global Summit. Quando líderes empresariais altamente motivados apoiam prefeitas altamente comprometidas, podemos realmente esperar pela sociedade igualitária, justa e íntegra de que precisamos urgentemente.

## Por que a vida sexual das mulheres diminui após a menopausa?

Pesquisas sugerem que mudanças hormonais são apenas parte do motivo



Por Tara Parker-Pope, The New York Times  
22/05/2022 04h30 - Atualizado há um mês



A falta de um parceiro ou problemas de saúde dele também interferem no desempenho sexual das mulheres — Foto: Instagram

Para muitas mulheres, o sexo após a menopausa não é tão satisfatório quanto costumava ser. Mas será que o fim dos ciclos menstruais é o culpado? Novas pesquisas sugerem que as mudanças hormonais que acompanham a menopausa são apenas parte do motivo pelo qual a vida sexual de uma mulher diminui com a idade.



- **Libido baixa em mulheres nem sempre tem origem física: Conheça as principais causas**
- **Sextou: A atividade física aumenta a libido e o desempenho sexual, mostram estudos**
- **Sexualidade: 'A mulher não precisa sofrer com a baixa de libido da menopausa, tem tratamentos', diz médica**

É verdade que muitas pessoas apresentam sintomas como secura vaginal, dor em relações sexuais e perda do desejo – todos os quais podem afetar a frequência e o prazer do sexo. Mas o novo estudo mostra que as razões pelas quais muitas mulheres param de querer ter relações sexuais são muito mais complexas.

Embora a culpa da queda na frequência sexual seja imposta às mulheres, o estudo mostra que, muitas vezes, é a saúde do parceiro que determina se ela permanece sexualmente ativa e satisfeita com sua vida sexual. Vale ressaltar, porém, que a maioria dos estudos realizados se concentrou inteiramente em mulheres heterossexuais e, portanto, pouco se sabe sobre os efeitos da menopausa em casais do mesmo sexo.



O último estudo, publicado na revista médica Menopause, é baseado em pesquisas com mais de 24 mil mulheres que participaram de um rastreamento de câncer de ovário na Grã-Bretanha. Com idades entre 50 e 74 anos, elas responderam a questionários de saúde sobre suas vidas sexuais. Mas o que faz esses dados serem únicos é o fato de que cerca de 4.500 mulheres também deixaram comentários por escrito, o que deu aos pesquisadores uma série de novos insights sobre a vida sexual feminina.

No geral, 78% das mulheres que participaram da pesquisa disseram ter um parceiro íntimo, mas menos da metade (49,2%) disseram ter vida sexual ativa. As respostas sobre o porquê de terem parado de fazer sexo revelaram a dor e a tristeza por trás das estatísticas.

Um dos motivos mais indicados para isso foi a perda de um parceiro por morte ou divórcio, citado por 37% das mulheres. Vale ressaltar que o grupo que não possuía uma vida sexual ativa indicou várias razões para isso, motivo pelo qual as porcentagens ultrapassam 100%. Entre os relatos, o de uma senhora de 72 anos:

“Sou viúva há 17 anos. Meu marido foi meu amor de infância, não terei mais ninguém.” (72 anos)

#### **Banho sem passar sabão? Entenda por que médico que aderiu à prática**

Outras mulheres disseram que a vida era complicada demais para ter tempo para o sexo – 8% afirmaram que o parceiro estava cansado e 9% das mulheres relataram que também estavam cansadas demais para ter relações sexuais.

“Sinto que, no momento, meu papel na vida é criar meu filho de 12 anos. O relacionamento vem em segundo lugar.” (50 anos)

“Preciso cuidar dos meus pais. A falta de energia e a preocupação com eles causam uma redução na atividade sexual.” (53 anos)

“Meu marido está muito ocupado com o trabalho, e eu estou ocupada com dois filhos. Ambos caem na cama no final do dia.” (50 anos)

#### **Xapa Xana: À base de maconha, lubrificante que aumenta o prazer feminino ganha adeptas no país**

Um marido com sérios problemas de saúde foi outro tema comum. Cerca de uma em cada quatro mulheres (23%) disse que a falta de sexo era por causa de problemas físicos de seus parceiros, e 11% das mulheres culpavam seus próprios problemas físicos.

“Ele não mantém uma ereção forte o suficiente para penetração (após cirurgia de próstata e diabetes). Minha atividade sexual é limitada pela saúde do meu marido.” (59 anos)

“Meu marido teve um derrame que o deixou paralisado. As relações sexuais são muito difíceis. Permaneço com ele como cuidadora e companheira.” (52 anos)

“Meu marido teve um ataque cardíaco e a medicação dele deixa efeitos colaterais, o que torna o sexo muito difícil. Isso nos entristece”. (62 anos)

“Como tenho um novo parceiro há um ano, acho que minha vida sexual nunca foi melhor e certamente é muito frequente. É a razão da minha felicidade, contentamento e bem-estar.” (59 anos)

“O sexo acontece com menos frequência do que quando mais jovem. Nós dois nos cansamos, mas quando fazemos isso, é bom.” (64 anos)

Os dados e comentários foram analisados por Helena Harder, pesquisadora da Brighton and Sussex Medical School, e colegas. Ela disse que os depoimentos mostram que os médicos precisam ter conversas mais frequentes com as mulheres sobre sexo.

– As mulheres dizem que lamentam que as coisas tenham mudado. Elas gostariam que fosse diferente – diz Harder. – Mas, em geral, isso não está sendo discutido.

### **Fertilidade: Ciência consegue reverter envelhecimento de óvulos pela primeira vez**

Faubion, que também é diretora da North American Menopause Society, observa que existem tratamentos disponíveis para ajudar mulheres que têm secreta vaginal e sentem dores durante o sexo. Além disso, dois medicamentos para a libido foram aprovados para ajudar a aumentar o desejo feminino.

Um é uma pílula e o outro, que é injetável, deverá estar disponível ainda este ano, embora ambas as drogas tenham desvantagens, incluindo custo, limites de quando podem ser usadas e efeitos colaterais, então não são uma opção para todas as mulheres, disse ela.

Uma alternativa melhor pode ser educar mulheres e casais. Trabalhar com um terapeuta sexual pode ajudar as mulheres a lidar com problemas de ansiedade e baixo desejo. Um psicólogo pode ajudar a ensinar as mulheres que, embora o desejo sexual espontâneo possa diminuir, elas podem planejar o sexo, e o desejo geralmente retorna quando a mulher está envolvida em intimidade.

### **Entenda: O que acontece com os espermatozoides após a vasectomia?**

Nan Dill, uma mulher de Cincinnati de 53 anos com três filhos de 15, 18 e 21 anos, disse que foi só quando seu médico fez perguntas sobre sua vida sexual que ela percebeu como o baixo desejo havia se tornado um problema em sua vida sexual.

Foi então que ela começou a usar um adesivo de estrogênio para ondas de calor e a fazer um tratamento de secreta vaginal sem estrogênio. Aprender que as mudanças no desejo são normais ajudou tanto ela quanto o marido a entender que estavam simplesmente entrando em um novo capítulo no relacionamento.

– Quando você tem as informações certas, isso ajuda a entender a mudança não apenas em seu corpo, mas também em seu quarto – disse ela. – Você aprende que o sexo pode ser diferente, mas ainda será bom e ainda funcionará para vocês dois.

# 'Me senti ofendida como mulher', diz prefeita do interior de SP que registrou boletim de ocorrência após ser xingada de 'biscate'

'Internet não é terra sem lei', postou a prefeita de Bauru (SP) para denunciar o xingamento. Perfil do internauta já foi identificado pela polícia, e boletim de ocorrência foi registrado como injúria, calúnia e difamação.

Por Ricardo Silva, g1 Bauru e Marília  
24/05/2022 06h34 - Atualizado há um mês



Suellen Rosim (PSC), alvo de comentários machistas, é a primeira mulher prefeita da cidade — Foto: Instagram/Reprodução

Um comentário machista nas redes sociais que teve como alvo a prefeita de **Bauru** (SP), Suellen Rosim (PSC), virou caso de polícia. Suellen, que é a primeira mulher a se tornar prefeita da cidade, **registrou um boletim de ocorrência após ter sido xingada de "biscate"** em uma postagem no Facebook.



O perfil do internauta, que já foi identificado pela polícia, fez um comentário em uma postagem da prefeita que parabenizava o Noroeste, clube de futebol da cidade, **campeão no último domingo (22) da Série A3 do Campeonato Paulista**.

De acordo com a prefeita, as divergências sempre fizeram parte da sua vida política, sobretudo após se tornar chefe do Executivo do município. No entanto, os comentários assumiram um lugar de agressão e, por isso, devem ser caracterizados como tal, mesmo em um ambiente como a internet.



Em postagem, prefeita de Bauri afirma que registrou boletim de ocorrência após ser xingada — Foto: Instagram/Reprodução

"Nas minhas redes, tem muita gente que comenta eventualmente algumas críticas. Mas não foi só uma divergência. Do jeito que foi, dessa forma e como mulher, eu não tinha nem como admitir. Não foi só uma divergência com a prefeita, com a política, me senti ofendida como mulher", conta Suéllen.

Na postagem que fez para informar que havia registrado o boletim de ocorrência, a prefeita afirmou que a "internet não é uma terra sem lei".

O xingamento, que foi registrado no BO como injúria, calúnia e difamação, permaneceu nos comentários da postagem por cerca de dez horas, até ter ser apagado pelo agressor, que, segundo a prefeita, já havia se colocado como opositor na política, mas nunca com ofensas dessa natureza.



---

"É uma pessoa que já comentava politicamente contra. Quando é político, você releva, porque é normal a divergência, as pessoas têm o direito de se expressar, de não gostar, de se opor. Mas, desta vez, partiu para agressão verbal contra a minha pessoa em um nível bem desrespeitoso", comenta Suéllen.

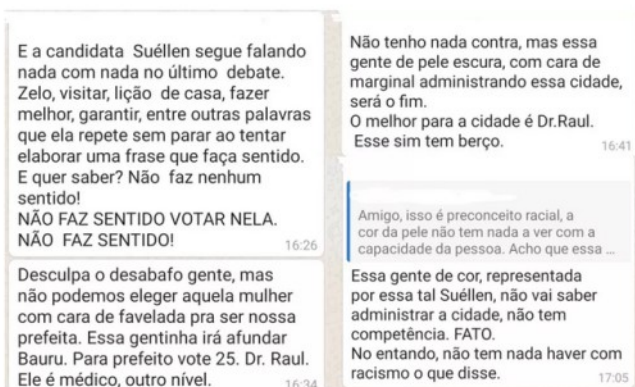
O envio de mensagens abusivas por apps de bate-papo ou por redes sociais pode ser responsabilizado tanto na esfera criminal quanto na cível. Em uma esfera, as penalidades são financeiras, como o pagamento de indenização; na outra, a pena pode envolver prisão. A prefeita, após registrar o boletim de ocorrência na polícia, pretende agora acionar o agressor também na Justiça.

"O perfil já foi identificado, é um perfil bem aberto, não é fake. Ele apagou o comentário depois que viu que foi lido, mas eu já havia feito print", explica.

Dependendo do teor, **mensagens ofensivas na internet podem configurar diferentes crimes**, desde calúnia, difamação ou injúria até preconceito racial e ameaça.

## Alvo de ofensas

E essa não é a primeira vez que a prefeita de **Bauru** é alvo de ofensas na internet. Antes mesmo de ter sido eleita em novembro de 2020, **Suéllen recebeu ofensas racistas** e também **ameaças de morte**. No caso das ofensas racistas, **o autor foi identificado logo depois**.



Mensagens com conteúdo racistas contra a prefeita eleita de Bauru foram divulgadas no WhatsApp — Foto: WhatsApp/Reprodução

O suspeito, um homem negro, informou que queria despertar **uma discussão sobre "racismo velado"**. O homem de 37 anos, morador de **Bauru**, foi liberado depois de prestar depoimento, no final de 2020, e responde pelo crime de injúria racial.

O novo desabafo da prefeita, que veio, a princípio, por redes sociais e, depois, materializado na denúncia feita na polícia, segundo ela, é uma forma de defender outras mulheres que também possam ter se sentido ofendidas com a publicação.

"A lei já nos ampara quando as coisas ultrapassam todos os limites. Foi desrespeitoso como mulher. Imagina todas as outras que leem esse tipo de comentário. Ninguém gosta de ser colocada em um lugar que não te pertence", desabafa a prefeita.

## Identidade de gênero influencia a forma como o dependente alcoólico lida com sua condição

Pesquisador acompanhou reuniões estritamente femininas de um grupo dos Alcoólicos Anônimos em SP



José Tadeu Arantes

A\*

**ABNCA FAPESP** Um estudo qualitativo conduzido por pesquisadores da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) sugere que a identidade de gênero influencia a forma como o dependente alcoólico lida com sua condição.

A investigação foi coordenada pelo professor Edemilson de Campos, com apoio da Fapesp e colaboração de Nádia Narchi, também professora da EACH-USP. Os resultados foram divulgados na revista [Drug and Alcohol Review](#).

Campos conta que obteve permissão para frequentar as reuniões estritamente femininas de um grupo dos Alcoólicos Anônimos (AA) na cidade de São Paulo. E foi nesses encontros, bem como nas entrevistas realizadas com as participantes, que recolheu os depoimentos em primeira mão utilizados em seu estudo.



Estudo qualitativo sugere que a identidade de gênero influencia a forma como o dependente alcoólico lida com sua condição - Adriane Vizari - 23 mai 2020 / FoliaPress

"Grupos do AA que reúnem apenas mulheres são frequentes nos Estados Unidos. Mas no Brasil não. Os AA desencorajam esse formato, alegando que o alcoolismo é um só e afeta igualmente homens e mulheres. Mas as mulheres que entrevistei pensam diferente e me disseram que se sentiam intimidadas nas reuniões mistas. Algumas relataram, inclusive, que haviam sido vítimas de assédio e piadas sexistas durante os encontros", diz o pesquisador.

Ele informa que existem 120 grupos de Alcoólicos Anônimos na cidade de São Paulo. Mas apenas dois deles promovem reuniões estritamente femininas: um na zona norte da cidade e outro no bairro de Santa Cecília. "Como os AA não possuem estrutura hierárquica, os grupos gozam de bastante autonomia, inclusive com coordenação rotativa. Solicitei permissão para frequentar as reuniões femininas dos dois grupos, mas apenas as participantes da zona norte concordaram", afirma.

É importante esclarecer que os Alcoólicos Anônimos consideram o alcoolismo como uma "doença crônica e incurável", decorrente de uma predisposição física aliada à obsessão mental pelo uso do álcool. E acreditam que não há força de vontade individual capaz de vencer essa doença. A rede de apoio formada pelo próprio grupo é um suporte indispensável para conviver sobriamente com ela. Os Alcoólicos Anônimos definem a si mesmos como uma "irmandade de homens e mulheres", não ligada a "nenhuma seita ou religião, nenhum movimento político, nenhuma organização ou instituição". A "irmandade" não cobra taxas nem mensalidades, mas possui autossuficiência financeira graças às contribuições voluntárias de seus membros.



"Já havíamos estudado grupos com reuniões mistas. O que fizemos, com muito respeito, nessa reunião estritamente feminina, foi uma pesquisa de tipo etnográfico, recolhendo relatos individuais sobre relacionamento, família, trabalho e outros assuntos de interesse das participantes. A expressão 'dor da alma' foi a forma como essas próprias mulheres caracterizaram sua condição, marcada por um forte sentimento de rejeição e solidão devido ao estigma social", diz Campos.

Um aspecto notável constatado pelo pesquisador foi que, enquanto nas reuniões mistas os homens enfocavam seus relatos no trabalho e em outros aspectos impessoais da vida prática, as participantes da reunião estritamente feminina falavam muito mais de sua intimidade. "Por isso, reuniões só de mulheres são muito importantes. Por oferecerem um espaço seguro de expressão. Essas reuniões tinham o poder de devolver às participantes um sentimento de dignidade", argumenta.

De maneira geral, o pensamento socialmente condicionado é bastante condescendente com o pai que negligencia suas obrigações paternas. Mas é implacável com a mãe que procede de forma semelhante. "O sentimento de que o alcoolismo possa tê-las impedido de cumprir aquilo que a sociedade esperava delas era algo que pesava demais para essas mulheres", conta Campos.

#### CRITÉRIOS

Em sua quarta e mais difundida revisão, o Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (DSM, na sigla em inglês), da Associação Americana de Psiquiatria, caracteriza como dependente de substâncias o indivíduo que tenha preenchido três ou mais dos seis seguintes critérios: gastou grande parte do seu tempo para conseguir, usar ou se recuperar do efeito da substância; usou a substância com maior frequência ou em maior quantidade do que pretendia; precisou de quantidades maiores para obter o mesmo efeito; não conseguiu diminuir ou parar de usar a substância; continuou a utilizar a substância mesmo após ter conhecimento de que ela estava causando ou agravando problemas de saúde físicos ou mentais; e deixou de fazer ou diminuiu o tempo dedicado às atividades sociais, de trabalho ou de lazer devido ao uso da substância.

No caso do álcool e de outras drogas que provocam dependência química (como tranquilizantes benzodiazepínicos, estimulantes anfetamínicos, cocaína, crack ou similares), além dos seis critérios mencionados foi agregado um sétimo, definido pela manifestação de sintomas de abstinência, que variam de acordo com a substância. Nesse caso, o indivíduo é considerado dependente se preenche três de sete critérios.

Esses critérios se aplicam igualmente a homens e mulheres. Mas o que Campos verificou em seu estudo foi que, além dessa classificação geral, a vivência do alcoolismo e de seu tratamento é fortemente influenciada pelo marcador social de gênero. "Ao contrário da ideia prevalente nos AA, constatamos que as mulheres precisam, sim, ter um espaço seguro para expor sua 'dor da alma'", conclui.

Pesquisa realizada em 2017 pela Fiocruz, sobre o uso de drogas pela população brasileira, verificou que aproximadamente 2,3 milhões de pessoas, entre 12 e 65 anos, apresentaram dependência ao álcool nos 12 meses anteriores à pesquisa. A incidência foi 3,4 vezes maior entre os homens (2,4% da população masculina) do que entre as mulheres (0,7% da população feminina). Mas os estudiosos do assunto consideram que este último percentual pode ter sido subestimado, devido ao forte estigma social em relação ao alcoolismo feminino. Com medo do que os "outros" poderiam pensar, dizer ou fazer, muitas mulheres dependentes podem ter escondido sua condição.

< [celebridades](#)

## Johnny Depp e Amber Heard: 'As pessoas tendem a acreditar em homens poderosos, principalmente alguém com a popularidade do ator'

Advogada americana especialista em assédio sexual discorre sobre julgamento



O ator Johnny Depp



NEWSLETTER

Digite seu e-mail

16/04/2022 às 10:04

**BBC NEWS BRASIL.** O processo de difamação entre Johnny Depp e Amber Heard não é apenas debatido nos tribunais dos Estados Unidos, mas também no "tribunal da opinião pública". As imagens de ambos os atores viralizaram nas redes sociais. Centenas de milhares de pessoas assistem a audiências transmitidas no YouTube ou canais de televisão.

O julgamento, que acontece no Estado americano da Virgínia, começou em 11 de abril, depois que Depp processou a atriz por uma suposta acusação falsa de violência doméstica.

Ao longo de três semanas, uma série de testemunhas –incluindo os dois artistas– revelaram detalhes íntimos do relacionamento. O júri, o juiz e o público ouviram diversas histórias do casal sobre brigas, insultos e ciúmes.

25 / 27 Imagens da atriz Amber Heard



Amber Heard com o então marido, Johnny Depp, em evento na Califórnia (Foto: Fory 9 Jan 2016/Instagram AP)

Heard afirmou, entre outras coisas, que seu ex-marido, com quem se casou em 2015, abusou sexualmente dela. Enquanto o protagonista de "Piratas do Caribe" insistiu que nunca cometeu tais atos e que, pelo contrário, foi vítima de abuso verbal e físico por parte dela.

Algumas vozes sugerem que a opinião pública está do lado do ator e que isso é demonstrado pelos comentários e milhões de hashtags a seu favor nas redes sociais. Outros alertam que o caso pode ter impacto nas vítimas de violência doméstica. As audiências judiciais estão em recesso e recomeçam no próximo dia 16 de maio.

A BBC News Mundo, o serviço de notícias em espanhol da BBC, falou sobre essas questões com a professora Carrie N. Baker, que leciona no Smith College e tem doutorado em Estudos da Mulher pela Emory University, nos Estados Unidos. Baker também é advogada especializada em assédio sexual.

\*

#### **Como a Sra. descreve o processo entre Amber Heard e Johnny Depp?**

**Baker:** Trata-se de um processo por difamação. É comum que uma pessoa acusada de abuso entre com esses tipos de ações judiciais. Mas ao contrário de outros lugares, como em algumas partes da Europa, nos EUA temos fortes proteções à liberdade de expressão garantidas pela Primeira Emenda da Constituição. É muito difícil ganhar um processo por difamação, principalmente se você for uma figura pública como Johnny Depp. No entanto, o público reagiu muito positivamente em relação a ele. Ainda assim, ficaria muito surpresa se ele acabasse ganhando o caso.

#### **Por que, então, entrar com a ação se é tão complicado vencê-la?**

**Baker:** Muitas vezes, é uma tentativa de obter uma audiência pública, contestar as acusações e limpar seu nome. As pessoas acusadas de abuso têm mais recursos do que a outra parte. E às vezes elas esperam resolver antes que o caso termine, extrajudicialmente. Esta é frequentemente a realidade nos EUA; os casos de difamação são tão difíceis de vencer que acabam sendo resolvidos mais cedo.

#### **A Sra. alega, então, que Depp está usando o sistema de justiça dos EUA para limpar seu nome...**

**Baker:** Sim. Esta é uma oportunidade para ele veicular seus argumentos. No tribunal da opinião pública, Johnny Depp tem tido muito sucesso em se projetar como vítima. Veremos o que acontece no final, mas é muito difícil para as mulheres ter controle nesses casos. Mesmo que Depp não ganhe o processo, as pessoas só vão se lembrar do que aconteceu durante o julgamento. E ele aparece como se tivesse sido a vítima.

#### **A Sra. poderia explicar o conceito de "tribunal da opinião pública"?**

**Baker:** É o que as pessoas percebem de uma audiência judicial e como os participantes do processo legal são apresentados na mídia. Ele [Johnny Depp] é uma figura pública e obviamente teve muitos problemas comportamentais. E está tentando recuperar sua reputação. A possibilidade de ele e seus advogados argumentarem na Justiça que ela, Heard, é quem fez o mal permite que eles recalibrem a percepção de sua imagem.

Heard é vista como mentalmente desequilibrada e menos crível. Tudo isso é construído sobre estereótipos sobre as mulheres como pessoas mais emocionais e exageradas. Essas narrativas sobre o comportamento masculino e feminino jogam a seu favor [do ator]. Acredito que o sistema é parcial a favor dos homens.

#### **Mas há quem afirme que ambos os atores foram violentos. A Sra. acha que há um caso de violência de mão dupla aqui?**

**Baker:** Certamente, as mulheres podem cometer violência contra os homens. Mas as estatísticas de violência de homens contra mulheres são maiores. E quando os homens cometem violência doméstica, eles tendem a fazê-lo com mais seriedade. Geralmente, são mais propensos a agredir suas parceiras.

Isso tem muito a ver com o fato de que na sociedade a violência masculina é mais aceita. Além disso, quando as mulheres se comportam de forma violenta, a proporção de abuso físico tende a ser menor, tende a ser outro tipo de abuso, como o psicológico. E sim, isso pode ajudar Amber Heard, porque as pessoas estão mais inclinadas a ver mais mulheres como vítimas de violência doméstica.

#### **Como esse caso altamente divulgado na mídia pode influenciar pessoas que foram vítimas de violência doméstica?**

**Baker:** Acho que quando algumas mulheres veem como outras mulheres são tratadas quando elas decidem denunciar o abuso que sofreram, isso pode desencorajá-las a falar. Elas não querem ser tratadas como Amber Heard foi tratada.

Mas elas podem se sentir identificadas. Há exemplos históricos, como quando Anita Hill (advogada e professora americana) acusou (atualmente, juiz associado da Suprema Corte dos EUA) Clarence Thomas de assédio sexual. Nas audiências perante o Comitê Judiciário (do Senado dos EUA) para a confirmação de Thomas no cargo, Hill foi maltratada.

Mas depois dessas audiências públicas, muitas mulheres começaram a denunciar casos de assédio e agressão sexual. O número de queixas aumentou. Tudo porque as mulheres se identificavam com Anita Hill. Elas podem se sentir validadas porque veem que não estão sozinhas.

#### **Como um relacionamento abusivo muda quando uma das partes é uma pessoa famosa ou poderosa?**

**Baker:** Eles poderiam ter mais poder e recursos para contratar advogados. É por isso que muitos homens poderosos usam os tribunais como tática de abuso. Eles querem silenciar as pessoas que os expõem. Movem ações judiciais para intimidar. Ressalto que essa é uma técnica comum.

As pessoas tendem a acreditar em homens poderosos, especialmente alguém com a popularidade de Johnny Depp. Todos nós já vimos isso em filmes. Todos o amam em "Piratas do Caribe". Ele é um dos atores mais populares do mundo e acho que isso pode ser um fator importante em como ele é percebido e no nível de simpatia que as pessoas têm por ele.

#### **Os advogados perguntaram a Amber Heard por que ela não terminou o relacionamento depois de ser abusada. Ela respondeu que amava Johnny Depp. O que acontece com uma vítima de abuso que pode ter dificuldade em deixar seu parceiro, apesar da situação em que se encontra?**

**Baker:** É muito difícil para uma pessoa que foi abusada deixar um relacionamento. Às vezes, deixar o relacionamento pode ser perigoso. Pode desagradar o agressor. Muitas mulheres também são financeiramente dependentes de seus agressores. Embora não ache que este seja o caso em questão.

Outras vezes há filhos envolvidos e elas se preocupam em protegê-los. Sentem que vai ser melhor para eles ter os pais juntos. Há também outra coisa chamada "ciclo de abuso". Acontece quando uma pessoa abusa de alguém, mas depois pede desculpas e promete não fazer isso novamente.

Inicia uma série de comportamentos para manter a pessoa abusada por perto. Então o abuso começa novamente e pode até aumentar. Às vezes, acontece em casais que têm um relacionamento longo e se amam. Portanto, pode ser muito difícil para uma mulher sair desse relacionamento violento.

#### **Durante o julgamento, nenhum especialista em violência doméstica testemunhou. Como isso poderia mudar a opinião do júri?**

**Baker:** Há especialistas que podem testemunhar o que muitas vezes é chamado de síndrome da mulher maltratada. Isso para educar o júri sobre porque as mulheres podem permanecer em um relacionamento abusivo, apesar dos maus-tratos. Muitas pessoas não entendem que estão sendo abusadas.

#### **Isso também pode influenciar a percepção do público...**

**Baker:** Sim. Mas o que está acontecendo no tribunal é uma coisa e o que está acontecendo nas redes sociais e na mídia é outra. No tribunal, há restrições sobre quais provas podem ser apresentadas diante do júri. Mas no tribunal da opinião pública não há restrições.

#### **Amber disse que há testemunhas oculares de alguns atos violentos perpetrados por Depp. Ela poderia apresentar essas testemunhas durante o julgamento?**

**Baker:** Claro, absolutamente. Mas ela não tem o ônus de provar nada. Ele a processou por difamação e tem o ônus de provar isso.

#### **O que poderia ser um possível resultado deste caso?**

**Baker:** É difícil responder. Mas, como disse, é difícil ganhar um processo por difamação nos tribunais dos Estados Unidos. Ainda mais como figura pública. Se você é um cidadão comum e entra com um processo por difamação, é mais fácil ganhar.

Basicamente, isso ocorre porque, se você se tornar uma figura pública, estará abrindo a porta para as críticas do público. Mas figuras públicas ganharam casos de difamação. Geralmente tem que ser um caso muito forte e este não parece ser. Mas cabe ao júri analisar todas as evidências e determinar se elas têm credibilidade ou não.



LUPAZO &

# Empreendedorismo feminino é por sobrevivência, diz autora

Empresária Ana Fontes lança guia para mulheres conhecerem os desafios da área



**Ana Paula Branco**

**SÃO PAULO** Há 12 anos à frente da Rede Mulher Empreendedora, espaço que reúne mais de 750 mil mulheres, a publicitária Ana Fontes, 55, lança "Negócios: um Assunto de Mulheres", o seu primeiro livro.

A publicação foca as mulheres que pretendem empreender ou já dão os seus primeiros passos no mercado e conta com depoimentos de empresárias sobre os desafios de estabelecer o próprio negócio no Brasil.

Logo de cara, Ana deixa claro que o perfil da empreendedora é bem diferente do empreendedor. Eles, diz, têm uma boa ideia de negócio e vão atrás. Já elas buscam sobrevivência.

"Aqueles que vêm do universo corporativo para o ambiente empreendedor, não vêm por vontade própria, vêm porque ele ainda é, mesmo em 2022, um ambiente extremamente hostil para as mulheres", afirma.



Ana Fontes, fundadora da Rede Mulher Empreendedora, lançou o livro "Negócios, um assunto de mulheres" - Zanone Fraissat/Folhapress

\*

**Como nasceu o livro "Negócios: um Assunto de Mulheres"?** Todo o mundo me falava "você tem tanto conhecimento, tanta informação, você precisava colocar isso para que mais pessoas tivessem acesso. E aí a pandemia não tem nada de positivo, mas algumas coisas a gente acabou conseguindo fazer em decorrência da pandemia, e eu resolvi realmente dar atenção para isso e fazer esse livro.

Na minha ideia eu queria que ele fosse um guia para que as mulheres entendessem, se identificassem e vissem exatamente quais são as questões, os desafios e as coisas bacanas de empreender. Que ele servisse também para pessoas que estudam o empreendedorismo feminino e que fosse um livro que representasse as mulheres, porque ele não é sobre a minha história. O livro é sobre a história de milhões de mulheres do Brasil que estão empreendendo e tentando fazer do negócio delas, um negócio que dê certo e tenha sucesso.

Queria também que a organização de textos fosse feita por uma mulher e tivesse uma mulher representativa, que fosse inspiracional, que é a Luiza [Trajano, presidente do conselho de administração do Magazine Luiza]. E a editora também. Ficou bacana, porque é tudo feito por elas.

**Sobre o empreendedorismo feminino, ele é sempre ligado ao maternal? É para a mulher que "precisou se virar" para cuidar do filho ou de um familiar doente ou isso é uma visão antiga?** Os gatilhos para as mulheres empreenderem são diferentes daqueles dos homens. Normalmente, as mulheres empreendem por questão de sobrevivência e para continuarem profissionalmente ativas. Aquelas que vêm do universo corporativo para o ambiente empreendedor, não vêm por vontade própria, vêm porque o universo corporativo ainda é, mesmo em 2022, um ambiente extremamente hostil para as mulheres.

Eu digo que elas são empurradas para o empreendedorismo exatamente porque elas não têm acolhimento dentro ambiente corporativo, especialmente para aquelas mulheres que são mães de filhos pequenos. Para boa parte delas, a maternidade é o principal gatilho. Tanto que brincamos muito na Rede: nasce uma criança, ao mesmo tempo nasce uma mãe e, ao mesmo tempo, nasce uma empreendedora.

A maior fatia começa a empreender entre 30 e 40 anos. O momento em que a gente pensa em ter filho é exatamente o momento em que a gente acha que o ambiente, especialmente o corporativo, não nos acolhe.

Cerca de 40% empreendem porque sustentam a família com o dinheiro que vem do negócio. Outra parte é para complementar a renda para botar comida dentro de casa.

Independentemente de vir do corporativo ou estar em uma situação de vulnerabilidade, o empreendedorismo para as mulheres hoje não é uma escolha.



---

A grande maioria não vem empreender porque teve uma ideia bacana de negócio e vai testar essa ideia para ver se dá certo e vai buscar uma oportunidade de negócio, que é o imaginário do mundo dos empreendedores. É óbvio que o número de mulheres nesta condição vem crescendo um pouquinho mais, mas não é a realidade da maioria das mulheres.

**E essa característica é geral ou brasileira?** Isso é geral. Se comparar com países com o mesmo perfil do Brasil, como a Índia e a África do Sul, a situação é parecida.

Quando você vai para países que são mais desenvolvidos, que têm mais programas de apoio entre as mulheres, elas têm uma condição melhor, têm políticas públicas de apoio, essa é a diferença. Não significa que a situação é 100% maravilhosa.

Aqui no Brasil nós temos pouquíssimas, praticamente nenhuma política pública para ajudar essas mulheres. Como acesso a capital, recursos financeiros, linhas de crédito específicas. Não existem dentro das políticas públicas governamentais que incentivem negócios ou alguma inovação liderados por mulheres.

**Qual o impacto da economia do cuidado no empreendedorismo feminino? Você vê essa forma de trabalho como um problema?**

Estudos mundiais mostram que 80% da economia do cuidado do planeta é feito por mulheres. Ou seja, cuidar de filhos, casa, companheiros, idosos, doentes, questões relacionadas ao cuidado ainda são majoritariamente feitas por mulheres.

O problema dessa economia do cuidado não é ela existir, é ela ser feita exclusivamente por mulheres, ou seja, não tem uma divisão de tarefas entre homens e mulheres. É ela não ser reconhecida socialmente, porque as pessoas não valorizam esse trabalho. E a terceira questão é que não tem valor financeiro.

Veja que na Argentina, no ano passado, criaram uma lei que, na aposentadoria, eles valorizam o trabalho das mães. [O cuidar dos filhos dá um adicional na aposentadoria.](#)

**E como empreender sendo mãe?** É fundamental uma rede de apoio, por isso é importante que as mulheres estejam juntas, façam parte de grupos, façam conexão entre elas.

Hoje, há rede de negócios criados por mulheres para ajudar mulheres, de cuidado familiar.

A dedicação no negócio é diferente. As mulheres se dedicam duas horas a menos no negócio. Além da questão de sobrevivência, as mulheres buscam flexibilidade. Essa palavrinha para os homens não aparece.

As mulheres pensam em negócios muito mais relacionados ao momento em que estão vivendo combinado com as habilidades delas.

Os homens buscam muito mais as oportunidades que têm e não necessariamente relacionadas com aquilo que eles gostam, que eles sabem fazer.

**Em relação a classes sociais, há muita diferença dentro do empreendedorismo feminino?** Não. No geral, quase 70% das mulheres empreendem no que a gente chama área de conforto da mulher: são moda, beleza, alimentação fora de casa, estética, serviços. São os territórios onde, normalmente, as mulheres dominam.

O que é diferente para as que estão em situação melhor das que estão em vulnerabilidade social é que elas estudam um pouco o mercado, tentam entender em que caminho podem seguir, que tipo ela pode abrir.

Aquela que está em vulnerabilidade social vai abrir com o que tem na mão. Como é diferente a condição dela na sociedade como um todo. Quanto mais marcadores sociais, mais difícil, mais desafiadora é a

---

**O livro traz todo um capítulo para questão de empreender com o marido como sócio e como equilibrar essa relação. Quais as dificuldades?** A mulher trata o negócio como se fosse um filho e inclusive como família o ambiente de negócios.

O que não tem nenhum problema, desde que tenha clareza de quando precisa desapegar, de quando precisa ser insistente e não persistente.

Nós temos um jeito de fazer a gestão do negócio que é mais colaborativo, mais humano, e isso é uma coisa boa.

A brincadeira que faço com elas é: não contrate alguém que você vai ter medo de demitir. Esse é o ponto.

O negócio não pode ser uma extensão da família.

**Como identificar qual será o diferencial do negócio?** Elas normalmente já chegam com uma ideia de negócio, o importante é elas entenderem se tem alguém para comprar.

Empreender é muito solitário, para mulher é mais solitário ainda. Estar junto e se identificar com outras mulheres é absolutamente fundamental.

Não existe um território específico de empreender. Não precisa se fechar no território só de coisas relacionadas ao universo feminino. Podemos, sim, criar soluções dentro de qualquer território, desde que a gente tenha uma ideia boa, que a gente execute melhor ainda e que tenham clientes para comprar.

No geral, tanto para mulher quanto para homem, de três a cinco anos é a média para que os negócios levam para dar certo.

opinião

## Você, mulher: filie-se. Mas não governe

Elas são apenas 1 em cada 7 pré-candidatos a governos estaduais, e sumiram da gestão Bolsonaro



### Juliana Coissi

Editora da Agência Folha, editoria responsável pelas reportagens nos estados. Formada em Jornalismo pela Unesp (Universidade Estadual Paulista), foi repórter em Cotidiano, na sucursal de Ribeirão Preto, na Agência Folha e correspondente em Curitiba.

"Representar as mulheres, trabalhar por nossas causas: É assim que fazemos política". O partido "não quer ter apenas mulheres candidatas; quer que sejamos protagonistas".

"Somos mães, filhas, donas de casa e profissionais; somos múltiplas e somos milhares". "Filie-se".

Quem ligou a TV aberta nas últimas semanas e se deparou com a propaganda partidária ficou com a impressão de que a [mulher é o centro da eleição](#) de 2022 no Brasil.

Filiar-se, sim, mas governar nem tanto. Mulheres são apenas [1 em cada 7 pré-candidatos a governos estaduais](#). No ano em que a conquista do [voto feminino no Brasil completa 90 anos](#), o percentual é menor do que o registrado nas eleições de 2018.

Fátima Bezerra, do Rio Grande do Norte, que tenta a reeleição, foi a [única eleita para um governo estadual](#) no último pleito.



Fátima Bezerra (PT), governadora do Rio Grande do Norte - Roberta Aline

No Planalto, a lacuna se repete. O ano de 2022 se encerra com o governo mais masculino de Jair Bolsonaro. [Restou apenas uma mulher](#), substituta de Damares Alves, entre os demais ministros, na troca para a disputa eleitoral.

---

Na falta de mais mulheres, coube a Cristiane Rodrigues Britto fazer par com [Michelle Bolsonaro](#) para dar o tom feminino da atual gestão em [controversa aparição na TV da primeira-dama no Dia das Mães](#).

Mulheres [governam a maioria dos lares brasileiros mais vulneráveis](#). Ocupam a maioria das cadeiras escolares e, ao lecionar, [são as que mais formam futuros profissionais](#). Mas elas ainda estão distantes dos principais postos de chefia nas empresas privadas. O que se reflete também na estrutura de comando da política.

Um bom governo, obviamente, não é garantido pelo gênero da pessoa escolhida, tampouco pela etnia e pela orientação sexual. Mas, na formação das chapas eleitorais, partidos deveriam refletir com mais nitidez o atual rosto da população brasileira e mostrar sintonia com as principais demandas do eleitorado.

Falta, enfim, o protagonismo delas prometido na TV.



OPINIÃO

## Como o futebol ensina homem a odiar mulher

Torcedora-símbolo do Talleres, Eivira Reyna acompanha estreia da equipe na Libertadores

Imagem: Reprodução Twitter

CONTEÚDO EXCLUSIVO PARA ASSINANTES



**Milly Lacombe**  
Colunista do UOL  
23/05/2022 18h00

"Vai pra cima delas, Timão". "Dessas bichas teremos que ganhar". "Chuta que nem homem". "Você joga feito mulherzinha". "Esse gol até mulher grávida faria".

Essas são frases corriqueiras em campos (e até em transmissões) pelo Brasil. Se a princípio parecem inocentes, basta uma rápida análise para entender que são pensamentos contribuem para o aprofundamento do preconceito contra a mulher.



W SO PARA ASSINANTES

Condenado, aposentado e recluso: por dentro do "sumiço" de Robinho

LER MATÉRIA

Tem sido fácil detectar a homofobia em algumas manifestações como "dessas bichas teremos que ganhar". Mas é importante que a gente fale também da dimensão de misoginia desses gritos.

O ideal da masculinidade vai sendo formado em oposição ao que é considerado feminino. Se mulher é associada a fraqueza, sensibilidade exagerada, vulnerabilidade e falta de competitividade, por exemplo, ser homem é ser forte, não revelar sentimentos, ser competitivo e não se deixar penetrar por nada.

Quando a ideia do que é ser mulher cola nos valores vendidos como femininos, fica bastante fácil entender que mulher é, então, inferior. Não é tão capaz quanto homens. Não segura o tranco.

Um homem que pensa assim vai imediatamente imaginar que a mulher dele precisa ser protegida. Tudo o que você protege pode ser chamado de seu. "protejo, logo obrigo" é um método bastante comum de dominação. O Estado faz isso a todo o instante.

Obrigo a que? Obrigo a se comportar, a se vestir de determinada maneira, a falar de determinado jeito, a cuidar da casa... eu poderia seguir listando.

Seguindo com o pensamento, todos sabemos que só somos verdadeiramente donos daquilo que podemos destruir. Se não podemos destruir, não somos donos, temos apenas usufruto.

E é assim que muitas de nós somos destruídas via abusos, assédios, estupros e assassinatos.

O ódio à mulher é uma doença social. Ela atinge a todos, especialmente aos homens hêteros que agem conforme as regras acima.

Ódio à mulher se chama misoginia. Vivemos, portanto, numa sociedade misógina.

Tudo faz parte das estruturas machistas e patriarcais que nos organizam socialmente.

Só que o mesmo machismo que nos destroi a todo o instante também aprisiona os homens.

O ideal de masculinidade diz que ser homem é ser viril, não demonstrar sentimento, não chorar, não pedir ajuda, aguentar o mundo nas costas, ser o provedor etc etc etc. Esses valores aprisionam os homens dentro de jaulas nas quais eles se debatem sem nem saber por que estão se debatendo.

O [futebol](#) é arena capaz de reafirmar e reproduzir todo esse horror. Nela, homens se comportam de acordo com essa cartilha de masculinidade. Dentro dela, mulheres são diminuídas através de abusos, assédios, violências, cantos, berros e opressões. A fim de tentar ridicularizar o adversário, muitos escolhem compará-lo a uma mulher. E aí a misoginia é acrescentada de homofobia.

Dizer que um homem "dá o cu" é a tentativa máxima de inferiorizá-lo. "Dar" qualquer coisa é ultrajante, é "coisa de mulher".

Oferecer um orifício de seu corpo à penetração - a despeito de todos os homens serem capazes de gozar quando a próstata é estimulada - é, além de coisa de mulher, considerado "coisa de viado".

Por que? Porque "homem que é homem" não se deixa penetrar, atravessar, tocar. Nem emocional, nem fisicamente.

Desse modo, se coloca em movimento um circuito de horrores.

Mas o futebol é também arena dentro da qual podemos, juntos e juntas, destruir todo esse horror.

A destruição passa por entender o que cada um desses gritos pode fazer. E o que deixar de cantá-los pode gerar.

Eu adoraria ver o [Corinthians](#) puxar essa transformação para além das já manjadas jogadas de marketing. Seria uma revolução com a cara do time do povo.



# TikTok e 'cunhadas': mulheres de presos são influenciadoras e sensação na internet

Produtoras de conteúdo viralizaram nas redes após mostrar dia a dia de preparação para as visitas ao companheiro em presídios

TECNOLOGIA E CIÊNCIA | Lucas Ferreira, do R7  
23/05/2022 - 02H00 (ATUALIZADO EM 23/05/2022 - 18H08)

COMPARTILHE:    

▶ Ouvir: TikTok e 'cunhadas' 0:00  A- A+



## RESUMINDO A NOTÍCIA

- As cunhadas, como são conhecidas as mulheres de presos, fazem sucesso nas redes sociais
- Caroline Lyssa conquistou milhares de seguidores mostrando cotidiano de uma cunhada
- Cientista social destaca marginalização das mulheres de presos na sociedade
- Pesquisador da área da comunicação explica força da internet para impulsionar novos temas



Caroline Lyssa mostra a rotina de uma cunhada no TikTok  
MONTAGEM/R7

Milhares de seguidores, milhões de visualizações e sucesso na internet: as influenciadoras estão marcando a era das redes sociais. Entretanto, esqueça maquiagens, dietas, exercícios, combinações de looks e todos esses conteúdos tradicionais, pois a sensação do momento são as cunhadas.

O apelido, usado para falar das esposas e namoradas de presos, se popularizou na web com as postagens no [TikTok](#) que mostram o dia a dia das mulheres que aguardam o marido fora dos muros do presídio.

O conteúdo das cunhadas é diversificado. Elas mostram a preparação da sacola ou a caixa com alimentos e itens de higiene, contam a história do casal e registram um pouco da rotina de cuidar de uma família enquanto esperam ansiosamente pelo dia da visita.

Uma dessas influenciadoras é Caroline Lyssa. Com 91 mil seguidores, 1,8 milhão de curtidas e milhões de visualizações no TikTok, ela diz que não esperava o sucesso na rede social.

“Não sabia mexer no TikTok, muito menos saber fazer vídeo. Realmente não esperava”, afirma Caroline em entrevista ao **R7**. “As pessoas que são próximas super me apoiam, não ouço críticas.”

A jovem é uma das centenas de cunhadas que se espalham pelo TikTok. O mundo das companheiras de presos tem seu linguajar próprio, como o termo jumbo (em referência aos pacotes que preparam para o marido), hashtags como #JuizSoltaOMeuPreso e até sequência de emojis de pombo, cadeado aberto e coração branco.

“Fui ganhando bastante seguidor no TikTok. Algumas pessoas me seguiam também no Instagram e lá pediam muito para eu postar stories do meu dia a dia, os preparativos para a visita e falar um pouco de como era”, relata Caroline sobre a origem da conta na rede social.

A cientista social e mestranda da UFC (Universidade Federal do Ceará) Fernanda Lobato, que pesquisa a dinâmica de relacionamentos como o de Caroline, afirma que as mulheres de presos costumam sofrer com a invisibilidade da sociedade.



“As mulheres que estão produzindo os vídeos do TikTok sobre essas rotinas conseguem dar um pontapé para contar as próprias histórias, pois são elas mesmas contando como vivenciam seus relacionamentos no controle da prisão, compartilhando suas vitórias e angústias.”

Lobato afirma que a separação física é apenas um dos problemas que as cunhadas enfrentam. O preconceito da sociedade e a incompreensão da vida dessas mulheres também são uma barreira de dor dia a dia fora dos muros do [presídio](#).

“Encontrei na minha pesquisa narrativas de mulheres com muita dor, seja pela separação física do seu companheiro, seja pelos constrangimentos que o cárcere traz para a vida delas. Elas contam que são vistas como criminosas e o peso desse estigma”, destaca a cientista social.

***“Acham que só por ser mulher de um presidiário levo uma vida errada”***

(CAROLINE LYSSA)

## O peso da saudade



Caroline publica frequentemente vídeos com o marido

MONTAGEM/R7

Em uma publicação no TikTok, Caroline mostra diversas mensagens enviadas ao Instagram do marido, às quais, por estar preso, ele não pode responder. Sofrimento, saudade e tristeza foram as palavras usadas pela influencer para falar sobre a distância.

Segundo ela, a conta e a nova vida na internet são apoiadas pelo marido, que acredita que o trabalho digital da esposa possa ser uma companhia quando a vida a dois não pode ser compartilhada todos os dias, lado a lado.

“Ele super apoia, acha bem legal tudo isso, pois me ajuda muito a ser mais forte”, diz Caroline. “É uma coisa que me distrai, ele acha muito bom eu fazer, para o meu bem.”

***“Pelo menos tira um pouco da cabeça o sofrimento, saudade e tristeza”***

(CAROLINE LYSSA)

Perfis como o de Caroline mostram o que a TV, jornal e rádio nunca conseguiram exibir. Segundo o pesquisador da UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) André Holanda, a internet é o ambiente perfeito para que esse tipo de conteúdo surja.

“É caro produzir conteúdo na mídia tradicional, e só vale a pena fazer a produção de uma mensagem televisiva, por exemplo, quando você sabe que tem público lá fora para receber essa mensagem”, ressalta Holanda.

A diferença da dinâmica dos meios de comunicação tradicionais e a da internet, como a capacidade de acessar conteúdos quando a pessoa quiser e a possibilidade de compartilhamento, favorece fenômenos como o das cunhadas.

“Na internet fica tudo arquivado, e o conteúdo pode acabar encontrando o seu público mais tarde. Talvez o aspecto principal seja a possibilidade de propagação que esse público traz para o conteúdo”, afirma o pesquisador da UFRRJ.

Caroline diz que a escolha do TikTok se deu pela possibilidade de gravar os vídeos e conseguir armazená-los em um feed que quem quisesse pudesse acessar quando bem entendesse. Esse recurso favorece os fãs, mas também é combustível para os haters (internautas que comentam publicações com o intuito de humilhar alguém).

“Eu prefiro ignorar. Quando é um comentário que me dói muito, vou lá e apago. Se é uma mensagem [ruim], não aceito, excluo como se nunca alguém tivesse mandado. Tento não me abalar com essas coisas, mas chega a doer às vezes, pois a pessoa comenta como se você fosse a pior pessoa”, desabafa Caroline.

## Público diversificado



Engana-se quem pensa que as cunhadas têm público restrito a quem vive uma realidade parecida. Elas aparecem no algoritmo do TikTok de todos os sexos, origens e profissões. As publicações chamam a atenção de quem passa pelo feed da rede social de uma forma quase hipnotizante.

“[Os vídeos] alcançam muitas cunhadas, mas vários outros grupos, tem até advogadas”, brinca Caroline, que tratou com alto-astrol o tema durante toda a entrevista. “Isso é bem legal. Por mais que alcance muita gente que julga, tem muita gente que está ali para dar um apoio, te desejando forças, que tudo vai ficar bem.”

Apesar do sucesso das cunhadas nas redes, Lobato ressalta a dificuldade da vida de quem muitas vezes precisa se deslocar centenas de quilômetros para visitar o parceiro que está preso.

“São rotinas de saudade e luta, uma vez que para realizar as visitas aos finais de semana são investidos muitos esforços para chegar às unidades prisionais. É difícil, pois normalmente elas ficam localizadas distante da área urbana e com acesso precário”, destaca a cientista social.

O público que consome o conteúdo produzido pelas cunhadas, por outro lado, é determinante para o sucesso das novas estrelas da internet, segundo Holanda.

“O público tem um papel ativo em propagar essa comunicação, linkando, recomendando, passando adiante, espalhando o conteúdo. É esse processo que cria a viralização, é uma das características fundamentais.”

Caroline, por sua vez, não pensa em se afastar do mundo da internet. A cunhada quer seguir a carreira de influenciadora e continuar em destaque nas redes sociais.

“Pretendo, sim [continuar como influencer], pois nesse tempo criei laços com as minhas seguidoras”, conclui Caroline.

**Oportunidade**

## Cursos de qualificação profissional são alternativa para mulheres retornarem ao mercado de trabalho

sábado 21 maio 2022 7:50 — Por Rafaela Ferreira

**Em Goiânia, Prefeitura oferece formações para mulheres em situação de vulnerabilidade e/ou risco social; quase 3 mil mulheres já se graduaram pelos programas**



Cursos tem como objetivo inserir mulheres no mercado de trabalho, contribuindo com o empoderamento financeiro e psicológico | Foto: reprodução/Prefeitura de Goiânia

Um dos efeitos da pandemia da Covid-19 na vida de muitos brasileiros foi o desemprego. Entre as mulheres, os números são piores. Em 2020, o índice de desemprego entre elas foi de 49,45%, segundo pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-IBRE). Em função disso, muitas mulheres buscaram formas de se qualificar profissionalmente para poder voltar ao mercado de trabalho ou gerarem renda própria.

Em Goiânia, a Prefeitura, através de secretárias, oferecem essa oportunidade. Na Secretaria Municipal de Políticas Públicas Para Mulheres (SMPM), quase 3 mil mulheres já se graduaram pelos programas de qualificação profissional direcionados às mulheres em situação de vulnerabilidade e/ou risco social. O objetivo é inseri-las no mercado de trabalho, contribuindo com o empoderamento financeiro e psicológico. Atualmente, quase 500 mulheres estão em aula.

A representante da SMPM, Tatiana Lemos, lembra que mulheres sofreram com a pandemia, em que muitas foram retiradas de seus empregos. "Muitas mulheres foram demitidas do mercado de trabalho. Outras tiveram que sair para ficar em casa com as crianças que estavam fora da escola ou cuidar das pessoas doentes. Com isso, elas perderam a renda. Então, esses cursos de qualificação profissional é uma forma que a Prefeitura tem de ajudar as mulheres a voltarem ao mercado de trabalho ou vislumbrar uma nova oportunidade de vida através de um novo futuro profissional", disse a secretária.

Em 2019, por meio do convênio "Mulher, Trabalho e Cidadania" com o Governo Federal em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), a secretária conseguiu ofertar cinco cursos, sendo eles o de assentamento de cerâmica; panificação; modelagem industrial para jeans, corte de tecidos para confecção de roupas e costura industrial.

Atualmente, além desses, o Educação de Jovens e Adultos (EJA) também é realizado pela pasta. Também os curso em chocolataria; manutenção de celulares; manutenção de computadores; preparação de salgados; moda e costura; costura industrial; gastronomia; empreendedorismo cooperativismo; tábuas de frios; redes sociais e marketing de redes; manicure e pedicure; massagem; cabeleireira; alongamento de unhas; manutenção de cílios; maquiagem e rede de proteção à mulher. Os cursos ofertados pela Prefeitura variam de acordo com os convênios firmados.

Além da pandemia, muitas mulheres também são afastadas do mercado de trabalho devido a violência de gênero. Entre janeiro e setembro de 2021, Goiás registrou 28.232 ocorrências de violência contra a mulher, sendo 195 referente a estupros, mais de 12 mil sobre ameaças, 7,9 mil por ameaças, 7,8 mil quanto a calúnias e 35 referentes a feminicídio. Todos os dados em questão foram fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (SSP-GO).

Para a secretária, os cursos são importantes, uma vez que, para mulheres que estão neste ciclo de violência, possam para de depender de seus parceiros financeiramente. "Sabemos que o ciclo de violência é amplo. Existe desde a dependência psicológica a dependência econômica e financeira. Por isso, a secretaria de políticas para as mulheres faz esse trabalho de qualificar as mulheres para o mercado", informou Tatiana.

Outra pasta que realiza projetos de capacitação, em que muitas mulheres são beneficiadas, é a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (Sedhs). Com o objetivo de contornar este problema, cursos de capacitação podem ser oferecidos para ingressar mulheres no mercado de trabalho. Por isso, oficinas gratuitas de artesanato, caixa de presente, bordado, crochê, pintura e costura são ofertados. As oficinas ocorrem nos Centro d Referência de Assistência Social (Cras) e Núcleo de Assistência Social (Nas). Nisso, em média, 460 mulheres participaram das oficinas dos Cras e 380 nos Nas.

Com isso, muitas mulheres já conseguiram ingressar no mercado de trabalho. A secretária da SMPM usa como exemplo as estudantes do primeiro curso de assentamento de cerâmica, em que, para muitas, a renda foi triplicada, segundo Tatiana. Desta forma, muitas mulheres saíram empregadas e gerando renda para as famílias. Na SMPM, os requisitos necessários para participar da formação são: ser mulher e ter acima de 18 anos; estar em situação de vulnerabilidade e/ou risco social; ter ensino fundamental. Já os documentos necessários são o Registro Geral (RG); CPF; comprovante de escolaridade e comprovante de endereço.

CELEBRIDADES

# Bárbara Evans comemora primeiro aniversário como mãe: 'Realizei meu sonho'

Modelo que deu à luz recentemente à Ayla, fruto do relacionamento com Gustavo Theodoro, completou 31 anos de idade neste domingo



Bárbara Evans comemora aniversário de 31 anos com o marido, Gustavo Theodoro e a filha, Ayla  
Reprodução / Instagram

**ODIA** O Dia  
redacao@odia.com.br

Publicado 22/05/2022 17:18 | Atualizado 22/05/2022 17:18

Rio - Bárbara Evans fez 31 anos neste domingo e usou as redes sociais para compartilhar um pouco da celebração e a emoção de poder passar o primeiro aniversário ao lado da filha, Ayla, que nasceu em abril deste ano. No Instagram, a modelo publicou fotos junto ao marido, Gustavo Theodoro, e a pequena.

## FOTOGALERIA



Bárbara Evans, o marido Gustavo Theodoro e a filha, Ayla  
Reprodução / Instagram

+LI

1

2

3

4

5

ESC

FLAN

Gustavo Theodoro aproveitou para homenagear a esposa, em seu perfil pessoal. "Hoje é o dia dela! Da mulher que eu escolhi para ficar do meu lado o resto da vida! E foi ela quem me deu o melhor presente e mostrou o significado do amor! Amo muito você e a nossa família! Vou estar sempre ao seu lado! Feliz aniversário", escreveu na foto em que aparece ao lado de Bárbara.



TERESÓPOLIS

# REAGE, MULHER! Força e coragem para recomeçar' é tema de evento realizado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher

Encontro contou com depoimento forte de vítima de violência doméstica



O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher (CMDDM), na Casa de Portugal, em evento para comemorar o Dia Nacional da Mulher

Bruno Nagomazano



Publicado 03/05/2022 08:20

O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher (CMDDM) realizou nesta quarta-feira (28), na Casa de Portugal, um evento para a classe feminina em comemoração ao Dia Nacional da Mulher (30 de abril). Com tema 'REAGE, MULHER! Força e coragem para recomeçar', mulheres que atuam em diferentes áreas profissionais palestraram sobre o assunto.

O Dia Nacional da Mulher, embora às vezes diluído por um caráter festivo, se apresenta como um dia de reflexão sobre as conquistas e os desafios políticos, sociais e econômicos das mulheres.

Uma das convidadas, a guarda municipal, Jania Gonçalves, conselheira do CMDDM e inspetora da Ronda Escolar, falou sobre a importância da mulher não se submeter a relacionamentos abusivos. "Passei por um momento muito difícil na minha vida, vivi um relacionamento que parecia mais uma prisão perpétua, onde profundas feridas foram criadas e minha autoestima foi ficando cada vez mais baixa. Mas fui firme e consegui vencer, superar meus obstáculos e hoje estou aqui, compartilhando esse fato da minha história com vocês", relatou Jania.

"A palavra que deixo para todas vocês que estão vivendo um relacionamento abusivo, com agressões físicas ou verbais, é que não permaneçam. Não tem cabimento viver um relacionamento dessa forma, que te diminui e só traz infelicidade. Por isso, dê um basta o quanto antes. Preze pela sua saúde, bem-estar e felicidade.", completou a funcionária pública.

Outras palestrantes convidadas foram a psicóloga doutoranda e mestra em Psicologia Clínica (PUC-Rio), Thamara Tabera; a pedagoga e terapeuta de mulheres, Patrícia da Silveira; e a professora e arteterapeuta junguiana, Regina Coeli Loures.



IKEA Chop

## +LIDAS

1 **Brasil**  
Namorada i  
seguida, seg

2 **Rio de Jane**  
Confronto i  
deixa seis m  
estação de l

3 **Rio de Jane**  
Polícia intim  
enfermeira  
trabalhavan  
anestesista  
estupro par

4 **Celebridade**  
Solteira, Bo  
de biquini p  
Fernando d

5 **Rio de Jane**  
Paciente de  
preso por e  
ele falava bi  
ouvido dura



IKEA Chop

## ESCOLHA DO

NOVA IGUAÇU

# Câmara de Nova Iguaçu sediou Fórum Mulheres no Poder e Empoderamento Feminino

Evento discutiu temas como a violência contra a mulher, políticas públicas voltadas para as mulheres do município



Câmara de Nova Iguaçu sediou evento voltado para o público feminino  
Divulgação



Publicado 05/04/2022 17:08

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu sediou na última semana o "I Fórum Mulheres no Poder e Empoderamento Feminino". Foram realizados diversos debates com temas como a violência contra a mulher, políticas públicas voltadas para as mulheres do município, empreendedorismo e propostas legislativas, sempre mediados por especialistas no assunto.

Uma das participantes foi Sandra Maria Pinheiro Ornellas, delegada geral das delegacias de mulheres do Estado do Rio de Janeiro, que ressaltou o triste fato de o Brasil ocupar o 5º lugar no ranking mundial de casos de feminicídio, ficando atrás apenas de El salvador, Colômbia,



## +LIDAS

- 1 **Brasil**  
Namorada seguida, se
  - 2 **Rio de Jan**  
Confronto deixa seis r  
estação de
  - 3 **Rio de Jan**  
Polícia intim  
enfermeir  
trabalhava  
anestesist  
estupro pa
  - 4 **Celebridad**  
Solteira, B  
de biquini  
Fernando c
- Rio de Jan



Isabela Plouvier, assistente social da Superintendência de Políticas para Mulheres de Nova Iguaçu, acompanhada de Mirian Magali, a superintendente, falou sobre o trabalho do Ceam (Centro Especializado de Atendimento à Mulher) junto às mulheres iguaçuanas, e que todo suporte é dado em relação à educação, moradia, saúde e capacitação.

Danielle Dias Correa, coordenadora do Trabalho da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de Nova Iguaçu, palestrou sobre a importância do estímulo ao empreendedorismo no universo feminino para que as mulheres se sintam confiantes e que despertem seu próprio potencial para mudar a sua história.

Continua após a publicidade

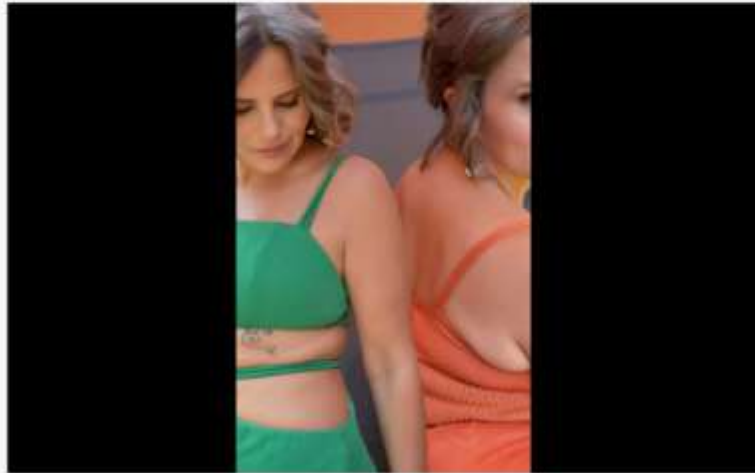
O presidente da casa, vereador Dudu Reina, junto com os parlamentares Claudio Haja Luz e Maninho de Cabuçu encerraram o evento apresentando projetos de lei, de autoria dos três parlamentares, com foco voltado para as mulheres. Entre eles:

- . Criação do Selo “Instituição Parceira da Mulher” para empresas e entidades que atuem na inserção de mulheres no mercado de trabalho.
- . Instituição do programa de geração de empregos para mulheres em situação de violência doméstica.
- . Vedação do acesso a cargos públicos para condenados pelos crimes de violência doméstica e familiar.

CELEBRIDADES

# Maria Cândida fala sobre empoderamento feminino: 'Já exaltou suas dobrinhas?'

Apresentadora costuma falar sobre autoaceitação em suas redes sociais



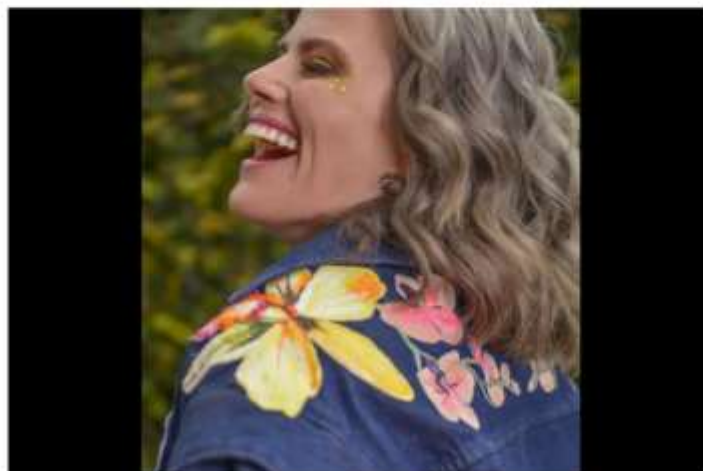
Maria Cândida  
Reprodução/Instagram

**O DIA**  
redacao@odia.com.br

Publicado 06/04/2022 16:10

Rio - Maria Cândida usou o Instagram nesta quarta-feira (06) para exaltar o empoderamento feminino e a autoaceitação. A apresentadora, de 50 anos, compartilhou uma montagem de duas fotos nas quais deixa evidente as "dobrinhas" em seu corpo.

## FOTOGALERIA



Maria Cândida  
Reprodução/Instagram



### +LIDAS

1 **Brasil**  
Namorada  
seguida, 1

2 **Rio de Jan**  
Confronto  
deixa seis  
estação d

3 **Rio de Jan**  
Polícia inf  
enfermei  
trabalhav  
anestesia  
estupro p

4 **Celebrida**  
Solteira, 1  
de biquini  
Fernando

5 **Rio de Jan**  
Paciente,  
preso por  
ele falava  
ouvido d.

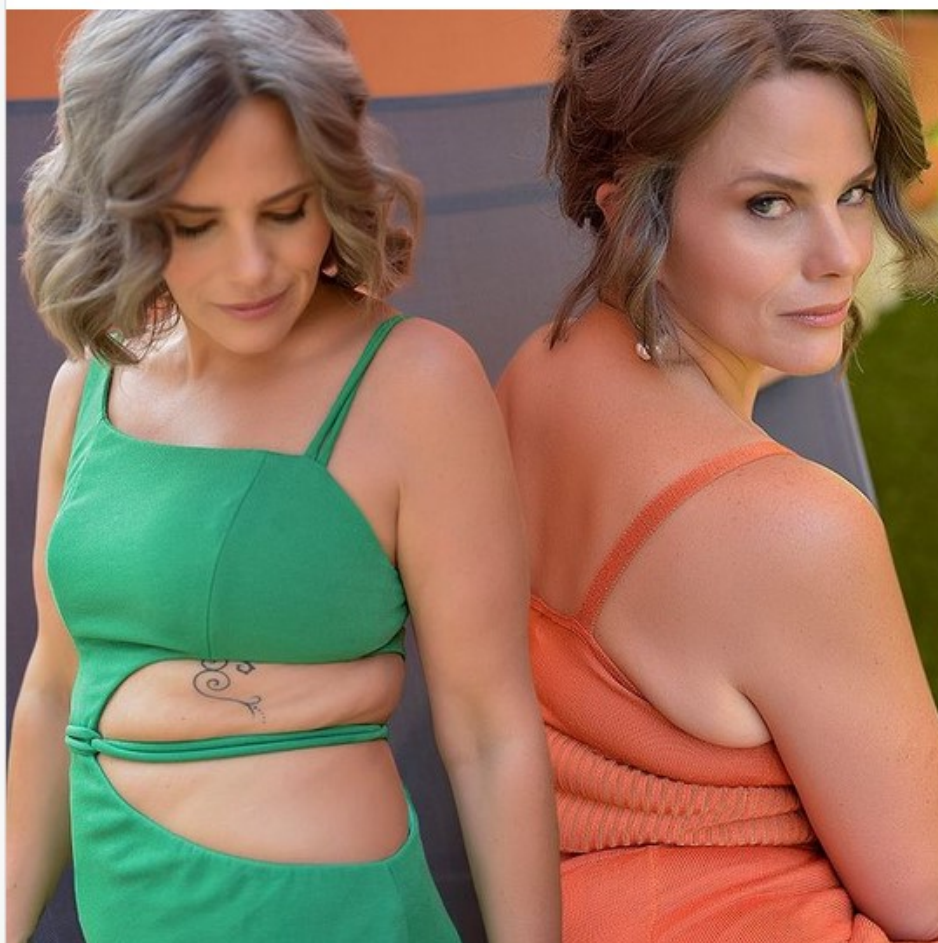


ESCOLHA D



**mariacandidatv**   
330K followers

[View profile](#)



[View more on Instagram](#)



5,881 likes

**mariacandidatv**

PERFEITA COM AS CURVAS DO MEU CORPO

Ei madura, já exaltou suas dobrinhas hoje?! O corpo feminino é perfeito por ser singular... se desprender dos padrões de beleza impostos é liberdade! E loba, estamos aqui pra isso... viver sem medo, se amar sem medo. Sim, é um processo de aceitação. Comece hoje!

Contemple o movimento do seu corpo sem se preocupar com o que sobra... isso é sua beleza! Eu apoio o [#MovimentoCorpoLivre](#)

[#ageless](#) [#geraçãorageless](#) [#mulhermadura](#) [#mariacandida](#) [#mariacandidatv](#)  
[#amaseucorpo](#) [#liberdadefeminina](#) [#curvas](#)

[view all 426 comments](#)

CELEBRIDADES

## Uma semana antes de completar 42 anos, Mariana Xavier fala sobre envelhecimento

Atriz desabafou sobre pressão estética sofrida pelas mulheres na sociedade



Mariana Xavier  
Reprodução/Instagram



Publicado 20/05/2022 14:09 | Atualizado 20/05/2022 14:29

Rio - Mariana Xavier completa 42 anos de idade no próximo dia 26 e nesta quinta-feira usou o Instagram para falar sobre a data. Atriz refletiu a respeito da 'ditadura estética' da sociedade com relação a envelhecimento e magreza. "Daqui a uma semana eu faço 42 anos. Hoje mesmo, num grupo de amigas amadas, estava rolando papo sobre botox, e eu me lembrei de vários outros papos assim, em várias outras situações, com várias outras pessoas, quase sempre mulheres", começou ela.

### FOTOGALERIA



Mariana Xavier  
Reprodução/Instagram

A atriz da franquia Minha Mãe é uma Peça e Medida Provisória terminou o relato dando aula de aceitação. "Ser mulher nesse mundo não é brincadeira. Antes a gente só precisava ser magra, agora a gente também precisa ser jovem. Pra sempre! Como eu já me livrei dessas duas cobranças... rs. Envelhecer não me assusta. Só sou o que sou porque vivi tudo que vivi. Ao invés de tentar parar o tempo, eu escolho a cada dia buscar mais sentido pro meu. E você? Como tá lidando com a chegada dos anos por aí?", finalizou.



The image shows a screenshot of an Instagram post. At the top, the profile name 'marianaxavieroficial' is displayed with a verified badge and '2.6M followers'. A blue 'View profile' button is on the right. The main image is a black and white portrait of a woman with dark, wavy hair, looking directly at the camera with a neutral expression. Below the image, there are icons for likes, comments, and shares, followed by the text '42,452 likes'. The caption begins with 'Daqui a uma semana eu faço 42 anos...' and continues with reflections on aging and societal pressures. The post is tagged with several hashtags including #mulher, #mulheresreais, #idade, #belezanatural, #etarismo, #avidadaatriz, #marianaxavier, #retrato, #fotografia, and #photography.

[View more on Instagram](#)

42,452 likes

marianaxavieroficial

Daqui a uma semana eu faço 42 anos. Hoje mesmo, num grupo de amigas amadas, estava rolando papo sobre botox, e eu me lembrei de vários outros papos assim, em várias outras situações, com várias outras pessoas, quase sempre mulheres.

Acho engraçado quando dizem que "botox é prevenção". Sempre me pergunto: prevenção??? Mas prevenção do quê? Que mal terrível é esse do qual eu deveria tentar me prevenir à base de agulhadas? As provas da passagem do tempo pelo meu rosto?

Ser mulher nesse mundo não é brincadeira. Antes a gente só precisava ser magra, agora a gente também precisa ser jovem. Pra sempre! 😊 Como eu já me livrei dessas duas cobranças... rs

Envelhecer não me assusta. Só sou o que sou porque vivi tudo que vivi. Ao invés de tentar parar o tempo, eu escolho a cada dia buscar mais sentido pro meu.

E você? Como tá lidando com a chegada dos anos por aí?

📷 @aleruaro

#mulher #mulheresreais #idade #belezanatural #etarismo #avidadaatriz #marianaxavier #retrato #fotografia #photography



TELEVISÃO

# Mulher que teve relações sexuais com sem-teto durante surto processa Sikêra Jr.

Sandra Mara Fernandes entrou com processo contra o apresentador da Rede TV! por injúria e difamação



Sandra Mara Fernandes processa Sikêra Jr. por difamação e injúria  
Reprodução/Instagram/RedeTV!



Publicado 23/05/2022 11:53 | Atualizado 23/05/2022 14:17

Rio - Sandra Mara Fernandes, **mulher que fez sexo com o sem-teto Givaldo de Souza durante um surto psicótico**, decidiu entrar com um processo contra o apresentador do programa "Alerta Nacional", da Rede TV!, José Siqueira Barros Júnior, mais conhecido como Sikêra Jr., por injúria e difamação.

O apresentador, que tem o histórico de se manifestar ofensivamente contra a população LGBTQI+, usuários de drogas e políticos de esquerda, fez comentários depreciativos contra Sandra durante seu programa. O processo foi protocolado nesta sexta-feira também contra Givaldo pelos mesmos crimes.

## +LIDAS

- 1 **Brasil**  
Namorac seguida, i
- 2 **Rio de Ja**  
Confronto deixa seli  
estação c
- 3 **Rio de Ja**  
Polícia in  
enfermei  
trabalha  
anestesia  
estupro p

No programa, Sikêra afirmou que a mulher "tinha uma fantasia" de "subir no pau de sebo" e negou que ela tenha sido estuprada por Givaldo, como afirmam Sandra e seu marido, o personal trainer Eduardo Alves. "Fui VÍTIMA de chacotas, humilhações em rede nacional. Fui taxada como uma mulher qualquer , uma mulher promíscua , uma mulher com fetiches , uma traidora. E mais ofendida ainda por ter sido atacada por outras mulheres que entenderam que eu merecia o pior" desabafou Sandra em sua rede social.

Na madrugada do dia 10 de março, em Planaltina, no Distrito Federal, Eduardo flagrou a esposa tendo relações sexuais com Givaldo dentro de um carro. O personal atacou o sem-teto acreditando que a mulher estivesse sofrendo um estupro. Também nesta sexta-feira, a Polícia Civil do Distrito Federal concluiu o inquérito que investigou as agressões e Eduardo Alves foi indiciado por lesão corporal.